

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

**“FAZIA TUDO DE NOVO”:
CAMPONESES E PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO EM
TROMBAS E FORMOSO (1950-1964)**

RENATO DIAS DE SOUZA

Goiânia, GO – Brasil
2010

RENATO DIAS DE SOUZA

**“FAZIA TUDO DE NOVO”:
CAMPONESES E PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO EM
TROMBAS E FORMOSO (1950-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. David Maciel.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração.

Goiânia, GO – Brasil
2010

RENATO DIAS DE SOUZA

**“FAZIA TUDO DE NOVO”:
CAMPONESES E PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO EM
TROMBAS E FORMOSO (1950-1964)**

Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestre em História aprovada em ____ de _____ de _____, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. David Maciel-UFG
(Orientador)

Prof. Dr. Antônio de Almeida-UFU
(Membro)

Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia-UFG/Catalão-GO
(Membro)

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa- UFG
(Suplente)

Agradecimentos

À Amanda Cristina que viveu de perto todos os desafios da construção deste trabalho e nutriu a esperança de que era possível.

À Eunice, Gernita, Beatriz, Alessandra e Helena Rosa que lamentaram a minha ausência nesses tempos.

Aos amigos que continuaram firmes na luta comigo e que não exitaram em contribuir abrindo caminhos e possibilidades.

A David Maciel por ter se prontificado, diante do meu pedido, a assumir comigo o desafio dessa pesquisa e ter sido compreensivo nos momentos de dificuldades.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, em especial a secretária Neuza, pela solicitude com que sempre nos recebeu e pelo apoio nessa trajetória.

Ao historiador Cláudio Maia pela generosidade e disposição para o debate, e aqueles que assim como ele, nos precederam na reflexão sobre Trombas e Formoso.

Ao historiador Antônio de Almeida por ter prontamente aceito o convite para ser membro da nossa banca examinadora.

Ao historiador Élio Cantalício Serpa por tudo que fez para contribuir e pelas possibilidades que abriu com suas críticas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Aos homens e mulheres que nesse caminho nos receberam para falar de um passado que nem sempre se quer lembrar.

Àqueles que acreditam que para ser realista é necessário exigir o impossível e não se curvar diante das falácias do fim da história.

RESUMO

Em Trombas e Formoso tivemos uma das maiores revoltas camponesas da história do Brasil, entre 1950-1964, os acontecimentos do norte de Goiás chamaram a atenção de todo o país e influenciaram na constituição de uma série de levantes pela posse da terra. Foi diante disso que esse trabalho procurou compreender o processo de modernização capitalista, em Goiás, e a resistência espontânea do campesinato. Essa que levou a criação de condições sociais específicas de intervenção do Partido Comunista Brasileiro em uma luta que passou a significar a ânsia por se manter a posse da terra. Tendo possibilitado a constituição de um “governo” exercido pelas organizações criadas no intento de resistir a expropriação; os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores. Essas tinham como objetivo atender às necessidades sociais dos revoltosos e foram posteriormente derrotados pela integração político-institucional e a assimilação da temporalidade da “terra para cercar” consolidada na região pelo golpe militar de 1964. Nesse trabalho abordamos em uma perspectiva crítica à razão dualista, que caracteriza o camponês como um incapaz para a prática política, e procuramos demonstrar como esse é um sujeito político na construção das organizações que lhes interessam.

Palavras-Chave: Camponeses; Partido; Conselhos de Córregos; Associação de Lavradores.

ABSTRACT

In Trombas and Formoso had one of the largest peasant revolts in history of Brazil between 1950-1964, the events of the northern Goiás drew attention from around the country and influenced the formation of a series of uprisings over land. It was against this that this study sought to understand the process of capitalist modernization, in Goiás, and spontaneous resistance of the peasantry. This has led to the creation of social conditions of intervention the Brazilian Communist Party in a fight that came to signify the desire for it to retain possession of the land. Having made possible the establishment of a "government" carried out by organizations created in an attempt to resist the expropriation, the Boards of streams and Farmers Association. These were aimed at meeting the social needs of the rebels and were subsequently defeated by the political and institutional integration and assimilation of the temporality of "land to fence" in the consolidated by the military coup of 1964. We discuss in a critical perspective on the dual grounds that characterizes the peasant as one unable to political practice, to demonstrate how this is a political subject in the construction of the organizations that interest them.

Keywords: Peasants; Party; Councils Streams; Farmers Association.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FAREG	Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SALTE	Saúde, Alimentação e Transporte
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
ULTAG	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás

SUMÁRIO

Resumo.....	05
Abstract.....	06
Introdução.....	10
Capítulo 1- O caminho de Trombas e Formoso e a resistência espontânea a cobrança do arrendo (1950-1954).....	48
1. A formação do campesinato brasileiro: um campesinato de despossuídos.....	49
1.1 O surgimento do campesinato e as relações não-capitalistas de produção.....	49
1.2. Relações de atraso na acumulação capitalista e a reação do campesinato.....	56
1.3. O debate acerca da definição de campesinato e suas implicações políticas.....	61
1.4. O conceito de campesinato a partir da revolta camponesa de Trombas e Formoso.....	65
2. O avanço do capitalismo em Goiás e as lutas sociais camponesas na primeira metade do século XX.....	67
2.1. O movimento camponês de Santa Dica.....	68
2.2. A modernização capitalista no sul de Goiás.....	70
2.3. A “Luta do Arrendo”.....	79
2.4. A “Marcha para o Oeste” e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	82
2.5. O caminho de Trombas e Formoso e a modernização capitalista no norte de Goiás.....	99
3. A chegada em Trombas e Formoso: a sociabilidade camponesa, a cobrança do arrendo e a resistência espontânea.....	105
3.1. A sociabilidade camponesa.....	105
3.2. A cobrança do arrendo.....	112
3.3. A resistência espontânea e coletiva contra a cobrança do arrendo.....	117
4. O Partido Comunista Brasileiro caminha para Trombas.....	123
4.1. A atuação do Partido Comunista Brasileiro na CANG.....	123
4.2. No caminho da CANG para Trombas e Formoso.....	139
Capítulo 2- O partido como agente de mediação e a luta contra a expropriação (1954-1957).....	142
1. A chegada do partido e o “anticomunismo” camponês.....	142
1.1. O “anticomunismo” na cidade e no campo.....	143
2. O levante de Coqueiro de Galho e a resistência a expropriação.....	151
2.1. Nego Carreiro: o levante camponês em Coqueiro de Galho.....	151
2.2. Repressão a Coqueiro de Galho.....	157
2.3. A Batalha do Tataíra.....	158
2.4. Os camponeses em armas: de Formoso a Trombas.....	163
2.5. O “justiçamento”.....	164
3. Os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores de Formoso e Trombas.....	166
3.1. A política cotidiana e a política absoluta.....	182
3.2. A diversidade do movimento e a atuação das mulheres.....	185
4. A ambigüidade dos membros do PCB: partido ou camponês.....	188
Capítulo 3- A mítica “República Camponesa de Formoso e Trombas” e a derrota do seu campesinato (1958-1964).....	197
1. A Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos governam a região.....	197
2. O impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética no Partido Comunista Brasileiro e as mudanças em Trombas e Formoso.....	212

3. O governo Mauro Borges.....	231
4. O golpe de 1964.....	238
Considerações finais.....	241
Referências bibliográficas.....	245
Alguns jornais e outras fontes.....	249
Entrevistas.....	250

Introdução

Nas memórias que tenho da infância há uma história que ao longo dos anos foi repetida a mim e minhas irmãs de várias formas, e ainda, é contada por minha avó. Trata-se de uma das mais consistentes lembranças que ela nos legou de sua terra. Nessa havia uma criança, Pedrinho, que foi “mandado para o inferno” pela mãe. Ela teria pronunciado ao menino, em um momento de raiva, um sonoro “vá para o inferno, desgraçado!” e desse dia em diante não voltou a ser visto novamente. Toda a pequena população da cidade de Cana Brava-BA (atualmente Wanderley-BA) naqueles dias saiu a procura da criança, que nunca foi encontrada. “Abriu o chão e socou”, como diz a contadora da história. Na esperança de ver novamente o filho e arrependida a mãe lançou mão de várias credices populares para reaver a criança. Nada favoreceu seu intento e depois de muitos anos faleceu sem saber que destino teria tomado Pedrinho. Espalhou-se entre a população o boato de que ele teria sido visto nas matas da região assemelhando-se a uma dessas figuras míticas criadas pelos contos populares. Diante desses acontecimentos criou-se diversas explicações sobre o acontecido; o menino teria mesmo ido para o inferno, literalmente, ou teria sido vítima de uma grande “enchente” que ocorreu naqueles dias.

Era contando essa história que minha avó aproximava todos os seus netos do que era a sua terra e recordava sua infância e juventude. Mulher nordestina, como tantas outras, no final da década de 1950 abandonou o trabalho nas lavouras do Nordeste e veio para Goiás na expectativa de livrar-se da exploração no campo e conquistar uma vida melhor. Foi através dela que cheguei às histórias, lendas, versões, religiosidades e vida cotidiana do sertão brasileiro. Foi a partir da atuação nos movimentos sociais que a questão da terra despertou meu interesse muito cedo. Fiz minha graduação em história motivado pelas lutas sociais dos camponeses no Brasil, entre essas, Trombas e Formoso chamou minha atenção por seus acontecimentos e as diversas explicações oferecidas a esses. Foram esses momentos importantes na nossa trajetória para chegarmos às considerações que aqui constam sobre a luta camponesa.

Nesse trabalho temos como objeto a relação entre os camponeses e o Partido Comunista Brasileiro e a principal pergunta que nos interpela, assim como tinham os contemporâneos de Pedrinho as suas perguntas sobre o destino do menino, é se esse campesinato teria se constituído como sujeito político (intervindo criticamente nos rumos da revolta) ou se mantido em condições pré-políticas (educado, organizado e dirigido pelo Partido Comunista Brasileiro). A elucidação desses acontecimentos requer dos seus pesquisadores situar seu objeto na historicidade que lhe é imanente e demonstrar suas nuances. Nossa periodização, criada a partir das evidências documentais e através da contribuição de historiadores que nos antecederam, é explicitada na

organização dos capítulos dessa dissertação; no primeiro tratamos do caminho de Trombas e Formoso e a resistência espontânea a cobrança do arrendo (1950-1954) e o objetivo é compreender o processo de modernização capitalista em Goiás e as bases em que se sustentavam a resistência espontânea do campesinato de Trombas e Formoso a cobrança do arrendo. No capítulo dois procuramos compreender as condições sociais de intervenção do Partido Comunista Brasileiro como agente de mediação na luta camponesa de Trombas e Formoso em um contexto de resistência a expropriação da posse da terra (1954-1957) e no três buscamos esclarecer acerca do que foi o governo camponês da região e os motivos da derrota do movimento, entre 1958-1964.

Na primeira vez que ouvi falar na revolta camponesa de Trombas e Formoso chamou minha atenção o que não estava explicitamente claro nos livros, mas subentendido. Os camponeses não esperaram a chegada do agente de mediação, o Partido Comunista Brasileiro, os que supostamente conheciam os caminhos para a transformação das demandas economicistas e pré-políticas do campesinato em lutas políticas. A realização dessa operação era indispensável a instauração da “revolução brasileira”, que, supostamente liberaria o desenvolvimento das forças produtivas e superaria o quadro conjuntural de um país semi-feudal. Consolidando as formas de participação política características da modernidade, seu paradigma representativo e a cidade como *locus* da sociabilidade transformadora. Tratava-se de um levante de camponeses erigido sobre aspectos tradicionais da cultura camponesa, geralmente, tratados pelos agentes sociais de modernização capitalista como resquícios de um passado inglório a ser superado com a tomada do poder e a constituição do “governo popular”.

Em Trombas e Formoso a revolta objetivava primeiro a conquista da posse da terra, o controle sobre o próprio processo de trabalho e a manutenção da sua existência como camponês. Foi apreciando a sociabilidade manifesta nos mutirões, Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores que despertamos para a necessidade de reconstituirmos a modernização capitalista em Goiás e suas implicações na criação do campesinato como sujeito político. Quando iniciamos a pesquisa suspeitávamos que essas formas de atuação na revolta camponesa de Trombas e Formoso poderiam constar na lista de experiências históricas de autogestão social. Nossas suspeitas, diante das fontes consultadas, que não foram poucas, se revelaram incipientes. Todavia nossos críticos e a auto-crítica possibilitou-nos que abandonássemos esse caminho e nos perguntássemos se esse campesinato teria se manifestado como sujeito político na revolta. No transcorrer do tempo essa pergunta revelou sua primazia no processo de esclarecimento acerca das relações entre camponeses e partido político. Uma questão que se insere no interior de uma discussão acerca da problemática do dualismo na análise das revoltas camponesas.

A problemática do dualismo na análise das revoltas camponesas

Entre os problemas que se colocam às pesquisas acerca da relação entre o camponês e o partido político está a razão dualista no tratamento do tema. Nas análises sobre Trombas e Formoso considerar o tempo da modernidade linear, onde no campo estariam as relações sociais residuais de um passado a ser superado pela modernização capitalista, ignorando sua ambivalência e a relação entre esses fez com que os agentes de mediação em termos políticos considerassem as lutas dos camponeses contra a possibilidade de aferição da renda capitalista da terra e pela sua posse mais uma das costumeiras reivindicações pré-políticas e economicistas do campesinato. Essa concepção a-histórica dessas lutas nos afasta da compreensão do seu significado. Diante disso vamos considerar as especificidades, ambivalências, ambigüidades e a construção dos sujeitos no desenrolar da revolta de Trombas e Formoso.

Entretanto essas temporalidades diversas e suas intersecções são tão características da modernização no país que podemos observar isso através da trajetória camponesa ao longo da nossa história social. No mês de agosto de 1980 dois membros do Partido Comunista Brasileiro que estiveram envolvidos nos acontecimentos de Trombas e Formoso, José Sobrinho e Dirce Machado, cantavam pelos caminhos da pequena cidade de Trombas o recorte da catira do “camarada” João Soares: “Camponeses de Goiás/ se canto mal peço perdão/ se não canto bonito/ meu canto é de coração/ minha voz é um protesto contra a fome e a exploração” (JOSÉ SOBRINHO, Diário Pessoal, 04/08/1980). Tratava-se de uma volta a um tempo próprio aqueles que da revolta camponesa de Trombas e Formoso só guardavam a memória e a imagem de um passado idílico ao qual desejavam voltar.

Naquele momento era possível cantar tranqüilamente, pintar em cores róseas, um passado em que enfrentava-se inúmeras situações as quais a memória não desejava voltar. Tratava-se de um contexto em que as esperanças quanto a realização da “revolução brasileira”, que tanto os motivaram a agir na revolta camponesa de Trombas e Formoso, já haviam se esgotado. No final da ditadura militar e com o exílio político involuntário, a que foram submetidos devido aos acontecimentos da década de 1950-1960, já não eram os mesmos. Sentiam o peso do tempo e a inexistência de condições que lhes pareciam tão palpáveis na década de 1950, quando se deu a revolta.

Durante anos os protestos “contra a fome e a exploração”, promovido por diversos camponeses no sertão, foram rotulados como pré-políticos. Tratadas pejorativamente as revoltas camponesas foram adjetivadas como manifestações fanáticas que tinham como fim a volta a um passado idealizado de uma “terra sem males”. Um saudosismo explícito na caminhada de Dirce

Machado e José Sobrinho onde a luta contra a fome e a exploração passou a ocupar o lugar dos melhores dias das suas vidas. O Partido Comunista Brasileiro, em nome do qual atuaram em Trombas e Formoso, já se perguntava quanto a validade dessa forma de atuação no campo e a importância que teria na construção da “revolução brasileira”. O objetivo era que a posse da terra dada aos camponeses viesse quebrar o monopólio dessa. Fazer a revolução era dar mais um passo rumo ao “socialismo”, ou seja, garantir as condições de modernização capitalista das quais posteriormente esse nasceria. Esse projeto palpável nos documentos do PCB, nas motivações para a atuação em Trombas e Formoso e outras experiências históricas eram as diretrizes determinadas pela burocracia partidária.

Enquanto os camponeses de Trombas e Formoso tinham o objetivo fundamental de conquistar a posse da terra e os benefícios que daí se desdobrariam para sua existência como camponês. Como o Partido Comunista Brasileiro agiu diante dessa demanda “imediatista” camponesa que aparentemente contrastava com o projeto “amplo” da “revolução brasileira”? Há uma ambigüidade fundamental a ser considerada se não desejamos incorrer em uma leitura aligeirada e superficial dos acontecimentos: a conquista dos objetivos dos camponeses era um passo importante para o Partido Comunista Brasileiro na realização do seu projeto de “revolução brasileira”, mas ao mesmo tempo do seu ponto de vista era uma luta limitada (pré-política, economicista, sindical) se não somada a um conjunto de conquistas que destruiriam o latifúndio e instaurariam o “governo popular”. Compreender como o partido e os camponeses agiram diante dessas situações requer que nossa análise situe-se na historicidade dos acontecimentos, ou seja, considere que diante de projetos pré-determinados aos quais se filiavam os membros do PCB em Trombas e Formoso esses os adaptavam e os recriavam na realidade concreta.

Na tarefa de reconstituirmos o processo de modernização capitalista em Goiás e nesses quadros compreendermos a criação do campesinato e sua relação com o Partido Comunista Brasileiro consideramos como cada um desses agentes se posicionava diante desse processo e na relação entre eles. Foi a possibilidade de adaptar-se do partido- a saída do plano do pré-estabelecido para a consideração das demandas locais dos camponeses- fundamental para que esse se legitimasse entre aqueles. Em questão a relação entre agentes sociais distintos, a crítica a razão dualista que sustenta dicotomias absolutas entre político e pré-político, moderno e atraso, litoral e sertão, é necessária para se retirar as névoas acerca dos acontecimentos. Levando à consideração da relação entre os agentes e desses quanto a modernização capitalista em Goiás.

Geralmente a modernização capitalista é associada a progresso e racionalização das relações sociais. No que diz respeito a relação entre partido e camponeses o primeiro é considerado capacitado a criar essas condições de modernização, conscientizando o camponês, enquanto o

segundo é identificado a um passado que deve ser superado pelo avanço dessa. São considerações que negligenciam a relação entre esses agentes, compartilhando a mesma experiência, apesar de no seu primeiro encontro já acumular uma experiência pregressa que são demarcadoras das suas especificidades. Na nossa crítica ao dualismo redutor, por esse não compreender a realidade nas suas complexidades e intersecções, pretendemos dar lugar à historicidade na qual se constituiu essas categorias produzidas a partir da razão dualista e seu papel na legitimação da modernização capitalista.

O papel do dualismo na modernização capitalista

Tomamos o “sertão” como categoria analítica que explicita a existência de um *locus*, parte de uma totalidade, que se distingue pela manifestação de lutas camponesas resultantes de especificidades próprias a esse. Foi atribuído ao sertão na produção intelectual brasileira do século XIX as características de área despovoada, semi-árido nordestino e civilização do couro. Em análises da realidade nacional que o consideravam lugar de simbiose entre homem e natureza ou áreas de atividades pecuaristas. Enquanto para outros era lugar de resistência ao moderno e exógeno, símbolo da autenticidade nacional contra o artificialismo litorâneo (LIMA, 1999, p. 58-62).

Entre os vários significados atribuídos ao sertão privilegiou-se aquele que era mais apropriado para a constituição de novas formas de “solidariedade social” e que correspondesse a necessidade de expansão da dominação política de tipo burocrático. Um processo pelo qual a nação se reconhecia como uma unidade territorial que necessitava integrar diferentes extratos sociais para a constituição da sociedade nacional sob a ideologia da participação de todos (LIMA, 1999, p. 13-14 e 207-208). Entre esses projetos estava a “Marcha para o Oeste” que foi fundamental para a construção de uma consciência unitária entre os camponeses oriundos de diversas experiências e que se encontraram em Trombas e Formoso.

Essa situação durante anos sustentaria a construção de “heróis” nacionais elevados ao panteão por seu papel criador de uma identidade nacional. O processo negligenciava conflitos com a utilização de uma idéia homogeneizadora de nação. Levando a instrumentalização do homem do campo no Brasil, que nas primeiras décadas do século XX, foi responsabilizado pelo atraso do país mas com as mudanças ocorridas através da Revolução de 1930 teve seu papel repensado. Nesse contexto a “Marcha para o Oeste” cumpriu seu papel integrador no conjunto da nacionalidade¹. Foi

1 O camponês que constituiu a população de Trombas e Formoso era o resultado da ação propagandista do governo e da busca por emancipação quanto às relações de exploração que viviam. No entanto, nem mesmo essa luta camponesa escapará a instrumentalização nas disputas político-institucionais. É o caso de considerarmos as mudanças pelas quais passaram os distintos governos no tratamento quanto aos problemas de Trombas e Formoso. O que já foi tratado por diversos autores acerca do tema mas que também consideraremos nos três capítulos

o antagonismo entre litoral e sertão responsável pelo surgimento do dualismo entre moderno e atraso, sobretudo no período de institucionalização das ciências sociais no Brasil, e seus estudos subseqüentes (LIMA, 1999, p. 29).

Houve nas lutas de Trombas e Formoso, por parte de alguns jornais favoráveis aos camponeses, a romantização do posseiro como símbolo da nacionalidade e foi destacado seu papel integrador.

O Sr. José Porfírio é um verdadeiro líder não político, mas um líder em produção de cereais, o que o torna um benfeitor do Estado... Acolhe carinhosamente e ajuda a todos os trabalhadores que, não podendo viver melhor em outras paragens, mudam-se para as terras que ele tem sob a sua guarda e distribui eqüitativamente, de acordo com as possibilidades de trabalho de cada um... Ora, no Brasil não é novidade dizer que é um imenso país, em cujo centro magníficas terras dormem quietas à espera da mão calosa do trabalhador rural... É, nossa pátria, aliás por incúria de nosso congresso e governantes, a terra dos grandes latifundiários, que dormem o sono do marasmo, sem produzir, e entregue a 0,1% da população... grandes porções de terras sem cultivo e grande quantidade de gente querendo trabalhar sem ter onde, eis o panorama brasileiro... José Porfírio resiste aos perseguidores e se faz protetor e pai dos trabalhadores, pondo em risco a própria vida, sacrificando-se sozinho como chefe, e hoje que o taxam de bandido ele responde com uma produção de 300 mil sacos de arroz, para alimentar aqueles que o perseguiam, e com um cem número de produção de outros cereais (HAROLDO DUARTE In: O ANÁPOLIS, 10/11/1957, p.06).

Enquanto sua caracterização como resquício de um passado a ser superado povoava o imaginário do Partido Comunista Brasileiro que pretendia ser sua vanguarda na construção da “Revolução Brasileira”. Essa situação de “atraso” do campesinato goiano, que justificaria a necessidade da vanguarda na sua condução política, pode ser atestada no depoimento da pecebista Dirce Machado, uma das primeiras a atuar na região;

O problema é que nós viemos de um ambiente que era de um atraso milenar e os camponeses não tinham a menor noção do que era desenvolvimento, do que era organização de como defender os seus direitos. *Era atrasadíssimo, em tudo e não é como os operários que nos grandes centros por muito atrasados que sejam eles são desenvolvidos*, eles sabem que tem que lutar, eles sabem escolher uma orientação e aqui a Igreja na época, quer dizer, é de muitos anos, influenciava o lavrador e tudo contra o comunismo (MACHADO, s/d, p.1, grifo nosso).

Entre alguns pecebistas, como Dibb que foi secretário estadual do Partido Comunista Brasileiro em Goiás no final da década de 1950, nem mesmo as revoltas camponesas daquela década foram suficientes para afastar essa concepção da existência de um “atraso” atávico do campesinato.

Tudo isso [Trombas e Formoso, Itauçu e as lutas camponesas em Goiás] criou um ambiente no Estado que facilitava e muito a organização dos camponeses. Mas por outro lado criou uma concepção falsa de que forma seria a luta principal no campo; dada a vitória dos camponeses de Formoso repercutir, não só no Estado, mas no Brasil todo, levava a uma análise, vamos dizer errada do próprio processo. O

subseqüentes.

posseiro, a luta de um posseiro, é geralmente uma luta defensiva ele não é um lutador ofensivo... Você sabe, como eu acabei de dizer, a luta do posseiro é uma luta defensiva. E uma luta política contra o governo, é uma luta ofensiva, política, de alta categoria e isto ainda não existia (DIBB, 1990 p.6 e 14).

Em ambos os casos predominam concepções a-históricas e apriorismos construtores de arquétipos. Foi a concepção do Partido Comunista Brasileiro, através dos membros que atuaram em Trombas e Formoso, revisitada e atualizada conforme as contingências da revolta camponesa. Esse processo foi facilitado pela experiência de expropriação da posse da terra comum a condição social daqueles quadros pecebistas e aos camponeses.

Na revolta camponesa de Trombas e Formoso não houve uma temporalidade linear exclusiva, que sustente os argumentos daqueles que aderem a idéia do atraso e do moderno personificados conseqüentemente no camponês e no Partido Comunista Brasileiro. Na caminhada de Dirce Machado e José Sobrinho naquelas terras, trinta anos após os conflitos pela sua posse, o último voltava-se para a pracinha, o vai e vem de rapazes e moças, a igrejinha, a pensão da D. Emerenciana, as casas onde José Porfírio e Geraldo Marques moraram, o velho bar do seu Raimundo e do Ribamar Torres com olhos para os quais o tempo não havia passado (SOBRINHO, Diário Pessoal, 04/08/1980). Nessa situação ocorria a construção de uma memória idílica, que, provavelmente não correspondia a experiência vivida naqueles lugares durante a década de 1950.

Reinterpretavam os tempos da luta camponesa a partir de temporalidades históricas distintas que coexistiram e demarcaram a construção da memória desses pecebistas. Deveriam esses membros do Partido Comunista Brasileiro ser considerados sob os mesmos parâmetros daqueles que na instância superior dessa instituição (Comitê Estadual/Comitê Central) ocupavam os cargos de direção? Sua experiência não teria se constituído em lugares diferenciados daqueles ocupados pelos que conquistaram a hegemonia nas teses do projeto de “revolução brasileira”? Esses membros do Partido Comunista Brasileiro, assim como outros que lutaram em Trombas e Formoso, poderiam mesmo ser considerados os responsáveis pela organização, direção e elementos políticos de uma revolta constituída por uma “massa” “desorganizada”, “atrasada” e “pré-política”? Esse trabalho pretende responder essas perguntas a partir da consideração das nuances, sobretudo, na relação entre partido e camponeses no contexto de modernização capitalista.

Na história das idéias sobre o Brasil, o dualismo entre sertão e litoral, abrigava nas suas entranhas as matrizes românticas e iluministas. A influência européia nessas discussões levava de um lado aos universalismos da elite intelectual e de outro a consideração da especificidade de intelectuais brasileiros como “desterrados na própria terra” (LIMA, 1999, p. 26-27). Então o discurso romântico acerca do sertão como lugar da autenticidade nacional e o litoral como o de uma modernidade perniciososa tendeu a homogeneização construtora de uma identidade nacional unívoca

e ideológica. Esse último aspecto atenuava os conflitos entre as classes sociais e as especificidades próprias a cada região do país.

Essa crítica a razão dualista, que caracteriza as análises que vê no camponês além do agregado do grande proprietário de terras aquele que será conduzido à conscientização pelo partido ou demais agentes de mediação, objetiva o reconhecimento das especificidades culturais do sertão e suas potencialidades na elaboração de formas de participação política distintas das hegemônicas pela modernização capitalista².

No norte de Goiás, na década de 1950, temos uma região depositária de cultura específica que elabora suas lendas e histórias a partir da relação com a sociedade circundante. José Ribeiro, membro do Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso, fala das suas caminhadas na região; “Eu não conhecia a região, não conhecia ninguém... Aí nós esperamos no córrego, que tinha aquele negócio de dia de São João, de olhar antes do sol sair... olhar no poço e se via a gente... a orelha... aí a pessoa morre nesse ano... É uma lenda antiga, viu...” (RIBEIRO, 1995, p.49). Diante dessas questões, quando falamos em revoltas camponesas não restringimos sua potencialidade a atos de “banditismo social” ou a ação de “fanáticos” que tentam resistir ao avanço inevitável do “progresso”: “ainda que se interprete os movimentos “pré-políticos” dos camponeses como manifestação do senso comum, nem por isso podem ser desprezados, pois nestes se encontram os germes de uma consciência propriamente política” (SILVA, 2003, p. 49). Não se tratam de acontecimentos sobre os quais possamos ignorar os limites que se interpõe a eles e as condições dadas que impedem seu avanço em qualquer sentido.

As condições vividas por Dirce Machado e José Sobrinho, durante os conflitos de Trombas e Formoso, eram bastante distintas das encontradas nessa caminhada alguns anos depois. Então a compreensão do caráter político da manifestação camponesa passa necessariamente pela consideração das suas condições específicas de atuação. Os agentes sociais da revolta camponesa foram, em Trombas e Formoso, a personificação de diferentes temporalidades históricas que conflituavam entre si. As fontes das quais os historiadores se serviram para explicar aqueles acontecimentos, por sua vez, também derivam de temporalidades históricas distintas apesar das suas permanências, intersecções e estreitas vinculações com os acontecimentos. Diante disso podemos fazer algumas considerações sobre a produção historiográfica e literária acerca de Trombas e Formoso.

2 Segundo o historiador Cláudio Lopes Maia, “Capitão Swing” de autoria de Eric Hobsbawn e George Rudé, é uma análise dos movimentos dos trabalhadores rurais na Inglaterra em 1830. Nesse estaria reconhecida a racionalidade de manifestações que aparentemente eram inconseqüentes. No entanto, esse historiador não exime de críticas os dois autores quando vêem irracionalidade nos movimentos analisados por não reproduzirem o padrão moderno de manifestações (MAIA 2008, p.25).

A historiografia e a literatura sobre Trombas e Formoso: olhares acerca do partido e do campesinato

Depois da revolta camponesa de Trombas e Formoso foram produzidas inúmeras obras sobre esses acontecimentos. Na historiografia e na literatura goiana vários pesquisadores e autores se não trataram diretamente do assunto, cada um ao seu modo, ao menos o adotara como pano de fundo para suas obras. Diante da profícua produção acerca desses acontecimentos escolhemos algumas com as quais dialogamos nas nossas inquietações acerca de Trombas e Formoso. Vamos à consideração das características gerais dessas e às questões específicas pontuadas por algumas.

Entre as obras literárias destacamos o romance *A Terra e as Carabinas* de Bernardo Élis, publicado no jornal Estado de Goiás, em 1951³. Explicitamente voltada a propaganda do ideário político do autor vinculado ao Partido Comunista Brasileiro. Nesse trabalho sua contribuição mais importante, para nós, está na temática voltada às relações sociais de produção no campo em Goiás⁴. Os cordéis de Paulo Nunes Batista, que assim como o primeiro durante grande parte de sua vida foi membro do Partido Comunista Brasileiro, produzidos a pedido do Comitê Estadual do partido para servir de propaganda favorável a causa dos posseiros de Trombas e Formoso. O romance regionalista, *Nunila: A Mestiça mais Bonita do Sertão Brasileiro* (1984) de Carmo Bernardes, tem os acontecimentos de Trombas e Formoso como elementos ilustrativos. Finalmente, em *O Caminho de Trombas* (1966) de José Godoy Garcia, pode-se constatar o processo de expropriação vivido pelo camponês com a modernização capitalista e as lutas sociais que originara.

Na historiografia acerca de Goiás, Trombas e Formoso já se tornou um tema bastante discutido, neste trabalho dialogaremos com essa. Nos referimos a obra de Janaína Amado, Maria Esperança Fernandes Carneiro, Paulo Ribeiro da Cunha, Cláudio Lopes Maia e Carlos Leandro Esteves. Obras consideradas, em especial, na sua abordagem acerca da relação entre o Partido Comunista Brasileiro e os camponeses de Trombas e Formoso. Já que esse é o objeto das especulações deste trabalho. Os historiadores produziram livros e artigos sobre o assunto e em alguns casos são os resultados de uma densa pesquisa de mestrado ou doutorado acerca dos acontecimentos de Trombas e Formoso. São produções que decorrem de um contexto de ditadura militar, redemocratização e descrédito quanto as formas de atuação política dos partidos políticos, sindicatos e demais instituições representativas. Trata-se de literatos e historiadores que no seu ofício, utilizando linguagens específicas, ofereceram suas versões para os acontecimentos em

3 Essa informação consta em; http://www.releituras.com/belis_nhola.asp

4 O pecebista José Sobrinho faz o seguinte comentário sobre essa obra de Bernardo Élis; “O que era garantia de terra era carabina. Teve até uma vez o Bernardo Élis, falando naquele tempo sobre a proposta de por nome aqui na... de carabina 'terra de carabina', a ... talvez seja a melhor obra sobre Trombas que saiu publicada. Ele ficou com medo, mas ficou escrito 'Terra de Carabina', então a terra ali era mais ou menos como um adubo... a carabina era um adubo pra a terra em minha terra” (SOBRINHO, 1990).

questão.

Na fronteira entre a literatura e a historiografia, ou seja, servindo-se dos aspectos memorialísticos e se apresentando como historiografia temos as obras de Sebastião de Barros Abreu e José Fernandes Sobrinho. Esses dois autores foram membros do Partido Comunista Brasileiro e estiveram direta ou indiretamente envolvidos na revolta. Desse modo, em seus trabalhos, há simbiose entre memória e historiografia. Tiveram, comparado aos historiadores que escreveram sobre o assunto, uma relação distinta com esses acontecimentos. Já que contribuíram com a revolta situando-se temporalmente, comparados a nós, mais próximos de Trombas e Formoso.

Na análise das obras literárias desses intelectuais, que não se distanciam dos temas políticos de sua época, não é possível remetermos seus resultados imediatamente a sua condição de membros do Partido Comunista Brasileiro. Já que em sua maioria, excluindo o romance de Bernardo Élis, são produções caracterizadas por permanências e rupturas na relação desses intelectuais com o partido. No que diz respeito a trajetória institucional dos autores quanto ao Partido Comunista Brasileiro, assim como foram militantes desse, também se tornaram dissidentes. Quanto ao texto, em si, é depositário dessas experiências de permanência e ruptura na visão de mundo dos autores. Desse modo, as obras literárias não serão consideradas restritamente a partir das relações sociais de produção de sua época, mas como elas se identificam às relações literárias de produção. Tomando as técnicas literárias, os estilos, a escola em que se situam como produtos literários acessíveis a uma análise social, materialista, dialética ao invés de gênero fechados em si mesmos⁵ (BENJAMIN, 1994).

Daí o realismo literário de Bernardo Élis estar relacionado ao realismo político que adotara ao vincular-se ao Partido Comunista Brasileiro⁶. Nesse a ação do partido junto ao campesinato seria transformar as lutas pré-políticas e imediatistas dos últimos em lutas políticas que objetivassem a construção da “revolução brasileira”. Em síntese, esse é o centro de *A Terra e as Carabinas*, devido a caracterização que oferece do camponês e da sua relação com o partido político. Esse romance explícita-nos a visão de mundo do autor. Depois, assim como Paulo Nunes Batista, Carmo Bernardes, José Godoy Garcia e Sebastião de Barros Abreu; Bernardo Élis também se tornaria um dissidente do PCB⁷.

5 “Pretendo mostrar-vos que a tendência de uma obra literária só pode ser correta do ponto de vista político quando for também correta do ponto de vista literário. Isso significa que a tendência politicamente correta inclui uma tendência literária. Acrescento imediatamente que é essa tendência literária, e nenhuma outra, contida implícita ou explicitamente em toda tendência política correta, que determina a qualidade da obra. Portanto, a tendência política correta de uma obra inclui sua qualidade literária, porque inclui sua tendência literária” (BENJAMIN, 1994, p.121).

6 “O realismo, assim, é a incapacidade mental de ultrapassar a aparência e atingir a essência, pois esta remete aos conflitos sociais e psíquicos do mundo contemporâneo e o da necessidade de transformação social. Este é uma expressão racionalizada da mentalidade burguesa e nada mais que isto, sendo, pois, mais um elemento consciente que contribui para a reprodução do capital” (VIANA In: LIMA et al., 2002, p.24).

7 Em uma conversa com José Sobrinho, assim como José Ribeiro, o Bernardo Élis fala do esgotamento das suas

Na literatura acerca de Trombas e Formoso temos também os cordéis de Paulo Nunes Batista, *ABC do Formoso* e *A Luta contra o Martírio do Camponês Zé Porfírio*, foram textos de propaganda da luta do campesinato em Goiás e escritos no calor dos acontecimentos. Esse autor tendo nascido em João Pessoa, na Paraíba, reside em Goiás a mais de 50 anos e foi durante muito tempo membro do Partido Comunista Brasileiro. Escreveu esses cordéis atendendo a pedido de Sebastião de Barros Abreu que era do Comitê Estadual do “partidão”. Nesses o camponês é representado na sua luta cotidiana como os que tem direito a posse da terra por nela trabalhar. Escreveu sobre aqueles acontecimentos a partir das informações trazidas pela imprensa e pessoas na época.

Em 1956, o jornalista e escritor Sebastião de Barros Abreu meu amigo, meu companheiro, meu camarada de partido me deu a tarefa- eu já estava aqui em Anápolis- me deu a tarefa de escrever defendendo os posseiros de Trombas e Formoso e aquela região. Eu então, baseado em fatos vindos da imprensa, noticiados pela imprensa, os contatos de viva voz de pessoas que estavam presentes lá, escrevi folhetos de cordel que foram publicados dizendo pelo partido, Partido Comunista, chamado ABC do Formoso... em que eu relato todas as arbitrariedades, as brutalidades cometidas pela polícia e pelos “bate-paus” contra os posseiros. São relatos de toda a luta, eu dou o nome das pessoas envolvidas... as arbitrariedades cometidas pelos donos das terras... pelos grileiros que estavam de olho grande naquelas terras que eram terras produtivas (BATISTA, 2009).

Paulo Nunes Batista foi um dos intelectuais que se juntou ao movimento de apoio aos camponeses que posteriormente se tornaria um dos dissidentes do partido. Esse já apresentava, no início da década de 1950, discordâncias quanto as teses de uma revolução iminente no país. Nos seus cordéis, esse autor, traduz expectativas quanto a posse da terra ser destinada a quem nela trabalha. Trata-se de cordéis de propaganda em solidariedade aos camponeses que se juntava ao grande movimento nas cidades de contestação da ação de fazendeiros, grileiros e do Estado. Os cordéis estão relacionados a uma linguagem de fácil compreensão e a acessibilidade do material. Uma literatura que desde seu estilo remonta a cultura popular e expressa práticas cotidianas de grupos considerados retardatários na sociedade capitalista.

A literatura popular em verso passou por diversas fases de incompreensão e vicissitudes no passado. Ao contrário de outros países, como o México e a Argentina, onde esse tipo de produção literária é normalmente aceita e incluída nos estudos oficiais de literatura – por isso poemas como “La cucaracha” são cantados no mundo inteiro e o herói do cordel argentino, Martín Fierro, se tornou símbolo da

esperanças quanto ao Partido Comunista Brasileiro. Esse recomenda a José Sobrinho que procure outros caminhos; “O Bernardo Élis me diz referindo-se ao pessoal do PCB 'Essa gente existe'. Aconselha-me a entrar no PT que é uma esfera de luta diferente. Não me sinto capacitado para essa mudança, não quero e nem devo jogar um passado de luta no fundo de uma gaveta. Pertencer ao PCB, é combater o bom combate, na luta, atolado nela, até derrotar essa turma de aventureiros que empolgaram e tomaram a direção do partido, vejo o grande prejuízo e o atraso que temos na organização das massas” (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/08/1980). No dia 02 de agosto de 1980 em visita a Trombas e Formoso, José Sobrinho acompanhado de Janaína Amado, em conversa com José Ribeiro constata a “quase inexistência” desse para os movimentos políticos daquela época e que os 16 anos de ditadura teriam abatido o seu animo (SOBRINHO, Diário Pessoal, 02/08/1980).

nacionalidade platina -, as vertentes brasileiras passaram por um longo período de desconhecimento e desprezo, devido a problemas históricos locais, como a introdução tardia da imprensa no Brasil (o último país das Américas a dispor de uma imprensa), e a excessiva imitação de modelos estrangeiros pela intelectualidade. Apesar da maciça bibliografia crítica e da vasta produção de folhetos (mais de 30 mil folhetos de 2 mil autores classificados), a literatura de cordel – cujo início remonta ao fim do século XIX – continua ainda uma boa parte desconhecida do grande público, principalmente por causa da distribuição efêmera dos folhetos (BATISTA, 2005, p. 5).

Um outro literato que militou no Partido Comunista Brasileiro em Anápolis, assim como Paulo Nunes Batista, foi Carmo Bernardes que escreveu uma obra, na qual, a questão agrária e os conflitos de Trombas e Formoso são o pano de fundo. Ficção circunscrita, na obra desse romancista realista, a sua trajetória político-institucional. Entre os acontecimentos que relacionam esse autor aos acontecimentos de Trombas e Formoso está ter sido um dos assessores, em um grupo formado pelo Partido Comunista Brasileiro, de José Porfírio quando deputado estadual. Sua obra, *Nunila: A Mestiça mais Bonita do Sertão Brasileiro*, é uma releitura dos acontecimentos de Trombas e Formoso e explícita a visão de mundo desse intelectual dissidente. O que possibilitou afastar-se de aspectos comuns nas obras dos intelectuais pecebistas quanto a relação entre camponeses e partido político.

É uma questão central nesse trabalho a crítica ao processo de modernização e conseqüentemente aos agentes de mediação na ação junto ao campesinato. Esse intelectual dissidente afastou-se da posição predominante no PCB que supunha que o problema seria a ausência de capitalismo e não a sua existência. Sua crítica ao processo de modernização capitalista que chega ao campo em Goiás, apesar do enfoque profundamente ecológico, não toma aspectos conservadores devido a não dirimir os conflitos sociais na sua narrativa.

Entram essas agropecuárias de sociedade anônima, um gerente é que vem mandando. É dono de nada, ninguém sabe quem é dono. Ele é provisório, não tem nem cria apego a nada do lugar, nem mesmo lhe interessa dar e tomar conhecimento com o povo. O que é valor de tradição, lugares, objetos e coisas de estima, de respeito e veneração que o povo resguarda, a essa gente forasteira nada representa, significa nada. Eles fazem é caçar, fazer pouco do sentimento das pessoas. Tudo se compra com o dinheiro e prestígio com os graúdos da política. Pouco ainda resta em redor do arraial, os matos, os campos, as aguadas, que já não pertença às companhias vindas de fora. Meio-mundo sendo cercado de arame, cerca estaqueada com madeira de lei, a espaço de dois em dois metros. Delas as estacas vieram de Anápolis, umas de cimento que são de não acabar mais nunca. Dentro das glebas vedadas os tratores urrando, destroçando os matos, revolvendo o chão, estruindo tudo, infeliz é quem estiver na frente. Tenho visto umas mulheres chorando, dona Filó triste e pensativa. Elas viram as máquinas revirando as terras de um sítio antigo, as mangueiras sendo derrubadas carregadas de frutinhas ainda na flor, as sepulturas de um cemitério escavadas, ossos de defuntos arrancados, esqueletos e crânios indo de roldão à frente da ferragem, as cruces ainda enfeitadas de coroas empurradas, tombando, bracejando, levadas como cisalha no meio dos

destróços que se amontoam nos leirões (BERNARDES, 1984, p.114-115).

É um crítico da relação entre o ser humano e a natureza, mas também das relações sociais de produção inauguradas pela modernização.

Essa crítica a modernização o impele contra a posição hegemônica pecebista que vê no partido a vanguarda do campesinato. O que se fundamenta na suposta inaptidão do posseiro para a ação política e a limitação dessa classe às manifestações de caráter pré-político. Enquanto em *A Terra e as Carabinas* Élis afirma com seus personagens, e se filia a posição predominante no Partido Comunista Brasileiro, quanto a ação junto as outras classes e sua “Frente Democrática de Libertação Nacional”;

Somos os melhores filhos da classe operária, somos os responsáveis pela condução do povo a uma vida melhor, somos os construtores do comunismo, somos a vanguarda do proletariado. Somente a classe operária, nos dias de hoje, em nossa terra, pode operar sob sua bandeira revolucionária de luta pela liberdade nacional, contra o latifúndio, profundas transformações democráticas, pela edificação econômica do país e pelo desenvolvimento cultural, reunindo os que aspiram a liberdade e a independência da pátria. Temos que apresentar às massas esse programa revolucionário e ganhá-las para a luta por sua execução (ÉLIS, 1987, p.55)

Na obra de José Godoy Garcia, *O Caminho de Trombas*, temos uma criativa representação literária do caminho percorrido pelo campesinato até Trombas e Formoso. Esse autor, já dissidente do Partido Comunista Brasileiro, contribui nas reflexões historiográficas que se proponham a reconhecer esse caminho percorrido e a construção da classe enquanto realidade sociológica no seu trajeto. Nesse trabalho dialogaremos com essas representações e os correspondentes acontecimentos históricos que inspiraram sua construção.

Entre as obras historiográficas temos o trabalho de Janaína Amado, *Eu Quero Ser uma Pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil (s/d)*, teve como objetivo analisar as motivações que levaram inúmeros trabalhadores rurais a migrar para Goiás, entre 1940-1960. Essa deu centralidade à elaboração por parte desses de uma noção de “ser alguém” e “ser uma pessoa”. No primeiro momento colocou em questão “o problema central da identidade”, no segundo a revolta no seu contexto histórico, no terceiro o processo social de construção da noção de pessoa entre os camponeses e na última parte o projeto desses para o conjunto da sociedade brasileira (AMADO, s/d, p.1-2).

Essa autora apresenta-nos uma concepção de história, na qual, a cultura e suas manifestações identitárias são as únicas passíveis de consideração e os aspectos que se apresentam como limitadores da ação humana livre de entraves são desconsiderados. Quando os aspectos econômicos

surgem na obra são “dados”, no sentido inflexível do termo, capazes de ser mensurados em tabelas, mas logo dispensados da explicação das ações dos sujeitos envolvidos em Trombas e Formoso. É necessário considerarmos que mesmo esses “dados” são resultado de uma construção histórica⁸. Na análise literária é necessário considerarmos os motivos subjacentes a constituição de personagens, os grupos representados, traços formais e estilísticos como produtos de uma sociedade com suas especificidades. Na produção historiográfica os “dados” é de onde se parte para a reconstituição dos acontecimentos, contudo, antes é necessário reconhecermos que esses também são produtos da historicidade.

Janaína Amado destaca a importância do Partido Comunista Brasileiro ajudando a organizar, ligando o movimento ao mundo exterior e criando uma opinião pública nacional favorável aos posseiros e situando a chegada do partido na região de conflitos em 1954⁹ (AMADO, s/d, p.11). No entanto, não é crítica quanto a relação entre camponeses e partido político ou quanto ao papel do Estado na relação entre as classes sociais. Trata do desejo dos camponeses de “ser uma pessoa” ou “ser alguém” a partir de quatro eixos; o primeiro que se refere é o “antes” quando se pensava “não ser nada” e “não ser ninguém”, o segundo que caracterizava o “estar mudando” quando se estava chegando, o terceiro “depois” de estabelecido em Trombas e Formoso e “ser dono do próprio destino” e o quarto que se dá “depois do depois” resumido em “a vida muda” (AMADO, s/d. p. 13).

Na historiografia de Maria Esperança Fernandes Carneiro, *A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso* (1988), o partido é criticado a partir de entrevistas com os envolvidos na revolta. O depoimento de Geraldo Marques foi escolhido como representativo do autoritarismo do Comitê Estadual quanto aos pecebistas na revolta. Todavia o texto fundamentando-se na suposta estreiteza da potencialidade política do campesinato endossa a sua incapacidade de reivindicações que não sejam imediatas e economicistas. Somente os partidos, sindicatos e demais agentes de modernização realizariam a sua transformação em reivindicações políticas, que, pressuponham à tomada do Estado ou a racionalização das relações políticas (cidadania etc)¹⁰. Entre as

8 “Filosoficamente, o idealismo significa a suposição de que as idéias constituem a realidade básica, e que o mundo material percebido pelos nossos sentidos não tem finalidade, como tal. Para o materialismo que predominava em fins do século XIX, a matéria, e não as idéias, constituía a realidade. Marx em contraste com esse materialismo mecanicista (também subjacente ao pensamento de Freud), não se preocupava com a relação causal entre matéria e mente, mas com o entendimento de todos os fenômenos como resultado das atividades de seres reais” (FROMM, 1979, p. 41).

9 Todavia, segundo Cláudio Lopes Maia, a autora deveria ter dado mais importância a participação do Partido Comunista Brasileiro na revolta camponesa de Trombas e Formoso. Já que isso a possibilitaria distinguir entre os entrevistados os militantes e não-militantes do partido. Não incorrendo em equívocos como, citar Sebastião Bailão, membro do Partido Comunista Brasileiro como se tivesse participado da revolta, enquanto na realidade não esteve diretamente envolvido com aqueles acontecimentos (MAIA, 2008, p. 18).

10 Maria Esperança Fernandes Carneiro trata da luta imediatista do campesinato e como o partido teria mudado essa situação. Quando produziu era um consenso a idéia de que em Trombas e Formoso teríamos um primeiro momento de luta econômica, imediatista, pré-política e que através da mediação do partido e outros grupos, teria se tornado uma luta política (CARNEIRO, 1988, p. 34).

contribuições, das quais nos servimos nesse trabalho, está a discussão da autora sobre o contexto abrangente de expansão do capitalismo ao campo, a formação do latifúndio e a luta dos camponeses contra a sua proletarianização.

O artigo *Redescobrimos a História: A República de Trombas e Formoso* (1997) e o livro *Aconteceu Longe Demais- A Luta pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)* (2007) de autoria de Paulo Ribeiro da Cunha são trabalhos historiográficos que se contrapõem, entre as linhas que estudam às revoltas camponesas, a “uma dessas linhas, muito corrente, [que] procurou desqualificar a intervenção dos comunistas como indutores dessas lutas, reduzindo a atuação de seus militantes e do Partido a uma intervenção desmobilizadora, um absurdo completo” (CUNHA, 2009). No artigo e no livro o autor empreende seus trabalhos com o intuito de retomar as condições de atuação do Partido Comunista Brasileiro na revolta, apresentando-as como limitadoras para que a ação do partido fosse outra que não a empreendida.

Entre as contribuições que nos dão essas obras listamos algumas; a primeira é que esse autor cumpre seu intento principal – esclarecer acerca da complexidade do contexto de intervenção do partido no movimento camponês- questões que não se colocavam somente a Trombas e Formoso, mas à realidade brasileira. Situando-nos quanto às determinações da política interna do partido e seus projetos mais “amplos”, como a “revolução brasileira”, por exemplo. Uma segunda contribuição é o trabalho historiográfico em si, ou seja, a utilização de um grande número de fontes e informações sobre a história do Brasil e sobretudo a esquerda institucional. A preocupação desse historiador possibilitou que pudéssemos reconhecer as variações internas na atuação do Partido Comunista Brasileiro. Também apresenta-nos uma ampla bibliografia acerca das discussões sobre o campesinato e o diálogo com autores indispensáveis nas discussões acerca do assunto, como por exemplo, Karl Kautsky, Gramsci, Eric. J. Hobsbawm, Octávio Ianni e José de Souza Martins, entre outros.

Na declaração de Paulo Ribeiro da Cunha acerca da produção intelectual sobre a história do campesinato, aquelas que apresentam a atuação dos membros do Partido Comunista Brasileiro como uma ação desmobilizadora, e quando coloca no mesmo plano os interesses de movimentos sociais e os setores nacionalistas das Forças Armadas explicita-se uma visão de mundo que pretende reeditar as esperanças pecebistas quanto a setores supostamente democráticos das Forças Armadas e o projeto nacionalista de desenvolvimento do capitalismo no Brasil¹¹ “Há uma desconfiança entre

11 “Ela [visão do mundo] é o sistema de pensamento que, em certas condições, se impõe a um grupo de homens que se encontram em situações econômicas e sociais análogas, isto é, a certas classes sociais” (GOLDMANN, 1967, p. 73). Essa relação entre obra e visões de mundo não é mecânica. São numerosas e variadas as mediações entre seu pensamento e a realidade econômica. Porém, essa visão de mundo nunca está fundamentada no que se entende por neutralidade. Não abandonando o marxismo a concepção de uma visão correta da realidade mas atribuindo sua possibilidade aqueles que partem do ponto de vista da classe explorada que é a quem interessa encontrá-la.

militares e movimentos sociais. Pretendo fazer um estudo para demonstrar que tanto as Forças Armadas quanto os movimentos populares estão na mesma perspectiva de um projeto de nação” (CUNHA, 2010). O autor ignora às especificidades dos agentes sociais e se indispõe com as leituras que questionam a atuação do Partido Comunista Brasileiro na revolta de Trombas e Formoso. Desse modo, afirma que os trabalhos de Carneiro, Amado, Abreu, Godoy Garcia, Carmo Bernardes, Bernardo Élis estariam contabilizando todos os erros históricos nesses acontecimentos ao partido e se propõe a fazer uma “análise crítica” que recupere as dificuldades de intervenção naquele contexto¹² (CUNHA, 2007).

Segundo José de Souza Martins (1990), citado pelo próprio Paulo Ribeiro da Cunha (2007, p. 29), os mediadores cuidaram para que não houvesse uma revolução camponesa no país. A luta pela terra e contra a renda fundiária passaram ao largo dos mediadores. Cunha demonstra que o Partido Comunista Brasileiro pretendia criar as condições para a “revolução brasileira”. Esse aspecto foi motivador para a atuação pecebista nos acontecimentos de Trombas e Formoso, chegando a aglutinação de instâncias distintas dentro do partido, mas os pressupostos da “revolução brasileira” não podem ser remetidos diretamente a política local adotada na revolta camponesa. Essa questão apresentada por José de Souza Martins, municiadas de experiências históricas concretas em *Os Camponeses e a Política no Brasil*, não deve se tornar uma generalização que ignore a atuação concreta desses agentes de mediação nas lutas pela posse da terra.

Entretanto é importante que se diga que o trabalho de Paulo Ribeiro da Cunha, ao evidenciar as condições de atuação do Partido Comunista Brasileiro, contribui ao não recair no criticismo quanto a atuação desse agente de mediação. Todavia isso não significa que os críticos da atuação desse na revolta camponesa tenham recaído nesse equívoco, podendo ser criticados indistintamente, e que somente ele não tenha sido criticista. Na realidade esse autor é a principal referência acerca do tema a adotar a tese do Partido Comunista Brasileiro acerca desses acontecimentos. No depoimento de José Sobrinho, pecebista camponês, que atuou em Trombas e Formoso temos a síntese da idéia central do partido sobre a revolta camponesa;

Bom, era mais ou menos uma coisa muito interessante porque a associação foi criada pelo partido. É natural que não se organiza uma associação para entregar ao.....Se a associação não for defender os interesses do trabalhador do campo, é natural que essa associação seja um partido; seja um partido que tenha por meta defender a reforma agrária, a luta do camponês....., a democracia de massa..... qualquer uma dessas duas né! Tinha prioridade de ser organizado. A associação por exemplo, era organizada, tinha presidente que era membro do partido, então um homem do partido. Então nas reuniões que tinha, que reunião que era do partido era uma coisa, porque o partido era coisa diferente, o partido era uma entidade política.

12 Esse aspecto chamou nossa atenção devido a incipiente crítica desses autores ao Partido Comunista Brasileiro, na sua maioria, e a classificação indistinta em uma mesma perspectiva de textos como de Carmo Bernardes e Bernardo Élis.

A associação de classe era uma entidade sindical reivindicativa e o partido por ser de classe tinha outra proposta. *Mas quem é que estava lá dentro era o pessoal do partido e nem podia ser diferente. Era isso que tinha lá! A associação funcionava por que existia por detrás dela um partido que estava alimentando sua força, sua organização, né! Então era isso que existia.* Essa vontade de luta, de organizar o povo prá lutar, um povo organizado prá lutar e fazer uma luta imediata, não é! Lutar dentro de uma associação, para lutar dentro para conquista das coisas, conquista também do social no sentido de toma a terra prá eles trabalhar, né! Conquista prá ter mais escolas. Tudo isso fazia parte da associação e que o partido também desejava. E assim, uma sintonia funcionava o Partido e a associação (SOBRINHO, 1990, p.35-36, grifo nosso).

Nossa crítica ao trabalho de Paulo Ribeiro da Cunha, apesar de lançar mão das suas profícuas contribuições, não se deve a ele destacar a importância do partido na revolta camponesa. Todavia ao procedimento através do qual dirimiu as contradições entre camponeses e Partido Comunista Brasileiro. Tanto que sua ênfase na atuação pecebista esvazia a contribuição camponesa na revolta de Trombas e Formoso. O que ocorre ao tomar os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores como controlados pelo núcleo hegemônico (PCB) que supostamente era o gerenciador das suas necessidades (CUNHA, 2007, p. 48). Esse historiador se contrapõe às críticas aos agentes de mediação, por sua ação desmobilizadora, a partir do pressuposto de que esses não teriam considerado as dificuldades que se colocavam a intervenção do partido ou o atraso do campesinato. Então, segundo Paulo Ribeiro da Cunha, o que ocorreu é que teria sido insignificante todo o esforço do Partido Comunista Brasileiro diante da debilidade do campesinato e as condições que obstaculizavam a realização da “revolução brasileira” (CUNHA, 2007, p.47).

A crítica que comumente se faz aos agentes de mediação por alguns intelectuais, especialmente o Partido Comunista ter procurado obstaculizar o movimento revolucionário no campo, como se fosse uma proposta deliberada e premeditada, perde o sentido e o referencial teórico a partir do momento que as condições objetivas e subjetivas apontadas em vários estudos de caso, se estavam postas, eram localizadas. Ou seja, parece-me um equívoco apontar o amadurecimento de um partido e de seus militantes na tentativa de elaborar uma estratégia revolucionária no campo como sendo somente uma proposta interveniente e deliberada de contenção de impulsos dos movimentos sociais no campo (CUNHA, 2007, p.53).

Essa explicação coerente com a explicação dada pelos pecebistas a atuação do Partido Comunista Brasileiro na revolta camponesa de Trombas e Formoso imputa sua derrota às condições objetivas que não estariam amadurecidas para a revolução. Tanto devido aos obstáculos colocados pela repressão a modernização capitalista em moldes democráticos ou pelo próprio atraso do campesinato. Em nenhuma hipótese teria sido o Partido Comunista Brasileiro, um agente de mediação atuando na criação de condições gerais de produção capitalista, um dos fatores responsáveis pela desmobilização de uma possível revolução camponesa. Essa tese coerente com a

explicação pecebista para o desenrolar dos acontecimentos em Trombas e Formoso, poderia ser adotada a-criticamente por qualquer autor, se os depoimentos desses membros do PCB e essa explicação não fossem ambíguos e involuntariamente permitissem romper com o consenso que pretendem os entrevistados sustentar na sua memória acerca dos acontecimentos. Tanto que aqui, neste trabalho, depoimentos recolhidos por Paulo Ribeiro da Cunha são utilizados contradizendo essa homogeneidade em que toda a ação política é restringida ao controle do Núcleo Hegemônico sobre Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores.

Na tese de doutorado de Cláudio Lopes Maia, *Os Donos da Terra: A Disputa pela Propriedade e Pelo Destino da Fronteira- A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960* (2008), o autor esclarece que os trabalhos sobre o assunto cindiram-se entre os que chamam a atenção para a ação dos camponeses e os que ressaltaram o poder de organização do PCB. Propõe que nesse aspecto devemos nos apropriar de um olhar que não conforme o destino de um grupo aos interesses do outro (MAIA, 2008). O que contribui no nosso trabalho se não negligenciarmos as especificidades dos pecebistas e camponeses, e como a relação entre eles implicou na formação de interesses comuns entre os agentes sociais envolvidos na revolta. Todavia há discordâncias neste trabalho quanto a questões apresentadas pelo professor da Universidade Federal de Goiás, por mais que consideremos a mais acertada análise sobre o estatuto da questão agrária na luta desses camponeses e dela termos nos servido.

Maia se posiciona criticamente quanto ao trabalho de Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988, p.7) devido sua intensão de chegar à “reconstituição histórica” através da memória dos revoltosos e seus relatos orais. O que não seria possível devido o relato oral não ser a própria história. Todavia reconhece a importância do trabalho de Carneiro (1988) por trazer à tona a perspectiva dos camponeses (MAIA, 2008, p.16-17). Quanto aos trabalhos de Janaína Amado (s/d) ressalta seu intento de refletir acerca da subjetividade dos camponeses e como o processo de constituição em vista de “ser uma pessoa” torna-se elemento fundamental para organização da memória desses. Tratando da fonte oral não como “receptáculo dos fatos históricos”, ao contrário de Carneiro (1988), mas como “mecanismos ligados à reflexão sobre a participação política” (MAIA, 2008, p.17-18).

Segundo Cláudio Lopes Maia, entre outros trabalhos, Esteves (2007) questiona as abordagens que destacam de forma excessiva a atuação do PCB em Trombas e desenvolve o conceito de “resistência ampliada”, dando atenção as várias estratégias de lutas e atuações políticas dos posseiros. Suas críticas a esse autor se deve ao mesmo não ter discutido a questão da terra para o camponês e a expansão da fronteira, a restringindo a uma reflexão racionalizada entre meios e fins (MAIA, 2008, p.18-19). O que impossibilita constatar a significação da relação entre a luta dos

revoltosos e o processo de modernização capitalista. Quanto ao trabalho de Paulo Ribeiro da Cunha (1994/2007), Maia esclarece que na relação entre o movimento e o Partido Comunista Brasileiro esse autor subordina os acontecimentos de Trombas e Formoso a presença do partido (MAIA, 2008, p. 20).

Nas contribuições que nos dá o trabalho de Cláudio Lopes Maia, entre outras, está a crítica aos que consideram o camponês uma classe social fora do seu tempo, feudal, que deveria ser dirigida na ação política pelo operariado. Tratando-se de uma posição que não possibilita-nos compreender a complexidade dos acontecimentos por levar à fetichismos quanto aos partidos, sindicatos e submeter o movimento à racionalidade urbana (MAIA, 2008). Nesse aspecto as obras de Cláudio Lopes Maia e Carlos Leandro da Silva Esteves concordam e abrem novos horizontes na historiografia acerca de Trombas e Formoso.

Na historiografia de Carlos Leandro da Silva Esteves através da sua dissertação de mestrado e artigo, *Nas Trincheiras- luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas(1948-1964) uma Resistência Ampliada* (2007) e “*No norte não tem patrão*”: *Resistência e Conquista da Terra em Trombas e Formoso 1950-1964* (2009), temos a introdução do conceito de “resistência ampliada” acerca desses acontecimentos. Esse procura superar as análises que consideram as resistências em uma perspectiva restritamente defensiva e enfatiza

as variadas estratégias de luta e ampliação de espaços de atuação política construídas a partir da atuação dos posseiros em Formoso e Trombas, em princípio visando a preservação de relações sociais calcadas numa *prática agrária*, adquiriu no decorrer do processo de luta uma crescente pressão pela manutenção/ampliação de direitos e pelo reconhecimento político da importância da figura social do lavrador. É a esse processo que denomino de *resistência ampliada* (ESTEVES, 2007, p. 27).

Todavia nos posicionamos em uma perspectiva crítica a esse conceito no que ele representa de acomodação à indistinção, ou seja, a luta do posseiro tratada sob a mediação do Estado ou a partir da própria organização dos interessados na posse da terra indistintamente e desconsiderando-se suas nuances. Tanto que para nós tem um significado a “trincheira” da luta armada pela posse da terra, enquanto, a “trincheira” da sindicalização, formação de cooperativa, acordo com o governo Mauro Borges, eleição de José Porfírio tem um significado completamente distinto. Todavia Carlos Leandro da Silva Esteves tomou todas essas “trincheiras” indistintamente e as acomodou no interior do conceito de resistência ampliada.

Há obras situadas na fronteira da historiografia e do relato memorialístico, como os trabalhos de Sebastião de Barros Abreu e José Fernandes Sobrinho, por exemplo. O primeiro foi autor de *Trombas- A Guerrilha de Zé Porfírio* (1985), livro de memórias e historiografia que fez as primeiras críticas a atuação do Partido Comunista Brasileiro nesses acontecimentos.

Quanto ao Partido Comunista, embora legalmente proscrito, era atuante, mas é necessário distinguir aqui o comportamento dos dirigentes estaduais da atuação dos líderes nacionais. Enquanto o Comitê Estadual do PCB, sob a firme liderança de Abrão Isac Neto, se empenhou a fundo na luta e tudo fez em defesa dos posseiros, o Comitê Central a princípio tentou minimizar a importância do problema e não teve sensibilidade para avaliar o alcance e a potencialidade do movimento. Em vez da ajuda efetiva reclamada pelos comunistas de Goiás, a direção nacional mandava seus “assistentes” cheios de recomendações paternalistas: “Cuidado, companheiros. O posseiro tem mentalidade pequeno-burguesa. Tão logo consiga a terra ele se acomoda e passa para o outro lado.” A subestimação foi tanta que, no momento em que mais necessária era a presença entre os posseiros de pessoas qualificadas para o trabalho político, o C.C retirou de Goiás dois dos melhores militantes: Geraldo Tibúrcio foi exercer o burocrático cargo de Presidente de uma organização de cúpula – a ULTAB, e Declieux Crispim foi dirigir o semanário “Terra Livre”, ambos passando a residir na cidade de São Paulo (ABREU, 1985, p.79-80).

Foi advogado, jornalista e dissidente que registrou nessa obra suas memórias sobre Trombas e Formoso e elegeu para esses acontecimentos José Porfírio e Geraldo Marques como personagens principais¹³. O primeiro nas demais historiografias é geralmente caracterizado como um camponês carismático e para “o grande mentiroso”, entrevistado de Janaína Amado, é como Dom Quixote¹⁴. O segundo geralmente aparece como figura problemática dentro do partido, por sua instabilidade e autoritarismo. Enquanto na historiografia de Paulo Ribeiro da Cunha, vinculado a uma perspectiva pragmática acerca do papel do partido na ação junto ao campesinato, é enfatizada a atuação de José Ribeiro, que para o entrevistado de Janaína Amado, era como Sancho Pança (MAIA, 2008, p.28-29).

Essas críticas incipientes de Sebastião de Barros Abreu a atuação do Partido Comunista Brasileiro se volta sobretudo contra o Comitê Central. No entanto sua análise das fontes e a consulta diligente às suas memórias estão mediadas pela mesma concepção restritiva quanto a potencialidade da ação política do campesinato. Tanto que as organizações tradicionais (mutirão e traição, por exemplo) e as novas organizações (Conselhos de Córregos e Associação de Lavradores) que sustentaram a resistência camponesa, são consideradas por ele sob os mesmos parâmetros da democracia representativa¹⁵. O que impossibilitou ao autor a compreensão do significado das

13 Cláudio Lopes Maia já chamava a atenção para o fato de Abreu (1985) dar ênfase a José Porfírio (camponês) e Geraldo Marques (membro do PCB, um tanto indisciplinado), ambos teriam sido cogitados para ser expulsos do PCB no momento em que a direção queria impor um novo rumo (MAIA, 2008, p. 29).

14 Ao nos referirmos ao “grande mentiroso”, utilizamos os termos da historiadora Janaína Amado, sobre um dos seus entrevistados nas suas pesquisas sobre Trombas e Formoso. Essa discussão será aprofundada nas páginas seguintes tendo em vista considerar a importância das “fontes orais” e da literatura quando falamos em representações sobre essa revolta camponesa.

15 Essa restrição de Sebastião de Barros Abreu quanto a potencialidade política do campesinato, que ele criticara na atuação do Comitê Central, na realidade o leva a incorrer em um superficialismo onde o que chama de “os posseiros no poder” se torna uma réplica da democracia representativa onde um dos diretores da associação foi designado “Prefeito de Formoso”, o “Poder Legislativo” exercido pela Associação de Lavradores e Geraldo Marques por sua “ascendência natural” o juiz de primeira instância (ABREU, 1985, p.96-97). Enquanto na realidade o governo exercido pela Associação de Lavradores e Conselhos de Córregos na região não atuava politicamente sob essas

práticas societárias específicas dos camponeses e pecebistas nesses acontecimentos. Uma perspectiva coisificadora da consciência, na qual, se restringe a realidade a imediatez dos fatos e impede a compreensão da complexidade da realidade.

Desde o nome da obra, *Trombas-A Guerrilha de Zé Porfírio*, Sebastião de Barros Abreu aponta como a grande liderança do movimento o camponês José Porfírio que teria contado com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (ABREU, 1985, p. 10). Esse camponês escolhido como a grande liderança do movimento, situa esse autor, na contraposição a obra de Paulo Ribeiro da Cunha onde a equação é apresentada invertidamente; o partido lidera e o camponês apóia. Na historiografia de Sebastião de Barros Abreu se deu passos importantes que questionaram a participação do partido em Trombas e Formoso. O que não significa que tenha sido superado o pragmatismo realista, presente também nas expressões literárias sobre esses acontecimentos, e a razão dualista. A concepção restritiva de que o partido é o elemento modernizador responsável pela conscientização do campesinato foi mantida na obra de Sebastião de Barros Abreu. Foi, para esse autor, o contato com os homens conscientizados do partido que levou os camponeses à conscientização (ABREU, 1985, p. 82-83). Considerando esse último aspecto as obras de Sebastião de Barros Abreu e Paulo Ribeiro da Cunha se aproximam novamente.

Essa razão dualista, na qual a luta do campesinato só se torna política se mediada pela ação do agente de mediação, está presente na historiografia de Paulo Ribeiro da Cunha quando todas as formas de organização da revolta camponesa são consideradas subordinadas ao Partido Comunista Brasileiro. Essa situação leva a homogeneidade, onde as contradições entre camponeses e partido estão ausentes, quando por exemplo se adota a idéia de que José Porfírio era um mero instrumento nas mãos desse. Nossa crítica a razão dualista, por preservar no seu interior a idéia de que a consciência de classe se forma externamente e é introduzida pelos agentes de mediação nos vetores “atrasados”, encontra na concepção de Paulo Ribeiro um dos seus exemplos: esse sugere que José Porfírio não deve ser considerado como um quadro do partido por ser “incapaz de pensar politicamente em um horizonte amplo e estratégico de intervenção” (CUNHA, 2007, p.242). Nessa afirmação está explícita a construção de um modelo onde só é membro do partido aquele que pensa em um horizonte amplo e a partir daí pode levar outros a pensar. O que não tem nada a ver com destacar a importância do Partido Comunista Brasileiro na revolta de Trombas e Formoso, mas em restringir a potencialidade desse “horizonte amplo” aos pecebistas.

Entre as obras que estão na fronteira, entre a historiografia e o relato memorialístico, está o livro *Vivências no Agreste* (1997) de José Fernandes Sobrinho. O autor foi membro do Partido

mesmas perspectivas, mas dava continuidade a uma sociabilidade camponesa que instaurada nos períodos mais intensos da luta agora se consubstanciava em um modo específico de governar.

Comunista Brasileiro e esteve indiretamente envolvido com os acontecimentos de Trombas e Formoso¹⁶. Sua vinculação institucional aparentemente o identificaria aos interesses emancipatórios do campesinato que se manifesta como sujeito político na década de 1950-1960. Enquanto na realidade somente compreendendo a significação dos acontecimentos históricos e sua atuação nesses é que podemos caracterizar sua vinculação política.

José Fernandes Sobrinho é apresentado em seu livro por Aidenor Aires Pereira como um “Quixote no Cerrado”, o que pode nos levar a pensar que seja ele “o grande mentiroso”, que teria sido entrevistado por Janaína Amado, aproximadamente no ano de 1980. O que não se confirmaria se considerarmos as informações dadas pela entrevistadora sobre o entrevistado. Na verdade, a leitura e a reprodução da obra de Cervantes era comum no norte de Goiás, para os que haviam nascido antes de 1950, como veremos nas próximas páginas. Sua origem social foi em classe oligarca e latifundiária do norte goiano, ingressando no socialismo “numa universal e generosa febre reformadora”, segundo Aires Pereira¹⁷.

A revolta camponesa de Trombas e Formoso é um dos episódios retratados no livro de José Fernandes Sobrinho. No entanto nos apropriamos das discussões nesse livro sobretudo para compreendermos o impacto da modernização capitalista no norte de Goiás. Entre suas funções memorialísticas está a idealização do passado e o lamento explícito do descendente das tradicionais classes dominantes em Goiás. Essas se viam destituídas dessa condição pela mesma modernização que incidiu sobre Trombas e Formoso¹⁸.

16 José Sobrinho atesta sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro, em 1948, através de Geraldo Tibúrcio, João Soares de Oliveira e Gregório Bezerra. Em um período em que a classe operária não era significativa em Goiás e haviam poucas lideranças do movimento estudantil em atuação. Entre essas estava o estudante da Faculdade de Direito da rua 20, em Goiânia, José Godoy Garcia (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979).

17 O próprio José Sobrinho atesta-nos essa origem social oligarca ao reclamar de ser recorrentemente caracterizado dentro do Partido Comunista Brasileiro por seu “espírito pequeno-burguês” (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/04/1979 e 30/11/1978). Os companheiros de Sobrinho no partido também o acusavam de pequeno burguês e adepto da paz social (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979). Entretanto, José Sobrinho, também se apresenta como filho de pai camponês sem-terra, que já era um homem de leitura, como um dos motivos para sua entrada no PCB. No seu diário pessoal, dia 07 de setembro de 1980, atesta que seu pai participou da fundação do comitê do PCB em Uruaçu. Isso, aproximadamente em 1945 na campanha pelo fim da ditadura de Vargas e pela convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte (SOBRINHO, Diário Pessoal, 07/09/1980). No manuscrito “Notas de um Diarista” fala que entrou para o Partido Comunista Brasileiro, em 1950.

18 Em *Vivências no Acreste* (1997) idealiza-se o passado e pinta-se um quadro em que antes da chegada das estradas de rodagem as fazendas do sertão goiano já seriam auto-suficientes. Seu procedimento é o mesmo adotado por Oliveira Viana, que, em *Populações Meridionais do Brasil*, vê opulência e riqueza na história do Brasil colonial. No caso de José Sobrinho essa idealização do passado, no norte de Goiás no século XIX, cumpre um papel conservador onde havendo um processo de modernização esse deveria ser dirigido pelas classes que detinham o poder antes da modernização capitalista. Nessa idílica realidade, descrita por Sobrinho, os aspectos tradicionais são naturalizados e aparentemente existiram desde tempos imemoriáveis, onde as mudanças ocorridas ao longo da história são recebidas como ameaça por aquelas classes beneficiárias das tradições. Tanto que, Sobrinho, apresenta-nos as relações parentais de herança, por exemplo, pleiteando a manutenção dessa sempre dentro do mesmo grupo familiar como garantia de estabilidade da estrutura agrária de Uruaçu. Ele considerava uma especificidade de Uruaçu o parcelamento do latifúndio em minifúndios e defendia a manutenção da tradicional herança familiar sem a intromissão de grupos externos.

A produção historiográfica e literária: a crítica a razão dualista e o tratamento dado as fontes

Diante desse panorama historiográfico e literário temos o desafio de oferecer novas contribuições a partir da crítica ao tratamento dualista dado ao assunto. Porém, os problemas oriundos dessa tarefa não são resolvidos na crítica a essas produções que antecedem o nosso trabalho e precisam ser questionadas na própria evidência dos acontecimentos. Nos três capítulos procuraremos fazê-lo diante dos marcos da compreensão do processo de modernização capitalista e suas implicações nas ações do Partido Comunista Brasileiro e dos camponeses. Entretanto sem recairmos na conformação dos destinos de um agente pelas ações do outro, como recomenda Cláudio Lopes Maia, ou amalgamá-los como se não fossem portadores de especificidades. A crítica a razão dualista requer tanto a consideração das especificidades como dos elementos em comum partilhados na luta social.

A reconstituição desses acontecimentos requer a utilização de fontes e o tratamento apropriado para a sua aferição. Utilizamos diversos tipos de fontes neste trabalho, sobretudo, jornais e relatos orais de envolvidos na revolta camponesa de Trombas e Formoso. Há necessidade de esclarecermos alguns procedimentos quanto a literatura que algumas vezes será recorrente nesse trabalho. Então tomamos essa produção, a literatura, como elemento possibilitador de diálogo com uma geração de pecebistas que estiveram de algum modo dando sua contribuição aos acontecimentos de Trombas e Formoso.

O primeiro procedimento é considerarmos o autor como um produtor já que os intelectuais são considerados na sua condição de classe e não como um estamento, por exemplo (BENJAMIN, 1994). Trata-se de defini-los por sua posição no processo produtivo e não restritamente por suas opiniões, convicções etc (BENJAMIN, 1994). O segundo procedimento recomenda considerarmos o conjunto múltiplo e complexo de relações que envolve todo indivíduo, podendo levar às rupturas entre sua vida cotidiana, seu pensamento conceitual e imaginação criadora (GOLDMANN, 1967).

Essas obras não possibilitam o procedimento mecanicista de as definirmos a partir da posição hegemônica dentro do Partido Comunista Brasileiro. Há aspectos específicos que influenciam na criação desse em Goiás e na sua atuação no campo. O que não impossibilita que consideremos essas obras literárias a expressão de uma visão do mundo, uma maneira de ver e sentir um universo concreto de seres e de coisas, e o escritor um ser social que encontra uma forma adequada para criar e expressá-lo. Mesmo que ocorra uma defasagem maior ou menor entre as intenções conscientes, as idéias filosóficas, literárias ou políticas do escritor e a maneira pela qual ele vê e sente o universo que cria (GOLDMANN, 1967, p.75).

Na relação entre literatura e sociedade precisamos considerar o processo social de produção

da arte. A literatura é uma forma de escrever onde o autor transmite uma mensagem específica através de uma escrita “imaginativa”, ficcional (EAGLETON, 2003). Essa ficção não é enclausurada, circunscrita à esfera da cultura, pressupondo neutralidade e ignorando seu processo social de produção ao caracterizar sua “mensagem” ou “ficção” como arbitrárias. Está relacionada a uma realidade concreta e expressa uma mentalidade constituída socialmente, assim como os estilos literários, gêneros e conteúdos, temas, problemas e concepções expressam a consciência individual do autor, que é ao mesmo tempo uma consciência social. É necessário ir não somente dos textos aos indivíduos, mas destes aos grupos sociais dos quais fazem parte. Define-se a significação de um texto ou um fragmento integrando-o no conjunto coerente da obra (GOLDMANN, 1967).

Nessas representações literárias dos acontecimentos de Trombas e Formoso nos interessa as razões sociais ou individuais que levaram seus autores a expressá-las, os elementos ficcionais como produtos mediados pelo calor dos acontecimentos ou pela desilusão quanto às esperanças acerca da realização da “revolução brasileira”, e as continuidades e descontinuidades entre o narrado e o acontecido¹⁹. Diante desses textos literários, nos perguntamos, acerca dos motivos que levaram a esta ou aquela maneira de narrar a saga de camponeses e pecebistas. Esse procedimento não se restringe às fontes literárias, mas se estende às demais como jornais, revistas etc. Tanto a ficção como a historiografia são produtos da historicidade das relações sociais e contém suas especificidades²⁰. Em algumas circunstâncias a primeira foi utilizada por seus elementos ilustrativos ou colocou em questão para os pesquisadores novas perguntas sobre a segunda. Tanto Marx, como outros autores, muitas vezes utilizaram figuras de linguagem comuns à literatura como a ironia e

19 Em uma de suas obras, *Para a Crítica da Economia Política*, Marx chamava a atenção para que a dificuldade não estaria em compreender que a arte grega e a epopéia, por exemplo, estão ligadas a certas formas de desenvolvimento social, mas em compreender por que no século XIX elas ainda proporcionavam “prazer estético” e tinham o valor de normas e de modelos inacessíveis (MARX, 1982, p.21). Esclarecendo que a questão não se restringe a associarmos a arte a determinado momento do desenvolvimento social, mas esclarecermos acerca dos motivos e distintas significações que assumem ou levaram à sua constituição. Na análise das obras literárias a forma e o conteúdo não deveriam ser tomados separadamente. Trata-se de autores modernistas que pautaram-se pelos princípios do realismo, do regionalismo e demais características dessas escolas literárias. Desse modo, a arte não reside em uma forma independente do conteúdo. A perspectiva em que o artista escreve sua obra é determinada por uma visão do mundo (GOLDMANN, 1967 p.83).

20 Hayden White, nas questões acerca da relação entre literatura e historiografia, é contra a drástica separação entre as expressões historiográficas e poéticas. Seu argumento é que reconhecida e institucionalizada no século XIX a profissionalização do historiador se dava por uma concepção documentalista e de empirismo ingenuamente objetivo e que somente posteriormente passou a aplicar-se técnicas filológicas na crítica aos documentos. O embate dos historiadores contra esse autor viria contra seus dois “ferrões”: o relato historiográfico é uma ficção verbal e deve ser abordado como artefato verbal. Entre os limites dessa posição, segundo Luiz Costa Lima, está Hayden White não se indagar acerca da ficção e baseando-se em Nortrop Frye distinguir quatro modos de formação do enredo historiográfico: o romanesco (Romantic), o trágico, o cômico, o satírico. Com o primeiro termo trata como indiferenciada a oposição “romance/novel”. Faz isso porque o declarado procedimento básico não se ajusta à passagem da literatura para a escrita da história. Reduz a narrativa historiográfica a uma forma de arte restrita para continuar a empreender o procedimento. Ele não leva em conta a diversidade fundamental das metas discursivas. Inclusive, ignora a riqueza de recursos dos quais se serve e estão disponíveis à literatura e não à escrita da história (LIMA, 2006, p. 16-19).

metáforas como formas apropriadas para explicação da realidade (LIMA, 1989, p.63-64).

Está a disposição da historiografia recursos diversificados dos disponíveis a literatura, segundo Luiz Costa Lima, não sendo possível desconsiderar as especificidades entre historiografia e literatura. A primeira exige a consideração de um aparato documental, autenticidade das fontes e a validade dos conceitos deve ser colocada em questão. Entretanto esses três aspectos não se impõem à escrita literária (LIMA,1989). Porém no diálogo com a historiografia e a literatura não é possível desvincular o literato e o historiador da condição de sujeitos no processo produtivo, se objetivamos chegar a significação subjacente ao seu produto. Segundo Marx e Engels (2003, p. 119); “em sua ingenuidade crítica, o senhor Bruno [Bauer] separa 'a pena' do sujeito que escreve do próprio sujeito que escreve, na condição de 'escritor abstrato' do homem histórico e vivo que escrevia. E, dessa maneira, pode se exaltar acerca da força maravilhosa da 'pena'” .

Nosso procedimento com as fontes, exemplificados na utilização que fazemos da literatura, está diretamente relacionado ao método do qual nos apropriamos para a reconstituição dos acontecimentos de Trombas e Formoso. Quando lidamos com jornais, revistas, relatos orais, literatura e outras fontes acerca dos acontecimentos, envolvendo os camponeses e pecebistas, é necessário considerarmos a vinculação entre as expressões culturais e as experiências concretas desses sujeitos²¹. Se nos referirmos aos camponeses e ignorarmos as distinções resultantes da sua condição de posseiro ou de proprietário incorremos em generalizações que não nos possibilita compreender as nuances do objeto que inquerimos, o mesmo ocorre se imediatamente transpormos as determinações do projeto de “revolução brasileira” a atuação local dos pecebistas em Trombas e Formoso.

Desse modo, conforme esclarece Marx, devemos considerar as contradições que desinstalam as homogeneidades a que reduzimos nossos objetos de pesquisa.

A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas... No primeiro método, a representação plena

21 Na realidade a cultura está vinculada às relações materiais de produção; “... cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de governo etc. A grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar, senão fortuitamente, uns aos outros, em não enlaçar, senão como mera reflexão, elementos que se acham unidos organicamente” (MARX, 1982, p.06).

volatiza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 1982, p.14).

Essas considerações, adotadas como procedimento metodológico, possibilitam a compreensão do processo de modernização capitalista em Goiás e suas implicações na relação entre partido político e camponeses em Trombas e Formoso²².

Geralmente constatamos que compreensões equivocadas do marxismo, por eleger a burguesia e o proletariado restritamente como as únicas classes revolucionárias da modernidade, levaram a generalização da suposta fatalidade histórica do fim do campesinato ou da condição conservadora desta classe. Esses aspectos podem até ser confirmados através de exemplos históricos. Entretanto isso não possibilita que a investigação histórica, como a que nos propomos, generalize situações de localidades específicas para a totalidade das experiências históricas. É exatamente no marxismo que fundamentamos nossa crítica a essas concepções a-históricas que se contrapõem a historicidade das relações sociais.

Em 1881, Vera Zaslitch escreveu a Marx, sua intenção era esclarecer com o autor de *O Capital* aspectos da sua obra que influenciavam os debates entre os comunistas na Rússia. Sua principal pergunta era; “Será verdade que todos os países do mundo devem, por uma necessidade histórica, passar por todas as fases da produção capitalista?” (ZASULITCH In: FERNANDES, 1982, p.174). Uma resposta positiva a essa pergunta, um sonoro sim, fortaleceria a tendência que ficou conhecida na Rússia como “marxismo legal”. Esse baseava-se em *O Capital* para defender reformas de cunho capitalista que implicariam na desintegração das comunas camponesas locais e enfraqueceria a corrente de pensamento conhecida como narodnik que propugnava que as comunas serviriam de base sobre a qual se poderia edificar o comunismo, ao invés do etapismo que requeria sua destruição e a passagem pelo capitalismo. Marx, com o intuito de responder a Vera Zaslitch, escreveu três longos rascunhos que foram detalhadamente corrigidos.

Os três rascunhos, por outro lado, que constituíam um conjunto bem mais elaborado sobre a questão, não foram enviados por Engels aos marxistas russos apesar dos insistentes pedidos que faziam de análises mais detidas de seus mestres sobre as perspectivas revolucionárias em seu país (FERNANDES, 1982, p.169-170).

Desse modo, só tivemos acesso ao primeiro rascunho e a breve carta enviada por Marx a Vera Zaslitch, para nos esclarecer sobre o assunto.

22 Quanto a essa questão da relação entre os sujeitos constituidores do processo histórico nosso procedimento metodológico pode ser exemplificado, se assim o desejarmos, pela reflexão marxista acerca da relação entre terra e capital: na sociedade moderna a terra é tratada de tal forma que não é possível entendê-la sem relacioná-la ao capital. Enquanto o capital pode ser explicado sem a terra, a terra não pode ser explicada sem o capital. Pode-se considerar particularmente a propriedade da terra e o capital. Porém, não se pode esquecer de estudar a relação recíproca entre essas (MARX, 1982, p.19).

Nas respostas às indagações que chegaram a Marx esse esclareceu que era um costume da perspectiva burguesa, ao contar a história das comunidades primitivas, utilizar a falsificação. Citava, como exemplo, que Sir. Henry Maine não hesitava como “ardente colaborador do governo inglês” em justificar o fim das comunas hindus na Índia baseando-se na suposta força espontânea das leis econômicas²³ (FERNANDES, 1982, p.177). Contrapondo-se a esse procedimento, Marx, começa distinguindo a “comuna agrícola” dos tipos mais arcaicos. Fala da ambigüidade inerente a comuna agrícola e como na história da Europa Ocidental antiga e moderna ela surge como um aspecto de transição da propriedade comum à propriedade privada.

Mas isto significa que em todas as circunstâncias (e em todos os meios históricos) o desenvolvimento da comuna agrícola deve seguir este caminho? Absolutamente. Sua forma constitutiva admite esta alternativa: ou o elemento de propriedade privada que ela implica sobrepujará o elemento coletivo ou este predominará sobre aquele. Tudo depende do meio histórico onde ela se encontra... Essas duas soluções são *a priori* possíveis, mas em favor de uma ou de outra são necessários, evidentemente, meios históricos inteiramente distintos (MARX In: FERNANDES, 1982, p.179).

Explicitando a necessidade de que as análises marxistas acerca da condição camponesa, como de demais objetos, considere as especificidades e mudanças históricas.

No entanto restava as suas afirmações em *O Capital*, que, segundo alguns baseado em uma concepção linear das temporalidades históricas fortaleceria a posição defendida pelo “marxismo legal” e sua conseqüente a-historicidade²⁴. Então, ainda, acrescentaria:

A análise feita em *O Capital* não oferece, portanto, razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz sobre ela, e cujo material pesquisei em fontes originais, convenceu-me de que esta comuna é o ponto de apoio para a regeneração social da Rússia; porém, a fim de que ela possa funcionar como tal, primeiro seria preciso eliminar as influências deletérias que a assolam por todos os lados e, então, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo (MARX In: FERNANDES, 1982, p.188).

Posteriormente o prefácio a edição russa do Manifesto Comunista (1882) retomaria os

23 “Ao ler as histórias das comunidades primitivas escritas por burgueses, é preciso estar atento. Eles não recuam [diante de nada] mesmo diante da falsidade. Sir Henry Maine, por exemplo, que foi um ardente colaborador do governo inglês em sua obra de violenta destruição das comunidades hindus, conta-nos hipocritamente que todos os nobres esforços do governo em sustentar estas comunas esbarraram na força espontânea das leis econômicas” (MARX In: FERNANDES, 1982, p.177).

24 Segundo José de Souza Martins, concordando com Henri Lefebvre, a análise que Marx fez desse processo no “Grundrisse” consideraria as distintas temporalidades enquanto em “O Capital” seria caracterizada pela linearidade em que as relações sociais tendem a racionalização e contratualidade (MARTINS, 1997, p.94). Porém, é necessário esclarecermos que assim como nas análises de Marx é preciso considerarmos as especificidades das situações em questão. O estudo apresentado na segunda obra se refere à realidade específica da Inglaterra integrada a totalidade. Onde a acumulação primitiva levou mesmo a proletarização e modernização das relações sociais de produção. O que significa que na realidade não há dois Marx, como supõe a discussão de José de Souza Martins, mas um único que vê temporalidades distintas onde essas coexistem e linearidade onde esta se impõe.

questionamentos que se colocavam no debate:

O Manifesto Comunista propôs como tarefa proclamar a desapareição próxima e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas, na Rússia, ao lado do florescimento febril da velhacaria capitalista e da propriedade territorial burguesa em vias de formação, mais da metade da terra é propriedade comum dos camponeses. Cabe, pois, a pergunta: poderia a comunidade rural russa-forma por certo já muito desnaturada da primitiva propriedade comum da terra- passar diretamente à forma superior da propriedade coletiva, à forma comunista ou, pelo contrário, deverá primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do ocidente? A única resposta que hoje se pode dar a esta pergunta é a seguinte: se a revolução russa dá o sinal para uma revolução proletária no ocidente, de modo que ambas se completem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista (MARX e ENGELS, 2003, p.28).

Entretanto a identificação de Marx do campesinato francês, comparando-o a um “saco de batatas”, e a ênfase na sua atuação conservadora foi o ponto de partida para a generalização dessas características “pré-políticas” a essa classe social. Entretanto na obra em que constam essas afirmações, o *18 Brumário*, o autor não generaliza essas aos demais camponeses indistintamente²⁵. O método que propõe não constitui um modelo que lança mão de generalizações a-históricas e constituídas a priori pelos pesquisadores. Marx e Engels destacam, no prefácio à edição alemã do Manifesto Comunista de 1872, após 25 anos da sua primeira edição, que permaneceriam válidos os princípios gerais do escrito, porém já reconheciam como necessário algumas “retocadas” e ainda ressaltavam o que seria fundamental na leitura deste panfleto político:

O próprio Manifesto explica que a aplicação destes princípios dependerá, sempre e em toda parte, das circunstâncias históricas existentes; que, por conseguinte, não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias enumeradas no fim do segundo capítulo. Este trecho, atualmente, seria redigido de outro modo, em mais de um aspecto. Tendo em vista o desenvolvimento colossal da grande indústria nestes últimos vinte e cinco anos, e os progressos correspondentes da organização da classe operária em partido; tendo em vista a experiência, primeiro da Revolução de Fevereiro e depois, sobretudo, da Comuna de Paris, que pela primeira vez permitiu ao proletariado, durante dois meses, a posse do poder político, este programa está agora envelhecido em alguns pontos (MARX e ENGELS, 2003, p. 26).

25 Marx explica que nesse acontecimento, a eleição de Luís Bonaparte em 10 de dezembro de 1848, pôs fim a ditadura de Cavaignac e da Assembléia Constituinte. Foram esses acontecimentos, na França, em parte resultado da reação do campesinato contra as outras classes (da cidade) já que era essa classe quem pagava os custos da revolução de fevereiro de 1848. Essa levou a abdicação de Luís Felipe e da monarquia constitucional e instaurou a II República com um governo provisório formado por liberais (Lamartine), moderados (Montanha) e socialistas. Em junho de 1848, “Primavera dos Povos”, já havia a França estado às vias dessa revolução socialista proletária mas ela acabou reprimida por Cavaignac que era Ministro da Guerra (MARX, 1977). Nesse sentido a reação do campesinato com a formação da II República era um atenuante das potencialidades que já haviam vindo à luz com a “Primavera dos Povos”.

Nos caminhos da história social, da memória e a utilização de fontes orais

Dadas as bases metodológicas em que fundamentamos o tratamento das fontes esclarecemos acerca do que Ciro Flamarion Santana Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, p. 25) chamaram de “territórios do historiador- áreas, fronteiras, dilemas”. Foi a partir das fontes que constatamos a possibilidade de realizarmos um trabalho de história social sobre a revolta camponesa de Trombas e Formoso. Esse enfoque nos acontecimentos nos possibilitará compreendermos o processo de modernização capitalista e suas implicações nas ações de camponeses e pecebistas²⁶. Na história social, tendo uma perspectiva de síntese, reafirma-se “o princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam” (CASTRO In: CARDOSO e VAINFAS 1997, p.46). Foi a observação das relações entre estrutura (enfaticamente a análise das posições e hierarquias sociais), a conjuntura e o comportamento social definidores do campo específico da história social (CASTRO In: CARDOSO e VAINFAS, 1997, p.48).

Essas considerações oriundas da história social nos interessa na análise dos acontecimentos de Trombas e Formoso. Inclusive a cultura compartilhada entre os camponeses e o partido político na definição dos rumos do movimento. Tanto que nos ocupamos das representações acerca dos acontecimentos como das ações sociais dos envolvidos. Esses aspectos, no tratamento das fontes é adensado, pela relação dialética entre a esfera econômica e cultural²⁷. O que justifica a utilização

26 Os trabalhos de história social tem como marco de surgimento a Escola dos Annales e busca inovar em contraposição as abordagens historiográficas rankianas caracterizadas pela linearidade e vinculação ao paradigma iluminista. Trata-se de uma historiografia que se opõe ao factualismo que volta-se exclusivamente as decisões de “grandes homens”, em batalhas e estratégias diplomáticas. Essa abordagem trata da “história-problema” e está aberta a interdisciplinaridade (CASTRO In: CARDOSO e VAINFAS, 1997, p.45). Entre 1930-1940 a expressão “história social” esteve vinculada a uma abordagem culturalista e conservadora onde se focalizava os costumes e tradições nacionais. O avanço das idéias comunistas e do movimento operário levou na Inglaterra a uma história social do trabalho e do operariado enquanto a ação política coletiva se tornava seu principal objeto. Na década de 1930, os Annales com uma “história econômica e social”, afirma a supremacia do coletivo sobre o individual. Foi na década de 1950-1960 que essa tendência historiográfica se afirmou enquanto especificidade e recebeu grande influência do apogeu estruturalista como de algumas abordagens marxistas (CASTRO In: CARDOSO e VAINFAS, 1997, p.47). O mundo anglo-saxão só sentiu o impacto da Escola dos Annales na década de 1960 e sua historiografia foi muito influenciada pela sofisticação de métodos quantitativos (CASTRO In: CARDOSO e VAINFAS, 1997, p.48). Na história social, da qual nos apropriamos, estabelecemos diálogo com a tradição marxista britânica e sua “história vista de baixo” (CASTRO In: CARDOSO e VAINFAS, 1997, p.50-51).

27 Nessa abordagem historiográfica, a história social, “é a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais. Deste ponto de vista, não apenas as representações, mas também as ações sociais são 'textos', passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social” (CASTRO In: CARDOSO e VAINFAS, 1997, p.52). Entretanto, com o impacto do pós-estruturalismo nas reflexões acerca do conhecimento histórico, muitas vezes a consideração dessas representações e ações como “textos” levou a posições anti-históricas e relativistas. Na realidade, ao nos apropriarmos da idéia de que os acontecimentos e as versões são produtos da historicidade, não reduzimos nenhuma delas ao relativismo hermenêutico onde relações sociais concretas são restritamente “textos”. Sem dúvida, os acontecimentos e a historiografia são passíveis de várias leituras, entretanto essas são produzidas socialmente a partir de relações sociais concretas. Então, a existência de versões não implica na inexistência dos acontecimentos em um universo externo ao que o indivíduo elabora intelectualmente.

dos trabalhos de Edward P. Thompson, George Rudé e Eric J. Hobsbawm neste. Essa tradição historiográfica nos interessa na medida em que

a história social mantém, entretanto, seu nexó básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos-sociais-na explicação histórica²⁸ (CASTRO In: CARDOSO e VAINFAS, 1997, p.54).

É possível considerar a cultura o conjunto das produções intelectuais e representações mentais da humanidade produzido a partir de relações sociais concretas (VIANA, 2008, p.1).

Na demarcação desse território no qual pisamos, a história social, e a pouca documentação primária escrita por grupos sociais como os camponeses precisamos dar centralidade aos relatos orais. Entretanto antes de abordarmos as características desse tipo de fonte precisamos apresentar a matéria-prima a partir da qual se constituem esses relatos: a memória. No entanto, quais seriam as bases de constituição da memória? A resposta a essa pergunta requer considerarmos a relação entre memória e a sociedade (VIANA, 2006, p.8) se desejamos apreender a historicidade dos relatos orais, constituídos sobretudo pela memória.

Isso nos possibilita superarmos a concepção da memória como um “sistema vivo” e “regulador” do conjunto das atividades perceptivas, motoras e intelectuais do indivíduo (uma visão fetichista acerca da mesma), e da transformação das lembranças e seu processo de evocação em algo auto-suficiente. O que significaria um tratamento da memória como um instrumento mental ao invés de uma realidade concreta (VIANA, 2006, p.8). É a consideração da memória no conjunto das relações sociais que nos possibilita superarmos esse tratamento fetichista acerca da mesma. Nas entrevistas com os envolvidos em Trombas e Formoso muitas vezes nos deparamos com silêncios, desconfianças e emoções nas memórias daqueles acontecimentos. No tratamento das fontes devemos considerar as diferenças entre memória e história. O que possibilita a criticidade diante das fontes das quais nos apropriamos na análise dos acontecimentos de Trombas e Formoso²⁹. Visto que a memória passa por um processo de constituição social, no qual, não está isenta da luta de classes e da disputa entre essas para que uma determinada memória prevaleça.

28 Esse trabalho se distancia do pós-estruturalismo, em especial o presente na obra de Michel Foucault, que na sua abordagem da cultura e da história: “Tal postura significa um rompimento radical tanto com a presunção da existência de estruturas sociais quanto com a ênfase no vivido e na experiência, que classicamente definiam o campo da história social. Resulta daí uma aproximação entre história e crítica literária, bem como uma percepção do conflito e da dinâmica histórica, referida às relações de poder, produzidas em nível do simbólico. Deixa de existir, assim, o próprio nexó de delimitação de uma problemática específica da história social: a constituição de atores sociais enquanto sujeitos históricos” (CASTRO In: CARDOSO e VAINFAS, 1997, p.53).

29 O processo de recordação ou evocação de lembranças é seletivo e não a memória em si (VIANA, 2006, p.8). “No caso do indivíduo, é através de seu processo histórico de vida, desde sua socialização, que ele vai produzindo os seus valores e colocando alguns como fundamentais em sua escala, que pode, inclusive, ser contraditória” (VIANA, 2006, p.9). Há casos em que o indivíduo através de uma motivação externa que lhe pressiona socialmente ativa determinadas memórias (VIANA, 2006, p.9).

Essa constatação é oriunda da observação dos mecanismos sociais de produção da memória, mas esses não significam que há uma reprodução estrita da memória presente em determinados grupos sociais. “O caráter social da memória deixa entrever que a memória é coletiva. No entanto, a memória individual é uma manifestação singular do coletivo. É preciso perceber a singularidade da memória individual, mesmo que sua constituição tenha origem social” (VIANA, 2006, p.9). Negligenciar a complexidade desses mecanismos de produção da memória nos levaria, certamente, a adoção de procedimentos redutores da potencialidade da memória nas lutas sociais e na explicação que seus agentes dão após alguns anos aos acontecimentos. Entretanto também não se deve incorrer no contrário, ou seja, ignorar os mecanismos sociais de produção da memória. “Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma presença e portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade” (ROUSSO In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.95). Essas considerações e o reconhecimento da existência dessa memória coletiva não significa que devemos ignorar a existência de uma multiplicidade de memórias.

Há uma multiplicidade de memórias e não apenas uma “memória oficial” e uma “memória comunitária”, com isso, uma memória “não-oficial” pode em outros momentos se tornar uma memória oficial (VIANA, 2006, p.10). A realidade não está cindida nesse dualismo simplificador que opõe uma memória “não-oficial” e uma memória oficial. O que há é uma multiplicidade de relações sociais que redundam em diversas memórias acerca da liderança camponesa, José Porfírio, por exemplo. Esse processo levou o agente do Estado, o partido político, o jornalista, o camponês a constituição de diferentes memórias sobre os acontecimentos de Trombas e Formoso. Todavia as classes lutam entre si para impor uma determinada memória enquanto de outro lado algumas resistem a essa imposição (VIANA, 2006, p.10). Em se tratando de Trombas e Formoso é um desafio para os historiadores demonstrar as rupturas e continuidades nas memórias dos participantes das revoltas pelo golpe militar e o processo de redemocratização. Nesse momento não nos dispomos a essa tarefa, mas ao utilizar fontes produzidas por memórias de pecebistas e camponeses esclarecemos acerca das aproximações e distanciamentos entre essas. O processo social de produção da memória precisa ser considerado ao lidarmos com documentos construídos a partir da memória dos participantes dos acontecimentos.

Essa multiplicidade de memórias e as disputas para contruí-las produzem fontes orais diversas e que serão apresentadas nesse trabalho. Desde o momento da escolha do entrevistado até a transcrição das informações oferecidas pelo mesmo o historiador faz escolhas e procura encontrar respostas para suas perguntas. Essas nem sempre estão presentes nas falas dos envolvidos, por mais

que o pesquisador lamente. Então precisamos pensar no uso dessas fontes e da sua relação com a produção de conhecimento histórico.

Nos últimos anos cresceu o estudo da oralidade a partir da influência da antropologia que dessas prescindia principalmente para o estudo da história das sociedades orais (rurais)³⁰ (LOZANO In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.15). É recorrente nos trabalhos acerca de camponeses, e em situações de ruptura com a institucionalidade formal, a utilização de fontes orais no estudo desses grupos sociais “marginais”. Entretanto esse trabalho não foi estruturado tendo como pretensão a “história oral”, mas a utilização das fontes orais como uma técnica de interrogação acerca dos acontecimentos³¹. O que não significa que estabelecemos uma relação hierárquica entre as fontes escritas e as fontes orais³².

Ora, qualquer que seja a forma do arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito *a posteriori*; ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores (BECKER In FERREIRA e AMADO, 1996, p.28).

Não é o caso de descartar a “história oral”, mas também de não pretender fazer história com base unicamente na “história oral”. “Desse ponto de vista, a história “alternativa” pode levar a

30 Na História da história oral tivemos uma primeira geração que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1950, e buscava recolher material para os historiadores futuros na crítica às ciências políticas que se ocupavam somente dos “notáveis”. A segunda geração, de fins dos anos 1960, deixou de tratar a história oral como uma “simples fonte complementar do material escrito”, passou a tratar “de uma outra história” e assim como a antropologia buscava dar voz aos “povos sem história”. Em 1975, surgiu a terceira geração, onde se lançou um verdadeiro manifesto sobre a história oral como meio de estudar as classes populares e paralelamente se começou a criticar a ingenuidade do espontaneísmo e os excessos do localismo. Nos anos 1980 houve a multiplicação dos colóquios internacionais que permitiram a criação de uma verdadeira comunidade de história oral e se criticou a idéia ingênua de que a entrevista permitia atingir diretamente a realidade. Já na década de 1990, surgiu uma quarta geração, em um mundo de som e de oralidade, influenciada nos Estados Unidos pelos movimentos críticos pós-modernistas e se traduzindo na valorização da subjetividade (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.45-50).

31 Jorge Eduardo Aceves Lozano apresenta os seguintes argumentos para se encarar a história oral como método e não somente uma simples técnica; a “história oral” é mais do que uma decisão técnica ou procedimento; não abandona a análise aos “historiadores do futuro” com a formação de arquivos; trata-se de um espaço de contato e influência interdisciplinares; conta com métodos e técnicas precisas; centra sua análise na visão e versão do interior e mais profundo da experiência dos atores sociais. É parte central do trabalho desse “método de pesquisa histórica” considerar o âmbito subjetivo da experiência humana compartilhando com o método histórico tradicional as diversas fases e etapas do exame histórico (LOZANO In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.16). Entretanto não utilizamos a “história oral” como método, mas as “fontes orais” como uma técnica. Inclusive, “na América Latina, muitos utilizam as fontes orais de modo predominante, mas não exclusivo. Assim, eles também preferem falar em uso de fontes orais na pesquisa e não em história oral (Schwarzstein)” (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.56).

32 “Não podemos nem mesmo dizer que a forma oral conduz a uma espontaneidade maior do que a escrita, pois assim como as entrevistas dos políticos são redigidas com o maior cuidado, antes ou depois, geralmente as pessoas interrogadas numa pesquisa oral pelo menos refletiram no que iam dizer, ou mesmo consultaram previamente a documentação de que dispunham, a não ser quando as entrevistas são feitas de improviso, o que é muito raro” (BECKER In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.28).

perigosas distorções, a contra-sensos e até mesmo a falsificações. Aliás, nunca confiar numa única fonte, é um dos mandamentos da profissão de historiador” (BECKER In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.30). O que nos afasta do discurso romantizador de identidades, por exemplo. Nesses os agentes sociais envolvidos são considerados pelo que dizem de si mesmos, a partir da memória que evocam ou da fonte oral que produzem. Desse modo, são ignoradas questões que não são evidenciadas na imediatez dos dados, mas que lhes são na realidade subjacentes. “Eis por que é preciso remontar no tempo e estudar o documento oral não somente como fonte, mas também do ponto de vista de sua construção pelo historiador que, ao solicitar uma testemunha, procede a uma “invenção” de fontes” (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO 1996, p.250-251).

Há aqueles que distinguem história oral, arquivos orais, fontes orais e os depoimentos orais (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.33). “A fonte oral é o material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que lhe pareça necessário possuir” (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.36). Em termos concordamos com essa definição e adotamos essa terminologia de “fontes orais”, com isso, pretendemos nos distanciar das concepções que dão importância demasiada a oralidade e considera a “história oral” constituída restritamente por esta³³.

Os que supervalorizam a história oral consideram intervir e interpretar uma fonte dessas um “sacrilégio” e para esses a história consistiria simplesmente na reprodução do discurso dos “excluídos” (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.57). Enquanto o reconhecimento da subjetividade do historiador que, em certa medida, se projeta em qualquer pesquisa histórica não significa abandonar uma abordagem científica que necessita confrontação das fontes, trabalho crítico e a adoção de uma perspectiva (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.57).

Nas entrevistas que o historiador realiza deve trabalhar segundo suas próprias técnicas, mas deve ter em mente dois procedimentos: servir-se das contribuições da sociologia na condução e formulação das pesquisas e não negligenciar elementos de psicologia, psicossociologia e psicanálise. Não se trata de propor interpretações da mensagem, mas de saber que o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e estruturantes do discurso e do relato (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.38). Os próprios acontecimentos acerca de Trombas e Formoso, como veremos nos capítulos subsequentes, serviram de ponto de partida para a reflexão acerca das fontes orais e da relação dos historiadores com elas.

33 “Por sua vez, Jean-Pierre Wallot reserva a expressão história oral para designar 'um método de pesquisa baseado no registro de depoimentos orais concedidos em entrevistas'. De minha parte considero, como a maioria de meus colegas, que a expressão 'fontes orais' é metodologicamente preferível e que a expressão 'história oral' é terrivelmente ambígua, para não dizer inexata” (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO, 1996, p.56-57).

A historiadora Janaína Amado, após ter feito na década de 1980 uma entrevista com um dos remanescentes dessa revolta camponesa, chamou a atenção para a necessidade dos historiadores superarem sua postura positivista frente as fontes. No artigo *O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral* (1995) explicita-nos que após a entrevista deu pouca importância a essa devido os dados informados pelo entrevistado não coincidirem com os demais acessíveis sobre a revolta. Tratava-se de uma versão bem particular dos acontecimentos, em resumo, foi levada ao comparar os dados a chamar o entrevistado de “o grande mentiroso”.

Segundo Amado, teria sido enganada por esse que nasceu no início da década de 1920, teve como herança do avô uma edição de D. Quixote de 1901. Entrou para o PCB em 1945, não ocupou posição de grande importância no movimento de Trombas, sendo natural da região do médio norte goiano (município de Uruaçu). Mudou-se para Goiânia na década de 1940, para cursar o Ginásio, e revelou que se tivesse estudado mais escreveria sobre essa revolta (AMADO, 1995, p. 126). Ele lhe contou uma versão dos acontecimentos de Trombas e Formoso, no entanto, ao verificar as informações Janaína Amado constatara que o relato se baseava na obra *Dom Quixote* de Miguel de Cervantes.

Depois de alguns anos Janaína Amado retomaria aquela entrevista e procuraria considerar diante daqueles dados a experiência e a forma inusitada com que o entrevistado teria constituído sua explicação sobre Trombas e Formoso. Tratava-se de uma postura diferenciada diante dos dados, comparada a ação da pesquisadora em *Eu Quero Ser uma Pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil*. Não se buscava uma explicação para a representação quixotesca feita pelo entrevistado em si, mas nas experiências que teriam levado a sua elaboração. Finalmente, a historiadora, chegou a explicações que superavam o procedimento metodológico de *Eu Quero Ser uma Pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil*. Chamando nossa atenção para considerarmos a importância das fontes orais e do cuidado necessário no nosso procedimento com elas.

Na realidade o livro de Cervantes, em Uruaçu, já era conhecido por quem nasceu antes de 1950. Desde o século XVIII essa história circulava nos povoados mais antigos do norte de Goiás. Tratava-se da leitura de histórias, que, também aconteciam em grupos mas que depois da década de 1950 foi rapidamente abandonada. “O grande mentiroso” foi uma dessas pessoas, que, conhecendo a história de D. Quixote decidiu contar os acontecimentos de Trombas e Formoso, inspirando-se nela.

Na região de Uruaçu já existia, portanto, uma forte tradição de origem ibérica, da qual o livro *Dom Quixote de la Mancha* fazia parte, expressando-a e reforçando-a; essa tradição era constantemente reelaborada pela população local, por meio de rituais e da memória coletiva. Foi a ela que Fernandes [o grande mentiroso] recorreu, para construir seu depoimento sobre a Revolta do Formoso. Longe,

portanto, de ser um grande mentiroso, Fernandes verbalizara, em seu depoimento, eventos, imagens, símbolos, raciocínios e sentimentos profundamente enraizados na memória coletiva de sua região e grupo social de origem. Este, ao invés de promover o resgate histórico da revolta, construiu, em torno dela, uma narrativa original, mesclando acontecimentos verídicos, existentes no movimento, com tramas, nomeclaturas e simbologias de antigas tradições, assimiladas localmente (AMADO, 1995, p.130-131).

Um outro aspecto é que por serem lembranças do conflito de Trombas e Formoso são marcadas pela sociedade e época em que viveu o entrevistado. “Entretanto, o conjunto de memórias de Fernandes- seus elementos, relações e significados- foi único, original, assim como o próprio Fernandes: nenhum informante possuía exatamente o mesmo físico, humor e imaginação” (AMADO, 1995, p. 132). Esse artigo de Janaína Amado, *O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral*, publicado em 1995, ainda é fundamental para se reafirmar a importância da literatura sobre Trombas e Formoso. Trata-se de textos que devem ter sua potencialidade explicativa considerada, já que são expressões culturais de pessoas envolvidas nos acontecimentos de Trombas e Formoso, e ao mesmo tempo não estão isentos de aspectos ideológicos e da experiência dos seus produtores³⁴.

Nesse artigo de Janaína Amado destacamos esses dois aspectos; a ênfase na necessidade de uma nova postura metodológica dos historiadores diante de suas fontes e a importância da literatura como elemento a partir do qual possamos explicar as lutas sociais de Trombas e Formoso. Há profundas diferenças entre a obra historiográfica *Eu Quero Ser uma Pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil* e o artigo *O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral*. O primeiro tinha como foco os acontecimentos acerca de Trombas e Formoso enquanto o segundo as representações de um dos participantes da revolta. No livro o econômico e o cultural aparecem como esferas separadas, mas no artigo as representações e o sujeito encontram-se integrados. Finalmente, convidam à reflexão sobre as explicações dos sujeitos envolvidos para os acontecimentos e a postura metodológica dos historiadores diante dessas.

Entre nossas fontes constam vários jornais regionais, sobretudo, situados no período do qual nos ocupamos (1950-1964); O Anápolis, O Popular, Folha de Goiás, Jornal de Notícias. Esses foram dirigidos por diferentes grupos da política goiana e nos serviram principalmente para constatar em que circunstâncias se desenrolaram os acontecimentos de Trombas e Formoso.

34 Entre todas as artes a literatura é a mais próxima da vida, a mais sintética dessa condição humana e cumpre um papel integrador na superação do abismo entre a arte e a vida na modernidade (TRAGTENBERG, 2001). Tratar da literatura ou da historiografia, sobre Trombas e Formoso, relacionando-as às suas respectivas condições gerais de produção é fundamental na sua compreensão como produtos de determinadas temporalidades. Superando a alienação e separação com que as análises empiricistas abordam essas questões. Trata-se de considerarmos a literatura enquanto arte, porém, não desvinculando-a das relações sociais e sua historicidade imanente da qual a historiografia também não está isenta.

Estão disponíveis nos principais arquivos públicos do estado de Goiás e talvez o único lugar que mereça um destaque especial, por ser menos conhecido dos pesquisadores, é o arquivo do Museu Histórico de Anápolis. Foi nesse que passamos a maior parte do tempo envolto nos debates que se desdobravam do jornal O Anápolis. Nos capítulos subseqüentes esse foi fundamental para constatar a intensidade dos conflitos “anticomunistas” em Goiás. Assim, como o Jornal de Notícias nos colocou em contato com as várias lutas pela posse da terra a partir de meados da década de 1950.

Quanto aos documentos contamos com aqueles que foram resultados da história do Partido Comunista Brasileiro. Entre esses estão seus diversos manifestos e alargamos a discussão às diversas obras literárias produzidas por intelectuais pecebistas. Esse é um dos diferenciais desse trabalho na profícua produção que já temos sobre Trombas e Formoso. Estabelecemos um diálogo contínuo com os intelectuais mais celebrados pelo “partidão” em Goiás. Entre esses estão Carmo Bernardes, Bernardo Élis, José Godoy Garcia e Paulo Nunes Batista. Uma geração que atuou nas fileiras partidárias sobretudo em Goiânia e Anápolis. Tendo às vezes trazido ao PCB goiano uma larga experiência de militância em outros estados do Brasil. Como é o caso do poeta e cordelista Paulo Nunes Batista. Entretanto todos esses se tornaram dissidentes do Partido Comunista Brasileiro que, em Goiás, não conseguiu novamente reunir um grupo de intelectuais como esses ao seu redor. Os utilizamos aqui devido ao prazer que nos provocava o contato com a literatura desses autores, sendo possível imaginar os lugares de onde falavam, assim como expressarem uma visão de mundo tão característica do período da revolta camponesa de Trombas e Formoso.

Tivemos também o contato com entrevistas fundamentais para esse trabalho, em especial, é necessário destacarmos a contribuição do historiador Cláudio Lopes Maia. Esse nos surpreendeu pela generosidade com que nos colocou em contato não só com as entrevistas que fez, mas também com as feitas por Paulo Ribeiro da Cunha. Enquanto outros pesquisadores de Trombas e Formoso ao serem procurados se negaram a contribuir com nossa pesquisa. O que impossibilitou que pudéssemos ter contato com a memória daqueles que foram entrevistados antes da anistia e a redemocratização do país. Entretanto essa contribuição de Cláudio Lopes Maia foi o que nos permitiu ouvirmos José Ribeiro, Geraldo Tibúrcio, José Sobrinho, e tantos outros que não nos foi possível entrevistar. Já que alguns desses faleceram antes que nós ao menos soubéssemos da existência de Trombas e Formoso. Na sua grande maioria essas entrevistas já nos chegaram transcritas e assim como registrou o entrevistador a transcrevemos. Tivemos com essas a mesma consideração que dispensamos aos jornais e outros documentos escritos. Em algumas situações foram elas redimensionadas em um novo contexto interpretativo já que nossa concepção diverge algumas vezes dos entrevistadores.

Também tivemos a oportunidade de fazer as nossas próprias entrevistas e transcrevermos aqui depoentes que não haviam sido ouvidos. Entre esses está Nenzico e Érides Guimarães. O primeiro é um camponês de Trombas que nos falou muito dos Conselhos de Córregos e o segundo foi secretário do governo Mauro Borges e teve muita importância na sindicalização que se desdobra na primeira metade da década de 1960 em Goiás. Entretanto ouvimos também Dirce Machado (membro do PCB), Arão (irmão de José Porfírio), Carmina (camponesa), Maria Barbosa (professora em Trombas) e Paulo Nunes Batista (dissidente do PCB). Esses depoimentos vieram se juntar a entrevistas feitas por Paulo Ribeiro da Cunha e Cláudio Lopes Maia. Ainda, alguns que estão disponibilizados na rede mundial de computadores, como por exemplo, o de Valter Waladares. Entre todos esses há o de pessoas que participaram diretamente da revolta e aqueles que a assistiram de longe.

Todas essas fontes, entre outras citadas nos capítulos, foram reunidas na construção do nosso argumento sobre a revolta camponesa de Trombas e Formoso. Sem a pretensão de descartarmos as outras versões para esses acontecimentos, como se poderá ver a frente, abrimos um franco diálogo com a produção que antecede a nossa. Nos fundamentamos em uma perspectiva que buscou pautar esse diálogo na crítica a razão dualista e cumprir com o que nos possibilitou ingressar nesse programa de pós-graduação e já anunciávamos no projeto de pesquisa. Pois o tema atualmente apresenta um repertório respeitável de produções, procuramos produzir uma interpretação distinta para o assunto. O que não seria possível realizarmos ignorando ou menosprezando a produção anterior. Foi essa historiografia que nos antecede fundamental para que chegássemos a periodização que aqui adotamos. Essa nos orientou a organização do emaranhado de fontes e quais deveríamos utilizar para melhor esclarecermos acerca da atuação de camponeses e Partido Comunista Brasileiro. Só descobri com as críticas feitas na qualificação pelos professores Élio Cantalício Serpa e Cláudio Lopes Maia que o trabalho ficaria mais interessante se organizado a partir da própria historicidade da revolta. Na orientação do professor David Maciel fiquei sabendo que essa periodização que gostaria de utilizar estaria baseada no “método das situações e correlações de força”. Onde as fases e períodos são definidos pela dinâmica da luta de classes, ou seja, pela posição que as classes ocupam no conflito social em questão. Trata-se da possibilidade de evidenciarmos as especificidades e as condições em que se desenrola o processo histórico.

Em se tratando de Trombas e Formoso, diante da vastidão de fontes com que nos deparamos, esse método nos possibilitou organizar a documentação e reconstituir a relação entre o Partido Comunista Brasileiro e camponeses. Essa periodização foi orientada pelas diversas situações já disponibilizadas na historiografia sobre a revolta, mas com ênfase nos diferentes momentos pelo qual passaram os revoltosos de Trombas e Formoso. Daí a importância do acontecimento central na

discussão de cada capítulo: a resistência espontânea a cobrança do arrendo (1950-1954), a chegada do Partido Comunista Brasileiro e a luta contra a expropriação (1954-1957) e o governo da Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos e a derrota do movimento (1958-1964).

No primeiro período destacamos a modernização capitalista e os antagonismos gerados na constituição do campesinato, o impacto dessa em Goiás de norte a sul e a importância da sociabilidade camponesa na resistência espontânea e coletiva de Trombas e Formoso. No segundo são destacadas as condições sociais de atuação do Partido Comunista Brasileiro após a experiência da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, o levante de Coqueiro de Galho, os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores, aspectos da política cotidiana, especificidades de Trombas e Formoso como a atuação das mulheres e a ambigüidade dos membros do Partido Comunista Brasileiro. No terceiro o significado do “governo” exercido pela Associação e os Conselhos de Córregos, o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética no Brasil, o governo Mauro Borges, o golpe de 1964 e a derrota definitiva de Trombas e Formoso.

Este trabalho pretende contribuir nos debates acerca de Trombas e Formoso em uma perspectiva antagônica à razão dualista. O tema nos chegou tanto em um reencontro com as minhas origens sociais como diante da trajetória que durante os anos assumi de atuação com os movimentos sociais. Temos a pretensão de nessa tarefa estar a altura dos desafios que encontramos no caminho, apesar, desses terem sido pequenos comparados aos que enfrentaram os revoltosos de Trombas e Formoso.

Capítulo 1

O caminho de Trombas e Formoso e a resistência espontânea a cobrança do arrendo (1950-1954)

Diante da resistência espontânea dos camponeses a cobrança do arrendo nos acontecimentos de Trombas e Formoso, nosso objetivo é compreender o processo de modernização capitalista em Goiás e as bases em que se sustentava a resistência espontânea desse campesinato. O que requer que reconstituamos a formação do campesinato brasileiro, o avanço do capitalismo em Goiás, a reação do campesinato a esse processo, a chegada a Trombas e Formoso e a decisão do Partido Comunista Brasileiro de se juntar aos revoltosos.

O período entre 1950-1954, nessa revolta camponesa, é caracterizado pela resistência espontânea³⁵. Essa transcende a costumeira legalidade em que os levantes camponeses são circunscritos por alguns pesquisadores reivindicando uma ampliação do direito à terra. Fez-se antecedendo a chegada dos agentes de mediação e originou-se da pressão exercida pelos fazendeiros com o intuito de cobrar o arrendo dos camponeses. Na realidade a revolta camponesa de Trombas e Formoso é mais uma das manifestações camponesas por conquistas políticas no Brasil. É parte de uma trajetória de revoltas, levantes, revides e reações a tradicional violência exercida pela classe dominante sobre os camponeses. O caminho de Trombas e Formoso incluí essas diversas manifestações, atestadas pelo dissidente pecebista Paulo Nunes Batista, que preserva na sua memória a importância de revoltas camponesas como essas;

O Partido Comunista é... é... viu naquele movimento, naquela revolta dos posseiros contra os grileiros viu é... um.... motivo... motivo de aglutinação, de organização dos camponeses. Então é... a revolta de Trombas, os acontecimentos de Trombas e do Formoso, no norte de Goiás ... é....são... foram acontecimentos idênticos a outros acontecimentos no Brasil. Né?! Os mesmos motivos que ...que levaram os camponeses, os posseiros de Formoso... de Trombas a se levantar em armas contra os grileiros, contra o latifúndio, contra as injustiças do regime são os mesmos que levaram... que levaram o beato Zé Lourenço a desencadear o movimento armado de ... de Caldeirão... de Caldeirão no Ceará. São os mesmos, os mesmos motivos que levaram a revolta de... do... revolta de Juazeiro, não é? Quando o..... Antônio Conselheiro, porque reuniram em torno de Antônio Conselheiro milhares de camponeses sem terra. Camponeses injustiçados, explorados pelos.. pelos

35 Segundo José de Souza Martins não seria a luta pela propriedade da terra que estaria em questão em Trombas e Formoso, mas pela renda da terra (CUNHA, 2007, p.26-29). O que é complementado pela consideração de que a luta não se desdobrava no interior das instituições, da lei e da ordem. Enquanto nos acontecimentos de Porecatú a questão era resolvida no interior dessas e na busca pelo reconhecimento de direitos (MAIA, 2008, p.99-100). Em Trombas e Formoso, portanto, não se tratava da conquista de um pretensão direito legal, mas de um conjunto de situações em que os títulos não apareciam como os principais referenciais (MAIA, 2008, p.100).

latifundiários que então formaram em torno de Antônio Conselheiro, em torno das idéias que estavam... Eram pobres, sem terra, eram camponeses sem terra, o mesmo movimento que houve lá houve aqui em Goiás com Santa Dica em Lagolândia. Eu morei, fui coletor estadual em Lagolândia... conheci Santa Dica que é um movimento importantíssimo, porque eram camponeses sem terra... milhares de camponeses sem terra, camponeses que vieram do Brasil inteiro para o chamado Rio Jordão, em Lagolândia. E ali, então, formaram uma... uma sociedade camponesa comunitária em que ninguém era dono de nada. Santa Dica fornecia o pedaço de chão eles plantavam, colhiam e eles é que eram donos da colheita, eram donos da terra, eles não eram escravizados... Então é o mesmo movimento de Pau de Colher liderado por Severino, paraibano, Severino que substituiu o...o... Zé Lourenço no Caldeirão. É o mesmo movimento de outros camponeses no Brasil...outros camponeses no Brasil que... é... é... se revoltaram contra as injustiças... houve movimento mais ou menos igual a esse em Santa Catarina: o Contestado, então movimentos que aconteceram ao longo do tempo no Brasil. Vários movimentos, então, esse movimento de Zé Porfírio é a mesma coisa... é a mesma... camponeses injustiçados. Camponeses que nunca tiveram nada e que sempre lutaram por um pedaço de chão, sempre procuraram é... sair daquela vida de miséria, de escravidão, eram os escravos da gleba que existiu na Rússia, no tempo de Tolstói (BATISTA, 2009).

Destacamos diante da complexidade dessa trajetória de lutas sociais, em síntese, as especificidades da modernização capitalista no Brasil e da criação do campesinato nesse contexto como um grupo de despossuídos. Diferente da realidade social da Europa Ocidental, descrita por Marx, o capital não precisaria expropriá-los da posse da terra já que na sua formação surgiriam livres dessa propriedade formal³⁶. Em Trombas e Formoso, espécie de síntese histórica da modernização capitalista, temos entre 1950-1954 a tentativa dos fazendeiros de realizar a acumulação capitalista através de relações não-capitalistas de produção como a cobrança do arrendo, por exemplo.

1- A formação do campesinato brasileiro: um campesinato de despossuídos

1.1- O surgimento do campesinato e as relações não-capitalistas de produção

O surgimento do campesinato no Brasil, caso queiramos considera-lo a partir do processo de luta pela posse da terra, requer remontarmos às necessidades de homens e mulheres que ao longo da história deste país se constituíram em importantes sujeitos das lutas sociais³⁷. Foi resultado do processo de modernização capitalista e seus desdobramentos. Diferente da Europa onde, muitas vezes, o camponês antecede enquanto classe o capitalismo, no Brasil, a sua formação caminha em paralelo com a investida do capital sobre o campo. Segundo Stedile, membro da direção nacional do

36 No Brasil, diferente da Europa os trabalhadores assalariados não surgiram da expropriação dos meios de produção, mas já eram despossuídos dessa propriedade (SODRÉ, 1976, p. 25-35).

37 A introdução do camponês no Brasil, como categoria que tem consciência política própria, não é um processo simples e que tenha sido apreendido com facilidade pela esquerda brasileira. Como Regina Novaes coloca, não foi através de cursos, treinamentos ou reuniões motivadoras que se deu a constituição do campesinato enquanto classe no Brasil. Foi na dinâmica das lutas sociais que desenvolveu-se sua consciência de classe (NOVAES, 1997).

MST, a formação do campesinato no Brasil teria fundamentalmente duas vertentes: a primeira de imigrantes pobres da Europa trazidos para o Brasil com o interesse de que esses trabalhassem na agricultura das regiões sudeste e sul e a segunda formando-se ao longo dos 400 anos de miscigenação entre brancos e a população em geral, principalmente, vítimas da exclusão social provocada pela transformação da terra em mercadoria pela Lei de Terras de 1850 (STEDILE, 2005, p. 26-27).

Diante do vasto período histórico, que envolveria a retomada da formação do campesinato no Brasil, nos restringiremos ao aspecto fundamental que relaciona essa história a ocorrência de revoltas como as de Trombas e Formoso; a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção. Uma situação em que o moderno e o atraso coexistiram no tipo de modernização capitalista pela qual passou o Brasil, a partir, da acumulação de capital centrada em formas não-capitalistas de produção. Tratando-se da existência de diversas temporalidades que coexistem conflitivamente e se reconstróem no cotidiano em seu caráter histórico, ao qual, se impõe a lógica expansiva e universalizante do capital que apreciaremos no capítulo dois. Em Trombas e Formoso temos esse conflito, originado da luta de classes, entre a temporalidade da “terra para trabalhar” e da “terra para cercar”.

Entre 1950-1954, em Trombas e Formoso, contemplamos conflitos que decorrem da modernização capitalista a partir de relações não-capitalistas de produção que criam o campesinato.

O campesinato surge com o processo de formação do capitalismo, marcado pela decadência das relações de produção feudais, pela servidão, e pela expansão do comércio, da indústria, da cidade, e, principalmente, pelas relações de produção capitalista, que ao se expandirem, destroem relações de produção pré-capitalistas e devido ao contexto derivado destas, constitui relações de produção não-capitalistas subordinadas ao capitalismo. Assim, o conceito de campesinato nos remete a uma classe social historicamente constituída e que tem características próprias (VIANA, 2003, p.14).

Essa é, para nós, a grande especificidade do campesinato no Brasil. Trata-se de um processo, pelo qual, a modernização capitalista não ocorre somente a partir do estabelecimento de relações de produção capitalistas. Entretanto esse processo sofre a oposição do campesinato interessado na manutenção da sua condição de posseiro, possuidor do direito às “terras livres”, que se opõe a cobrança do arrendo e às relações não-capitalistas de produção criadas pela presença do capitalismo e não pela sua ausência ou incompletude.

Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com freqüência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa

expansão (MARTINS, 1990, p.16).

Nas análises acerca dos acontecimentos de Trombas e Formoso, identificar a cobrança do arrendo dos fazendeiros aos camponeses a relações pré-capitalistas ignoraria o caráter circunscrito a modernização capitalista da ação dos fazendeiros, enquanto na realidade eram relações não-capitalistas de produção por estar circunscritas à modernização capitalista. Desse modo, a resistência do campesinato a cobrança do arrendo constitui-se em entrave a essa modernização autoritária que concentraria a propriedade da terra, reivindicando a ampliação do direito à sua posse. Entre 1950-1954, em Trombas e Formoso, a modernização não se deu a partir de uma temporalidade linear caracterizada pela instituição de relações sociais contratualmente livres. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o trabalho escravo não foi substituído imediatamente por relações sociais de assalariamento e o colonato é uma das maiores expressões desse processo.

O levante dos camponeses de Trombas e Formoso, entre 1950-1954, não é restritamente reivindicação por ser considerado cidadão³⁸. Era a resistência espontânea do campesinato nutrida pelas expectativas de autonomia no processo produtivo oriundas da posse da terra e não se limitava a tornar o campesinato um portador de capital. Entretanto do que falamos ao nos referir a relações não-capitalistas de produção e o que faria da resistência espontânea de Trombas e Formoso um

38 Janaína Amado na historiografia sobre Trombas e Formoso enfatiza a revolta camponesa a partir da concepção de que a luta pela posse da terra se restringiu a conquista de cidadania. O Estado, segundo essa autora, no Brasil não teria ainda atingido a racionalização necessária, de modo que, ao fazê-lo agiria com isenção diante das diferentes classes sociais; “A cidadania baseia-se na igualdade de todos perante a lei, e o “favor” baseia-se na hierarquia. A cidadania valoriza o impessoal, e o “favor” valoriza o pessoal e íntimo. A cidadania realça a justiça, não prevendo exceções baseadas em casos individuais, e o “favor” realça a consideração e o “respeito”, valores pessoais. A cidadania distingue público e privado, e o “favor” traz o público para a esfera do privado. A cidadania é exercida por indivíduos e o “favor” é feito por pessoas” (AMADO, s/d p.34). Na sua análise não considera às condições de uma sociedade dividida em classes sociais, desse modo, ignora que “o cidadão é um ser abstrato criado pelo direito. Se a lei diz que 'todos os homens são iguais perante a lei', a realidade diz: 'os seres humanos são desiguais perante a sociedade', devido à divisão social do trabalho. A desigualdade real existente entre os homens é substituída por uma fictícia igualdade, “perante a lei”. Uma vez que a lei é igual para todos, pressupõe-se que existe uma igualdade jurídica entre os homens. Porém, esta igualdade jurídica é fictícia e isto ocorre porque existe uma desigualdade de fato que corrói esta igualdade fictícia” (VIANA, 2003, p. 68). Em *Eu Quero Ser uma Pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil*, Janaína Amado, destaca que no país não é suficiente ser cidadão mas preciso ser pessoa, já que essas duas noções se entrelaçam. Então a luta do posseiro seria por conseguir cidadania plena, ter o reconhecimento do Estado e da sociedade de que se é uma pessoa e se tem direitos (AMADO, s/d. p.34-35). Essa autora apresenta-nos uma síntese do que seria o projeto do campesinato em Trombas e Formoso, sem dúvida, acertado. Porém, limitado aos parâmetros que a pesquisadora atribuiu ao seu significado, diminuindo a potencialidade da resistência camponesa, ao negar-se a proletarianização. Nesse caso, a luta contra a expropriação da renda da terra e as relações sociais criadas pelos camponeses, organizados a partir das relações tradicionais que já estabeleciam entre si; “O caminho que a sociedade brasileira deixara para os posseiros se tornarem 'pessoas', era o de tentar realizar nas áreas de fronteira o projeto camponês. Somente por meio da propriedade legal da terra, da autonomia no processo de trabalho, do controle sobre as relações comerciais com a sociedade abrangente e de outras conquistas semelhantes, os rebeldes do Formoso poderiam criar condições mínimas para ser considerados pessoas. Somente assim construiriam as bases para substituir a humilhação e a rejeição pelo respeito e pela consideração” (AMADO, s/d, p.36). Esses seriam alguns limites e contribuições desse trabalho de Janaína Amado, do qual, lançamos mão para dar mais passos nas discussões sobre Trombas e Formoso.

entreve a modernização capitalista autoritária em Goiás? Na obra de José de Souza Martins afirma-se que Marx descobrira que o capital é um processo e ele próprio engendra e reproduz relações não-capitalistas de produção. Entre essas relações temos a renda territorial, que na sociedade capitalista perde esse caráter se absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo relações sociais de produção que são contraditórias se comparadas aos modelos considerados clássicos na análise da reprodução do capital. Esse processo não abrange só as relações de caráter pré-capitalistas as transformando e incorporando em renda capitalizada. Mas também as que Marx e Rosa Luxemburgo definiram como relações não-capitalistas³⁹ (MARTINS, 1996, p.2-3).

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não-capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio (MARTINS, 1996, p.21).

Nesse contexto a resistência a cobrança do arrendo impede ao fazendeiro aferir do camponês a renda da terra. De um lado o camponês impedia a realização da condição possibilitadora do acúmulo de capital em um contexto de modernização capitalista a partir de relações não-capitalistas de produção e de outro reivindicava-se a ampliação do direito a propriedade que não restringia a luta à legalidade e conquista da condição de “camponês-proprietário”. Esse processo é compreendido se abandonamos o modelo a-histórico que analisa a sociedade a partir da suposta existência de forças produtivas programadas, ou seja, que se ainda não surgiram estão pré-determinadas a surgir⁴⁰. Utilizando-se do raciocínio positivista que petrifica e reifica a noção de

39 Na hipótese de José de Souza Martins o capitalismo, na sua expansão, procede com suas antigas relações as redefinindo, subordinado-as à reprodução do capital, mas também engendrando relações não-capitalistas que também são necessárias a sua reprodução (MARTINS, 1996, p.19-20). “O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas” (MARTINS, 1996, p.21).

40 “O marxismo tecnológico-determinista tende a sugerir que o objetivo do socialismo é aperfeiçoar o desenvolvimento das forças produtivas. Não é surpresa que essa versão do marxismo fosse a mais afinada com um regime soviético esmagadoramente preocupado com a rápida industrialização a qualquer preço. A outra versão do marxismo, que busca sua inspiração na caracterização feita pelo próprio Marx da história (ocidental) como a crescente separação dos produtores diretos dos meios de produção, sugere um projeto diferente para o socialismo: a reapropriação dos meios de produção pelos produtores diretos” (WOOD, 1995, p.125).

formação econômico-social que é utilizada para substituir a funcionalista de sistema social. Nos colocando diante do que Henri Lefebvre classifica como totalidade fechada e não dialética (MARTINS, 1996). Enquanto na realidade

o núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual, não o desenvolvimento econômico desigual das análises dualistas produzidas na perspectiva economicista e sim o desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade (MARTINS, 1996, p.2-3).

Quais seriam as condições que possibilitaram, no Brasil, a realização dessa modernização a partir de relações não-capitalistas? Entre essas temos a Lei de Terras de 1850 e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. O que fez do fazendeiro um capitalista e do camponês um despossuído. Foi a Lei de Terras de 1850 fundamental para a instituição de garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho. Colocava-se o peso do Estado favorável ao grande fazendeiro e dificultava-se o acesso a terra aos trabalhadores sem recursos financeiros. “Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura” (MARTINS, 1996, p.59). Essa lei foi uma forma moderna de expropriar negros e índios da posse da terra, pois, a terra seria um produto pelo qual o governo imperial exigiria a apresentação de um título para considerá-la como propriedade de alguém (LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1999). A Lei de Terras de 1850 foi uma providência da classe dominante para substituir o escravo sem prejuízos para a economia da grande lavoura (café, cana etc) (MARTINS, 1990, p.41). Também instituiu um novo regime fundiário para substituir o novo regime de sesmarias fundado em 1822 (MARTINS, 1990, p.41).

A lei de terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse a compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses (MARTINS, 1990, p.41-42).

Essa levou a formação do campesinato no Brasil como um despossuído e gerou a questão agrária, na qual, Trombas e Formoso se inseri.

O acesso à terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho ao grande fazendeiro. Com essa mudança, a questão do campesinato é colocada em novos termos. Em primeiro lugar, porque liberta o camponês da grande propriedade, ao mesmo tempo que o subjuga a ela. Antes “posse” e “sesmaria” correspondiam a lógicas distintas e combinadas, podendo a concessão de sesmaria ocorrer em terras já tomadas por posseiros, problema que se resolvia pela superioridade jurídica da sesmaria e pelo vínculo de dependência que tal superioridade supunha do posseiro em relação ao sesmeiro. Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do

fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados (MARTINS, 1990, p.42-43).

A Lei de Terras de 1850 e seu caráter segregador, atuando na reprodução do campesinato expropriado da posse da terra, é compreendida no conjunto de mudanças operadas pela sociedade brasileira na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A substituição do escravo pelo trabalhador livre era baseada na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho e essas relações não podem ser definidas como capitalistas. Essa análise distingue-se do “procedimento classificatório [que] descarta a reconstituição das relações, tensões e determinações que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho” (MARTINS, 1996, p.11). Enquanto na realidade são essas que interessam à compreensão da luta de classes que se desdobra no campo com o processo de modernização capitalista. O que possibilita-nos entendermos que o trabalho livre gerado pela crise do cativo é diferente do trabalho livre do agregado. Já que havia uma nova relação entre fazendeiro e trabalhador. O ponto em comum é que a modificação era para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais (café etc) para os mercados metropolitanos e baseava-se na grande propriedade fundiária (MARTINS, 1996). Essa condição, na qual, se moderniza tendo em vista não superar as condições que possibilitam o status da classe dominante em Goiás reproduziu-se como barreira a democratização do acesso a terra, pela qual, os revoltosos de Trombas e Formoso lutavam.

No Brasil havia a contradição de que o trabalho livre surgia para preservar a economia colonial, ou seja, o padrão de realização do capitalismo se definia pela subordinação da produção ao comércio (MARTINS, 1996). Foi a transformação nas relações de trabalho na cafeicultura originada na esfera da circulação com a crise do comércio de escravos devido as relações sociais que engendrava o fazendeiro-capitalista não ser estritamente as relações de produção no interior da fazenda, mas também as relações de troca com os comissários do café e no final do século XIX com os exportadores (MARTINS, 1996). Foram nesses moldes que a modernização capitalista se originou a partir de relações não-capitalistas de produção. Esse processo, por sua vez, levou a acumulação de capital por parte dos fazendeiros do sudeste que alguns anos depois viriam a necessitar da completa expropriação do campesinato de Trombas e Formoso e a instauração de relações capitalistas de produção no campo para a respectiva proletarianização desse. Essa substituição das relações não-capitalistas de produção pela capitalista, onde a temporalidade da “terra para cercar” se impõe a da “terra para trabalhar”, será verificada em Trombas e Formoso de 1954-1957.

Na realidade as relações de produção entre senhor e escravo produziam capitalistas que não se caracterizavam pelo monopólio dos meios de produção, mas pelo monopólio do próprio trabalho

transfigurado em renda capitalizada. Enquanto o trabalhador tinha sua gênese mediada pela desigualdade derivada da sua condição de renda capitalizada que se caracteriza pela sujeição produzida pelo comércio (MARTINS, 1996, p.15-16). O advento do trabalho livre trouxe ao ex-cativo a propriedade da sua força de trabalho e ao imigrante europeu ao ser liberado da propriedade restava só sua força de trabalho. Para o primeiro ganhava-se a força de trabalho e para o outro era o que lhe restava (MARTINS, 1996). A abolição não iria apenas desonerar a fazenda da renda capitalizada do tributo que ela pagava ao traficante de negros. Daí em 1850 uma lei previa o desenvolvimento de uma política de imigração e ao mesmo tempo instituía a ocupação da terra somente por título de compra. Impedindo que esses e os negros tomassem posse da terra devoluta facilitada com a independência, em 1822, com o fim da concessão de cartas de sesmarias (MARTINS, 1996).

Diante dessa situação o fazendeiro que tem como principal mercadoria o café, estudado por José de Souza Martins, é um capitalista cujo empreendimento econômico estava voltado para a produção de mercadorias e de lucro com base em relações não-capitalistas de produção (MARTINS, 1996). No caso de Trombas e Formoso a mercadoria seria conseguida através da coerção aos camponeses e fazia dos fazendeiros capitalistas que lançam mão de relações não-capitalistas de produção para a acumulação de capital. Fernando Henrique Cardoso já considerava que a abolição da escravatura é o primeiro desbloqueio da história brasileira. A acumulação de capital gerado com o trabalho escravo entrara em contradição justamente com essas mesmas relações de trabalho (MARTINS, 1999). Foi a abolição uma necessidade para a continuidade do processo de acumulação que não pode indefinidamente ter continuidade a partir de relações não-capitalistas de produção. Segundo Fernando Henrique Cardoso e o grupo de sociólogos que combatiam um marxismo vulgar, o escravismo já se desenvolvia em relação com o capitalismo, contrariando a idéia de que teríamos tido feudalismo no Brasil (MARTINS, 1999).

Todavia, essa modernização capitalista no país foi distinta da realizada em outros onde a acumulação de capital ocorria imediatamente a partir da instauração de relações capitalistas de produção, com a imediata expropriação do campesinato da posse da terra.

Mas, no geral, desde o século XIX, com a ascensão da burguesia em vários países, foi a reforma do direito de propriedade e a democratização do acesso à propriedade, de maneira a abolir privilégios nele baseados, dinamizar o mercado e incrementar a igualdade jurídica que dinamizaram a economia capitalista e acentuaram o papel transformador do mercado (MARTINS, 1999, p.75).

Quando falamos em camponeses no Brasil, como os de Trombas e Formoso, é necessário considerarmos que na transição do trabalho escravo para o trabalho livre foram criadas as bases para a sua dependência;

O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não o excluía da propriedade. Ele viveu, durante todo o tempo do escravismo, essa contradição que só se resolveu quando se resolveu a contradição maior representada pelo escravo numa economia capitalista de produção escravista de mercadorias (MARTINS, 1990, p.38).

1.2- Relações de atraso na acumulação capitalista e a reação do campesinato

Esse desenvolvimento específico da modernização capitalista, a que nos referimos, era a base de sustentação das relações de sujeição do campesinato. Em Goiás uma das maiores expressões desse processo era o coronelismo. “O coronelismo enredava, numa trama complicada, questões de terra, questões de honra, questões de família e questões políticas” (MARTINS, 1990, p.48). Entretanto na discussão sociológica acerca do assunto tende-se a considerar a Revolução de 1930, em Goiás, como o início do processo de modernização capitalista nesse estado e a implantação de relações sociais modernizadoras em contraposição ao coronelismo que seria avesso a expansão capitalista. Entre essas obras destaca-se a tese de doutorado *Questão Agrária: Bases Sociais da Política Goiana (1930-1964)*, de autoria de Francisco Itami Campos, apresentada a Universidade de São Paulo, em 1985.

No entanto, nesse trabalho demonstramos como os governos estaduais durante a revolta de Trombas e Formoso tinham suas preocupações voltadas a manutenção da existência de relações de “atraso” no campo. Todavia esse processo seria incompreensível se não retomarmos o fundamento do coronelismo e sua íntima relação com as lutas camponesas em Goiás, que aplainaram os caminhos para Trombas e Formoso.

Na regência de Feijó, durante o Império, foi criada a Guarda Nacional. Essa dava status militar às companhias de ordenança criadas nos municípios e notoriedade aos senhores de escravos e terras na função de coronéis. Esses detinham o poder político, pois, só votavam em todas as eleições a nível municipal, provincial e nacional os grandes proprietários. Enquanto os pobres só votavam a nível nacional e provincial, o que durou durante todo o Império (MARTINS, 1999). Todavia foi na República que a Guarda Nacional teve papel fundamental ao graduar alguns como “coronéis”, “majores”, “capitães”, etc. “O coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os 'currais eleitorais' e produzindo o chamado 'voto de cabestro’” (MARTINS, 1990, p.46).

Na presidência de Campos Sales, esse coronelismo nascido no Império será redimensionado, inaugurando-se a “política dos governadores”. Nessa a presidência da república e os governos estaduais criavam um sistema de troca de favores políticos que fosse capaz de sustentar a ambas as

esferas de governo (MARTINS, 1990, p.46). Essa situação a nível nacional reproduzia-se para as unidades da federação e os governadores faziam o mesmo com os chefes políticos do interior, que também eram coronéis (MARTINS, 1990, p. 46). Nessas condições a extensão do sufrágio não significou aumento da cidadania, mas sim do poder das oligarquias que eram mediadoras entre o povo e o Estado (MARTINS, 1999).

Antes que os pobres pudessem votar o Estado já mantinha relações de troca de favores com os grandes proprietários rurais. No entanto as implicações desse processo não eram estritamente políticas, mas uma forma de acumulação da riqueza e modernização nos marcos da tradição, da ordem. “O novo surge sempre como um desdobramento do velho” (MARTINS, 1999). Tanto que segundo José de Souza Martins, na Revolução de 1930 os coronéis das oligarquias locais foram substituídos por militares e burocratas, mas continuaram a exercer sua força através das relações entre esses (MARTINS, 1999). Entretanto a substituição de oligarquias por militares e burocratas não diz respeito a Goiás, onde uma oligarquia de grandes proprietários rurais que já havia dado alguns passos no sentido da modernização capitalista com a introdução da estrada de ferro é substituída por uma que fosse capaz de acelerar esse processo, ambas nos marcos da criação de relações não-capitalistas de produção⁴¹.

O camponês não assistia passivamente esse processo, constituía-se como sujeito político, e reagia através da formação de grupos de cangaceiros que andavam armados na realização de saques ou através de movimentos de “fanáticos” religiosos (LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1999). Essas manifestações camponesas tornam-se compreensíveis se consideradas as condições em que ocorriam, historicizando essas lutas, e abandonando o tratamento pejorativo que muitos pesquisadores lhes oferecem, como o que os qualifica como “fanáticos”.

As primeiras grandes lutas camponesas, no Brasil, ocorreram no fim do Império e o início da República; o sertão de Canudos, na Bahia (1893- 1897) e o sertão do Contestado no Paraná e Santa Catarina (1912-1916). Essas foram violentamente reprimidas sob a acusação de monarquismo sertanejo, mas na realidade tinham muito pouco a ver com a monarquia dos Bragança (MARTINS, 1990, p.41). “Concretamente, as mudanças que atingiam diretamente os camponeses diziam respeito à posse da terra e essas mudanças de imediato tinham muito pouco a ver com a alteração do regime político” (MARTINS, 1990, p.41). Houve duas modificações sociais; a abolição (1888) e a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos estados (MARTINS, 1990, p.41).

No nordeste, especialmente no sertão, alcançando Goiás esse foi um período de fortes

41 Entre os pecebistas haviam aqueles que já caracterizavam Pedro Ludovico Teixeira como chefe político do Partido Social Democrático (PSD) e “velho caudilho da escola de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas” (SOBRINHO, 1988, p. 14).

disputas pela terra e a hegemonia comercial (MARTINS, 1990, p.50).

Toda aquela imensa área caracterizou-se pelo desenvolvimento da pecuária extensiva, de onde o gado era remetido para as regiões canavieiras do litoral. Enquanto a sociedade litorânea era acentuadamente senhorial e hierarquizada, a sociedade pastoril tinha linhas de diferenciação social um pouco diluídas caracterizada basicamente pelo trabalho livre do vaqueiro, ocupando pouca gente (MARTINS, 1990, p.50).

No século XIX as terras devolutas passaram para o domínio dos estados abrindo a especulação imobiliária em várias regiões, a necessidade de regularizar limites entre fazendas e definir a situação jurídica da propriedade fundiária. Levando a um período de convulsão na própria classe dos fazendeiros e negociantes, ainda, a terra de antigos agregados, vaqueiros, nessas condições os transformaria em sitiantes que sofreriam a ameaça de incorporação ao patrimônio dos fazendeiros (MARTINS, 1990, p. 50-51). Entre as reações do campesinato a essas condições está Canudos⁴² (1893-1897) e Contestado⁴³ (1912-1916). Manifestações camponesas caracterizadas pela

42 Os conhecidos Antônio Conselheiro e Pe. Cícero estão circunscritos a um movimento que pretendia mudanças na Igreja que possibilitasse a ela aproximar-se dos subalternizados. Era uma reação a reorganização de instâncias eclesiais que buscavam romanizar o catolicismo colonial. Foi Antônio Conselheiro (1870) quem despontou na sombra do profeta e curador Pe. Ibiapina (1859). Era filho de um comerciante e sonhava ser padre e não se interessava em ser herdeiro do comércio do pai. Errante no sertão, era professor, caixeiro, rábula e beato. Foi preso diante de seus seguidores e acusado de homicídio no Ceará após desentendimentos com o Bispo. Em 1876 formou o Arraial do Bom Jesus e sofreu as represálias do arcebispo da Bahia que proibiu suas pregações. Foi na cidade de Bom Conselho-BA que se rebelou contra a cobrança de impostos municipais (1893). Fixou-se em Canudos em uma fazenda abandonada e teve vários confrontos com as forças da ordem. Somente na 4ª expedição com um contingente de aproximadamente 8000 soldados os camponeses de Canudos foram massacrados. Entre as reivindicações do movimento estavam a busca por um justo preço, um justo salário e juros justos permeada pela saudade de uma velha ordem (MONTEIRO, 1977).

43 Chama-se Contestado a controvérsia a respeito da jurisdição de terras entre Paraná e Santa Catarina. Foi diante do novo regime federativo implantado pela República que se intensificaram as disputas. Em um contexto em que as lutas eram primeiro contra indígenas e que posteriormente passou a envolver clãs familiares durante o século XVIII. Havia no movimento do Contestado várias disputas fronteiriças. Na liderança do movimento surgiram subsequentemente três monges: primeiro João Maria durante a Guerra dos Farrapos, depois o outro João Maria durante a revolta federalista (1893) e finalmente José Maria que se rotulava irmão do anterior e lidera o primeiro ajuntamento do que seria “a irmandade rebelde do Contestado”. Esse ocorreu em Taquaruçu e contava com posseiros expulsos de suas terras pelas Brazil Railway (construtora) e Southern Brazil Lumper e Colonisation (madeireira). Em 1913 Taquaruçu foi atacada, mas resistiu. Em 1914 seria inevitável a derrota diante de 700 soldados, 2 seções de metralhadoras, um esquadrão de cavalaria e 2 peças de artilharia. Os sobreviventes refugiados em Caraguatá começaram a receber adesão de um número crescente de sertanejos e os rebeldes chegaram a controlar grande área. Suas “vilas santas” foram paulatinamente sendo destruídas até que 6 mil soldados do exército conseguiram dizimar-los ao utilizar pequenos aviões para bombardeamento e reconhecimento. Diziam-se monarquistas mas na realidade ansiavam por um reino escatológico. Essa comunidade não era caracterizada pela mortificação, mas pela alegria inclusive com a realização de churrascos, sendo o igualitarismo e a fraternidade valores fundamentais. O papel das “festas sérias” era reafirmar a ordem estabelecida. Havia a presença de numerosas virgens que ao se fazerem visionárias ganhavam prestígio e poder. A prostituta era designada “mulher que se governa” e esse movimento rompeu definitivamente com o clero ao santificar o casamento civil. Era o saque, pequenas roças de subsistência e um pequeno comércio que garantiam a sua sobrevivência. O ajuntamento era uma alternativa que possibilitava reconhecimento social, a proteção resultante do grupo e a possibilidade de revidar violências (MONTEIRO, 1977).

forte presença da religiosidade popular e seu costumeiro messianismo, teologia e catolicismo de cunho colonial, situados na transição da Monarquia para a República e a modernização capitalista, como destaca Monteiro (1977). “Ao fazê-lo [os camponeses], irromperam no curso de uma história dramática de submissão para trilhar os caminhos de rebeldia sem projeto, ou seguir as vias místicas que lhes eram dadas ousando assumir a condição de sujeitos” (MONTEIRO, 1977, p.43). Essas lutas antecedem o campesinato da década de 1950 que se apresentava como sujeito político diante da modernização capitalista.

“Canudos era o lugar da espera e tudo que estava acontecendo, inclusive a guerra contra os camponeses, era apenas o conjunto dos sinais do fim dos tempos” (MARTINS, 1990, p.53). O Conselheiro fazia uma interpretação política e de classe do processo e seus seguidores tinham a esperança escatológica alimentada e justificada pelo seu líder (MARTINS, 1990, p. 53). Teriam os problemas desses se avolumado quando o Conselheiro rasgou editais da Câmara de Bom Conselho, esses determinavam a cobrança de impostos, e o mesmo juiz com que se indispôs nesse momento, logo o acusaria de querer invadir Juazeiro (MARTINS, 1990, p.53-54). Canudos foi reinterpretado à luz do temor republicano de volta da monarquia e das disputas políticas regionais da Bahia entre coronéis do sertão e o governador Luiz Vianna, acusado de simpatizante da monarquia (MARTINS, 1990, p. 54). “Não foi, como Contestado, a ante-sala de um Reino de Deus na terra. Mas foi, certamente, um esforço de aproximação com a concepção de justiça, tal como o Conselheiro a entendia, apertada dentro da estreiteza da condição humana” (MONTEIRO, 1977, p. 69).

Em Contestado, na região entre Paraná e Santa Catarina, o conflito começou mediado por interesses do coronel sertanejo Francisco Albuquerque que se encontrava em litígio com o coronel Henriquinho de Almeida. Foi no seu território de influência política (região de Curitiba) que operários desempregados da estrada de ferro, posseiros expulsos da terra pela Southern Brazil Lumber and Colonization e outros moradores da região, em 1912, nas festas de São Sebastião haviam se encontrado em Perdizes Grandes para discutir o problema das terras. O encontro se deu em torno de um “monge” (como eram chamados os beatos do sul) curandeiro de ervas; José Maria. Desde o final do século XIX já se falava na existência de um outro monge chamado João Maria e que teria desaparecido nos primeiros anos do século XX. Os camponeses do Contestado esperavam que esse ressuscitasse naquela ocasião nas proximidades de Campos Novos (MARTINS, 1990, p.55).

Esses levantes camponeses, assim como o de Trombas e Formoso, demonstra que a modernização capitalista a partir de relações não-capitalistas de produção fez do camponês no Brasil um desenraizado.

Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação (MARTINS, 1990, p.17).

Todavia a incompreensão desse processo, mensurável nas inúmeras lutas camponesas pelo Brasil, leva a atribuição de caráter pré-político a ação camponesa e explica a existência dessas relações não-capitalistas de produção a partir da inexistência do capitalismo. Ter as lutas camponesas como manifestações “populistas”, pré-políticas ou irracionais só deixa a elas o caminho da alienação, abandono, misticismo e banditismo (MARTINS, 1990, p.17). Enquanto na realidade essas são atribuições dadas as lutas camponesas devido ao forte caráter de classe média das lideranças da esquerda no Brasil, que, quer substituir a religião camponesa pelo materialismo racionalista;

O desconhecimento da vida e da realidade do camponês, e sobretudo da história dos camponeses, leva a uma superestimação do misticismo e ao desconhecimento das formas peculiares do seu materialismo. Leva, sobretudo, a confundir a religião camponesa como a causa do caráter pré-político dos movimentos e das lutas camponesas. Isso impede que se veja a condição de caráter pré-político na própria estrutura social em que se insere o camponês. O localismo e o misticismo do campesinato não podem ser explicados como limitações de classe dos camponeses, mas devem ser buscados nas condições sociais da classe (MARTINS, 1990, p.31).

Na história do Brasil, de fato, esta foi a única classe social que desde a proclamação da República tem uma reiterada experiência de confrontos diretos com o exército brasileiro; Canudos e Contestado, por exemplo (MARTINS, 1990, p. 27). Essas lutas também redundaram em diversas discussões teóricas acerca da definição do campesinato com suas conseqüentes implicações políticas. Muitas vezes a definição de campesinato, assim como a elaboração de projetos políticos para essa classe, não conseguiu se apropriar da historicidade que permeia a ação dessa durante o processo de modernização capitalista.

A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (MARTINS, 1990, p.25).

1.3- O debate acerca da definição de campesinato e suas implicações políticas

O conceito de campesinato já despertou diversos debates e foi resultado de investigação por diversos pesquisadores. Esse também será utilizado com o intuito de esclarecer acerca das características daqueles que participaram da revolta de Trombas e Formoso. Tanto na historiografia como na literatura é recorrente a utilização deste conceito. Neste apontamos algumas das conceituações acerca desse grupo social e as implicações políticas da sua utilização. O conceito “camponês” já vêm sendo utilizado no tratamento dos envolvidos nos episódios de Trombas e Formoso. Foi o termo introduzido no Brasil pelo Partido Comunista Brasileiro, principal representante da atuação da esquerda institucional no campo na década de 1950, na expectativa de que chegassem com esse grupo a destruição do latifúndio improdutivo e responsável pelo “atraso” do capitalismo no Brasil.

Eric Wolf define as populações camponesas como essencialmente dedicadas ao cultivo da terra e aquelas que tomam decisões autônomas quanto ao processo de cultivo (WOLF, 1984, p.15). O camponês seria um resistente ao mercado e a partir disso garantiria a continuidade da sua existência na terra, mas sem que isso signifique deixar de se relacionar com esse ou não se envolver na disputa por ascensão social. Ele só se dispõe a venda do que produz se estiver garantida a sua subsistência e apega-se às tradições que lhes garanta acesso à terra e ao trabalho dos parentes e vizinhos (WOLF, 1984, p.15). Essa definição do campesinato pode ser identificada aos primeiros anos da revolta de Trombas e Formoso, mas se deteriora com a instituição da condição de proprietário entre 1958-1964.

Há riscos em se tratar o termo “camponês” de forma anacrônica, ignorando sua complexidade, os sentidos que adquire no decorrer do caminho e, finalmente, o que representaria na década de 50, para Goiás e o Brasil.

Além disso, tomar o campesinato como grupo social que vive no campo em todas as épocas e sociedades significa criar uma indiferenciação e uma categoria a-histórica. A tendência a considerar todo mundo que mora no campo um camponês é forte e faz parte do uso comum da palavra (VIANA, 2003, p.13).

O historiador Pierre Vilar também chama a atenção para o fato de que o termo não pode ser utilizado de modo a-histórico. Daí a importância de considerarmos os diversos significados e apropriações políticas feitas do termo “camponês”, conhecendo a discussão feita por vários autores sobre isso.

Na realidade os autores divergem quanto à definição de camponês e alguns adotam critérios mínimos para explicar a ação dessa classe. No trabalho de Loureiro (1988) o camponês é aquele que tem como unidade de trabalho a família, participa do processo produtivo com parte do capital

constante que é retirado do fornecimento feito pelo fazendeiro e que depois lhe acarretaria à cobrança dos juros, gozando de autonomia parcial no processo de trabalho (LOUREIRO, 1988). Em Goiás a definição dessa autora é identificada àqueles de quem cobrava-se o arrendo e que na arena política surgira como sujeito na “Luta do Arrendo” contra a apropriação desse por parte dos fazendeiros.

Segundo Victor Manuel Toledo o conceito deve ser operacionalizado sob a consideração da energia utilizada, escala ou tamanho do território em que lida, a auto-suficiência, natureza da força de trabalho, diversidade, produtividade ecológica-energética, natureza do conhecimento e cosmovisão (GUZMÁN e MOLINA , 2005, p. 82). Enquanto para Ciro Flamarion S. Cardoso bastariam o acesso estável à terra (propriedade ou usufruto), trabalho predominantemente familiar, economia fundamentalmente de subsistência e certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas⁴⁴ (CARDOSO In: CHEVITARESE, 2002).

Eric Wolf os definiu a partir da relação que mantinham com a estrutura social global. Considerando as diferenças de comportamento e perspectivas entre diversos camponeses, sejam eles, arrendatários, proprietários, pobres, ricos, lavradores, artesãos e outros.

Eu defino os camponeses, portanto, como populações essencialmente dedicadas ao cultivo da terra e que tomam decisões autônomas quanto ao processo produtivo. Deste modo, a categoria cobrirá arrendatários, meeiros e posseiros, bem como proprietários trabalhadores, enquanto estiverem em situação de tomar decisões importantes sobre o cultivo de suas plantações. Não inclui, no entanto, os pescadores e trabalhadores sem terra (WOLF, 1984, p. 15).

A definição de Henri Mendras coincide em alguns aspectos com a de Wolf, mas diferencia-se por considerar os camponeses um grupo social homogêneo.

A sociedade camponesa, que tem como características essenciais a homogeneidade e a autonomia frente à sociedade envolvente, mantém em relação a esta última uma especificidade clara, por exemplo, em termos de religião, economia, direito de propriedade, herança e, até, idioma (MENDRAS apud PESSOA, 1999, p.138).

Enquanto o primeiro reconhece as especificidades dos camponeses quanto a sociedade circundante o segundo enfatiza a diversidade interna desse grupo social.

O conceito de camponês de Margarida Maria Moura esclarece que

num contexto de terras livres, assim entendidas as que ainda não foram privadamente apropriadas, os camponeses que aí residem, juridicamente denominados posseiros, trabalham apenas para seu próprio sustento. Se

44 Essa conceituação desse autor nasceu em um contexto, 1979, em que buscava-se superar o tratamento pejorativo dado ao campesinato como aos intelectuais burgueses alemães que no século XIX o romantizavam opondo a civilização (cortesã e urbana, cosmopolita, inautêntica) à cultura (popular e rural, nacional e autêntica) idealizando o camponês (CARDOSO In: CHEVITARESE, 2002).

comparados àqueles que sofrem a exploração do senhor da terra, os posseiros dedicam à lavoura um tempo de trabalho menor. Além disso, vivem isolados e comercializam sua produção apenas eventualmente. No entanto, nada disso lhes retira a condição de lavradores e de subalternos (MOURA, 1986, p.12-13).

No que diz respeito ao campesinato goiano, Jadir de Moraes Pessoa, o define;

É o mesmo trabalhador apegado à terra e aos seus mitos; aquele que sente vontade de voltar a um passado recente de maior segurança cada vez que os novos acontecimentos parecem ameaçadores, a si próprio e ao seu grupo; aquele que, muitas vezes, se abala com a discriminação dos que estão à sua volta; e aquele que é capaz de se agrupar a outros para as mais diversas ações e significações, mesmo que isso se dê em meio a diferenças e, até, a conflitos. Só é possível discutir as inovações desse processo quando se reconhece que ele mesmo reforça todos esses aspectos tipicamente camponeses (PESSOA, 1999, p.256).

Segundo esse autor as reais possibilidades de compreensão desse campesinato não está em categorias estáticas, mas na conformação de uma campesinidade que transcende as definições economicistas⁴⁵.

Foi a utilização do conceito de campesinato responsável por distintas implicações políticas na atuação de agentes de mediação junto a essa classe. Fundamentalmente essas cindiram-se na caracterização do camponês como pré-político e político. Nessas temos posições como as do medievalista Jacques Le Goff que diante das lutas camponesas afirma; “creio que eles [camponeses] são conduzidos pelas suas principais organizações sindicais, que *insistem na recusa em vez de auxiliá-los quanto a uma adaptação*” (LE GOFF Apud CHEVITARESE, 2002, grifo nosso). Enquanto Alexander Chayanov considera o camponês como constituidor de um modo de produção específico. O primeiro posiciona-se entre os que afirmam a “fatalidade histórica” do fim do campesinato enquanto classe, preservando a autonomia no processo produtivo, ao sugerir que ao invés de lutar contra o processo de modernização capitalista se adapte aos novos tempos. O segundo, por sua vez, negligencia essa condição de subordinação camponesa existente nas sociedades capitalistas e o papel atribuído ao modo de produção camponês nesse contexto a partir do momento que estabelece uma interação com as demandas do mercado.

Na década de 1960 e 1970 os debates cindiam-se entre aqueles que defendiam a potencialidade revolucionária do camponês. Muitas vezes reproduzindo o pensamento político de

45 Em *A Revanche Camponesa*, Jadir Pessoa, esclarece que não há uma lógica unívoca do que é o campesinato, existindo, na verdade, diversas formas de ser camponês, o que teríamos seria uma “campesinidade”, numa definição moral e não político-econômica. Segundo esse autor o que predomina é a existência do campesinato primeiro como *homem moralis* antes de *homem economicus*. No entanto contraditoriamente, em seguida, estabelece critérios como os níveis de exploração da terra, a capacidade de investimento, a estratégia familiar e as relações com o Estado para a definição de campesinato. Os quais nos parece critérios onde não predominam os aspectos morais defendidos pelo autor. Margarida Maria Moura, por sua vez, apresenta como primeiro critério a ser considerado o de que camponeses são cultivadores que se definem tendo como referência a cidade por se encontrarem subordinados a esta enquanto sede do poder político. Em uma clara definição restritiva quanto a compreensão de poder político, ou seja, onde o Estado é a única expressão desse.

Franz Fanon e Che Guevara, numa clara romantização do campesinato, enquanto outros tratavam pejorativamente o camponês os definindo como “restos feudais” a serem superados⁴⁶ (CHEVITARESE, 2002). Segundo Karl Kautsky, social-democrata alemão, o campesinato tende a desaparecer à medida que avança o capitalismo. Sendo assim, esses já não pertencem mais a estes tempos, sendo resquícios do passado⁴⁷.

Nas reflexões de Marx sobre o campesinato, no *Manifesto Comunista* (1848), este teria sido subordinado ao modo de produção capitalista quando a burguesia criou um mundo que é “a sua imagem e semelhança”. Essa classe não seria revolucionária, não goza da mesma autenticidade do proletariado, já que as demais classes vão sendo arruinadas pela indústria e a forma de propriedade camponesa vai sendo abolida pelo avanço do capitalismo (MARX e ENGELS, 2003, p. 49,55,60). Na análise sobre a situação francesa, antecede o golpe de Luís Napoleão Bonaparte no *18 Brumário*, o campesinato se aliando a esse no seu golpe reacionário para se opor ao avanço do capitalismo sobre sua população. É incapaz de se constituir em “classe para si”, como um “saco de batatas”. Todavia o equívoco estaria em generalizar essas análises indistintamente a todas as experiências históricas.

Foram as análises redutoras orientadas pela razão dualista, dividindo os movimentos em político e pré-político, que deram ênfase ao proletariado como única classe capaz de fazer a revolução e de se insubordinar ao capitalismo. Construindo uma figura passiva do campesinato e transferindo-a a uma realidade social não analisada por Marx.

Tal incompreensão se explica pela generalização a todo mundo das apreciações que Marx havia obtido por uma evidência empírica européia, centrada no primeiro país industrializado, Inglaterra. Outro erro consiste no desconhecimento da metodologia utilizada por Marx na citada obra (*O Capital*), todas as vezes que elevam à categoria de lei universal e seqüência lógica de modos de produção (comunal, escravista, feudal e capitalista) utilizados por Marx tão-somente como modelos, ou cortes históricos, em seu processo de avaliação no interior de seu método de regressão histórica, que consideraremos com maior detalhe adiante (GUZMÁN e

46 Segundo Luckács, no “marxismo clássico”, as “classes puras” da sociedade capitalista são a burguesia e o proletariado, as demais, não são capazes de elaborar um projeto de superação do capitalismo, por serem resquícios de um passado superado. Essas não seriam classes que buscam o desenvolvimento ou a superação do capitalismo. Só conseguem se projetar localmente não tendo condições de se reconhecer como parte de uma cadeia de relações sociais, muito mais amplas do que o campo (LUCKÁCS, 2003, p.156-157). Segundo esse autor as camadas sociais surgidas no pré-capitalismo nunca conseguem assumir uma forma clara que influencie conscientemente os acontecimentos históricos (LUCKÁCS, 2003, p.148).

47 Essas definições de Kautsky o levaram a formação daquilo que para ele seria uma tendência geral dentro do capitalismo, contraditoriamente, aponta “o setor camponês da economia política capitalista” como uma fonte de “acumulação primitiva contínua”. Para ele era necessário a transformação da pequena propriedade em “grande empresa agrícola nacional” já que a pequena não se beneficiaria com o aumento de tecnologia e estaria em desvantagens quanto a crédito e comércio já que lida com extensões menores e seria com isso engolida pela grande propriedade. Também Lênin era um “descampesinista” e acreditava como insuperável o desaparecimento do campesinato na Rússia. Kautsky transferiu essa condição a toda e qualquer realidade. Engels nunca deixou de considerar o campesinato um parceiro do conservadorismo e resíduo do modo de produção superado. Num debate com o Partido Operário Francês, em 1894, recomendou que não se omitisse ao campesinato o seu destino, pois, sua única saída seria a proletarização (CHEVITARESE, 2002).

Foi essa concepção redutora da historicidade que predominou na III Internacional Comunista e no seu VI congresso (1928), onde se defendia para o “terceiro mundo” uma estratégia onde primeiro se deveria passar pela revolução burguesa, nacional e democrática, de caráter anti-imperialista e anti-feudal, para se libertar o campesinato da sua condição servil e após o capitalismo os levar ao socialismo.

1.4- O conceito de campesinato a partir da revolta camponesa de Trombas e Formoso

Esses diversos conceitos não são imediatamente aplicados a Trombas e Formoso. É na própria realidade do movimento de luta pela posse da terra que podemos apreender o conceito de campesinato apropriado a esses posseiros. Na região norte de Goiás, na década de 1940, tinha a terra sido pouco valorizada e na medida em que ia se tornando mercadoria com o avanço do capitalismo passam a querer se apropriar delas, mesmo assim, uma região de alta concentração da terra, devido ao vazio demográfico observado antes das iniciativas de colonização do norte goiano. Existindo nessas terras diversas relações de trabalho, como arrendo, meeiros, posseiros etc. Na arena política da disputa pela posse da terra é que se dá a constituição do campesinato de Trombas e Formoso e sua constituição enquanto classe é o seu resultado; “a identidade se constrói na conjugação de um conjunto de contradições, oposições e alianças com que um determinado grupo social se depara em situações objetivas de crise e rupturas de relações sociais” (NOVAES, 1997, p.169).

Nos apropriamos do conceito de campesinato a partir do quadro geral que apresentamos da questão agrária em Goiás e sua relação com o movimento camponês de Trombas e Formoso. A esse contexto e ao caráter político de tal definição devemos sua utilização. Nesse período começou a ser utilizada no Brasil enfatizando os agentes que a eles eram atribuídas essa definição, camponês, como sujeito político. É necessário utilizarmos as vozes dos próprios camponeses, em especial, os que eram membros do Partido Comunista Brasileiro para identificarmos questões ambíguas que se colocavam a esses desde a revolta de Trombas e Formoso. Esses constroem a definição de si mesmos mediados pelas relações sociais da sociedade em que vivem⁴⁸. Entre essas está a frente de expansão que constituíram, como atesta a camponesa Carmina, essa foi fundamental para seu estabelecimento em Trombas;

48 José Sobrinho se define; “Sou um indivíduo meio selvagem, minha educação a antiga me enrijeceu na defesa intransigente de padrões e valores de dignidade que me foram inculcadas pela minha educação caipira e valorizado pela educação política, me colocava frontalmente contra a ordem estabelecida pelos os 'salva pátria” (SOBRINHO, 1988, p.21). Trata-se da afirmação de uma concepção idílica do campo aparentemente indicativa de um tratamento pejorativo quanto ao camponês devido o termo “selvagem”. Na realidade é a caracterização do campo como o lugar dos verdadeiros valores de dignidade que o colocava contra os “salva pátria” (os militares golpistas de 1964).

Eu vim de município de Pedro Afonso... não, município de Novo Acordo. Que eu nasci no município de Pedro Afonso mas aí.... nós não vinha nem sabendo de nada, porque mais o que o pessoal queria... o pessoal tava muito indo para o Araguaia, né! Formoso do Araguaia, né! O pessoal tava indo para ver se melhorava a situação de posse, de terra, porque tinha aquelas terras que o pessoal ia... e pra lá tava meio ruim e aí nós vinemos. Meu pai tinha uma... (mulher?) para cá, era viúvo, e aí ela chamou ele para vir para cá. Ele veio... Ele veio na frente e depois ele voltou para buscar, aí nós viemos aqui para perto de Porangatu. A mulher dele morava aí para perto de Porangatu aí nós ficemo. Mas não deu certo sabe?... aí nós mudemo para aqui, aí falaram que aí tinha essas terras, sabe? A pesoa podia entrar, não tinha dono, não sei o que, aí nós viemos. Foi muita gente que veio... veio o meu sogro, mas não conhecia ele não né (CARMINA, 2009).

Na obra de Antônio Gramsci há considerações acerca do campesinato que destacam às especificidades dos momentos históricos e a permeabilidade da consciência camponesa às mudanças⁴⁹. Sua análise se refere a um determinado espaço e tempo, onde se encontram diversos tipos de camponeses, que tem reações políticas distintas. Na tentativa de compreender o significado das suas ações explica que “para cada um dos quais é necessário encontrar posicionamentos e soluções políticas bem precisas e completas” (GRAMSCI, 1987, p.129). O campesinato nesse trabalho é considerado sujeito capaz de criar condições políticas de atuação direta na transformação da realidade que o cerca, mesmo que essas não sejam as pautadas pelos agentes de mediação. Ciro Flamarion Santana Cardoso destaca a importância de Gramsci na elaboração de uma análise onde “todo indício de iniciativa autônoma dos grupos subalternos é de valor inestimável para o historiador integral”, que as classes subalternas por não disporem de projetos próprios que apresentem continuidade não tem suscitado o respeito dos pesquisadores e que foi a questão metodológica em Marx que possibilitou a esse considerar a existência histórica do campesinato, ou seja, podendo ser um “campesinato revolucionário” ou “campesinato conservador” (CARDOSO In: CHEVITARESE, 2002).

O campesinato de Trombas e Formoso existia fundamentalmente voltado para uma produção de subsistência e foi criado pela frente de expansão e incapacidade da fronteira econômica de absorvê-los. Haviam sido derrotados em batalhas anteriores, mas ainda não haviam caído prisioneiros do capital e subjugados ao cativo da terra. Eram homens e mulheres vindos de

49 Na obra de Gramsci a revolução comunista tem como principal agente o proletariado, mas já considerava indispensável a aliança com o campesinato. O proletariado é revolucionário devido a sua completa expropriação na sociedade moderna. Nesse contexto a luta camponesa pela divisão do latifúndio ganha grande importância se torna-se anticapitalista. A reação ao capitalismo já significava um passo importante, mas, a reação individual do camponês contra a exploração do latifúndio não teria conseqüências políticas significativas. Essas eram conseqüência de um determinado momento histórico e conforme se avança na luta de classes isso pode tomar outras formas e significados (GRAMSCI, 1987, p.129). Na formação de uma frente antifascista em que se propõe a aliança operário-camponês, Gramsci, estabelece como projeto político à unificação dos diversos grupos que tem interesse na implantação da “ditadura do proletariado”. Sendo insuficiente para estes as medidas reformistas na resolução dos problemas do campo, seria do interesse deles a ascensão do proletariado ao poder e dos camponeses enquanto seus aliados para o fim da exploração propiciada pelo capital (GRAMSCI, 1987).

diversas regiões do país para quem a posse da terra significava o fim da humilhação imposta pelos patrões. Foram fugitivos das secas dos sertões da Bahia e do Ceará, os que não haviam obtido sucesso nas fazendas do sul goiano ou em projetos de colonização como a CANG, migrantes do Maranhão, Piauí etc.

Quase sempre vinham a pé, transpondo serras e rios, num percurso às vezes superior a mil quilômetros. Alguns, mais favorecidos, traziam um jegue ou uma vaca. Mas todos, invariavelmente, vinham acompanhados de seus cachorros, magros, feios, desengonçados e humildes vira-latas, mas leais e valentes amigos, ajudantes incomparáveis na caça às antas e capivaras, aos veados e onças (ABREU, 1985, p. 17).

Utilizavam formas produtivas rústicas e estabeleciam posses tendo em média de 30 a 200 hectares. Eram homens e mulheres típicos do campo no Brasil que ao longo da história protagonizaram inúmeras lutas camponesas.

não havia, entre aqueles caboclos mal vestidos, mal alimentados e tremendo de medo nas horas que precediam os combates, nada que lembrasse a postura olímpica dos heróis, indiferentes ao perigo, enfrentando com um sorriso nos lábios as balas do adversário. Conscientes do risco que era enfrentar uma polícia armada de granadas de mão e de metralhadoras leves e pesadas, os posseiros iam espontaneamente para os piquetes, porque estavam convencidos ser esta sua única opção (ABREU, 1985, p.58).

2- O avanço do capitalismo em Goiás e as lutas sociais camponesas na primeira metade do século XX

Em Goiás o coronelismo foi parte da vida no campo durante muitos anos. Tanto que foi retratado em várias obras da literatura regionalista e bastante discutido na historiografia acerca do estado. Em *Nunila: A Mestiça mais Bonita do Sertão Brasileiro* a personagem principal chega àquela cidade com o desejo de se tornar coronel, e com isso criar as condições para ser respeitado no sertão. No decorrer da obra, Antonino se interessou em juntar-se a Nunila, que era sobrinha e criada de D. Filó⁵⁰ (BERNARDES, 1984).

Entre as relações sociais no campo o jaguncismo também é abordado na obra de Carmo Bernardes. A personagem Antonino descreve Vitalino o “lambedor de botas de soldado” que era um jagunço envolvido com os grileiros de Santana [Uruaçu]. Os camponeses estavam em conflito, na região de Coqueiro de Galha, contra os grileiros que se diziam donos das terras e queriam cobrar o arrendo dos posseiros (BERNARDES, 1984, p. 32-33). Henricão é outra representação literária daqueles que estavam a serviço dos grileiros de Santana e tinham a tarefa de receber a qualquer custo o arrendo dos lavradores do Coqueiro de Galha (BERNARDES, 1984, p.33).Todavia essas

50 Essa personagem, Antonino, procurava se manter afastado de possuir três barras; “barra de ouro, barra de saía e barra de corgo” (BERNARDES, 1984). Dizia que essas três combinadas seriam geradoras de grandes problemas. Inclusive, a última delas é a que servia, naquela época, de divisa de terras, isso, antes da grilagem de terras que se iniciou.

representações literárias, após os acontecimentos de Trombas e Formoso, fundamentavam-se na experiência histórica de Goiás com o coronelismo. Se por um lado essa serviu depois à literatura e levou a interrogações na historiografia, por outro a subordinação a que submetia os camponeses levou a sua negação prática através de levantes no campo como os de Santa Dica e a Luta do Arrendo.

A existência do coronelismo, em Goiás, foi possibilitada pela autonomia estadual e a condição de periferismo a que era relegado. Situa-se na transição de um Império de centralização política para uma república federativa. Tendo sido parte do arranjo a nível nacional e local conhecido como a “política dos governadores” sofreriam mudanças com a chegada da estrada de ferro⁵¹ (CAMPOS, 1987). Nas bases do arranjo político estavam a reciprocidade coronelística, nas indicações dos chefes políticos, nas diferentes características do coronelismo nas regiões centrais e periféricas, no exercício de poder executivo e no controle das representações federal, estadual e as formas de controle (CAMPOS, 1987).

Esses arranjos políticos entre 1889-1909, nos primeiros vinte anos colocou em evidência as oligarquias dos Bulhões e os xavieristas, e nos últimos vinte anos da primeira república (1910-1930) consolidou-se um novo arranjo democrata composto de outras tradicionais oligarquias goianas (CAMPOS, 1987).

2.1- O movimento camponês de Santa Dica

Na primeira metade do século XX, o processo de modernização capitalista no sul de Goiás, fez com que a questão agrária tomasse tons dramáticos em lutas camponesas como o movimento de Santa Dica. Esse destacou-se pela liderança de Santa Dica que nos primeiros anos da década de 1920 assumiu caráter messiânico, assemelhando-se a experiência de Canudos. Mulher e curandeira em uma sociedade machista e conservadora, congregou ao seu redor através das curas que realizava inúmeros camponeses.

51 Essa posição de Francisco Itami Campos associa a estrada de ferro a modernização e o fim do coronelismo, mas na realidade essa modernização se deu sob os marcos da conservação. Em *O Despertar dos Dormentes* (1990) podemos evidenciar, a partir das fontes apresentadas pelo autor, como a implantação da estrada de ferro em Goiás estava relacionada a implantação da modernização capitalista nessa região. Tratando-se de uma modernização induzida às regiões incorporadas ou inseridas na economia capitalista. Na América Latina a imposição desse modelo de modernização na primeira etapa (até o final do século XIX) serviu quase que exclusivamente à economia agro-exportadora ao ligar os centros produtores aos portos de exportação. Em uma segunda etapa (nas primeiras décadas do século XX) essas passaram a servir também como vias de expansão das relações capitalistas de produção (BORGES, 1990). Desse modo podemos considerar os grandes proprietários rurais os principais beneficiados pela modernização conservadora que se implantara em Goiás. O que coloca em questão as proposições que tendem a identificar a modernização capitalista nesse período como o estabelecimento de um processo de racionalização no qual o Estado passa a uma condição de neutralidade diante dos interesses camponeses ou da classe dominante. Na análise das lutas camponesas, durante a modernização capitalista em Goiás, temos a continuidade das violentas repressões policiais que já caracterizavam as oligarquias anteriores.

O movimento camponês de Santa Dica (1920-1960) nos interessa devido ao impacto no processo de modernização capitalista da defesa da “conselheira de saías” e seus seguidores da formação de uma comunidade sem propriedade privada. Nessa a produção seria distribuída igualmente nas terras de “Calamita dos Anjos”, reagia-se contra a crescente cobrança de impostos e ao trabalho nos sábados, domingos e feriados. A não aceitação da propriedade privada e o desejo de constituir uma “república dos anjos” independente das autoridades “terrenas” levou a imprensa a rotular a profetiza e curandeira um “lenine do sexo diferente”. Enquanto a igreja via ameaçada, diante do fluxo de seguidores conquistados por Dica, a sua tradicional festa de Trindade (CARVALHO, 2003). Essas manifestações de cunho predominantemente religioso, apesar das suas implicações nas demais esferas da vida social, eram possibilitadas pelas condições materiais impostas a vida camponesa em Goiás.

Entretanto o movimento de Santa Dica destaca-se também pelas suas ambigüidades ao reforçar aspectos que implicavam na precarização da vida camponesa. Foi o que ocorreu no embate com a Coluna Prestes, atendendo a pedido do senador Antônio de Ramos Caiado, sendo que a Coluna caracterizava-se pela crítica as condições precárias de vida dos camponeses. Porém, em 14 de outubro de 1925, o governador do estado, Brasil Caiado, ordenou o massacre do movimento de Lagolândia. Este dia ficou conhecido como o “Dia do Fogo” e Dica foi presa e condenada a nove meses de reclusão⁵² (CARVALHO, 2003).

Dica começou a fazer pregações que incomodaram os grandes proprietários de terras e a Igreja Católica. Entre seus oráculos os camponeses vislumbravam a possibilidade da autonomia produtiva na posse coletiva da terra. Nas suas pregações as terras deveriam ser lugar de trabalho coletivo e essas levaram os moradores do povoado de Lagoa a acreditar que poderiam ser proprietários de terras. Esse movimento era reação às condições de vida no campo em Goiás e ao processo de modernização que se desdobrava no sul do estado, antecedendo o que posteriormente veríamos ocorrer no norte.

Reações ao processo de modernização capitalista no sul de Goiás como essas são facilmente caracterizadas como pré-políticas devido a sua retórica religiosa. Hobsbawm qualifica as rebeliões primitivas, com características semelhantes as de Santa Dica, como movimentos pré-políticos por não realizarem operações em escala estatal (HOBSBAWM, 1978, p.212). Os movimentos camponeses interpretados como “pré-políticos” não devem ser desprezados devido encontrar-se nesses os germes de uma consciência propriamente política. Os partidos, inspirados por este dualismo redutor, ao buscar enquadrar os camponeses em modelos de outras realidades com seu

52 Em 1932, ela esteve ao lado das forças legalistas junto a outros goianos, na Revolução Constitucionalista de São Paulo. Na década de 1960 o movimento foi pressionado politicamente e se esfacelou. Benedita Cipriano da Silva morreu na capital goiana, em 1970, aos 61 anos e foi sepultada em Lagolândia (VASCONCELLOS, 1991).

formalismo idealista prolongaram a situação de exploração do campesinato (SILVA, 2003, p.49-50).

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, a partir de uma perspectiva antagônica a Hobsbawm, os movimentos messiânicos ocorrem em momentos de “dualidade estrutural”. Onde a coexistência e interação de duas sociedades radicalmente distintas leva à tensão entre um novo sistema sócio-econômico que se desenvolve e o antigo. Entre essas situações está a penetração de relações capitalistas no sertão brasileiro. Tornando-os revolucionários no essencial enquanto os casos “pré-políticos” discutidos por Hobsbawm seriam excepcionais e não típicos (HOBSBAWM, 1978, p. 205). Diante dessas críticas esse autor admite que em vários casos a questão não será tanto construir um mundo totalmente novo, mas o de reconstruir o velho mundo perdido, embora de modo distinto do atual. O que ocorre frequentemente em movimentos revolucionários quando o passado pode ser idealizado e tornar-se modelo para o futuro. Onde isso não é possível se criará um ideal fundamentalmente novo ou pseudo-passado que seja melhor, que não se relacione com a experiência ou seja suscetível de lembrança e investigação (HOBSBAWM, 1978, p.205).

Os negros norte-americanos não podem desejar um retorno à escravidão, mas, na melhor das hipóteses, à suposta liberdade da sociedade africana antes da escravidão. Na medida em que as chamadas sociedades de fronteira, como o sertão brasileiro ou as montanhas e as pradarias norte-americanas, dão prova de uma relativa falta, ou pelo menos de uma ligeira sujeição de classe, a distância que separa um mal presente e um bem futuro (ou passado) parece excepcionalmente curta (HOBSBAWM, 1978, p.205-206).

Hobsbawm alerta para o risco de que ao se concentrar na estrutura interna dos movimentos milenários e no meio ambiente desses lugares se subestimar a importância da transformação histórica-social e o impacto do mundo exterior (HOBSBAWM, 1978, p.206). Essas considerações são válidas tanto para os acontecimentos de Santa Dica como à revolta camponesa de Trombas e Formoso. Tanto nos seus caracteres tradicionalmente camponeses como nas novas formas de organização surgidas diante da modernização capitalista. No entanto, ainda na década de 1950, se verificava a existência de conflitos por terra na região de Lagolândia. Quando ocorre o assassinato de José Mendonça Sobrinho na noite de 27 de novembro de 1950, entre os acusados de participação se encontra Santa Dica, que posteriormente, em 06 de janeiro de 1951 teria seu filho: Pedro Mendes (Pedrinho), assassinado devido a estes conflitos por terra na região (O ANÁPOLIS, 22/04/1951, n°1091 p.1).

2.2- A modernização capitalista no sul de Goiás

É importante considerarmos a modernização capitalista no sul de Goiás se desejamos compreender os antecedentes históricos que possibilitaram a existência dos acontecimentos de

Trombas e Formoso. O grande marco da modernização em Goiás, em alguns dos autores que discutiram a história desse estado, teria sido a Revolução de 1930. Nessa segundo alguns autores ocorreria o fim do estado oligárquico e a criação das condições para a consolidação do Estado burguês (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.11). No entanto o próprio Itami Campos afirma ter se iniciado nesse momento uma certa independência do Estado em relação as classes dominantes, mas que esse continuava beneficiando as classes economicamente dominantes (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.15). Evidenciando que na realidade mantinham-se as relações de atraso conhecidas desde o coronelismo em Goiás e colocando em questão sua própria afirmação de que estaria ocorrendo a ruptura com as práticas oligárquicas.

Durante o governo provisório de Pedro Ludovico Teixeira (1930-1933) foi ampliado o mercado interno (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.15). Essa situação resultara da intensificação da introdução do capitalismo em Goiás. Foi nesse contexto o homem do campo, o sertanejo, acusado pelo interventor de preguiçoso (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.15). Esse tratamento pejorativo pretendia identificar o camponês ao atraso de Goiás e resultava de um governo comprometido com as tradicionais classes dominantes do estado, ao invés da transformação esperada por alguns. Nisso ao camponês resta a caracterização como um sertanejo improdutivo e impaludista, por exemplo (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.17).

Nesse período foram encaminhados ao interventor federal pedidos de substituição do imposto de exportação pelo imposto territorial, o que causaria sérios embaraços do governo com as tradicionais classes dominantes: os grandes proprietários de terras. Esses pedidos não foram atendidos com a alegação de que na verdade o que havia no estado eram terras devolutas que dificultavam a taxaço. Porém essa situação concorria com o crescimento do interesse na aquisição de propriedades (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.16). Nessas ações do governo que supostamente teria substituído um governo oligarca por um modernizador vemos reafirmados o status da classe dominante e a continuidade da sujeição do campesinato.

A modernização capitalista no sul de Goiás teve como um de seus principais vetores a introdução da estrada de ferro. Entretanto essa não objetivava criar relações propriamente capitalistas de produção, mas era desdobramento de um processo maior de “modernização dependente”. Trata-se de um vetor de modernização induzida, ou seja, imposta às regiões incorporadas ou inseridas à economia capitalista. Uma forma de melhorar e adaptar as economias dependentes em função dos centros capitalistas hegemônicos (BORGES, 1990). A modernização capitalista a partir de relações não-capitalistas de produção que ocorrerá a nível de região sudeste, estudado por José de Souza Martins, também se estendeu ao Centro-Oeste brasileiro.

As transformações econômicas no Brasil, representadas principalmente pela expansão da economia cafeeira- que se organizou em bases capitalistas- e pela industrialização na região centro-Sul a partir do início do século, exigiram a expansão da frente pioneira rumo ao interior do país, ocupando e incorporando extensas áreas interioranas à produção capitalista, as quais se encontravam, até então, fora do âmbito da economia de mercado. A expansão da fronteira econômica a partir da região sudeste, estabeleceu ou redefiniu a divisão regional do trabalho, a qual servirá como base de crescimento de todo o processo de urbanização e industrialização que se implantou no país, isto é, servirá de base de sustentação do capitalismo dependente brasileiro (BORGES, 1990, p.11-12).

A estrada de ferro de Goiás foi resultado das mudanças decorrentes da expansão das fronteiras econômicas rumo ao Centro-Oeste e o principal instrumento na transformação das antigas estruturas regionais⁵³. Essa modernização capitalista atingiu todos os níveis da realidade social (BORGES, 1990) e desdobrou-se em manifestações camponesas como as dos seguidores de Santa Dica e a “Luta do Arrendo”.

As transformações econômicas da região Centro-Sul, no começo do século, com a expansão da produção cafeeira e o crescimento da industrialização, além de uma conjuntura internacional favorável, criada depois de 1915 com a primeira Grande Guerra, permitiram a ampliação das exportações de produtos primários da região como o arroz, o feijão, o charque, etc., para Minas e São Paulo e para o exterior, através do Porto de Santos. Esta fase de exportação atingiu seu auge em 1918, quando os produtos agrícolas assumiram, pela primeira vez, grande relevância na pauta de exportação do Estado (BORGES, 1990, p.13).

Esse processo ao estender-se a regiões ainda intocadas pela estrada de ferro impactou a vida social e constituiu levantes camponeses diversos contra a implantação de uma sociedade que lhes inviabilizaria a posse da terra.

Como a acumulação do capital se dá, principalmente, fora da sociedade capitalista propriamente dita, isto é, se conclui no mercado externo, nos grupos ou sociedades não capitalistas, a expansão passa a ser uma necessidade estrutural do capitalismo, o qual precisa insistentemente de incorporar novas áreas para si desenvolver; portanto, as ferrovias foram fatores indispensáveis neste processo expansionista da economia de mercado, na medida em que tornaram-se o principal elemento de ligação entre os centros produtores ou distribuidores de produtos industrializados e as formações sociais não capitalistas, onde a mais-valia é realizada e capitalizada; e ainda como meio escoador da produção primária, produzidas por estas mesmas sociedades que são incorporadas a esta divisão de trabalho (BORGES, 1990, p.22-23).

No entanto essa modernização capitalista, que ao contrário do que afirma a teoria dualista

53 Na história da implantação da estrada de ferro vemos desdobrar um processo, entre 1909-1922, onde a linha férrea começou em Araguari e foi paralisada na estação de Roncador (de 1914-1922). Já entre 1909-1920 a companhia da Estrada de Ferro de Goiás era empreiteira e arrendatária da linha. Em 1920 ela foi encampada pelo governo federal que ficou com a responsabilidade de edificação da estrada e sua manutenção. Esse período (1909-1922) é a primeira fase de exportação de produtos agrícolas do Estado de Goiás através da Estrada de Ferro (BORGES, 1990).

para quem os países dependentes dispõem ao mesmo tempo de um setor econômico moderno capitalista e outro atrasado ou pré-capitalista que estão separados e com suas dinâmicas próprias, a modernização não atua criando duas realidades distintas e separadas, isto é, um pólo capitalista/“moderno” e outro pré-capitalista/“atrasado”. Na realidade a economia dependente estava articulada à economia metropolitana e a produção dos núcleos rurais estava articulada aos interesses urbanos das sub-metrópoles (BORGES, 1990).

Entre as análises críticas às concepções dualistas temos a produção gramsciana e a compreensão de que na realidade italiana o atraso do sul do país, em vista do papel que desempenhava no capitalismo italiano, recusava qualquer solução reformista. Seria tarefa da classe operária romper o corporativismo dos camponeses e superar essa parte da economia agrária italiana; anacrônica e decrépita. Enfatizava-se nessa o papel dirigente da classe operária na superação da economia capitalista (FELIPE e PARLATO In: GRAMSCI, 1987). Enquanto

os camponeses entram em campo não para receber justiça ou bem-estar dos operários no poder, ou para ter acesso à propriedade individual segundo a “fórmula mágica” da divisão do latifúndio e no âmbito de uma transformação democrático-burguesa, mas sim como força motriz da revolução (GRAMSCI, 1987, p.41).

Enfatizando-se que não bastavam mudanças no âmbito do capitalismo ou de natureza reformista para o atendimento das demandas camponesas e operárias (FELIPE e PARLATO In: GRAMSCI, 1987).

Nessa perspectiva considera-se as especificidades oriundas da territorialidade, por exemplo, como a compreensão de determinada realidade econômico-social de uma região sem reduzi-la a análise fragmentária. Já que considerava ilusória a afirmação da existência de duas Itálias, ou seja, onde uma representava o atraso e a outra o moderno. Gramsci se opõe a esse dualismo e reconhece que a questão meridional italiana era similar a outros países sob o imperialismo. Na questão meridional reconhecia a expressão da contradição geral entre cidade e campo. Essa caracterização da questão meridional, do diferencial entre norte e sul, considerava a realidade de que o sul estava submetido tanto quanto o norte às necessidades de reprodução do capitalismo. Superando a construção do modelo apriorístico de compreensão da realidade onde o sul apareceria como o lugar predestinado ao posterior desenvolvimento do capitalismo. O que poderia levar os comunistas a lutar pela construção da revolução liberal burguesa, a libertação dos camponeses dos contratos atrasados e seu acesso à livre propriedade privada, e a idéia de que a questão meridional seria resolvida com a superação do fosso que dividia as “duas Itálias” com a unificação do país. Gramsci se opunha a essa concepção e reconhecia a unicidade do mecanismo de desenvolvimento capitalista, da questão meridional e da questão camponesa, do bloco social dominante e como o objetivo a ser

alcançado era o Estado operário-camponês construído sob as ruínas do Estado liberal-burguês⁵⁴ (FELIPE e PARLATO In: GRAMSCI, 1987).

Essa questão da sujeição do campo aos interesses do capital, conformando a análise materialista histórica dialética, onde supera-se o dualismo redutor já havia sido destacada por Marx;

O modo de produção capitalista(...) cria a forma adequada, subordinando à agricultura ao capital; e, desse modo, também a propriedade fundiária feudal, a propriedade do clã, a pequena propriedade dos camponeses unidos à comunidade de marca, apesar da disparidade de suas formas jurídicas, são transformadas na forma econômica correspondente a esse modo de produção (MARX In: GRAMSCI, 1987).

“Nesse contexto de relações capitalistas internas e internacionais e de crescente presença do Estado, o velho e o novo aparecem cada vez mais como formas jurídicas de uma mesma realidade econômica, como momentos e aspectos de um mesmo processo” (FELIPE e PARLATO In: GRAMSCI, 1987, p.56). O desenvolvimento capitalista no norte da Itália se deu em condições de conservação do latifúndio no sul. No Brasil a modernização da agricultura e a “aliança do atraso” levou a intensificação da concentração fundiária e ao recrudescimento da questão agrária e sociopolítica que lhe é correspondente. Gramsci já esclarecia a insuficiência de políticas especiais e regionalistas para o desenvolvimento capitalista do sul e a necessidade de uma política geral que levasse em consideração o interesse de todo o país (GRAMSCI, 1987).

Com a expansão da economia capitalista no Brasil ocorreu, como em todo o sistema econômico sob o controle do capital, um crescimento diferenciado entre as várias regiões internas articuladas ao sistema de reprodução ampliada do capital, passaram a representar níveis distintos de acumulação⁵⁵ (BORGES, 1990, p.46-47).

Em Goiás um grupo de pessoas de mentalidade modernizante se preocupava em ligar o estado a Província do Rio de Janeiro e São Paulo. A fração ilustrada da classe dominante, em Goiás, no século XIX, reconhecia a estrada de ferro como um fator que contribuiria na modernização do estado. A fração oligárquica de Xavier de Almeida no poder, no início do século XX, tomou

54 Naturalmente o desenvolvimento da indústria e a sua expansão ao sul, o crescimento do mercado interno dava a impressão que a questão meridional estivesse sendo resolvida ou ao menos o sul estaria sendo integrado ao desenvolvimento unitário do capitalismo. Porém, a questão ainda se encontrava em aberto. Cabe destacar que Gramsci nunca reduzia o debate da questão a números, a renda per capita, ele procurava reconhecer cada extrato social e apontar o papel que desempenhava no desenvolvimento capitalista (FELIPE e PARLATO In: GRAMSCI, 1987).

55 Barsanufu Gomides Borges explica que ao falar em região não se refere ao conteúdo geográfico tradicional. Segue a abordagem de Francisco de Oliveira que em “Elegia para uma Re(li)gião” toma a região como espaço onde se desenvolve o processo de reprodução de capital. Não é um outro modo de produção ou uma formação singular. Mas o que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista que dentro dele são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais. O que leva a homogeneizar a “região” por sua predominância (BORGES, 1990).

medidas modernizantes no campo econômico⁵⁶ (BORGES, 1990).

A construção da estrada de ferro de Goiás resultou do processo de modernização a nível nacional promovido pelo capital imperialista. Ao mesmo tempo a ferrovia foi um dos agentes modernizadores e integradores da economia do estado à divisão regional do trabalho. Os grilhões da economia agrária regional quase estagnados foram quebrados no ritmo da expansão dos trilhos. Fazendo avançar a urbanização no sul do estado e o surgimento de novos centros urbanos. Intensificou-se o fluxo migratório iniciado no século XIX (BORGES, 1990). Barsanufio Gomides Borges esclarece que a inserção da economia regional nos quadros da produção capitalista não se refere apenas à sua subordinação às relações mercantis ou comerciais a nível nacional nas quais parte dessa economia já estava inserida desde o século XVIII. Esse autor destaca que houve uma transformação de toda a estrutura de produção agrícola na região nesse período. A economia regional como um todo começava a se organizar em bases capitalistas. “Na região da Estrada de Ferro, a produção agrícola de subsistência foi praticamente eliminada e a agricultura se especializou atendendo a necessidade do mercado consumidor do Centro-Sul” (BORGES, 1990, p.89).

Em Goiás 60% a 70% da força de trabalho no campo era formada por “peões” empregados durante a safra e dispensados no período de entre-safra. Esse tipo de relação de trabalho, em Goiás, adequava a mão-de-obra à produção mercantil em expansão. Impunha à força de trabalho aquela flexibilidade exigida pelo processo de produção regido pelo capital. Enquanto o “agregado” ou “camarada” continuava preso ao coronel por dívida. Existia também a parceria, conhecida na região como “meia”, na qual o “meeiro” como o camarada muitas vezes mantinha vínculos econômicos e extra econômicos com o fazendeiro por dívida etc (BORGES, 1990).

O valor da terra em Goiás nas primeiras décadas do século dependia da distância em que se encontrava dos meios de transporte e dos centros urbanos. Dependia pois das condições de que dispunha a terra para ser trabalhada, e do lucro do trabalho a ser apropriado pelo capital, ou seja, dependia da renda que esta terra poderia produzir (BORGES, 1990, p.97).

Uma lei sobre a compra de terras em Goiás, em 1916, impossibilitava o acesso à propriedade da terra por parte de trabalhador. Nos locais onde a estrada de ferro passou houve uma especulação fundiária que exorbitava os preços estabelecidos pela lei, ou seja, um preço mais extorsivo que o preço oficial. Em Anápolis, de 1889-1911, o alqueire de terra se elevou de 2\$500 para 15\$000 e o valor de terra de mata foi de 10\$000 para 30\$000. A especulação foi mais ampla nos municípios servidos diretamente pela estrada de ferro (BORGES, 1990).

56 No governo de Xavier de Almeida buscava-se interligar Rio-Goiás-Cuiabá enquanto as companhias paulistas e mineiras não acreditavam no potencial econômico de Goiás, não investindo na extensão dos trilhos. Foi somente o novo plano de viação férrea do governo provisório republicano para vários estados que despertou um novo interesse na região (BORGES, 1990).

Na obra de José Godoy Garcia o processo de modernização capitalista em Goiás, tanto no sul como no norte, ganhou uma representação literária. Esse autor na primeira parte do seu *O Caminho de Trombas* retoma a vida cotidiana camponesa nas terras de São Domingos. Entre as implicações dessa modernização no sul, representadas na literatura, estão algumas que colocaram muitos camponeses no caminho do norte de Goiás. Esse autor, na época da publicação da obra um dissidente do Partido Comunista Brasileiro, mediado por seus personagens nos coloca em contato com essa realidade.

Em suas personagens temos os camponeses reunidos na expectativa de que Neco Assunção chegasse levando notícias de Goiânia que atestassem seu direito de permanecer na posse da terra (GARCIA, 1966, p.6-7).

Há quatro dias que Neco tinha deixado sua morada para ir a Goiânia, e sua mulher, Joza, sabia bem que seu marido poderia demorar semanas. Neco, prevenido, dissera que sua demora seria muita. E Ferreira mais Soares se deram de que, na cidade, as coisas poderiam tomar curso demorado. E disseram a Neco que não devia levar propósito de voltar logo. Agora Neco voltava (GARCIA, 1966, p.8).

No entanto não encontrando nessa viagem de Neco o que esperavam, os camponeses já discutiam o que fazer e suas possíveis alternativas (GARCIA, 1966, p.15-16). Cada um deles começava a falar em vender alguns de seus bens (a porca, a máquina de costura, a engenhoca ou a sanfona velha) para dar sua contribuição no pagamento do advogado (GARCIA, 1966, p.18-19).

Na literatura de José Godoy Garcia o camponês estabelecia-se na posse da terra e só tinha seu sossego interrompido pelas ameaças de fazendeiros.

As terras de São Domingos recebiam de Deus, nos últimos tempos, as maldições. Eram bem facejas em outros tempos. Agora não. As ameaças vinham dos matos, saíam das suaves madrugadas, onde os cães vigiavam. As notícias corriam estradas, más e agourentas. Os homens mediam essas notícias com outras. Lavradores expulsos de terras por jagunços e polícia. Casos acontecidos em tantos lugares, no norte, no sul de Goiás (GARCIA, 1966, p.8).

Entretanto essa não era uma novidade na vida daqueles camponeses⁵⁷.

Neco se compadece da vida e ao mesmo tempo sente raiva. Anos a esperar as coisas que não vinham, anos a carregar água na palma das mãos nas léguas, vendo chegar o mal que sempre vinha. Apertava os dentes, os olhos na criação perdida no perau, a mulher e os filhos esperando por ele (GARCIA, 1966, p.25).

Essas terras de São Domingos seriam sesmarias com muitos alqueires de terra onde algumas

57 A mulher de Prêto Soares, Desidéria, antes deles irem para São Domingos e já tendo passado por outras formas de exploração em outros lugares, dizia: “- Não é boa idéia, Prêto. Tu não emenda de trabalhar nos eitos. A terra é a maldição, Prêto Soares. Acaba daí é a gente nas estradas” (GARCIA, 1966, p.41). Haviam antes estado nas terra de Nazário, zona de transito para a região de lavoura de Firminópolis, Aurilândia, Moitu e Iporá. Foram para lá quando tiveram que abandonar as terras dos Messias em Santa Helena (GARCIA, 1966, p.42). Naquela época Soares prometeu não mexer novamente com lavoura, após as contrariedades provocadas pelos gados dos messias ter comido o arroz e o milho das suas plantações (GARCIA, 1966, p.42).

posses há anos haviam sido transmitidas de pais para filhos (GARCIA, 1966, p.30). O camponês Neco chegou ali sabendo que as terras eram devolutas e foi com a chegada da estrada federal vinda de Inhumas que começou o “tormento” (GARCIA, 1966, p.33). Neco foi a Goiânia encontrar resolução para o problema dos posseiros com o dinheiro reunido pelos camponeses após a venda dos bens feita pelos posseiros em Nerópolis para pagar o advogado (GARCIA, 1966, p.34-36). As ameaças de expropriação da posse da terra contrastavam com a alegria das colheitas cotidianas.

Êh, colheita, êh faina nas lavouras, êh alegria. Coração cantante de alegria. A fileira de homens, mulheres e meninos, incerta, uns adiantando, outros recuados, as foices cortando o arroz sêco numa ligeireza. O barulho do corte, contínuo, deixando atrás a erra limpa, pisoada, e à frente o arrozal nervoso. As cantigas! As moças e os homens cantam, os velhos também, mais gemem do que cantam. Os ecos sumindo nas distâncias, as cantigas rolam no dia (GARCIA, 1966, p.40).

Na história narrada por José Godoy Garcia esses posseiros tiveram novamente que se colocar no caminho⁵⁸. No casamento da filha de Ambrósio Bento, em Nerópolis, o camponês Nilo Pereira teria levado um “estranho da cidade” que fez um discurso comum aos pecebistas na época. Os posseiros ficaram indiferentes a seu falatório (GARCIA, 1966, p.42-44). Enquanto a “vida se atormentava”, Salvino dos Patos insultava e agredia os camponeses, a polícia ateava fogo nos ranchos⁵⁹ enquanto esses resistiram ao despejo (GARCIA, 1966, p.45-46, 49,53). Negro Juliano, Custódio seu filho e o cãozinho da família caminhavam para o sul na busca de novas paragens. Negro Juliano após mais um despejo desejava a morte enquanto Custódio lhe perguntava para onde iriam;

- Pai, pra onde a gente vai. Tu fala nosso caminho. A vida é cuidar da terra, é tirar o arroz e o feijão para o alimento. - Custódio, é andar, é procurar uma lavoura. E os dois pegaram estrada, custódio à frente, Velho Juliano e o cão atrás (GARCIA, 1966, p. 59-61).

Em *O Caminho de Trombas* temos a representação literária da modernização capitalista apreciada na transformação do cotidiano do autor. Daí contar-nos a história do imigrante através da personagem Miguelão que havia vindo do Ceará para Goiás, em 1927.

Viu o sofrer e o morrer nas estradas. Viu fomes que Deus mandou. Nos garimpos do Tesouro viu céu de estrelas de balas, levando homens e prostitutas para o cemitério. E viu em Santa Helena o arroz nascer para as tulhas cheias. Depois

58 “Um comprador de arroz de Nerópolis andou contando que as terras de São Domingos eram de outros donos. A notícia correu e chegou ao conhecimento de todos. Foram curtas as alegrias da safra. Curtas as outras alegrias. Esperanças fracassada. Os homens punham-se nas estradas” (GARCIA, 1966, p.41).

59 O caminhão da polícia parou na porta de Cirilo Pereira e Doraci e ateou fogo nas moradas. “O fogaréu subia pelos vários pontos de São Domingos. O fogo nascia de onde existia um rancho de moradia, paiol, ranchos de colheitas. Com o vibrar das chamas nas palhas e o barulho dos tiros, ouvia-se ainda o vozerio aflitivo e incerto dos que foragiam, como também a algazarra dos soldados, que insultavam e riam vendo fácil a tarefa” (GARCIA, 1966, p.50-51).

Rubiataba; depois Santa Mariza, Lizarda. E comia com quantas fomes. Os anos, como os enxurros, levaram-no às estrelas e aprendeu. Negro que trabalha é burro! (GARCIA, 1966, p.65-66).

Demonstrando como o processo de modernização capitalista levou os camponeses a se colocar no caminho da cidade. Nessa as relações de opressão são reproduzidas através da queima dos ranchos nas vilas operárias⁶⁰, no fiscal que proíbe o conserto desses e a construção de novos (GARCIA, 1966, p.67), a resistência dos moradores que descumprem essas determinações (GARCIA, 1966, p.71) e ainda Desidéria a esposa do camponês Prêto Soares que lembrava-se dos bons tempos em Nazário em que o marido ganhava em dinheiro todos os dias e estava longe das lavouras (GARCIA, 1966, p.71). Já que a vida na cidade parecia a Desidéria menos injuriosa (GARCIA, 1966, p.71). “Em Goiás, o ódio mora nos campos, nos rios, matas e palhadas”. Segundo ela a vida na lavoura era como uma maldição e já havia se encantado pela cidade preferindo continuar morando em Goiânia (GARCIA, 1966, p.71-72).

Nessa representação literária a modernização capitalista vincula-se ao “novo governo”, que, recém eleito decidiu que não tiraria dali o povo mas tornaria a vida ali impossível (GARCIA, 1966, p.73). Numa perspectiva em que o dia que tivesse fim a moradia nas vilas ocorreria o embelezamento da cidade (GARCIA, 1966, p.73). Na cidade os expropriados de São Domingos são jogados na mendicância, Doraci (esposa de Cirilo Pereira) é encontrada por Prêto Soares na avenida Anhangüera sentada na calçada e mandando os filhos pedir esmolas (GARCIA, 1966, p. 74-76). Esses posseiros expulsos de São Domingos tem na cidade contato com as idéias do Partido Comunista Brasileiro⁶¹ (GARCIA, 1966, p.96). Esse considera em reunião do seu comitê, segundo José Godoy Garcia, que “-Em Goiás, é campo, companheiros. Devemos, e isto é de importância fundamental, compreender, assimilar de uma vez por todas: devemos forjar a frente única operário-camponesa” (GARCIA, 1966, p.110).

Não existe ninguém senão nós, como vanguarda, capaz de despertar o país para a grande revolução agrária que devemos fazer. Todas as classes e camadas interessadas nesta revolução precisam ser despertadas. A tarefa de ajudar as massas do campo, os milhões de homens sem terra, é a nossa. Uni-las, dar-lhes a mão, dirigi-las para que conquistem a terra, uma vida digna, esta a nossa tarefa. Sem esta política o Brasil marca passos na miséria. Nas concentrações de arrendistas e assalariados, nas grandes áreas onde o grilo põe sua mão de ferro, aí devemos atuar. Nossos melhores quadros dirigentes devem seguir para o campo. A luta no

60 Na historiografia de Cláudio Lopes Maia temos contato com o episódio em que no ano de 1953 ocorreu a queima dos ranchos em uma área de moradores pobres de Goiânia. Tratou-se de uma ação de policiais após ordem do então governador Pedro Ludovico Teixeira (MAIA, 2008). Esse acontecimento pode ter servido de inspiração a José Godoy Garcia e demonstra a continuidade de práticas de violência contra as populações subalternizadas já conhecidas no coronelismo goiano.

61 Diante dessa nova experiência, Prêto Soares afirma; “Sou acostumado com a vida e nunca ouvi falar antes o que aprendo agora. A luta é do homem. Todo o entrave que a criatura encontra no seu caminho, só dirime com a luta, nada mais. Nós agora vamos lutar contra essa proibição do governo, não tá certo? Vejo as coisas com mais presteza e me sinto bem, Desidéria” (GARCIA, 1966, p.97).

campo é difícil, exige sacrifícios (GARCIA, 1966, p.111).

Em *O Caminho de Trombas* temos a representação literária desse caminho de expropriação vivido pelo camponês no Brasil. A seu modo, José Godoy Garcia, registra os acontecimentos de Trombas e Formoso ao retomar a trajetória do campesinato no desenrolar-se da modernização capitalista.

2.3-A “Luta do Arrendo”

Entre os desdobramentos do processo de modernização capitalista, no sul de Goiás, temos o levante camponês conhecido como a “Luta do Arrendo”. Foi no final da década de 1940, que tivemos seus primeiros indícios, quando um grupo de arrendatários, na localidade de Campo Limpo, município de Orizona (sudeste do estado), decidiu lutar pela diminuição da taxa de arrendo paga aos fazendeiros. Esses contaram com a presença do Partido Comunista Brasileiro agindo como agente de mediação. O movimento foi violentamente reprimido quando parte do grupo transformou a “Luta do Arrendo” em luta pela posse da terra. Entre os camponeses envolvidos na revolta camponesa de Trombas e Formoso muitos deles já teriam participado da “Luta do Arrendo”, nos assegura Loureiro (1988, p. 99). Enquanto outros teriam buscado a posse da terra na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e diante da impossibilidade dessa migraram para mais ao norte.

Foi no governo de Pedro Ludovico (1951-1954) que se desenrolou esse acontecimento conhecido como “Luta do Arrendo” (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.31-32). Esse governo havia sido eleito em um contexto de afirmação das especificidades do PSD goiano quanto a política nacional. Já que esse partido lançara candidato próprio a presidência da república, Cristiano Machado (PSD), mas em Goiás recebeu seu apoio o candidato Getúlio Vargas (PTB). Havia dois setores que passaram a exigir planejamento: energia elétrica e rodovias (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.28-29). Segundo Itami Campos, analisando os grandes problemas desse contexto, faltava um plano criterioso e racional para a divisão de terras e colonização no governo anterior e o latifúndio era responsável pelo êxodo rural. Tratando-se de um governo marcado pela truculência exemplificada em episódios como a invasão de “jagunços do PSD” na Assembléia Legislativa (1952) e o assassinato do jornalista Haroldo Gurgel (1953) (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.30-31).

Diante dessa situação, em que a modernização capitalista não era sinônimo do estabelecimento de relações de produção propriamente capitalistas, como podemos verificar na “Luta do Arrendo” e no quadro político que se desenhava em Goiás. Ocorreu o primeiro congresso camponês do estado, em março de 1951, com reivindicações voltadas contra o preço exorbitante do

arrendo, que chegava a 50% e até 70% em alguns lugares, a falta de crédito e maquinário agrícola e ainda, a exploração feita pela indústria na compra de produtos das mãos de camponeses e trabalhadores rurais. Todavia esse congresso ainda não cogitava discutir a luta pela posse da terra, ao invés da imediata baixa do arrendo já garantida na constituição estadual⁶². No segundo congresso camponês do estado (1952), predominantemente influenciado pelo PCB que tinha como principal bandeira a luta pela baixa do arrendo, a necessidade de conquista da posse da terra também não foi cogitada. Nacionalmente, em 1953, a I Conferencia dos Trabalhadores Agrícolas e a II Conferencia Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas fundaram a ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1954), que evidenciando a atuação do Partido Comunista Brasileiro como agente de mediação na organização do campesinato em Goiás elegeu como seu primeiro presidente o membro desse no estado; Geraldo Tibúrcio.

Era até esse momento o Partido Comunista Brasileiro o principal agente de mediação a influenciar o campesinato brasileiro. O que só foi modificado pelo surgimento no Nordeste do Brasil, em 1955, da mais famosa das Ligas Camponesas. Essa localizada no Engenho de Fogo Morto, Galiléia, em Vitória de Santo Antão, com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), inicialmente conduzida pelo PCB tinha caráter assistencialista que só foi superado com a radicalização dos camponeses na sua luta e a consequente aproximação com Francisco Julião, distanciando-se da tese de reforma agrária do PCB e passando a defesa da “reforma agrária na lei ou na marra”.

Enquanto a ação do Partido Comunista Brasileiro não colocava em pauta a questão da posse da terra nos congressos organizados pelo PCB, como os citados acima, ou na sua atuação na “Luta do Arrendo”. Nessa última, em Orizona, contou-se com o apoio popular enquanto se reivindicou a baixa do preço do arrendo, no entanto, quando o movimento radicalizou sua posição ameaçando a manutenção da propriedade dos fazendeiros começou a perder o apoio de aliados como os meios de comunicação⁶³. Era supervalorizada a atuação pecebista e associada às ameaças propugnadas pela guerra-fria. Uma carta de um fazendeiro de Orizona é publicada pelo jornal exigindo providências das autoridades quanto aos conflitos por terra em Goiás;

... tópico importante da carta do Sr. Nunes diz respeito à ação comunista no município de Orizona. Ali costume é fechar o proprietário a gleba e dá-la em arrendamento mediante a seguinte partilha da colheita; 50% a cada qual dos contratantes. Abusando da boa fé indiscutível do rurícola, agentes comunistas induziram-no a promover divisão improvisa e escorchante: 80% para ele, o que se

62 Em março de 1951 ocorre em Goiânia o I Congresso Camponês de Goiás e esse evidencia a organização do campesinato nesse período (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.32).

63 Assim como a luta de Trombas e Formoso também conseguiu apoio de algumas parcelas da sociedade civil, por estas considerarem legítimas a posse da terra pelo camponês, e ilegal a ação de grilagem protagonizada por fazendeiros do norte do estado.

efetuou, infelizmente. Infelizmente, porque a outra parte contratante não mais permite o amanho da terra e ficam, destarte, preocupados os agricultores dóceis às injustiças comunistas (O POPULAR/do Rio/ In: O ANÁPOLIS, 06/09/51 p.1-2).

No entanto as reivindicações da “Luta do Arrendo”, apresentadas como uma grande ameaça para as relações sociais no campo, já haviam em 1947 através do empenho de um dos deputados estaduais eleitos pelo PCB sido introduzidas na constituição estadual, no artigo 172, impedindo o aumento do arrendo para além de 20% da produção e se consolidando como a principal bandeira de luta dos camponeses de Orizona. A ação dos comunistas no campo acabava propositalmente levando os meios de comunicação no Rio de Janeiro, então, Capital Federal, preocupados com a possibilidade de transferência desta condição para o Planalto Central, ao exagero nos seus jornais quanto à relação do PCB com o campo.

Um exemplo da ação comunista na divisão das terras de fazendas será o fato ocorrido em Canápolis (Triângulo Mineiro) quando aproximadamente 30 camponeses “invadiram” as terras da “Fazenda Pirapetingo”, dividindo entre eles a propriedade, chefiados por Arlindo Gomes Ferreira e Eurico Amaral identificados como elementos da antiga “Coluna Prestes” e membros do “ex-PCB”. Estes camponeses foram presos e depois libertados pela população local, chegando a ser necessário os reforços policiais de Uberaba para colocar fim à ação camponesa (O ANÁPOLIS, 20/04/50 n°977 p.3). Em outros casos temos a atuação sindical do PCB marcada pela luta por obtenção de melhorias nas condições de trabalho;

Os comunistas estão incitando os trabalhadores rurais a desencadearem greves sucessivas, com o pretexto de obter melhorias de salários. Esse plano vem a propósito das colheitas, principalmente de café, e confirma o que a poucos meses denunciou o jornal O GLOBO, quanto ao início de idênticos movimentos no Triângulo Mineiro... Os comunistas promovem, agora uma sistemática publicidade em torno de greves de lavradores em várias fazendas, no interior de São Paulo, alegando que todos devem seguir o exemplo de ameaçar com a paralisação do trabalho até à posse da terra e abolição do regime feudal (O GLOBO In: O ANÁPOLIS, 17/09/1950 n° 1028 p.2)

Em *O Caminho de Trombas*, José Godoy Garcia, apresenta a “Luta do Arrendo” inserida a esse contexto de levantes camponeses que agitavam o estado de Goiás. Essa antecederia a revolta camponesa de Trombas e Formoso, em um momento que a notícia da lei do arrendo estabelecendo na constituição do Estado de Goiás a proibição da cobrança do arrendo acima de 20%, chegou em Pires do Rio em 1949⁶⁴ (GARCIA, 1966, p.117). Na localidade de Mato Dentro surge, nessa

64 Na obra de José Godoy Garcia, Mato Dentro, é município de Orizona. Onde os camponeses Dê, Anísio, Ribeiro, Valverde, Carreiro e João Luzia andaram na região explicando sobre a lei do arrendo. Essas conversas sobre a lei levou a irritação o fazendeiro Deca Vilela (GARCIA, 1966, p.118-119). “Mas Dê dizia que era lei. E quando Dê assim se expressa, leva mansamente o olhar para o seu irmão. Luzia é quem tem conhecimento, viera da cidade trazer a notícia. Morador da cidade. Havia anos que para lá fora, muito aprendera na cidade” (GARCIA, 1966, p.119). João Luzia explica que agora temos a lei do arrendo mas os lavradores é quem tem que fazer ela valer (GARCIA, 1966, p.121). Essa notícia não ficou restrita a Mato Dentro, mas se espalhou chegando a Brejinho

representação literária, em nome da Associação dos Lavradores de Goiás um caboclo vindo da cidade, João Luzia que motiva a luta contra a cobrança exorbitante do arrendo (GARCIA, 1966, p.118). Esse é bem recebido pelo camponês, costumeiramente um desconfiado, devido ser irmão do camponês Dê que ali residia (GARCIA, 1966, p.118). Entre as preocupações desse intelectual dissidente do Partido Comunista Brasileiro, já que saiu das suas fileiras após o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, estava demonstrar o crescimento das lutas camponesas no estado de Goiás.

2.4- A “Marcha para o Oeste” e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás-CANG

Os camponeses de Trombas e Formoso se colocaram no caminho rumo ao norte do estado de Goiás a partir do intenso movimento possibilitado pela “Marcha para o Oeste”. Esse projeto no interior do Estado Novo (1937-1945) tinha importância na modernização capitalista brasileira. Qual papel seria atribuído a essa marcha pelo governo brasileiro? Observando algumas das considerações de seus ideólogos é possível responder essa pergunta.

Segundo o seu ponto de vista [Paulo Augusto de Figueiredo], durante aquele regime [Estado Novo], o Presidente Getúlio Vargas teria conseguido "*implantar, na consciência nacional, uma doutrina humana, nacionalista e social* que transformou o País e lhe abriu as portas de amplos horizontes." (*Id.ibid.*:10) Teriam sido três, conforme ele, os "pontos capitais dessa doutrinação"; isto é: a "Marcha para o Oeste", o nacionalismo e a política social (MACIEL, 1996).

Esse movimento elegeu como agentes da modernização as inúmeras levas de camponeses que migraram para a fronteira econômica.

A campanha da Marcha para o Oeste foi lançada por Getúlio Vargas, tão logo instaurou-se, no país, o regime o Estado Novo. Nada teria podido, provavelmente, ser mais eficaz que isto, no convencimento à opinião pública brasileira, da sua legitimidade. Tratava-se de um regime político que se propunha a garantir, por um lado, a nossa integridade geográfica, em face da então patente possibilidade de ameaça externa, e, por outro, o desenvolvimento econômico nacional, em bases novas e progressistas, aproveitando-se todas as potencialidades do nosso território. Veja-se trechos do discurso de lançamento dessa campanha, pronunciado por Vargas, no limiar do ano de 1938: "... é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes.

(GARCIA, 1966, p.122). Essas terras de Brejinho, em 1950, tinham Cirilo e Doraci como seus lavradores (GARCIA, 1966, p.122). Tiveram problemas em Pires do Rio, assim como haviam tido em São Domingos, de onde foram expulsos; “Ora os parentes de Pires do Rio arriavam com a carga no fornecimento e as lavouras fracassavam, ora uma briga, como a que se deu com o fazendeiro Sabino. Cirilo pelas estradas, a mulher de peitos fartos agora mofinos, o homem perdendo a disposição e animação antigas” (GARCIA, 1966, p.122). Essa notícia da lei do arrendo chegou também em Soledade e João Luzia e Preto Soares preparavam a luta do arrendo (GARCIA, 1966, p.124). Enquanto isso os fazendeiros espalhavam que não havia lei e que isso era inventado por comunistas (GARCIA, 1966, p.124). “Tudo o que os fazendeiros diziam tinha grande poder. Varava mundo, azucrinava a mente dos homens, levava descrença, e esses boatos dos fazendeiros duravam dias, semanas, meses, tal a sua força” (GARCIA, 1966, p.124).

Retomando a trilha dos pioneiros... precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. *O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste.* [...] E lá teremos de ir buscar: _ dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial." (Vargas *in*: IBGE,1942:1-2). Para os homens da política situacionista, em Goiás, uma tal proposição representava, naturalmente, um novo e poderoso estímulo a que permanecessem fiéis a Getúlio Vargas, assumindo, mais abertamente, a defesa do novo regime (MACIEL, 1996).

Segundo Dulce Portilho Maciel, Paulo Augusto de Figueiredo atesta como símbolos da obra estadonovista; Goiânia, o Correio Aéreo Nacional, a Fundação Brasil Central, a criação dos territórios nacionais, a obra de Rondon, e o discurso da Amazônia. O sentido nacionalista da política era caracterizado por medidas como a extinção das polícias ("verdadeiros exércitos") estaduais, "queima das bandeiras dos Estados", obrigatoriedade do ensino da língua pátria nos estabelecimentos de ensino do país. Enquanto a política social estadonovista teria suas maiores expressões na legislação trabalhista e na "proteção ao trabalhador nacional" quanto à imigração estrangeira (MACIEL, 1996). Essas questões do Estado Novo circunscreviam projetos como a "Marcha para o Oeste".

A Marcha para o Oeste, segundo Vânia Azevedo (1989), em um dos poucos trabalhos acadêmicos publicados acerca do tema, não foi, propriamente, um programa de governo, "no sentido de ter reunido um conjunto articulado de medidas e políticas"; representou, antes, um lema, "cunhado pelo Estado Novo, para se referir às medidas que preconizava, visando ocupar e colonizar o interior do país, ou seja, a região do Planalto Central." (*Ibid.*:93) Sua maior eficácia teria sido alcançada, conforme o ponto de vista da autora, no plano ideológico: "sob o lema eram arroladas uma série de questões que revelavam a compreensão de que o país era um imenso vazio, sendo imperioso, portanto, o alargamento de nossas fronteiras internas, a serem ocupadas por um povo que deveria, nesse processo, se elevar a um grau mais alto de civilização. O lema da Marcha reforçava o objetivo maior de reconstrução nacional do Estado Novo. (*Ibid.*) (MACIEL, 1996).

Entretanto a burguesia brasileira tinha claras as distinções do processo de modernização que se desdobrava com a "Marcha para o Oeste" e quanto aos fins que se pretendia alcançar. Segundo Roberto Simonsen⁶⁵, um dos principais representantes da burguesia brasileira atrelado ao Estado

65 Roberto Simonsen além de ser um dos burgueses brasileiros foi também um pesquisador da história econômica do Brasil. Estava diretamente vinculado ao modelo democrático-burguês pelo desenvolvimento do capitalismo no país e poderia ser caracterizado pelo Partido Comunista Brasileiro como um dos burgueses nacionalistas que tinham contradições com o imperialismo e o latifúndio. Portanto conforme as teses do "partidão", na década de 1950, seria um possível aliado do seu leque de alianças. "O próprio Roberto Simonsen, quando defendia a necessidade de implantação do planejamento econômico no Brasil, em contraposição ao liberalismo clássico (defendido por Eugênio Gudín e seus colegas monetaristas), já propunha uma certa intervenção do Estado na economia, desde que norteada pelo princípio da máxima utilização da iniciativa privada. A justificativa para o planejamento era o atraso da economia brasileira em relação a outros países e a necessidade de se acelerar o desenvolvimento em relação ao ritmo lento propiciado pelo liberalismo" (MANTEGA, 1991, p. 203). Entre os representantes dessa burguesia nacionalista estavam os burgueses identificados às propostas de Roberto Simonsen. "Como se sabe, Roberto

Novo; a expansão para o oeste (sertão) brasileiro se diferenciava da ocorrida do leste para o oeste dos Estados Unidos. Esta última proporcionou enriquecimento para os que avançavam com a fronteira. No Brasil, a rentabilidade dos homens nesse espaço é praticamente nula e falta a presença dos serviços públicos (SIMONSEN, 1943, p.17). Os problemas colocados por uma modernização baseada na reprodução de relações não-capitalistas de produção, como essa desigualdade estrutural, seriam para ele resolvidos com a ação do Estado planejador.

No avanço do camponês para às “terras livres” esse Estado deveria ser suficientemente forte para que não fosse rompida a conciliação e harmonia existentes entre as classes no país⁶⁶. “... consideramos todos os produtores nacionais exercendo frações de atividades, que se conjugam e se completam, não admitindo a existência de problemas antagônicos entre as forças vivas do país” (SIMONSEN, 1943, p.46). Enquanto a classe empresarial deveria ditar uma política industrial, dispositivos legislativos e uma política econômica para o atual governo (SIMONSEN, 1943, p.48). Todavia esses elementos ainda são insuficientes para compreendermos a relação entre a “Marcha para o Oeste” e a modernização capitalista em Goiás.

Entre as demandas da burguesia brasileira ao Estado Novo, apresentadas por Roberto Simonsen, estava a necessidade de uma política agrária apropriada a obra que se propunha esse governo. Os principais pontos que essa política agrária deveria priorizar eram; explorar preferencialmente as terras aproximadas das vias de comunicação; divulgação de normas sobre o melhor aproveitamento agrícola das várias regiões do país; a abertura de novas zonas agrícolas com a expansão dos serviços públicos; o controle do crédito agrário; rigorosa análise das terras, do clima e das condições topográficas do meio. A esses elementos definidores da política agrária adequada aos interesses da burguesia seriam somadas normas de colonizações (SIMONSEN, 1943, p.52-53). No caso, em um país com fraca densidade populacional, o enriquecimento de um maior número de núcleos sociais dentro das áreas mais produtivas (SIMONSEN, 1943, p.52-53).

A explicação para o “progressismo” de Roberto Simonsen, assim como, o da burguesia brasileira que se vinculou a “Marcha para o Oeste” como tábua de salvação é encontrada tanto na sua obra como nos interesses imediatos que tinham no avanço da modernização capitalista no

Simonsen, além de ter sido fundador da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, fora também fundador do SESI (Serviço Social da Indústria) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Ele era motivado pelo tema da “paz social no Brasil” e por uma orientação política claramente anticomunista. Além de historiador da economia, era um teórico das relações industriais e suas idéias foram difundidas em livros e artigos” (MARTINS, 2008, p.152).

66 Roberto Simonsen apresenta como exemplo de conciliação entre as classes a fundação do Centro dos Construtores e Industriais (1916) com a preocupação de conciliar operários e patrões atenuando os conflitos de classes. Já que esses só trariam danos para o trabalho e a sociedade local (SIMONSEN, 1943). Enquanto a harmonia faria com que o privilégio de determinadas classes deixasse de existir em prol do conjunto da sociedade. Sendo naqueles tempos conturbados, de Segunda Guerra Mundial, indispensável o contínuo entendimento entre as classes (SIMONSEN, 1943).

campo. Tratava-se, segundo Simonsen, de superar um atraso característico da economia brasileira. Essa, para ele, no século XIX baseava-se na existência de um país agrário que vivia da exportação dos seus produtos coloniais. Esses geravam os proventos da nossa população interna. Porém, hoje o país precisa criar esse capital através da troca de mercadorias e serviços dentro do próprio país (SIMONSEN, 1943, p.99). Foi devido as necessidades do consumo de produtos primários, que invertemos a relação, e hoje, a exportação corresponde a ¼ da nossa formação de capitais. Mas, esse ainda não é suficiente para o enriquecimento que o país precisa alcançar para sanar seus problemas sociais (SIMONSEN, 1943). Essas são algumas das questões que apresenta Roberto Simonsen.

A burguesia nacional reclama a “Marcha para o Oeste” tendo em vista mitigar os conflitos sociais que se avolumavam, vejamos isso em Simonsen, por exemplo: O bem estar de uma população assenta-se no harmonioso equilíbrio entre o homem, o ambiente e os recursos econômicos. No século XIX a restrição as migrações criaram problemas de pressão demográfica. Facilitemos as migrações internas para preservar a harmonia⁶⁷. “A história cada vez mais está evidenciando a interdependência em que vivemos” (SIMONSEN, 1943, p.123).

Foi a “Marcha para o Oeste”, criação do Estado Novo, responsável por intensificar o fluxo migratório para Goiás e criação da Colônia Agrícola Nacional nesse estado em 1941. Essas medidas vieram se juntar a política de colonização proposta pelo governo goiano, desde 1935, e a construção de Goiânia. Então, entre 1940-1950 a população rural goiana cresceu 73,3% e a urbana 26,7% e expandiu-se a população agrícola e a produção de arroz quadruplicou de 61.361 toneladas (1940) para 256.069 toneladas (1950) (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.20). Foram essas algumas das implicações da “Marcha para o Oeste” em Goiás.

Entre 1937-1945 o interventor federal, Pedro Ludovico Teixeira, enaltece as decisões tomadas pelo Estado Novo e é um incentivador das atividades dos intelectuais que editavam a Revista Oeste e entre esses estavam Bernardo Élis e Paulo Augusto de Figueiredo. O governo goiano estimulava a organização sindical nos moldes do Estado Novo (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.17-19). Entre as ações tomadas pelo governo quanto ao campo, desdobramento daquela conjuntura política, estava o incentivo a agricultura em especial a mecanizada, considerada a que levaria ao progresso em um contexto em que a principal fonte de riqueza estadual era a pecuária (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.20-21).

67 As migrações seriam facilitadas para afastar o risco da luta de classes, a desunião nacional e o desentendimento entre os homens (SIMONSEN, 1943). O papel das associações de classe seria favorecer o entendimento entre as classes produtoras e melhorar o aproveitamento na exploração dos nossos recursos. O Conselho de Expansão Econômica seria o lugar onde as diversas classes estariam representadas e favoreceria com que a indústria no Brasil se desenvolve-se como uma “verdadeira democracia de trabalho” devido a paz social supostamente instaurada pela ausência de conflitos entre capital e trabalho criadas pelo Estado Novo (SIMONSEN, 1943).

Na realidade o Estado Novo significava para o governo de Goiás a complementação das mudanças de modernização capitalista iniciadas pela chegada da estrada de ferro. Tanto que, segundo Itami Campos, o Movimento de Trinta já pretendia fazer crescer o mercado interno e substituir o imposto de exportação do estado pelo Imposto de Rendas e Consignações (circulação de mercadorias) e isso foi possível realizar em 1943. Alguns anos antes o estado de Goiás havia enfrentado a polêmica com o governo federal defendendo a manutenção do imposto de exportação e a inviabilidade do imposto territorial (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.21).

Do ponto de vista do governo goiano, a cidade [Goiânia] "vanguardeira da Marcha para o Oeste" (Teixeira,1973:115) era "uma obra filha do esforço e do labor locais", brotada da própria região, "do pleno núcleo geográfico do País." Nesta condição, servia de "referência para o aquilamento do valor e energia moral do sertanejo" _este, naturalmente, desde que orientado "por administradores idealistas e de visão". (Costa,1985:92-93)⁶⁸ Do ponto de vista do governo federal, a nova cidade, então já bastante conhecida, nacionalmente, pelo vanguardismo de sua arquitetura, pelo avanço das técnicas de construção nela empregadas e pelo dinamismo de seu desenvolvimento econômico e populacional, em virtude da ampla propaganda que em tais termos se realizara, era, antes de tudo, filha do movimento revolucionário de 1930, e do mais que a ele sobreveio, aí incluído o novo regime político, este, um passo adiante na evolução daquele mesmo movimento (MACIEL, 1996).

Em *Nunila*, assim como na historiografia, a migração para Goiás com a "Marcha para o Oeste" tem grande importância. Na literatura os ditados populares e as reflexões de Antonino, personagem de Carmo Bernardes, traduz as expectativas de uma vida melhor gerada pelas migrações. Na historiografia sobre Trombas e Formoso esse elemento é recorrente quando tratamos da formação social de interesses comuns entre os camponeses⁶⁹. Carmo Bernardes já chamava a atenção para os conflitos naquela região e como eles antecedem os acontecimentos de Trombas e Formoso⁷⁰.

Na revolta de Trombas e Formoso os camponeses envolvidos vinham de vários lugares do país na busca de concretizar as expectativas despertadas pela "Marcha para o Oeste". O caminho

68 "Gerson de Castro Costa, durante o Estado Novo, dirigiu o Departamento de Imprensa e Propaganda _ DIP __, do Estado de Goiás, órgão então diretamente subordinado à Interventoria Federal. (Ver Menezes,1991:89 e Teixeira,1939:61) O prefácio a este seu livro, editado a primeira vez em 1947, está datado de julho de 1942" (MACIEL, 1996).

69 Antonino destaca o grande número de imigrantes que vieram para Goiás na expectativa de melhorar suas condições de vida. Cearenses, pernambucanos (doutores de lei), baianos (médicos e farmacêuticos), mineiros, que seriam bons no "brinquedo de seduzir e se enganar com as sertanejas arremediadas". Segundo ele, as famílias poderosas de Goiás, foram formadas a partir desse tipo de casamento. No caso, o mesmo que Antonino pretendia fazer com Nunila, "casar-se com a gata para morder a prata" (BERNARDES, 1984).

70 Esses conflitos para Carmo Bernardes eram resultantes de questões de miscigenação e também ocorria entre os novos que chegavam para enfrentar os índios e negros que ali estavam (BERNARDES, 1984). Esse pecebista dissidente, quando escreveu *Nunila*, pretendia evidenciar os conflitos resultantes da chegada de grupos exógenos a região que se contrapunham aos endógenos. Evidentemente a ênfase é no valor que passa a ser agregado àquelas terras com a modernização capitalista, mas o autor também coloca em discussão aspectos ecológicos e raciais, por exemplo.

que tomaram intencionava superar as condições de vida a que muitas gerações eram submetidas no campo. Incitados pela campanha propagandística do governo de Getúlio Vargas procuraram se estabelecer na Colônia Agrícola Nacional de Goiás-CANG. O que foram impedidos de fazer, em alguns casos, devido o esgotamento das possibilidades de se instalarem, diante do grande contingente de pessoas que eram motivadas a aderir a esse projeto de integração nacional, e constituíam essa frente de expansão camponesa que os levava a continuar sua caminhada para mais ao norte de Goiás (CARNEIRO, 1988).

Nesse contexto o governo incentivava a colonização e a migração estrangeira e nacional, contando com a formação de uma mentalidade que via o camponês como o modelo de brasileiro a ser imitado. Com a chegada da modernidade se idealizaria a figura do camponês e do campo. Esse homem do ócio, sujo e preguiçoso, encontrado no “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato, ou o “fanático” descrito por Euclides da Cunha, através da figura de Antônio Conselheiro, em “Os Sertões”, deveria agora dar lugar ao colono que colabora assiduamente, realizando sua missão de alimentar a nação, com o seu trabalho no campo (LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1999). De modo que esse passasse a responder pela vocação agrícola do país, enquanto alimentava um litoral sedento pela industrialização, na medida que avançava o modelo de substituição de importações.

No entanto, num segundo momento, a partir do governo de Eurico Gaspar Dutra, esta preocupação com a colonização e imigração deixa de estar entre as prioridades do Estado, mas, passando a segundo plano contará com outros agentes externos à realidade camponesa. Esses atuaram no empreendimento de ações como as “missões rurais” sugeridas pela carta constitucional de 1946 que propunha a extensão da campanha de educação de adultos e adolescentes realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde em parceria com o da agricultura, até os rincões do país como um projeto assistencialista junto ao trabalhador rural. A igreja, através do Vaticano, chegara a propor que canalizaria para Goiás uma corrente migratória de agricultores católicos da Áustria e parte ocidental da Alemanha que receberiam apoio da Associação Rural. Já que nesta época os colonos imigrantes do sul do Brasil, vindos da Holanda, Alemanha e outros eram tidos como exemplares de trabalhadores queridos para o desenvolvimento nacional (O ANÁPOLIS, 09/02/1950 n°958 p.1 e 09/03/1950 °966 p.2). De outro lado, um jornal paulista, “Folha da Manhã” propagandeia “as magníficas condições que o estado de Goiaz (sic) oferece aos colonos europeus que desejavam cultivar a terra” (O ANÁPOLIS, 07/05/1950 n° 982 p.1). Como se pode notar, o camponês brasileiro passará a constar novamente na lista do “atraso” e a ser responsabilizado pelo “subdesenvolvimento” brasileiro.

Diante dessa política de migração e colonização, “Marcha para o Oeste” e CANG, os fazendeiros passaram a contar nas regiões de fronteira econômica com a assiduidade dos migrantes.

Os fazendeiros utilizavam os migrantes geralmente durante 2 anos para abrir e valorizar a região, passando a cobrar arrendo de 20% a partir do primeiro ano, sem usar de violência. Entretanto, a partir do segundo ano, exigiam dos posseiros a assinatura de desistência da terra e o contrato do arrendo por escrito. A polícia e os jagunços contratados pressionavam os camponeses a entregarem a terra, primeiro através de ameaças e, depois, da violência, com espancamentos, destruição das plantações, roubo de gado e até mesmo com eliminação dos resistentes (CARNEIRO, 1988, p.100).

Esse depoimento, acerca dos acontecimentos em Trombas e Formoso que antecederam os conflitos armados, explicita-nos o processo que se inicia com a cobrança do arrendo e chega à expropriação da posse da terra do camponês.

A presença de camponeses na região de Trombas e Formoso remonta para alguns ao final da década de 1940. No entanto, são muitos os depoimentos que atestam que a presença dessa classe social antecede em muitos anos esse período. Teria sido a “Marcha para o Oeste” um indutor que veio somente intensificar essa imigração para Goiás que já havia sido favorecida pela introdução da estrada de ferro em território goiano;

Goiás naquela época era um imenso vazio. As sesmarias registradas durante o ciclo econômico do ouro, abrangia pelo Vale do Tocantins até o seu afluente Rio Santa Tereza. Saltando o Santa Tereza começava as chamadas terras devolutas ou terras dos índios Avá-canoeiros que habitam a região, habitadas também por um pequeno número de posseiros que viviam de uma agricultura incipiente e criação de gado dentro de uma área de quarenta mil alqueires de terra. Com a criação da Colônia Agrícola, Companhia Cafeeira Goiana, penetração da Rodovia Belém-Brasília, que tinha o nome de Transbrasiliana e ainda com a enorme propaganda que se fazia em tudo, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). As levas de migrantes foram alojando nas terras não ocupadas. Muitos vinham adquirir um pedaço de terra na Colônia ou trabalhar na cafeeira mas as vagas tinham acabado, assim muitos deles dirigiam as coletorias estaduais e aforavam um pedaço de terra na margem direita do Vale do Santa. Num curto período toda terra devoluta estavam ocupadas grande parte sobre o regime de afouros nas coletorias locais. A BR 153 penetrava em ritmo lento. Até os anos de 1940 o Centro Oeste goiano era apenas uma mansão (?) geográfica, não tinha ainda merecido ser chamado de “Brasil” pelos governos e pelos colonizadores não só do Estado, como dos capitalistas. Mas já esboçava um plano de integração. Anápolis era o ponto de articulação norte sul desde os tempos das tropas e boiadas, os carreiros e os tropeiros vinham com seus carros de boi comprar mercadorias na ponta da linha da Estrada de Ferro que chegou em Anápolis em 1935. Comunicava com o centro sul e sudeste do Brasil. Exerceu este papel desde as tropas de burro, as pequenas rodovias de penetração feita pelos prefeitos, e durante a época em que a BR 153 ou Belém Brasília ainda não estava afastada (SOBRINHO, 1988, p.12-13).

Há um consenso na produção historiográfica acerca dos acontecimentos de Trombas e Formoso de que eles ocorreram num contexto de expansão do capitalismo, propiciado pela “Marcha Para o Oeste”, que levou à abertura de novas fronteiras agrícolas e à incorporação da economia goiana ao projeto de desenvolvimento industrial do Sudeste do país. Neste mesmo caminho prosseguiria o governo de Juscelino Kubitschek com a construção da BR-153, Belém-Brasília, na

época transbrasiliana. E a transferência da capital federal para o interior do Brasil. Ainda ocupa grande importância para os acontecimentos, relacionados à estrutura agrária de Goiás, a formação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Esses são fatores determinantes na consideração do que aconteceu entre camponeses e partido político neste período.

Segundo Maria Tereza Canesin Guimarães (1988) o caráter específico da ocupação de Goiás, antes da década de 1930, é que ela vai se dando de forma “espaça” e “tranqüila” no sul, sem registros de grilagem, já que essa era esporádica. No entanto essa é uma simplificação diante de acontecimentos que evidenciam a problemática da terra tanto no sul quanto no norte. Como destacamos nesse trabalho os acontecimentos acerca da “Luta do Arrendo”, o movimento camponês de Santa Dica e a representação literária de episódios de expropriação do campesinato que antecederam Trombas e Formoso. No norte a falsificação e a adulteração de documentos buscava legalizar posses consolidadas, já que o governo dava títulos a poucos privilegiados. A região de Uruaçu, por exemplo, onde se teria a revolta de Trombas e Formoso, segundo Janaína Amado, no final da década de 1940:

A terra ainda era pouco valorizada e havia alta concentração da propriedade fundiária; a produção se fazia rústicamente, sem nenhuma mecanização, o regime de trabalho apresentava duas modalidades principais: contrato por arrendamento, pelo qual o arrendante pagava em torno de 30% ao proprietário, e meeiro, em que a produção era dividida em partes iguais entre proprietários e meeiro e a comercialização era reduzida, dado se compravam em Anápolis os produtos mais necessários como sal, querosene, ferramentas, tecidos, e vendia-se o arroz, a principal produção (AMADO apud GUIMARÃES, 1988, p. 37).

O fluxo migratório avançou bastante em Goiás, e na década de 1950, se define melhor sua estrutura fundiária com a concentração da propriedade e a eliminação das oportunidades econômicas à pequena e média propriedade com a expulsão de camponeses etc. Nessa época conflituava a frente de expansão, formada predominantemente por camponeses e um segundo movimento formado pelas motivações empresariais sobre a terra. Num embate entre a posse de um lado e a propriedade privada de outro, como coloca José de Souza Martins, citado por Guimarães (1988).

A questão da imigração e colonização do estado de Goiás está mesmo relacionada à necessidade da criação de uma periferia dentro da periferia. O que significa a produção agrícola para o abastecimento das necessidades da indústria nacional, com o objetivo de se fornecer matéria-prima para a produção de manufaturados e também o barateamento do custo de vida dos trabalhadores urbanos, através da diminuição dos gastos com a subsistência dos mesmos e conseqüentemente a diminuição dos salários pagos pela indústria: garantindo uma maior margem de lucro para os capitalistas e aumentando o investimento de capital na produção. Dessa forma, como

coloca Barsanufio Gomides Borges (2000), o Centro-Oeste é uma invenção do sudeste, se constituindo em uma reserva de “acumulação primitiva do capital”. A participação do Estado nos projetos de colonização, tão caros aos interesses do governo de Vargas (1930-1945 e 1950-1954), nunca objetivaram a destruição do latifúndio, ao contrário, coerente com a correlação de forças dentro do seu governo, reforçava a aliança entre o capital e a grande propriedade. Entre suas intenções estava o fortalecimento do mercado interno, não como um objetivo em si, mas, como um meio de se garantir a subsistência do trabalhador urbano e redução dos custos de produção. Para isso, passou a regular as relações capital-trabalho, com a legislação trabalhista, e promovendo a ocupação das regiões de fronteira agrícola. Aumentando o consumo na cidade e incorporando o campo como mercado para os interesses capitalistas (SILVA, 2003, p.27). No entanto, o campo em Goiás, segundo Borges (2000) só se efetivaria como mercado consumidor dos produtos manufaturados do sudeste na década de 1960.

A consequência imediata desse momento de expansão das relações capitalistas ao campo será o aumento da intensidade dos conflitos entre grileiros e camponeses. Vivendo em uma economia regional que se caracteriza pela subsistência e a negociação “econômica do excedente”, à medida que avança a “modernização conservadora” que transforma a terra em mercadoria, o norte goiano vai se estabelecendo como área de conflitos pela posse da terra. Como o capitalismo se desenvolve criando sua própria antítese, esse processo, é contraposto por uma maior autonomia política do campesinato, mudança da sua cultura, seus valores e visões de mundo. Entre as implicações políticas da monopolização da posse da terra, transformada em propriedade privada capitalista, é o fato de uma minoria concentrar a maior parte da riqueza e os instrumentos político-jurídicos de gestão que lhes dão condições de manipular e controlar a sociedade, garantindo para si vantagens em detrimento das necessidades e interesses das classes subordinadas ao seu domínio (SILVA, 2003, p.26). Um exemplo é que a constituição de 1946 restringia a desapropriação mesmo que para fins sociais e obrigava o Estado à indenização prévia em dinheiro. Economicamente tornando inviável a reforma agrária e como era um dispositivo constitucional para ser alterado precisaria da maioria dos votos do Congresso.

Um exemplo do descaso com que se dava esse processo de colonização, colocado em segundo plano pelo sucessor de Vargas, é o processo de deterioração pelo qual passa o projeto da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Quando da intensa migração pra Goiás, em uma sessão do senado de 1951, foram feitas críticas pelo senador goiano Dario Cardoso a situação que esses projetos de colonização teria criado:

O representante goiano leu telegrama em que o prefeito de Rio Verde, no seu Estado, solicita providências imediatas para socorro a noventa imigrantes italianos recém-chegados do país de origem, entregues à própria sorte naquela localidade,

sem meios de subsistência e alojamento (O ANÁPOLIS, 14/01/1951 n°1065 p.1).

Na própria CANG, que era o modelo de projeto de colonização e imigração subsidiado pelo governo, temos o problema do pedido de despejo impetrado aos colonos que eram acusados de invadir terreno pertencente a Helmites Brocks. Verificamos isso em telegrama enviado por Áureo Barros, presidente da Associação Rural de Ceres, para Joaquim Câmara Filho, presidente da FAREG (O ANÁPOLIS, 30/08/1951 n°1128 p.1). Esses viriam para ocupar terras devolutas do Estado, nas quais inclusive os camponeses de Trombas e Formoso, após ter procurado lugar na CANG e não encontrado terras agricultáveis estavam agora enfrentando no norte a cobrança do arrendo por parte dos grileiros com a conivência e o aparato policial do Estado.

Num segundo mandato constitucional de Vargas (1951-1954) se assistiria à iniciativa em que reafirmava-se compromissos do Estado com a expansão do capitalismo em Goiás, propunha-se a constituição de uma nova colônia agrícola, incitava-se o reinício da “Marcha para o Oeste”. Era associado a esse reinício as obras estruturais da Central Elétrica de Cachoeira Dourada, nos limites de Goiás com Minas Gerais, e ainda o plano que ficou conhecido como “Saúde, Alimentação e Transporte” (SALTE), onde, sob autorização presidencial, se liberava para Goiás 10 milhões de cruzeiros para o início destas obras (A MANHÃ In: O ANÁPOLIS, 14/09/52 p. 1). Mesmo após o suicídio de Vargas estes compromissos foram mantidos, numa clara indicação dos rumos que deveriam trilhar os governos que o sucedessem, mantendo a aliança entre capital e latifúndio. Um exemplo é a notícia de que “acaba de ser designada uma comissão para a localização da futura Colônia Agrícola Federal de Goiás, pelo governo federal, composta dos engenheiros Datis Lima de Oliva, Bernardo Sayão Carvalho de Araújo e Júlio Brandão, sob a presidência do primeiro” (O ANÁPOLIS, 24/10/1954 n°2842 p.1). Enquanto o capitalismo se consolidava verificava-se pelos números da comissão nacional de política agrária a ocorrência de saídas de trabalhadores agrícolas do campo para a cidade em 77 de cada cem municípios. “Na região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás) o número de municípios onde foram assinaladas essas saídas representou 56% do total” (O ANÁPOLIS, 07/10/1954 n° 2837 p.6). Sendo que o processo não se restringia ao êxodo da cidade para o campo, mas, também, do campo para o campo à medida que se procurava áreas mais dinâmicas.

O país vinha passando dos anos de 1940 a 1950 por um crescimento demográfico onde os números iam de 41.236.315 habitantes para 52.645.479, o que representa um aumento de 11.409.164, ou seja, 27,7% de crescimento demográfico. Neste mesmo período, em Goiás assistia-se ao aumento da população de 826.414 habitantes chegávamos a 1.234.561, o que representava um crescimento de 400.000 pessoas em um prazo de dez anos, o que era o mesmo que 49,4% de

crescimento (O ANÁPOLIS, 17/05/1951 p.1 e 15/03/51 n°1081 p.3). O crescimento demográfico do país e do estado estava em sintonia com o crescimento da agricultura. O produto nacional da agricultura no Brasil registrava um acréscimo real de 25,7% entre 1948 e 1954, segundo os cálculos do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Isso quer dizer que nesse período o volume físico da produção animal e vegetal, para a totalidade do país se desenvolveu em ritmo satisfatório, à razão de 4,4% por ano, taxa que supera, com razoável margem, o incremento demográfico do país. Os mais elevados índices de aumento apresentam-se em Mato Grosso, com 85,7%, Goiás, com 80,4%, e Rio Grande do Sul, com 69,7%, cuja produção conjunta responde por uma quinta parte, aproximadamente, do valor da produção nacional. Enquanto em São Paulo e em Minas Gerais, que eram até aquele momento os dois maiores produtores do Brasil, as taxas de crescimento foram das mais baixas, não excedendo a 14,4% e 14,2%, respectivamente (O ANÁPOLIS, 01/11/1956 n° 3043 p.3). Em Goiás essa situação levava a uma “crise”, no que diz respeito ao papel do Estado, em garantir aos produtores rurais melhores condições de produção, provocado, entre outros fatores pelo problema que representava a falta de estradas viáveis ao transporte da produção e seu escoamento para outros estados consumidores.

Entretanto esses não eram os únicos problemas que se colocavam à modernização capitalista no Brasil. Os camponeses, apesar dos pesquisadores ignorarem o impacto das suas manifestações diante da cobrança do arrendo ou da expropriação, organizavam-se em todo o país para resistir às implicações desse processo no campo. Entre os exemplos temos em Goiás; Santa Dica, a “Luta do Arrendo” e Trombas e Formoso. Esses levantes camponeses não foram exclusividade do Centro-Oeste do país.

Em Porecatú, no norte do Paraná, no final dos anos 30 e início dos 40 a “Marcha para o Oeste” e sua política agrária com as pequenas e médias propriedades buscavam a produção de alimentos e matérias-primas para atender uma crescente demanda interna (PRIORI, 2000, P.13-14). A colonização se daria ali em pequenas posses de terra com plantio de café, culturas alimentares e criação de porcos. Em meados da década de 1940 os grandes grileiros expulsaram os posseiros e estruturaram as propriedade no cultivo da cultura do café, criação de gado, cana-de-açúcar e o trabalho assalariado (PRIORI, 2000, p.14). O conflito entre posseiros e grileiros levou a expulsão de posseiros por polícia, jagunços e pistoleiros e motivou a organização de uma resistência que posteriormente se transformou em resistência armada (PRIORI, 2000, p.14).

Foi no final de 1948 que começaram os conflitos armados e somente em julho de 1951 foram desmobilizados, com a atuação das tropas da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e Paraná. Tendo esses acontecimentos sido alvo de grandes reportagens (PRIORI, 2000, p.16). Em Porecatú, assim como

em Trombas e Formoso, “o PCB foi um agente fulcral da resistência armada”. Nesse caso atuando através dos diretórios municipais de Jaguapitã e de Londrina, depois do Comitê Central, e o envio pelo partido de vários militantes experientes que deram retaguarda com o envio de armamentos, munição e suporte financeiro (PRIORI, 2000, p.16).

Na “Marcha para o Oeste” e na CANG temos os desdobramentos da frente de expansão e frente pioneira. Essas circunstâncias constituíram a revolta camponesa de Trombas e Formoso como um conflito de fronteira. Na historiografia de Cláudio Lopes Maia temos a fronteira considerada como elemento essencial para a compreensão do conflito, pois, prioriza o processo de constituição da sua síntese (MAIA, 2008). Esse autor aborda a luta pela terra e a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira (MAIA, 2008). Foi a partir da abordagem de José de Souza Martins, que tivemos, a busca por compreender o processo particular de expansão da fronteira, a reprodução de formas de trabalho e acumulação não-capitalistas por parte de agentes do Estado e agentes da economia capitalista que sobrepõem frentes de expansão (índios, camponeses) e frente pioneira (empresários e Estado) (MAIA, 2008).

É necessário distinguirmos as frentes de expansão e frentes pioneiras que ocorrem à fronteira. Essas frentes de expansão, para José de Souza Martins, são faixas de terras que se integram na economia de mercado absorvendo o excedente demográfico que não pode ser absorvido pela fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadorias. Destaca-se que nessas condições as terras não tem valor de mercadoria onde predomina o valor de troca em detrimento do valor de uso (CARNEIRO, 1988, p.33). Essas frentes de expansão foram constituídas de populações ricas e pobres que se deslocaram em busca de novas terras (MARTINS, 1997, p. 178). Nos estudos acerca das “frentes de expansão” geralmente enfatiza-se a ocupação do espaço (tendo como referência o conflito entre índios e brancos) enquanto os sobre a “frente pioneira” davam ênfase nos interesses dos agentes da economia capitalista (MAIA, 2008).

Essas frentes de expansão são constituídas por camponeses, às vezes uma “burguesia de fronteira”, baseando-se mais em relações servis do que nas relações propriamente capitalistas de produção (MARTINS, 1997, p. 192-193). Nessas as pressões e a falta de alternativas combinadas levavam a conflitos e a luta pela posse da terra (MARTINS, 1997, p.177). Fazendo com que os camponeses que já estavam em Trombas e Formoso, no final da década de 1940, assistissem afluir uma diversidade de posseiros para aquela região;

Não, não era muita gente... os moradores eram nós...porque antes da estrada Belém-Brasília pouco ao povo interessava, porque era uma região muito afastada, a terra tinha pouco valor. Produção de cereais para negócio também não era interessante porque não tinha transporte, então não tinha preço, entendeu. Mas com a estrada Belém-Brasília criou a influência, tanto de gente do sul, de Goiás, como

de Minas, como também do norte, maranhense, baiano... de Piauí...? era do Piauí, o Nicanor também era gente do Piauí... Marinho, Batú (?), por exemplo, maranhense... (RIBEIRO, 1995, p.1).

Entre as situações decorrentes de uma frente de expansão temos a chegada dos camponeses de Trombas e Formoso nas terras do norte goiano. Enquanto a frente pioneira avançava na transformação da terra em mercadoria e na instauração de novos empreendimentos econômicos. Essa condição de fronteira formava distintas temporalidades que orientaram os projetos de sociedade dos envolvidos nos conflitos. Essa questão da posse da terra para o camponês de Trombas e Formoso, que durante os períodos mais intensos da luta armada tem o valor de uso como predominante na sua concepção acerca da posse da terra, passará com a estabilidade da região a enfatizar seu valor de troca. O que levava o grileiro, nos primeiros anos, a atormentar o “camponês-possuidor”, posteriormente se tornou a principal motivação do “camponês-proprietário”, sobretudo no período de 1958-1960.

Nas reflexões acerca das frentes de expansão, nas quais se situam os camponeses de Trombas e Formoso, é importante destacar que com sua transformação em “camponês-proprietário” a partir da estabilidade instaurada após os conflitos armados e a posse da terra se verificará a subordinação da propriedade camponesa ao mercado capitalista. Maria Esperança Fernandes Carneiro já destacava que se encontravam em conflitos essas duas frentes: frente de expansão (“Marcha para o Oeste”) e a frente pioneira (grileiros) (CARNEIRO, 1988, 32-34 e p.82). A esperança dos agentes da frente de expansão (meeiros, parceiros, arrendatários, posseiros etc) era livrar-se da exploração do patrão e da condição de assalariado no campo, mas como “pequeno produtor” permaneceria subordinado ao capitalismo (CARNEIRO, 1988, p. 31). Sem dúvida concordamos com essa autora, porém não se deve creditar aos camponeses de Trombas e Formoso a não validade da sua luta em contraposição ao capitalismo devido esse movimento onde a temporalidade do capital se impõe à concepção camponesa de posse da terra. Já que somente após o desenrolar-se da luta de classes é possível apreender seus resultados. Só após a consolidação de determinadas condições históricas, como a sobreposição da temporalidade da “terra para cercar” sobre a “terra para trabalhar” por exemplo, é que podemos concluir que como pequeno proprietário na nova fronteira se poderia atenuar o conflito de classes, mas não o impedir.

Segundo José de Souza Martins as frentes de expansão não são espaços autônomos ou um modo de produção particular. Esses se integram ao processo de reprodução ampliada do capital que reproduz não um tempo único, mas combina formas diversas de exploração que se integram a reprodução geral do capital (MAIA, 2008). Configurando o que Marx identificou como o período pré-capitalista na Europa e que nas colônias americanas corresponde a propriedade privada fundada

no trabalho pessoal (MAIA, 2008). Em Trombas e Formoso, segundo Cláudio Lopes Maia, os primeiros conflitos se davam entre posseiros que tinham em comum a mesma concepção da terra como valor de uso;

Na primeira fase, de frente de expansão, prevaleciam os interesses do camponês em busca da terra para construir a sonhada autonomia de produção e os dos criadores de gado, interessados, por sua vez, na abertura de pastagens para o gado. Nesta fase, havia uma contradição de interesses, embora não se falasse ainda em expropriação, mas em uma interdependência, de acordo com a qual o grande criador dependia da presença dos camponeses para abrir as terras e captar uma renda através da pressão sobre o trabalho do agricultor. Esta interdependência, contudo, não significava uma harmonia de objetivos, pois, apesar dos dois grupos construírem sua noção de propriedade no uso, havia o interesse direto do criador de gado, que desejava impor um controle direto sobre o trabalho do camponês através da cobrança do arrendo (MAIA, 2008, p.255).

Nas discussões acerca das frentes de expansão os antropólogos, sobretudo na década de 1950, enfatizaram os conflitos étnicos entre os índios e as populações exógenas. Onde esses últimos seriam a frente pioneira de negação do outro. Tratava-se da expansão da sociedade nacional, para alguns, ou a expansão do modo de produção capitalista para outros. Na qual para os “do lado de cá” o cenário de lá é de intolerância, ambição e morte. Fazendo com que esperem um “tempo novo” enquanto para os “do outro lado” é o ponto limite do território que se redefine continuamente e é disputados por outros grupos humanos. Essas frentes de expansão foram constituídas de populações ricas e pobres que se deslocaram em busca de terras e a “Marcha para o Oeste” só veio vincular esse movimento ao controle direto do Estado (MARTINS, 1997, p.11-24).

A frente pioneira atribuí a fronteira o lugar onde se deve criar o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações. Cria-se um ambiente oposto ao antigo esvaziamento, rotineiro, tradicionalista (MARTINS, 1997, p. 153). Há a concretização do movimento de disseminação da economia de mercado instaurando como empreendimento econômico empresas imobiliárias, ferrovias, comércios, bancos e outras formas de reprodução do capital. Em condições de frente pioneira os excedentes produzidos ganham a nova atribuição de transformar-se em mercadorias. Esse é o resultado direto da necessidade de reprodução do capitalismo.

Em síntese temos o movimento do capital que primeiro expulsa da fronteira econômica para a fronteira geográfica uma população que formará as frentes de expansão. Essa é a situação de muitos dos camponeses de Trombas e Formoso. Esses primeiros estavam submetidos as relações de trabalho que os subordinavam aos proprietários de terras e saíram dessa condição em busca de melhores alternativas de sobrevivência. Caso não fossem absorvidos pela frente pioneira (economia capitalista) iriam novamente ser expulsos para formar uma nova frente de expansão (CARNEIRO,

1988, p.34). O que ocorreu mais cedo com muitos que desistiram de lutar contra a cobrança do arrendo ou a expulsão empreendida pelos grileiros sendo proletarizados no campo ou na cidade e posteriormente aos que com a propriedade privada da terra sucumbiram a lógica capitalista de produção ou com o golpe militar de 1964 sentiram a necessidade de abandonar a terra conquistada nos tempos da luta armada.

No entanto a frente pioneira geralmente caracterizada pela utilização de relações capitalistas de produção para a acumulação capitalista e a reprodução do capital. Na realidade em muitas situações tem se apropriado de relações sociais de produção não-capitalistas como recurso para essa acumulação primitiva de capital. O produto dessa acumulação é capital, é capitalista, mas o modo de obtê-lo não o é (MARTINS, 1997, p.96). Essa questão da cobrança de arrendo, a qual, os camponeses de Trombas e Formoso resistiram é um desses tipos de relações não-capitalistas de produção. Trata-se de uma característica do capital tanto remover como incorporar relações sociais (e relações de produção) que entrem sua reprodução ampliada. Esse incorporar de relações que temporariamente não podem ser removidas ou sua recriação com a aparência de novas tem também seus limites. Esse processo não pode se reproduzir continuamente sem que comprometa a acumulação de capital.

O estado de Goiás, sem dúvida, remonta seu povoamento a expansão da frente pioneira que antes dos camponeses de Trombas e Formoso já vinha atingindo violentamente as populações indígenas. Então, não consideramos sertão a região por conta do seu suposto despovoamento, mas por suas circunstâncias específicas onde se gestaram manifestações camponesas diversas. Em um contexto no qual se deslocava para a região uma frente de expansão camponesa sucessora de tradicionais conflitos entre índios e fazendeiros. Como atesta o depoimento abaixo;

resultado, criou-se do outro lado de Sta Tereza, na margem direita de Sta Tereza, em um terreno que pertencia aos índios Ava Canoeiros. Era tido como terra dos índios. *E o pessoal foi penetrando ali, os índios tinha acabado, que os fazendeiros Correia de Miranda tinha matado quase todos numa briga entre os Correia de Miranda e os Ava Canoeiros* (SOBRINHO, 1990, p.2, grifo nosso).

Essas populações antecederam os camponeses da região de Trombas e Formoso em seu apego à terra e seu destino trágico. Enfrentaram, cada um a seu tempo, uma luta na qual se arriscava a própria vida na tentativa de manter o domínio sobre as “terras livres”. Na fronteira o outro é degradado para viabilizar a existência de quem domina (MARTINS, 1997, p.13).

O tempo histórico cíclico e repetitivo, comum a índios e camponeses autônomos, não foi no primeiro momento substituído pelo tempo linear e da mecanização da agricultura. Em Trombas e Formoso nesse a investida do capital para se reproduzir a partir de relações não-capitalistas de

produção, como a cobrança do arrendo, antecede as demais formas de acumulação de capital. Na fronteira o “novo” significava a combinação de tempos históricos em processos sociais que recriavam formas arcaicas de dominação mesmo em um cenário inserido na modernização e acumulação capitalista (MARTINS, 1997, p.15). Encontrando a resistência dos camponeses de Trombas e Formoso, a frente pioneira em um segundo momento, tentará a expropriação da terra e a conseqüente formação de uma nova frente de expansão (reproduzindo relações não-capitalistas de produção em uma outra fronteira) ou através da proletarianização do camponês (reproduzindo relações capitalistas de produção no sudeste em industrialização, por exemplo).

Entre os anos de 1950-1957 as expectativas criadas acerca do sertão como “terra sem padrão”, em Trombas e Formoso, teve papel fundamental para que o capital não conseguisse impor à temporalidade da “terra para trabalhar” a lógica da produção capitalista. Essa só ocorrerá entre 1958-1964 com a estabilidade da posse da terra e a reinserção político-institucional no governo Mauro Borges. Esse processo da questão agrária no Brasil é um desdobramento do verificado na acumulação primitiva do capital na Europa Ocidental⁷¹.

Entre 1950-1960 o processo de concentração de terras em Goiás se acentua e amplia-se a frente pioneira. O ocupante ou posseiro passa a ser indesejável após ter desbravado o sertão e a forma de apropriação da terra pelo posseiro entra em conflito com a forma adotada pelo capital (CARNEIRO, 1988, p.82-83).

Essa questão agrária no país tem como centro o capital depender acentuadamente da renda da terra para sua reprodução ampliada. Seu objetivo de reproduzir-se recriará mecanismos os mais variados de reprodução ampliada e acumulação primitiva. De modo que tenha uma taxa média de rentabilidade maior que a de outros ramos. Em outros casos o lucro e a renda só é possível com a expropriação do trabalhador e a superexploração da sua força de trabalho através do trabalho escravo e outros (MARTINS, 1997, p. 30). Esse capital pode gerar outra forma de exploração do trabalho que não seja formalmente contratual e livre (MARTINS, 1997, p.84). Essas condições nos possibilita compreender que o capital tira vantagens do atraso social ou econômico (MARTINS, 1997, p.112).

71 O processo de acumulação primitiva analisado por Marx em “O Capital”, em especial na Inglaterra, pode ser estendido às demais partes da Europa Ocidental. O fim da “servidão” na Inglaterra no século XIV, transformou os servos em pequenos proprietários independentes, camponeses que posteriormente, conforme avançava o capitalismo sobre seu modo de produção, acabariam infortunados pelas mazelas produzidas por este processo (MARX, 1989, p.47). Essa situação nos coloca diante daquele que seria um dos motivos da “acumulação primitiva do capital”, ou seja, a pequena propriedade camponesa era substituída pelo latifúndio que se concentrara nas mãos de uns poucos. Depois de originado o capital que seria investido na industrialização esse também viria a destruir o latifúndio. Com isso, aqueles que não foram expulsos definitivamente da terra foram levados a terras litorâneas que nada poderiam produzir e jogados numa condição de arrendatários. Deve-se destacar que no Brasil, principalmente, o que tivemos foi a aliança entre capital-terra e a reprodução do latifúndio, das relações de atraso no campo como forma de reprodução do capitalismo. O que significa que a temporalidade linear de racionalização e estabelecimento de relações de trabalho contratualmente livres não se impôs de modo homogêneo às diversas condições históricas.

Um outro tema que se arrasta durante toda a década de 1950, é o da possível e tão celebrada pela crônica jornalística de Goiás, transferência da Capital Federal para este estado. Todo esse processo se deu entre continuidades e descontinuidades, da derrubada da emenda do deputado Israel Pinheiro que previa sua transferência para o Triângulo Mineiro, a aprovação no Senado do projeto de lei que a instituía em Goiás, a constituição de uma comissão que faria os estudos definitivos para a transferência (O ANÁPOLIS, 07/05/50 n°982 p.1, 26/04/51 n°1092 p.1 e 19/08/51 p.1) e o discurso do deputado Benedito Vaz; “Até agora, a nossa civilização floresceu no litoral. O oeste está abandonado e despovoado” (DIÁRIO DO POVO apud O ANÁPOLIS, 14/08/1952 n°1223 p.1). A frase retoma a associação feita entre a transferência da capital e o desenvolvimento do sertão do Brasil. O que para o movimento de Trombas e Formoso tomará importância na medida em que as preocupações de se garantir a mudança da capital limitara as ações do governo estadual na repressão aos camponeses em revolta.

As condições sócio-políticas do Brasil na década de 1950 constitui um dos momentos de maior legitimação do Estado brasileiro e conseqüentemente da acumulação de capital no país, com uma relativa liberdade política e sindical, sufrágio universal e eleições diretas. O que garantia aos interesses da burguesia brasileira se rotularem com mais facilidade como os interesses gerais da nação (MANTEGA, 1991, p.63). Nesses tempos se responsabilizava o latifúndio pelo “atraso” do capitalismo brasileiro e não se compreendia seu atrelamento aos interesses do capital. Os “nacionalistas” defendiam a necessidade do capitalismo nacional lançar mão de recursos estrangeiros e os “comunistas” se opunham aos empréstimos internacionais o associando ao imperialismo. Em movimentos como os de Trombas e Formoso, estava na base dos conflitos sociais a luta pela autonomia camponesa, visando a preservação do meio e objeto de trabalho, o que expressava formas de resistência ao desenvolvimento capitalista e a sua lógica de concentração da terra ou sua subordinação ao capital (GUIMARÃES, 1988, p.162).

Foi no caminho para Trombas e Formoso, ou seja, na busca pela emancipação das condições de negação do humano que se forjaram os homens e mulheres dessa revolta camponesa. Quando falamos em caminho não o restringimos a estrada que liga um lugar a outro. Nos referimos a caminhada no sentido de estar em uma condição em que se é meeiro, parceiro, em geral subordinado a um proprietário de terras, e transita-se na expectativa de uma nova situação. Esse “caminho” quer ser expressão síntese para as histórias de aviltamento que antecederam a ida para Trombas e Formoso, na estrada gerou expectativas quanto ao futuro e continuou a orientar a luta pela posse da terra.

Os camponeses de Trombas e Formoso é um exemplo de aglutinação possibilitada pelas condições sociais que apresentavam-se como obstáculos para a realização dos seus interesses

fundamentais. A ausência de articulação para a luta pela posse da terra, que para alguns está sempre presente nas manifestações camponesas antes da chegada dos agentes de mediação, não implicaria na inexistência da sua condição de classe. Já que a consciência de classe não se constitui em homogeneidade, mas apresenta-se de modo contraditório. Desse modo, a ausência de articulação de interesses, não representaria a inexistência de classes sociais. Nos posicionando criticamente quanto as posições que só identificam a existência dessa a partir da manifestação de unicidade e homogeneidade de interesses.

2.5- O caminho de Trombas e Formoso e a modernização capitalista no norte de Goiás

Esse deslocamento provocado pela modernização capitalista levou essas frentes de expansão e frentes pioneiras a se deslocar na busca de terras onde pudessem impor suas temporalidades correspondentes. Essas levaram a grandes transformações na vida cotidiana das populações locais e migrantes. Elas podem ser verificadas através da obra *Vivências no Agreste* (1997) de José Fernandes Sobrinho, nesse, suas memórias remontam aos anos de 1940 onde “tudo era brando e seguia a vida sem os ponteiros do tempo” (SOBRINHO 1997, p. 12). O mundo era a igreja, o grupo escolar, a vista para a Serra Dourada, a resistência aos maus administradores, o cemitério, o bar do Zequinha Teles, a pensão da D. Avelina, a farmácia do tio Zeca e a venda do seu Camapum. Ao recuar à antiga “Santana do Machambombo” (Uruaçu) vê um tempo de solidariedade. Essa só teria sido abalada pelas mudanças que transformaram a antiga igreja no edifício da Telegoiás e o largo foi reduzido a praça, devido a construção da avenida Goiás e da rua coronel Aristides (SOBRINHO, 1997).

Na década de 1930, o prefeito Manoel Fernandes de Carvalho, mandou construir a rede rodoviária que ligaria Uruaçu a Corumbá de Goiás. Todavia será somente com a chegada da BR-153 que ocorrerá grandes mudanças em Uruaçu; “somente com a chegada da estrada foi que se reestruturou todo o conjunto de relações da cidade com os municípios vizinhos e centros comerciais mais distantes” (SOBRINHO, 1997, p.18). Essa também valorizaria as terras de Trombas e Formoso dando início ao processo de grilagem que levou à revolta camponesa que nos faz dar importância na historiografia a essas duas cidades interioranas de Goiás.

A estrutura agrária da região, segundo Sobrinho, era de pequenas propriedades e a vida econômica fundamentava-se nessa produção no campo e na exploração de minérios. A cidade era o centro de recreação e lazer dos habitantes da roça. Enquanto Anápolis e Goiânia eram os centros abastecedores da cidade e os compradores de arroz, feijão, suínos e milho. Uruaçu só foi integrada na economia regional devido a chegada da BR-153 (SOBRINHO, 1997, p.19). O que nos interessa na medida em que nos aproxima das condições sociais no norte goiano no período do conflito de

Trombas e Formoso.

Na década de 1940 com o alto preço do gado substituiu-se a agricultura pela pecuária que dispensou grande número de trabalhadores rurais que tiveram que procurar ocupação na cidade (SOBRINHO, 1997). Essa é uma constante em toda a história da questão agrária no Brasil, no caso, a instabilidade da condição de meeiro, parceiro, arrendatário, posseiro, camponês etc. Um processo que levou muitos a apostar nas promessas da “Marcha para o Oeste” e que constituiu os camponeses de Trombas e Formoso.

Nesse período uma das oligarquias regionais eram os Fernandes de Carvalho, que em Uruaçu eram os donos de “quase todos os meios de produção”. Todavia desde a implantação do Estado Novo, em 1937, essa vinha sendo solapada do poder que lhe assegurava os melhores postos administrativos (SOBRINHO, 1997). No entanto, mantiveram a propriedade dos meios de produção e comercialização na cidade até a década de 1950. Quando se deparam com um novo obstáculo, portanto, a expansão da fronteira sobreveio com seu impacto também sobre as oligarquias regionais. Segundo Sobrinho, a oligarquia da qual era parte, perdeu, então, definitivamente sua hegemonia para os que vieram de fora; nordestinos e mineiros. Uma “pequena burguesia”, que para ele, já existia na década de 1940. Tratando-se de pequenos produtores independentes que produziam por conta própria os bens de sua subsistência e derrotariam a oligarquia que se vê obrigada a vender suas terras e ir para a cidade (SOBRINHO, 1997). O destino da oligarquia derrotada foi o mesmo de muitos dos revoltosos de Trombas e Formoso após o golpe de 1964; a cidade. Sem dúvida, profundamente inóspita, para os segundos e não tanto com os primeiros.

É devido ao apego a esse passado idílico e oligárquico, que, José Fernandes Sobrinho se ocupa em descrever os presépios da infância, a alimentação das almas, a quaresma, o carnaval (o entrudo), a parentela, a festa do divino, o circo que chega na cidade se apresentando como do Paraguai e anunciando como grande estrela “Dolores Del Rio” que na verdade era Maria Ferrão Preto do “bordel da Neném Gorda” de Anápolis. O casamento no campo como responsável pela criação de padrões de sociabilidade enquanto a cidade é considerada nas suas memórias como a responsável pela prostituição organizada (SOBRINHO, 1997).

Como mudaram certos aspectos da vida em tão poucos anos? Tudo, hoje em dia, está impregnado de artificialismo, de consumismo, maquinizado em séries de plástico...Tudo tão triste! Tudo sem afetividade! Parece que o amor desapareceu ou os seres humanos perderam a capacidade de amar (SOBRINHO, 1997, p. 81).

O aspecto fundamental para a desestruturação desses grupos parentais e a divisão dos seus latifúndios, para Sobrinho, teria sido a pernicioso penetração das correntes migratórias que alijou a oligarquia fundadora de Uruaçu do poder. Esses depoimentos, oriundos da memória de Sobrinho,

atestam as transformações sentidas no norte de Goiás com a modernização capitalista. Porém, esse autor não remete qualquer crítica às implicações dessa modernização para a vida camponesa. Situação em que num primeiro momento a frente de expansão criou as condições apropriadas para a ocupação do oeste brasileiro através dos imigrantes, permitindo a esses se tornar “camponeses-possesores”, mas depois levou a cobrança do arrendo, expropriação do campesinato, recriação do latifúndio que existia antes do estabelecimento dos camponeses em suas posses e o início de um novo processo de expansão da fronteira.

Enquanto para Sobrinho o problema fundamental foi a mudança nos limites anteriormente definidores da posse, com a desestruturação do estatuto de hereditariedade, inclusive por essa ser a forma garantidora do latifúndio da família Fernandes de Carvalho (SOBRINHO, 1997, p. 69-70). Na perspectiva de Sobrinho os agentes externos que chegam são sempre os responsáveis pela desagregação de um passado idílico. Entre esses está a Igreja Católica que na sua tentativa de racionalização das festas religiosas e o controle institucional dessas não são bem recebidos pelo povo de Uruaçu; “o povo defende a tradição contra a própria igreja e seus representantes”. O conflito foi criado pelo bispo católico romano que ao chegar na pequena cidade pretendeu separar as festas, no seu caráter religioso, do profano. Há um aspecto cultural que coloca em destaque, o que se refere à reelaboração pela qual a doutrina católica passava, adaptada pela população ao seu modo.

Essas mudanças no norte e a frente de expansão da qual os camponeses de Trombas e Formoso eram parte, também teve sua representação literária através de José Godoy Garcia, para quem a experiência da “Luta do Arrendo” fez migrar para o norte as personagens Nego Carreiro e Prêto Soares.

Nego Carreiro pensa que o seu destino será a distante terra do norte, terra sem dono, chão rico e sem a praga do donos. Ainda aquele mês seguiria, estava na luta para ajudar os seus companheiros. Já acertava tudo com a patroa Juvenília... Nego Carreiro seguiu para o norte. João Luzia regressou à cidade e Preto Soares preparava-se para também partir. A última e derradeira habilidade de ambos foi ter feito tudo voar aos dias correntes... Sabia [Preto Soares] que Nego estava fugindo do fogo. E fugindo, mais caminhava para o fogo, estava caindo nele. Caboclo bom. Conhecia que, no norte, pra onde Nêgo seguia, pro Formoso, Coqueiro do Galho, Trombas, estavam gestando os dias de lutas sangrentas. Sabia que a chama revolucionária começava. E era na região do Formoso e Trombas que mais ela ia se propagar. Assim havia de ser e tudo indicava que assim seria. Caboclo destemido, Nêgo onde chegasse encontrara a luta. Feito para não se dobrar. Feito para a honradez e para não se dobrar. “Tem gente assim”, pensava Soares (GARCIA, 1966, p.159, 161. 166).

Essas duas personagens de José Godoy Garcia, Prêto Soares e Nego Carreiro, rememoram o pecebista João Soares e o camponês que leva o mesmo nome da personagem; Nego Carreiro. Esses

que foram tão importantes na revolta camponesa de Trombas e Formoso. Há um diálogo em *O Caminho de Trombas* ilustrativo das esperanças camponesas quanto a posse da terra:

- “Vou pro Norte, seu Prêto, aqui não fico não. No norte não tem patrão. Lázaro Flor me contou” -- “No Norte não tem patrão, é bem verdade – Respondeu Prêto Soares quando Carreiro lhe contou seu propósito de seguir viagem. -- Mas no Norte tem muito espinho e traição” -- “Urubu é preto pra todo lado, eu sei! -- Falou Nêgo. Tenho que ir. Quem sabe vou viver bem com a família nas terras do Norte? Quem sabe pode ser que a gente arranja um bom trato de terra? Lázaro Flor me contou disparate de bondade das terras de lá . Lázaro Flor me encheu de muita coragem e de muita esperança. Vou caminhando.”-- “Um dia nois dois encontraremos, Nêgo!” -- “O prazer é meu” (GARCIA, 1966, p.166-167).

Já Preto Soares aprendera que o povo não aprende com as palavras, mas com a vida prática, o dia-a-dia, o nascimento e mortes nos canaviais ou estradas (GARCIA, 1966, p.168).

Nego Carreiro segue sua jornada. Deixa as terras do sul, caminha para o Norte. Não quer mais viver em terra de orgulho, onde as unhas dos donos poderosos lhe enervam o tranqüilo viver... Nunca parou. Quando as unhas danosas dos fazendeiros começavam a ferir sua carne, Nêgo caminhava. Agora ia ter nova vida. Ia pro Norte. Seu amigo Lázaro Flor lhe contara ; no norte as terras estavam abandonadas, terras boas. Agora sua lida seria futura. Os sonhos fizeram ninho no coração e mente de sua patroa Juvenília... O cálculo foi feito: no prazo de três meses chegariam. Para trás ficavam as terras do sul. Terras velhas, cujos donos afiavam as unhas amestradas na carne dos homens! Nego não seria mais ferido por elas, pensava (GARCIA, 1966, p.173-174).

O autor, José Godoy Garcia, descreve a caminhada de Carreiro passando pelo Ribeirão São Patrício, Itapaci, Pilar, Cobeira e Uruaçu (GARCIA, 1966, p. 173-174).

Alguns dias depois Prêto Soares e sua mulher tomaram condução e partiram. Chegaram a Anápolis. Desta cidade pegaram um caminhão e rumaram para o Norte, via Ceres e Uruaçu. Prêto demandava as terras de Formoso e Trombas, onde o esperavam. Ele falou à sua mulher das lutas daquela região. A estrada sumia sem fim nas chapadas goianas. Ele mostrava, o vento dobrando as abas de seu chapéu, a grande estrada. Ela olhava. Prêto Soares ria (GARCIA, 1966, p.207).

Na realidade em *Vivências no Agreste* (1997) e *O Caminho de Trombas* (1966) temos no primeiro a representação literária do impacto da modernização capitalista no norte de Goiás e no segundo o desdobrando desse processo na vida cotidiana camponesa no sul do estado e na geração de expectativas quanto ao norte. Entretanto sua utilização nesse trabalho como fonte só faz sentido se considerarmos o intelectual como produtor. O que significa que esses retratos parciais acerca do mundo em transformação ou da vida cotidiana camponesa devem ser considerados oriundos de autores situados social, política e culturalmente. O autor de *Vivências no Agreste* foi durante toda a vida um membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e só se tornou dissidente deste no final da década de 1980 para ingressar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Esse quando fala da sua

trajetória pessoal imediatamente nos situa no contexto de destituição da sua família como a oligarquia dominante no norte de Goiás. Enquanto José Godoy Garcia, de atuação destacada no movimento estudantil nos tempos da Faculdade de Direito da rua 20 em Goiânia e que fora membro do Partido Comunista Brasileiro, retoma nos seus personagens a trajetória de sujeitos diretamente vinculados aos acontecimentos de Trombas e Formoso.

Essas obras, sobretudo *O Caminho de Trombas*, é predominantemente uma representação ficcional. Entretanto o autor como um produtor está sujeito a historicidade imanente a ficção. O que nos leva a reconhecer os acontecimentos de Trombas e Formoso impactando o romance de José Godoy Garcia não por sua auto-evidência mas pelo que lhe é implícito. Esses textos não são aqui utilizados devido a riqueza literária em si dessas memórias ou desse romance. Mas devido a importância que esses autores tiveram para a história do Partido Comunista Brasileiro em Goiás e pela visão de mundo que expressam. O que não significa a adoção a-crítica como fonte dessa produção, mas a escolha de trechos que nessas obras melhor nos situa quanto ao que foram aqueles anos em Goiás.

Estudando conflitos no campo, Regina Novaes sintetiza para nós os avanços desta perspectiva já que “enfazando-se a noção de processo, descarta-se, por um lado, uma visão cristalizada das classes e estratológica da ‘consciência de classe’ e, por outro, evita-se o olhar linear que não apreende as descontinuidades e as continuidades históricas entre lutas sociais” (NOVAES, 1997, p.7).

Foi o caminho histórico de desenraizamento vivido pelo campesinato no Brasil, sintetizado na produção capitalista de relações não capitalistas de produção, fundamental na conformação de uma experiência camponesa de resistência presentes em Canudos, Contestado, Santa Dica, a “Luta do Arrendo” e Trombas e Formoso. Será nas reflexões de Thompson que buscaremos adensar nossa reflexão sobre essa “experiência”, apesar das suas limitações.

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de adotar a (difícil) concepção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isso se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p.16).

Foi nesse caminho para Trombas e Formoso que o campesinato se constituiu como classe e formou sua consciência. Numa imbricação entre ser e consciência já apresentada por Marx e que também recebeu as contribuições de Thompson:

As formações de classe (argumentei) surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade: a classe operária se fez a si mesma tanto quanto foi feita'. Não podemos colocar 'classe' aqui e 'consciência de classe' ali, como duas entidades separadas uma vindo depois da outra, já que ambas devem ser consideradas conjuntamente – a experiência da determinação e o 'tratamento' desta de maneiras conscientes. Nem podemos deduzir a classe de uma 'seção' estática (já que é um vir-a-ser no tempo), nem como uma função de um modo de produção, já que as formações de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolvem num processo inacabado de relação – de luta com outras classes- no tempo (THOMPSON, 1981, p.121)

Nessa perspectiva a classe não antecede, mas surge da luta em uma história constituída de sujeitos. Entre esses estão os camponeses diante do processo de modernização capitalista em Goiás. Entretanto há críticas a essa concepção de “experiência” de Thompson. Esse autor ignoraria a diferença de “classe em si” e “classe para si”, apresentada por Marx. Segundo Elen Meikens Wood esses críticos se baseiam em uma concepção que opõe “estruturas” e “processos” ou pensam em estruturas submetidas a processos, enquanto Thompson trata de “processos estruturados”⁷².

Seu projeto histórico pressupõe que relações de produção distribuam as pessoas em situações de classe, que essas situações geram antagonismos essenciais e conflitos de interesses, e que elas criam assim condições de luta. As formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem a partir do processo de luta, à medida que as pessoas “vivem” e “trabalham” suas situações de classe (WOOD, 1995, p.75-76).

Na realidade essa concepção de classe como “processo estruturado” surge da crítica marxista ao determinismo das forças produtivas e a ausência do sujeito em obras como as de Althusser.

[Onde] a estrutura das relações de produção determina lugares e funções que são ocupados e assumidos por agentes da produção, que nunca são mais do que ocupantes desses lugares, na medida em que são “portadores” (Trager) dessas funções. Os verdadeiros “sujeitos” (no sentido de sujeitos constituintes do processo) não são, pois, esses ocupantes nem esses funcionários; não são, pois, contrariamente a todas as aparências, as “evidências”, do “dado” da antropologia ingênua, os “indivíduos concretos”, os “homens reais” - mas a definição e distribuição desses lugares e dessas funções. Os verdadeiros “sujeitos” são, pois, esses definidores e esses distribuidores: as relações de produção (e as relações sociais, políticas e ideológicas). Mas, como se trata de “relações”, não poderíamos

72 “A noção de classe como “processo estruturado”, por sua vez, reconhece que, apesar de a base estrutural da formação de classe ser encontrada nas relações antagônicas de produção, as formas particulares em que realmente operam as pressões estruturais exercidas por essas relações na formação de classes é ainda uma questão aberta a ser resolvida empiricamente pela análise histórica e sociológica” (WOOD, 1995, p.91).

pensá-las sob a categoria de sujeito (THOMPSON, 1981, p.164).

Essas considerações podem historicizar as análises sobre as revoltas camponesas e emitir considerações a partir das especificidades que lhes são características. Desse modo, essas não serão pejorativamente definidas como pré-políticas a partir de parâmetros que se referenciam nas ações de outras classes sociais ou em uma concepção escatológica da consciência de classe. Entretanto pode-se incorrer em um empiricismo, no qual, ignora-se as condições sociais que antecedem a constituição de acontecimentos como a revolta camponesa de Trombas e Formoso. Essa posição empiricista, a partir de uma operação de recorte temporal, pode ignorar os lugares distintos em que se estruturaram o partido político e os camponeses até que finalmente se encontrassem no território da revolta. Esse procedimento poderia nos levar, por exemplo, a amalgamar o Partido Comunista Brasileiro e os camponeses. Assim, ignoraríamos a importância do projeto de “revolução brasileira” na definição da atuação política dos pecebistas em Trombas e Formoso ou o “anticomunismo” camponês, por exemplo. O que nos levaria a esvaziar essa categoria da “experiência” e reduzir o caminho de Trombas e Formoso a estrada que liga a CANG ao território em luta. Enquanto na realidade o caminho desses sujeitos históricos, agente de mediação e camponeses, antecedem nossos recortes históricos e se encontram na revolta em condições distintas para a partir dali continuar a caminhada.

3- A chegada em Trombas e Formoso: a sociabilidade camponesa, a cobrança do arrendo e a resistência espontânea

3.1- A sociabilidade camponesa

Na chegada dos camponeses às terras de Trombas e Formoso formou-se um grupo que partilha de uma mesma experiência de expropriação. Formou-se uma cultura de expropriados decididos a resistir a cobrança do arrendo⁷³. Essa resulta do processo de expansão de relações sociais não capitalista que já cria o campesinato como um despossuído e numa condição de instabilidade quanto a posse da terra. Entretanto a reação a esse processo leva a lutas sociais que muitas vezes tem seu caráter antagônico a expansão capitalista incompreendido⁷⁴.

73 Na realidade a cultura é uma arena de elementos conflitivos que só assume a forma de “sistema” sob uma ação imperiosa seja do nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa etc (THOMPSON, 1998, p.17). Ela tem que ser situada no local material que lhe corresponde para que não esconda as fissuras, conflitos com a universalização da cultura (THOMPSON, 1998, p.17). “No estudo desses casos, espero que a cultura plebéia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes, valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência” (THOMPSON, 1998, p. 17).

74 A cultura plebéia se apropria de “costumes tradicionais” mas, isso não pode ser facilmente rotulado de conservador já que são manifestações que vão libertando o trabalho do controle senhorial e leva a uma cultura costumeira que

Nas lutas camponesas, em especial em Trombas e Formoso, podemos observar as mudanças processadas no caminho que leva de uma condição a outra e a conseqüente formação de uma consciência de classe específica.

Nesses confrontos, é possível perceber o delineamento das subseqüentes formações de classe, bem como da consciência de classe; e os fragmentos residuais das antigas estruturas são revividos e reintegrados no âmbito dessa consciência de classe emergente (THOMPSON, 1998, p.21).

Entre os exemplos, que reafirmam essa historicidade pela qual passa a sociabilidade, e as transformações resultantes da expansão do capitalismo temos: em muitos momentos da revolução industrial os conflitos se referiam aos “costumes” que os trabalhadores negavam-se a aceitar que fossem mudados, no século XIX esses já eram combatidos devido a alegria e distúrbios que provocavam nas manifestações populares⁷⁵. Levando a dissociação entre as culturas plebéias e patricias (THOMPSON, 1998, p.16).

Entre os costumes tradicionais do campesinato de Trombas e Formoso estavam o mutirão e a traição, mas esses com a luta social pela posse da terra ganharam nova significação. Esses aspectos da sociabilidade camponesa e organizadores da vida social passou a aglomerar a potencialidade camponesa para resistir a cobrança do arrendo ou a expropriação da posse da terra. O mutirão foi tratado como uma fase menos eficiente da luta geradora já que os mutirões aparecem como um simples ponto de encontro gerado pela precariedade da agricultura camponesa (MAIA, 2008).

Enquanto na realidade a distribuição das posses era feita conforme as relações estabelecidas entre os próprios posseiros e o mutirão era a manifestação dessa consciência de pertencimento (MAIA 2008). O mutirão não é só uma condição econômica de sobrevivência camponesa mas também a expressão de uma consciência de unidade e pertencimento a um grupo maior (MAIA, 2008). “As atividades de ajuda mútua representam, também, espaço de constituição de uma consciência de pertencimento a um determinado grupo, que vive condições parecidas de trabalho e exploração” (MAIA, 2008, p.83).

Em Trombas, as famílias agrupadas territorialmente formaram os espaços nos quais os posseiros articularam sua ação de negar-se a pagar o arrendo. Os diversos grupos de vizinhanças que articulavam os mutirões, os quais conferiam unidade a sua solidariedade, reagiram às pressões dos fazendeiros, num primeiro momento, buscando garantias do governo da condição de devoluto dos terrenos. Depois, como estas garantias não produziram os efeitos desejados e os fazendeiros, já com

não se subordina ao domínio ideológico dos governantes etc. (THOMPSON, 1981, p.18-19). O paradoxo desse século é que a cultura tradicional é rebelde e a cultura conservadora da plebe resiste em nome dos “costumes”. Pois, sendo inovação do processo capitalista é experimentado como exploração e expropriação de direitos de uso costumeiro e destruição violenta de padrões de trabalho e lazer (THOMPSON, 1981, p.19).

75 O “costume” não exigia a permanência (“tradição”) era um campo para a mudança e a disputa. Daí, deve-se tomar cuidado com a generalização “cultura popular”, pois, cultura é um conjunto de recursos diferenciados em que há sempre uma troca entre o oral e o escrito, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole etc (THOMPSON, 1981, p.16).

a presença de outros interessados nas terras, iniciaram o processo de expropriação, foram articuladas pelos camponeses ações mais contundentes de resistência com o uso de armas. Diante disso, só é possível falar em ação autárquica dos camponeses a partir dos grupos de vizinhança, agrupados sobre uma base territorial e articulados por um sentimento de localidade constituído pelas experiências comuns de exploração e pelas ações de solidariedade, baseadas no auxílio mútuo, como o *mutirão* (MAIA, 2008, p.104)

Na historiografia de Cláudio Lopes Maia esclarece-se que os grupos de vizinhança dos camponeses eram formados por núcleos familiares extensos e que essa não era uma característica restrita a esses posseiros (MAIA, 2008, p.104). “As relações de vizinhança, porém, constituem, entre a família e o povoado, uma estrutura intermediária que define o universo imediato da vida caipira, e em função da qual se configuram as suas relações sociais básicas” (CANDIDO, 1971, p.58). Nessas condições a traição é um tipo de solidariedade camponesa e nessa não havia o convite, como no *mutirão*, sendo caracterizada pela espontaneidade da ação (MAIA, 2008). Diante dessas circunstâncias o modo com que se apropriavam das posses já lançavam as bases para uma sociabilidade distinta do isolamento, independência e alheamento a modernização capitalista.

Nesse contexto temos a consolidação de temporalidades distintas e conflitivas entre camponeses, partido político e fazendeiros. Essas são temporalidades históricas coexistentes que contrariam as tendências nas quais a ação das classes sociais são consideradas como compulsoriamente orientadas em direção à racionalização da vida social e relações contratuais. Nos primeiros anos dessa luta camponesa predominara a concepção da conquista da “terra para trabalhar”, ou seja, o que importava era seu valor de uso e a potencialidade do que poderia oferecer. Essa não era uma temporalidade caracterizada pela maquinização da agricultura e racionalização do processo produtivo. Entendia-se a produção como necessária a subsistência que fosse suficiente para o sustento da família e livrar-se do arrendo.

O acesso à terra, por sua vez, era visto como condição indispensável à realização de um tipo de existência que incluía, como principais aspectos: fim da extorsão econômica dos donos da terra e patrões, conseqüente melhoria do nível de vida, venda e compra de maior número de produtos no mercado, autonomia no processo de trabalho, independência de decisões e reconhecimento social como pessoa... (AMADO, s/d, p.22).

Entretanto uma outra condição diferencial, demarcadora de diferenças entre os agentes envolvidos, era a existência da condição de camponês e pecebista sintetizadas em alguns deles. Esses compreendiam o acesso a terra como parte de um processo de superação dos “restos feudais” que atrasavam o desenvolvimento da economia brasileira. Contrapunham-se a “terra para cercar” e tinham como bandeira a “terra para quem nela trabalha”. Nessa perspectiva a superação do latifúndio objetivava o desenvolvimento das forças produtivas como etapa inexorável para o

socialismo. Finalmente, a posse da terra aqui acrescentava ao projeto do campesinato o desenvolvimento do capitalismo como resultado dessa.

O projeto de reforma agrária era para esses uma entre outras necessárias para o estabelecimento da temporalidade apropriada ao desenvolvimento capitalista. Enquanto os agentes da frente pioneira pretendiam “terra para cercar” com o fim de aferir dessa a renda da terra ou formar um mercado da mesma. Esses divergiam dos agentes da frente de expansão por predominar na sua concepção o valor de troca da propriedade da terra. Sua consciência não era elaborada a partir das experiências de submissão às relações não capitalistas de produção como as de meeiros, parceiros, camaradas etc. Suas representações cotidianas quanto a terra eram apropriadas à temporalidade de instauração do capitalismo e não a manutenção das relações camponesas de produção.

Tanto camponeses, partido, grileiros e demais agentes sociais envolvidos na revolta camponesa de Trombas e Formoso precisam ser considerados nas suas especificidades. Haviam nessas distintas temporalidades, ambigüidade e intersecções, inclusive, devido a sua condição histórica esses diferentes agentes da frente de expansão e da frente pioneira em momentos distintos assumiram temporalidades comuns. Durante a revolta tivemos conflitos que resultavam dessa complexidade onde essas temporalidades não são completamente distintas. Há diversidade na unidade e tempos históricos distintos coexistindo na contradição dos processos sociais (MARTINS, 1997, p.161-162). Uma análise mais apropriada dos acontecimentos de Trombas e Formoso requer a negação de categorias a-históricas em que os envolvidos tornam-se arquétipos. Há ali conflitos por distintos projetos históricos e concepções do uso da terra que não permaneceram durante todo o tempo antagônicos.

Esse aspecto é bastante significativo se desejamos considerar as especificidades desta luta camponesa. A sociabilidade dos que nessa estiveram envolvidos não equipara-se às que tem no camponês o sujeito amesquinhado e isolado. Desde o caminho, quando partia-se de uma condição a ser negada para a terra a conquistar, a consciência de classe em formação remetia à solidariedade que foi vista no movimento.

Então a vida foi assim um bocado atribulada e por outro lado quando o povo tomou consciência da história e da união, da associação e de tudo era difícil, muito difícil, mas era gratificante. Por exemplo, a gente não tinha nada, mas o que tinha a gente repartia, podia ser um mamão, podia ser um cacho de banana, podia ser uma coada de café e a amizade, a fraternidade, o amor que a gente tinha um pelos outros (MACHADO, 2006).

Enquanto os grileiros empenhados na necessidade de “terra para cercar” esperavam que os novos imigrantes preparassem a terra para o plantio e colheita para depois surpreende-los com a

cobrança do arrendo (CARNEIRO, 1988). Foi esse período para historiadores e literatos caracterizado pela busca do amparo estatal e a manutenção da posse dentro da “legalidade”. No entanto, a restrição desse período à concepção burguesa de propriedade da terra ignora a distinção feita pelo camponês quanto ao significado dessa posse. Na realidade a historiografia de Cláudio Lopes Maia já superou essa concepção restritiva que iguala a posse da terra camponesa a propriedade capitalista da terra. Essa ênfase do caráter economicista e pré-político das manifestações camponesas atribui a chegada do Partido Comunista Brasileiro a organização da revolta. O que não se aplica a Trombas e Formoso. Foi a experiência pregressa dos camponeses fundamental na elaboração de uma sociabilidade camponesa que posteriormente tornou-se a base sobre a qual se edificou a Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos incentivados pelo partido.

Trata-se de uma sociabilidade caracterizada pelo “bairro”, ou seja, como a designação típica do estado de São Paulo analisada por Antônio Cândido em “Os Parceiros do Rio Bonito”;

Este é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem esta de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. O viajante, de antigamente e de agora, é por isso levado muitas vezes a uma idéia exacerbada da segregação em que vive o caipira, quando, na verdade, era raro, e foi-se tornando excepcional, o morador não integrado em agrupamento de vizinhança (CANDIDO, 1971,p.62).

Entre as muitas condições encontradas em Trombas e Formoso pelo Partido Comunista Brasileiro estava essa sociabilidade camponesa como determinante fundamental das formas de lutas adotada pelo movimento. Inclusive, perguntada sobre a reação da igreja e do Estado quanto aos Conselhos de Córrego, Dirce Machado afirma:

Isso era uma peculiaridade bem característica lá da roça. Então eles não tinham como... podiam ver com maus olhos mas não..., inclusive lá na região não tinha igreja, tinha um ranhão de palhas verdes pra realizar festa anual de algum padroeiro, casamentos essas coisas, batizado, mas, a igreja era de Uruaçu, é claro que eles tinham medo de ir lá. Porque era o bicho papão, né? Mas eles ia, tinha o padre que ia lá, eles fala desobriga, saia na região fazendo batizado, nessas épocas reunia o povo tudo, associação, partido, ia participava tudo normalmente. Lá o governo não ia, lá era briga mesmo. O negócio não era ... Aí depois é que começou a ir, foi o Mário Neto, como representante, tinha... eu me esqueço o nome do deputado nosso que ia lá. E começou, né? (MACHADO, 2006, p.4).

Era dentro dessas condições que se construía a resistência em Trombas e Formoso e isso enfatizava a importância da origem social dos quadros presentes na revolta para que encontrassem as condições apropriadas para introdução de elementos específicos do partido no movimento

camponês. Havia uma sociabilidade especificamente camponesa vivida cotidianamente que criou as condições necessárias para a resistência espontânea;

O pessoal lutava por uma vida melhor, não era? E hoje não tem isso... O pessoal lutava mas por uma coisa melhor, não era?...Naquele tempo era bom demais, sabe por que? Porque a gente era muito novo naquela época e todo final de semana tinha uma festa ... As pessoas ia em festa, as pessoas dançavam, as pessoas farreava, as pessoas fazia mutirão... brincava, não tinha esse negócio de malícia ... Era uma tranquilidade boa demais, era uma fartura. A gente morava na roça sê tinha de tudo. Lá em casa mesmo na roça onde morava, tinha banana... sabe o que nós comprava? Nós comprava o açúcar para fazer o chá pro neném... E tudo que a gente fazia parece que rendia... hoje, não tem isso meu filho (CARMINA, 2009).

Os camponeses resistem a apropriação da terra na forma capitalista (“terra de negócio”) e a proletarização apegando-se a defesa da propriedade familiar, comunitária e as relações de ajuda mútua. O sentido a essas manifestações é dado pela representação que eles tem da terra e a relação que com ela estabelecem (SILVA, 2003, p.48). A ação do posseiro é de quem está no “tempo da agricultura de excedentes” vinculada indiretamente ao mercado e a propriedade assentada no trabalho. Os comerciantes e fazendeiros no “tempo do poder pessoal”, ordem patrimonial. Os agentes públicos e agentes da produção capitalista representam o “tempo do capital” da produção voltada para o lucro e aferição da renda territorial (MAIA, 2008).

A partir das elaborações de Martins (1997), chega-se a uma abordagem sobre a questão da expansão capitalista não como uma sobreposição de tempos históricos, em que o destino da fronteira caminharia, numa linearidade de uma ocupação ligada a interesses indiretos do capital, para uma ocupação eminentemente capitalista. A expansão capitalista na abordagem de Martins (1997), seria marcada pelo conflito e pela disputa entre temporalidades históricas diferenciadas, que teriam seu destino definido no próprio processo da disputa (MAIA, 2008, p.15).

Quando os camponeses de Trombas falam em terra ela está sempre associada a um valor e nunca restritamente à condição econômica. Não era o “cálculo capitalista” que dirigia a migração para Trombas (MAIA, 2008).

A lavoura camponesa caracteriza-se por uma produção voltada para a subsistência, assentada, principalmente, no trabalho familiar e em formas de solidariedade compartilhadas pelos membros da comunidade, as quais garantem braços para a lavoura em momentos específicos do processo produtivo, em que o número de membros limitados da família se torna um problema para a condução das tarefas. As condições particulares do trabalho e da organização do processo produtivo sobre a terra colocam como questão fundamental para o grupo o deslocamento constante da lavoura, o que exige uma condição de propriedade sobre o solo, a qual só é passível de ser satisfeita em determinados espaços (MAIA 2008, p.66).

Nas considerações acerca da sociabilidade camponesa deve-se ter em vista a condição histórica a que está submetida. Durante a guerra civil na Rússia, explica Gramsci, ocorreu a transformação da consciência de classe do campesinato. Foi nas trincheiras que entraram em

contato as mais diversas massas de homens e essa mudança dos camponeses foi fundamental para a efetivação da revolução russa. O que a industrialização não conseguiu despertar nos camponeses foi despertado pelos momentos dramáticos da guerra.

Os instintos individuais egoístas foram atenuados, modelou-se um espírito unitário comum, os sentimentos se identificaram, formou-se um hábito de disciplina social: os camponeses conceberam o Estado em sua complexa grandiosidade, em sua desmensurada potência, em sua complicada construção. Conceberam o mundo não mais como uma coisa indefinidamente grande como o universo ou mesquinamente pequena como o campanário da aldeia, mas sim em sua concreticidade de Estados e povos, de forças e fraquezas sociais, de exércitos e máquinas, de riquezas e pobreza. Estabeleceram-se vínculos de solidariedade que, de outro modo, somente dezenas e dezenas de anos de experiência histórica e de lutas intermitentes teriam suscitado; em quatro anos, na lama e no sangue das trincheiras, surgiu um mundo espiritual ávido de afirmação em formas e instintos sociais permanentes e dinâmicos.(GRAMSCI, 1987, p.71)

Foram as ameaças de expropriação e violências cometidas por jagunços e policiais na cobrança do arrendo fundamentais para o despertar da revolta camponesa de Trombas e Formoso.

Em muitos casos, acreditando ter encontrado o lugar onde dariam continuidade a sua existência eram surpreendidos pela ação dos grileiros. Tratava-se de terras devolutas que constituíam parte do patrimônio do estado. Desde o início do século XX vinha recebendo seus primeiros habitantes. A condição devoluta dessas terras levava os camponeses a acreditar que ali garantiriam sua sobrevivência e criariam seus filhos. O direito às “terras livres” não se limitava a reivindicação do camponês em Trombas e Formoso ao estabelecimento de valores circunscritos a democracia formal, como equivocadamente afirma Janaína Amado (AMADO s/d p. 9-10).

O projeto do campesinato para Janaína Amado é “ser uma pessoa”, o que se relaciona a aspectos fundamentais da vida social, sintetizado na luta por cidadania ou a conquista de direitos outorgados pelo Estado, segundo essa autora. A partir de uma concepção de neutralidade do Estado que zelaria pelo bem comum de todos, Amado circunscreve a ação do campesinato a conquista da cidadania:

O Estado é dotado de instrumentos para exercer suas funções de zelar pelo bem comum. A cidadania – o conjunto de direitos e deveres conferidos pelo fato de ser brasileiro – faz parte da vida do país, como teoria e como prática. A sociedade brasileira possui, entretanto, um conjunto de valores e modos de agir que, a cada momento, negam a igualdade de todos perante o Estado e as leis. Uma rede informal de relações pessoais, que inclui laços de parentesco, compadrio e amizade, influência política, patronagem, troca de favores, suborno, etc, permite contornar a lei (AMADO s/d p.33).

Enquanto na realidade a apropriação camponesa das terras livres não se limitava a conquista da cidadania. Era sucedida pelo sentimento de que se tornara possível se livrar da cobrança do

arrendo e da condição de expropriado. Sua primeira colheita seria produto do mesmo trabalho aplicado nas terras de outros proprietários, mas agora ganhara novo significado. Trabalharia-se de sol a sol, como antes, mas agora com expectativas alargadas devido a autonomia possibilitada pela estabilidade da posse da terra antes da chegada dos grileiros. Nessa nova condição controlavam o tempo necessário ao seu trabalho.

3.2- A cobrança do arrendo

Nos primeiros anos da década de 1950, a utopia camponesa se via ameaçada, ocorreram as primeiras tentativas de cobrança do arrendo. Sujeitar-se ao seu pagamento seria retornar à antiga condição que pretendiam abandonar com a posse das “terras livres”. Haveria de imediato uma restrição de horizontes utópicos e possibilidades concretas do camponês que objetiva a posse da terra como “terra para trabalhar” como aquele que deseja “terra para cercar”. Em 1950, segundo Paulo Ribeiro da Cunha, temos as primeiras tentativas de grilagem (CUNHA, 1997, p.84). Esse contexto contrapõe o camponês que alega ter direito às “terras livres” devido a ter se dirigido para lá seguindo os anúncios da existência dessas no jornal, ter ouvido a propaganda no rádio ou o discurso do presidente e o grileiro que se apresenta como dono das terras.

Essa coação empreendida pelos grileiros levaram alguns a desistir da posse da terra na região. Esse é o caso de Carmina que viu seu pai ir embora e ficou na região com a família do seu sogro (CARMINA, 2009). Enquanto outros permaneciam em meio a ação dos grileiros “neutros” como o pai de Maria Barbosa (BARBOSA, 2009) ou chegaram na região após os conflitos mais violentos e ainda hoje permanecem na terra (NENZICO, 2009). Sem dúvida, como veremos a seguir, houve outros que se juntaram aos grileiros e procuraram retirar da situação alguma vantagem. Foi a luta primeiro contra pagar o arrendo e concomitantemente procurava-se garantir a posse da terra (CARNEIRO, 1988, p.112).

Foi a valorização daquelas terras com a consolidação no governo JK da construção da BR-14 vinculando a região ao mercado e possibilitando a aferição de uma renda territorial que levou a cobrança do arrendo (MAIA, 2008). Foram advogados, agentes públicos e fazendeiros vinculados à pecuária que produziram títulos e começaram a expulsar os posseiros, em 1953 (MAIA, 2008). Na obra literária de Bernardo Élis, *A Terra e as Carabinas*, destaca-se a questão agrária em Goiás. O autor reúne duas características que implicam na abordagem desse tema: o regionalismo e o realismo. Essa primeira faz com que fale do estado onde nasceu e se criou e a segunda faz dele um autor engajado. Nesse ele refere-se às lutas sociais pela diminuição do preço do arrendo e pelo fim das relações de peonagem no campo⁷⁶.

76 Nessa obra Jeromão é o patrão de Totinha que trabalha sob o regime de camaradagem. O que representa a produção

Foi a existência dessas relações sociais que possibilitou a representação literária do camponês Totinha, personagem principal dessa obra. Caracterizado por Élis como um camarada que morava com a sua família no paiol, tinha muitos filhos e começava a trabalhar a uma da manhã e terminava o trabalho ao meio dia. Esse tinha da sua mulher a insistência para que fossem embora daquela fazenda. Foi na cidade que se tornaram facilmente amigos daqueles que se aproximavam, na expectativa de que esses lhes ajudassem, e mantendo-se ao mesmo tempo desconfiado. Enquanto Antonino, personagem principal de Carmo Bernardes, era um fugitivo de Anápolis onde havia morado antes de chegar àquela cidade. Destaca-se ele não ter aceitado pagar arrendo ao suposto proprietário das terras que diante da resistência do camponês contou com a intervenção de um “inspetor de quartirão” (delegado) que levou a conflitos e Antonino a cometer um assassinato (BERNARDES, 1984, p. 28, 33-34). Essa personagem é uma metáfora dos revoltosos de Trombas e Formoso que primeiro resiste ao pagamento do arrendo e depois deflagra o conflito armado. O destino final de Antonino na obra foi a cidade devido ao seu envolvimento com os conflitos e a repressão do golpe militar de 1964, assim como o de muitos posseiros de Trombas e Formoso.

Nos episódios de Trombas e Formoso, na vida concreta, a resistência a pagar o arrendo se deve ao fato da sua aceitação significar uma volta a tradicional sujeição a que estavam submetidos. O narrador Antonino, em *Nunila: a Mestiça mais Bonita do Sertão Brasileiro*, fala do significado da cobrança do arrendo e seu impacto na vida do camponês⁷⁷. O surgimento de vários vendedores de títulos falsos de terras naquela região de Goiás, que corresponde a localização de Trombas e Formoso, é recordado por Carmo Bernardes através da personagem Mundico. Esse vendeu terras nessas condições para um sujeito de Minas Gerais que depois foi surpreendido por não poder tomar posse daquelas terras, irritando-se prometeu vingar-se de Mundico (BERNARDES, 1984, p. 33-34).

Essa resistência do posseiro a expropriação da renda da terra, descrita tanto na ficção como na historiografia, através do arrendamento fez dos camponeses entrave ao processo de acumulação de capital a partir de relações de produção não capitalistas. Entre essas a expropriação da renda da terra oriunda da subordinação do trabalho agrícola ao capital⁷⁸ (CARNEIRO, 1988, p.18). Essa luta

nas terras de um proprietário em troca de uma parcela da produção total. No entanto, na representação literária feita por Élis a relação de trabalho já havia se transformado no que é conhecido como peonagem. O que se refere a situações em que, Totinha, o camarada, fica impedido de sair do trabalho e abandonar a fazenda, pois, já devia dinheiro ao patrão, que trata de endividar o camarada paulatinamente, passando a utilizar o trabalhador sem que tenha que pagar pelo seu trabalho.

77 Na obra de Walter Benjamin já se destacava a importância da experiência do autor na construção do narrador nos textos literários. Esse narrador, como é o caso de Antonino em *Nunila*, é um conselheiro do seu ouvinte (BENJAMIN, 1975).

78 Essa autora, Maria Esperança Fernandes Carneiro, trata da questão da existência da renda da terra como uma irracionalidade do modo de produção capitalista. Essa caracterização recorrente em autores que discutem a questão agrária no Brasil, José de Souza Martins por exemplo, se fundamenta na teoria do valor onde a terra como um fator natural que não depende (não é resultado) do trabalho humano não deveria ter preço. Logo, o estabelecimento desse aparece como uma irracionalidade. Entre seus argumentos está que antes do advento do capitalismo, nos países europeus, a terra estava sujeita a um tributo para seu uso e esse seria o pagamento da renda em trabalho, espécie ou

não era restritamente resistência a proletarização, na cidade, ou a corrida para se tornarem portadores de capital através da ascensão social, mas à subordinação do trabalho ao capital.

Renda-da-terra é uma parcela da mais valia global gerada no sistema capitalista de produção, cobrada pelo proprietário de terra a toda sociedade. Renda-da-terra é um sobre-lucro, que tanto pode ser obtido pelo diferencial de fertilidade da terra ou localização (RI), como pelo aumento da produtividade decorrente da inversão de capitais na terra (RII) ou exclusivamente pelo monopólio de uma parcela do globo (RIII). Como o sobre-lucro é um componente do preço do produto, a renda-da-terra é paga por toda a sociedade (CARNEIRO, 1988, p.20).

Esse conceito explicita a relação de transferência do produto do excedente de trabalho entre capitalistas e proprietários de terra. Esses últimos cobram pelo direito de uso da terra. Em contradição com a teoria do valor atribui-se valor a um recurso natural que não é produzido pelo trabalho humano (MAIA, 2008, p.134). Essas questões teriam sido respondidas por Marx, demonstrando o quanto é ideológica a aparente contradição quanto a lei do valor, na sua crítica a economia política inglesa;

Em suas formulações, ele [Marx] tratou principalmente da produção de uma renda diferencial, que teria duas acepções. A primeira é a Renda Diferencial 1 (RD1), assentada na formulação de que o valor de mercado dos produtos agrícolas é fixado pelos preços de produção das piores terras, determinado pela combinação particular entre fertilidade e localização. Neste caso, as melhores terras, de acordo com esta combinação, perceberiam ganhos extraordinários permanentes, o que seria a renda diferencial. Contudo num sistema de produção capitalista, a tendência é que a RD1 seja incorporada a outra forma de renda, fruto dos investimentos feito pelo capital na melhoria da fertilidade das terras e da sua localização relativa, alterada de acordo com os investimentos em transporte e das mudanças geográficas do mercado. A outra forma de renda é a Renda Diferencial 2 (RD2), que nada teria a ver diretamente com uma acepção da terra como dádiva da natureza, mas sim como resultado dos investimentos diferenciados do capital em terras de igual fertilidade. Um investimento maior na fertilidade das terras pode gerar ganhos proporcionais ao capital investido, o que tornaria os preços individuais de produção mais baixos que o valor de mercado fixado pela aplicação “normal” de capital, gerando um ganho diferencial que poderia ser apropriado como RD2. A RD2 está assentada, logicamente, numa condição

dinheiro (MARTINS, 1996). Tratava-se de formas pré-capitalistas decorrentes do monopólio da terra (MARTINS, 1996). “O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra” (MARTINS, 1996, p.20). Marx explica que a forma especificamente capitalista de renda territorial configura-se na renda absoluta. Essa reveste de caráter capitalista a propriedade fundiária. Marx diferencia essa forma de renda da forma pré-capitalista (MARTINS, 1996 p.20-21). Entretanto essa questão da “irracionalidade” que significa a renda da terra pode ser questionada se considerada do ponto de vista analítico, ou seja, se considerarmos que na obra de Marx se distingue preço e valor. Nesse caso não seria possível atribuir um valor a terra sem que isso fosse uma irracionalidade tendo como referência a teoria do valor, mas não haveria irracionalidade em haver um preço para a terra. Todavia essa crítica a irracionalidade que significa a renda da terra não pode ser superada, em termos teóricos, já que seu preço ou seu valor continua sendo cobrado de toda a sociedade em prol de alguns poucos que detêm seu monopólio.

particular da produção agrícola, a qual, diferentemente dos investimentos em novas tecnologias na produção industrial, não anula os desenvolvimentos de fertilidade conseguidos com os métodos anteriores, agregando, ao invés disso, mais fertilidade à terra (MARX, 1988, p. 160-197). Isto não é tudo sobre a renda da terra, a qual ainda existiria sob duas outras formas: a de monopólio - quando um proprietário de terra cobra altos valores para o uso de uma determinada terra com determinadas qualidades para determinados produtos - e a renda absoluta, que é a barreira que os proprietários de terra erguem sobre a livre circulação do capital, obrigando a uma redistribuição da mais-valia total produzida (MAIA, 2008, p.134-135).

Nas discussões de Marx acerca do que significava a renda da terra destaca-se que esse considerava que “segundo o conceito, renda fundiária e ganho de capital são deduções que o salário sofre. Mas, na realidade efetiva, o salário é uma dedução que terra e capital permitem chegar ao trabalhador, uma concessão do produto do trabalho ao trabalhador, ao trabalho” (MARX, 2004, p.30). Sendo que “a renda da terra é estabelecida pela *luta entre arrendatário e proprietário fundiário*” (MARX, 2004, p.64). No entanto essa discussão dentro da perspectiva marxista nos amplia horizontes ao considerar a cobrança do arrendo, sofrida pelos camponeses de Trombas e Formoso por exemplo, como expressão da implantação industrial.

Os trabalhadores agrícolas estão, por isso, reduzidos já ao mínimo e a classe dos arrendatários já representa o poder da indústria e do capital no interior da posse fundiária. Pela concorrência com o estrangeiro, na maior parte dos casos, a renda da terra deixa de poder constituir um ordenado (*Einkommen*) independente. Uma grande parte dos proprietários fundiários tem de tomar o lugar dos arrendatários que, desse modo, decaem, em parte, no proletariado. Por outro lado, muitos arrendatários apoderar-se-ão também da propriedade fundiária, pois os grandes proprietários que, com a sua confortável renda (*Revenu*), na maior parte dos casos se entregaram ao desperdício e, na maioria das vezes, são também inaptos para a condução da agricultura em larga escala, em parte não possuem nem capital, nem qualificação para explorar a terra e o solo. Portanto, também uma parcela destes se arruinará completamente. Finalmente, o salário reduzido a um mínimo tem de ser mais reduzido ainda, para que se mantenha a nova concorrência. Isto conduz, então, necessariamente à revolução (MARX, 2004, p.77).

Cláudio Lopes Maia discute o papel do capital especulativo no valor da renda da terra e dá mais informações sobre esse processo.

No caso, o investimento em terras nada tem a ver com o investimento na produção direta, mas aparece para o seu comprador como uma expectativa de ganhos futuros no mercado de terras, graças à capacidade que estas teriam de produzir uma renda extraordinária. Marx (1988) esboçou este caráter das terras em relação à produção quando discutiu a compra da terra e sua diferença em relação aos investimentos que os industriais fazem na compra de máquinas. No caso das terras, os investimentos na sua compra não se configuram como parte do capital constante da produção, mas como uma dedução do capital disponível para a produção. Desta forma, ele aparece para o comprador como um investimento na capacidade que a

terra teria de produzir uma renda futura ou novamente quando a terra entra de novo no mercado de terras.(MARX, 1988, p.247-248) (MAIA, 2008, p.136-137).

Então esse autor esclarece acerca da renda absoluta sobre o trabalho do camponês e da sua relação com a mudança do estatuto da terra para os agentes da frente pioneira;

A terra em Trombas, devido a suas novas configurações, deixava, para muitos, de ser um espaço de aferimento de uma renda absoluta sobre o trabalho do camponês, captada unicamente através da violência na exigência de um sobre-trabalho, para se configurar numa expectativa de ganhos futuros, desconhecidos,mas que exigiam para sua acumulação a transformação da terra numa mercadoria. Isso só se tornaria possível na região mediante o processo de legalização por meio de títulos seguros, capazes de produzir um interesse do capital (MAIA, 2008, p.137).

Foi a diferença entre a renda absoluta da terra aferida a partir do trabalho do camponês pelo grande proprietário através da cobrança do arrendo, por exemplo, e a renda capitalista da terra que se dá através da transformação dessa em uma mercadoria, fundamental para que a luta passasse da resistência a cobrança do arrendo para a oposição a expropriação da posse da terra (MAIA, 2008, p.94-95).

Foi a possibilidade de aferir formas de renda da terra com sua integração ao mercado capitalista através do investimento direto na produção que despertou em um pequeno número de comerciantes e criadores de gado o desejo de acumulá-lo (MAIA, 2008, p. 135). Esse objetivo de aferir renda da terra levava a utilização de diversas formas de coação aos camponeses através da ação dos grileiros. Na repressão as ações policiais e de jagunços contra os camponeses e a legalização jurídica da propriedade da terra dada aos grileiros, foram decisivas. Os participantes da luta camponesa atestam que a legalização dos grilos levou os grileiros a terem força e acuou os posseiros (CARNEIRO, 1988, p.107). Logo eles que acreditavam ter a posse de terra devido a sua condição devoluta e o convite feito pelo governo para ocupá-las eram vítimas tanto da violência física como do impacto da legalização do que sabiam ser irregular. Entre 1950-1954 será intensa a repressão na região (CARNEIRO, 1988, p.109) e nesse período o Registro Torrens das terras e a legalização do grilo reforçaram essa tendência.

Organizada a trama intimaram os lavradores a desocupar as terras. Estes buscaram ajuda em suas próprias organizações, vieram em Goiânia buscaram instruções através da ULTAG. Dentro do aspecto jurídico a ULTAG pressionou o governo a entrar com uma ação discriminatória e reintegração de posse. O governo mandou os procuradores Everardo de Sousa e João de Brito Guimarães. Os grileiros requereram o despejo e o juiz Veiga Jardim mandou executar o mandato através do delegado de Uruaçu Lúcio Fernandes de Carvalho. O delegado chegou ao povoado de Formoso, intimou os posseiros do córrego do Bonito. O presidente do conselho [José Firmino] compareceu a intimação com todos os membros armados de

carabina e afirmou categoricamente, que não abandonava as terras, não estava disposto a depor no processo e nem tão pouco entregar as armas (SOBRINHO, 1988, p.14).

Esse contexto não disponibilizava ao camponês que desejava permanecer na “terra para trabalhar” em Trombas e Formoso outra alternativa que não fosse a revolta camponesa. Foi assim que se tornaram um entrave ao processo de modernização capitalista autoritário a partir de relações não capitalistas de produção. A partir da própria lógica organizativa do campesinato, diante da sociabilidade que os caracterizava, se deu a resistência a cobrança do arrendo. Devemos esclarecer em que parâmetros se fundamentava essa resistência, considerando às especificidades da luta camponesa.

3.3- A resistência espontânea e coletiva contra a cobrança do arrendo

“A própria classe autoconsciente se forma à medida que 'os indivíduos isolados' travam 'uma luta comum contra uma outra classe'” (SILVA, 2003, p.49). É o desdobrar desse processo que temos na resistência coletiva dos camponeses de Trombas e Formoso. No primeiro momento os camponeses têm de resistir aos assédios pela cobrança do arrendo de modo que procuram as garantias necessárias para a manutenção da posse da terra. Destacando-se a liderança de José Firmino na região de Formoso, de José Porfírio em Trombas e o caráter coletivo das reivindicações dos camponeses. Contrapondo-se aos grileiros que esperavam os novos imigrantes preparar a terra para o plantio e colheita, depois surpreendendo-os com a cobrança do arrendo (CARNEIRO, 1988).

Sem dúvida, até aproximadamente 1954 os camponeses de Trombas e Formoso lutavam contra o arrendo buscando a mediação do Estado, através das atuações de José Firmino e José Porfírio. O primeiro recebeu como resposta do governador Pedro Ludovico (1951-1954) que

o senhor José Firmino Nascimento e seus companheiros devem permanecer na fazenda ‘Bonito’, município de Uruaçu, até que se resolva o caso litigioso relativamente a essas terras, gozando de todas as garantias em suas benfeitorias. Goiânia 18 de março de 1953 (O ANÁPOLIS, 05/04/56, n° 2988, p.1).

Na afirmação do governador vemos que José Firmino não pleiteava restritamente em seu nome a posse da terra, mas falava também por “seus companheiros” na expectativa de acesso a um direito que tinha como comum e disponível a eles. Esses camponeses requerentes da posse da terra buscavam a mediação do Estado devido a motivação original que os levaram a Trombas e Formoso ter sido promovida pela propaganda estatal acerca da “Marcha para o Oeste” e a promessa de “terras livres” (MAIA, 2008). Então a legalização das posses para eles não tinha o significado restritivo

comum à concepção de propriedade baseada na “terra para cercar”. Diante de um Estado indiferente às reivindicações dos camponeses e conivente com a manutenção da estrutura agrária e a frente pioneira. José Porfírio deu continuidade às demandas dos camponeses. Em consulta ao procurador-geral do estado, Dr Everaldo de Souza, ouvira; “não há grotas na região? Pode haver cadeia para um, dois, mas não para quinhentos”⁷⁹. Essa indiferença quanto a questão camponesa manifesta pelo Estado levava a inúmeros levantes pela posse da terra em Goiás na década de 1950. Esse processo de grilagem e manutenção de uma estrutura agrária caracterizada pelo monopólio da terra era resultado da ação conjunta do Estado e dos grileiros.

José Porfírio resistia e motivava outros camponeses a agir contra a expropriação iminente da posse da terra (CARNEIRO, 1988, p.111-112). Foi assim que decidiu buscar no Rio de Janeiro, então Capital Federal, as garantias de Getúlio Vargas (CARNEIRO, 1988, p.115). Enquanto essa era a situação em Trombas, José Firmino, era o nome que se destacava na ação coletiva dos camponeses em Formoso (CARNEIRO, 1988, p.112). Em meio a indiferença de alguns posseiros, a aceitação de outros em pagar o arrendo e a fuga de alguns, José Porfírio procurou negociar com os grileiros a permanência de camponeses em parte de toda a propriedade que se apresentavam como donos. O que não surtiu efeitos e deu continuidade ao processo de expropriação dos camponeses. Uma outra situação que não representou ganhos aos posseiros foram os apelos ao Estado.

Os camponeses não conseguiram garantias suficientes do Estado para legitimar seu direito de posse. O desespero provocado pela violência dos grileiros levou os camponeses a se indignarem quanto a situação de humilhação vivida. Entre os episódios exemplares há a reação de José Porfírio ao se deparar com sua casa queimada, sua família no relento e a posterior morte de sua esposa que fez com que após os acontecimentos daquele dia decidisse não admitir mais a desonra que era imposta pelos grileiros e lutar armado contra a grilagem (CARNEIRO, 1988, p.116). Essa violência deflagrada contra os camponeses evidencia a continuidade das práticas de repressão já dispensadas a esses na “Luta do Arrendo” ou no movimento camponês de Santa Dica.

José Ludovico de Almeida (PSD), nas eleições de 1947, enfrentou Jerônimo Coimbra Bueno que era candidato pela coligação entre UDN, Esquerda Democrática e a dissidência pessedista. O segundo venceu a disputa eleitoral e entre 1930-1964 essa foi a única vez em que o governo era de oposição aos Ludovico. Esse governo foi o primeiro em Goiás a falar em planificação do desenvolvimento econômico.

Nesse momento, já se fazia sentir em Goiás uma série de problemas, tais como: a) intensa migração para o campo; b) a ocupação de novas terras estimulada pelo governo, como é o caso da região norte do Vale de São Patrício; c) os conflitos de terra, que se apresentam não apenas como uma questão jurídica, mas como

79 Depoimento do Procurador do estado Dr. Everaldo de Souza in Jornal ‘O Movimento’, São Paulo, 21/08/1978.

expressão de uma questão social que tende a se agravar; d) o êxodo rural (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.27).

Diante disso a UDN tornou-se a força situacionista no governo do estado de Goiás, tendo no poder executivo seu principal representante e contrariando a seqüência de mandatos aliados a Pedro Ludovico desde 1930, Jerônimo Coimbra Bueno (UDN-PSP) tinha que enfrentar as profundas divergências internas entre as lideranças do seu partido. A candidatura indicada na coligação UDN-PSP para suceder a Coimbra Bueno era Altamiro Moura Pacheco (PSP) que era médico e fazendeiro no estado. No entanto lideranças udenistas como Antônio Ramos Caiado não aceitavam com bons olhos a candidatura do pessepista, alegando a importância de que se contasse para suceder o udenista Coimbra Bueno com outro nome que fosse diretamente da UDN. Na realidade, nos anos 1950 os partidos em Goiás eram uma espécie de extensão das familiocracias tradicionais, opondo-se em dois pólos divergentes e às vezes até mesmo representando a antiga rivalidade nascida no coronelismo entre Caiados e Ludovicos. Enquanto isso, no senado, a disputa para se candidatar pela representação goiana dentro da UDN estava entre o então governador Coimbra Bueno e Alfredo Nasser que naquele momento era senador (O ANÁPOLIS, 05/01/1950 n°948 p.1 e 26/01/1950 n° 954 p.1). Entretanto as disputas internas levavam Coimbra Bueno a ter a preferência para a candidatura ao Senado e com isso só restaria à Alfredo Nasser uma vaga a disputa de deputado federal, o que para aquele que era o atual senador, não interessava. Nos jornais da época, o próprio Altamiro Pacheco (PSP), demonstra que não desejava que se retirasse o nome de Alfredo Nasser da tentativa de reeleição ao senado (O ANÁPOLIS, 26/01/1950 n° 954 p.1).

Enquanto isso a coligação adversária se estruturava ao redor do PSD/PSB tendo como referências os nomes de Pedro Ludovico Teixeira para governador e o industrial anapolino Jonas Duarte como vice. Na disputa pelo Senado indicou-se o socialista Domingos Velasco que era um primeiro tenente do exército aposentado, que inclusive havia lutado contra os revoltosos de São Paulo em 1932 que traziam na sua pauta de reivindicações o apelo a um governo constitucionalista e de caráter liberal, a expectativa pessepista era a de se derrotar a coligação (UDN-PSP). Uma abordagem superficial logo encontraria no ludoviquismo posições mais progressistas com relação ao avanço da racionalização do Estado e conquistas democráticas. Já que postulava para si o rótulo de liberalismo, no entanto, em Goiás e no Brasil o termo não guarda o mesmo significado que sua matriz ideológica européia. Estando esse liberalismo associado aos interesses do latifúndio e da produção de produtos primários para agro-exportação.

Tanto o grupo udenista como pessepista, que encabeçavam a disputa eleitoral, tinham interesses concentracionistas e não representavam os projetos políticos que reivindicavam qualquer ruptura com a grande propriedade rural e a modernização capitalista a partir da mudança da

estrutura agrária do estado. O PTB goiano que se intitulava trabalhista, defendia segundo o programa mínimo do partido em Goiás, reformas de cunho liberal como a agrária e a proliferação de bancos rurais. Entretanto não era avesso ao investimento de capital estrangeiro, delineando a subordinação da elite nacional ao imperialismo, e não a oposição a esse como esperava o Partido Comunista Brasileiro (O ANÁPOLIS, 13/04/1950 n° 975 p.1). No entanto o fracionismo da UDN e os conflitos para a escolha do candidato a senador, já que Alfredo Nasser e Coimbra Bueno não abriam mão de se candidatar pelo partido, levou a renúncia do primeiro da presidência do partido e criou as condições para o segundo fazer presidente da UDN um nome indicado por ele: Frederico Nunes. O que fortaleceu Coimbra Bueno para a disputa da vaga senatorial (O ANÁPOLIS, 30/04/1950 n° 980 p.1).

A coligação UDN-PSP está atravessando, nestes últimos dias, um dos períodos mais difíceis de sua existência em Goiaz, como da inabalável atitude do ex-governador Coimbra Bueno, que se manteve irredutível na sua decisão de se candidatar a senador até os derradeiros momentos de sua persistência no governo, a coligação UDN-PSP, em reunião realizada na noite de 30 de junho para 1° de julho, terminou por declarar oficial e publicamente afastadas as candidaturas do Sr Altamiro de Moura Pacheco a governador e Alfredo Nasser a senador, afim de ser lançado o nome do ex-governador como candidato a senatoria, dando-se à UDN, em compensação, pelo menos provisoriamente, o direito de indicar o candidato da coligação à governadoria (O ANÁPOLIS, 06/07/50 n° 999 p.1).

Ao mesmo tempo se espalhavam nos meios de comunicação de Goiás acusações a UDN que pretendiam desestabilizar as condições do pleito eleitoral vindouro. Segundo os pessedistas, esses seus adversários políticos seriam responsáveis pelo jaguncismo na capital do estado, que teria promovido atentado contra o jornalista Sá Peixoto que era diretor do jornal "Folha de Goiás" e fazia oposição ao governador Coimbra Bueno (O ANÁPOLIS, 27/04/1950 e 14/05/1950 p.1).

No entanto, como esses partidos se tratavam de extensões dos interesses privados das elites goianas, precisariam de arranjar dentro das suas estruturas espaços para o atendimento das demandas pessoais, tanto de Coimbra Bueno, que não admitia perder sua promoção ao Senado e ainda de Alfredo Nasser que não aceitaria seu “rebaixamento” a Camara dos Deputados. Daí, mesmo com essa decisão ainda se levaria para o pleito de outubro os nomes de Altamiro Pacheco (PSP/UDN) para governador, como candidato situacionista e de oposição a Pedro Ludovico. E também Coimbra Bueno e Alfredo Nasser para senador pela coligação udenista, o que não impediria que, após ser derrotado nas urnas, sentindo-se abandonado pela UDN o ex-senador se afastasse do partido.

Na campanha eleitoral de 1954 um dos principais temas em destaque era a questão da violência praticada entre adversários políticos. O PSD era caracterizado por seu mandonismo tanto quanto as oligarquias tradicionais do estado que governavam no coronelismo. Entre os

acontecimentos que evidenciam o jaguncismo desse grupo político está o assassinato do jornalista Haroldo Gurgel, por exemplo. O que repercutiu em âmbito nacional em um momento em que Goiás se tornava área de investimento de capital com a possível transferência da capital federal para esse (MAIA, 2008).

A exploração da violência como uma característica do governo Pedro Ludovico tornou-se parte do discurso das oposições aliadas aos setores que enfrentavam os processos de expropriação realizados por latifundiários ou mesmo dos que enfrentavam as forças do governo na ocupação urbana de Goiânia (MAIA, 2008, p.151).

Entretanto posteriormente o próprio Pedro Ludovico enfrentou nas eleições para governador Altamiro Mora Pacheco (PSP). Nessas eleições a violência dos acontecimentos de Nova Aurora, o assassinato do pessedista Getulino Artiaga, colaborou para a continuidade do denunciamento (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p, 28) e confirma a utilização da violência entre os maiores partidos políticos de Goiás. Foi decisivo para as eleições deste ano esse episódio conhecido como "a chacina de Nova Aurora" quando após comício da coligação de Pedro Ludovico, foi assassinado o então deputado, candidato à reeleição, Getulino Artiaga (PSD). Eram acusados pelo crime nos meios de comunicação e na campanha pessedista a coligação udenista que viu complicar-se ainda mais as condições de vitória de Altamiro Pacheco⁸⁰:

Terminado o comício, quando se achavam jantando, eis que, traiçoeiramente e inopinadamente surgiram tiros, resultando disso, a morte do ilustre goiano, ficando ainda quatro pessoas gravemente feridas, pessoas estas, cujos nomes até o momento não nos tinha chegado (O ANÁPOLIS, 10/09/50 n° 1025 p.1).

Neste episódio também chegou-se a acusar um elemento de direção do "extinto" Partido Comunista Brasileiro (O ANÁPOLIS, 13/09/1950 n° 1026 p.1). Neste ano também encontramos residualmente evidências dos problemas enfrentados pelo Partido Comunista Brasileiro a nível nacional e regional. Já que o partido que havia sido fundado em 1922: "durante a maior parte de sua existência o PCB foi perseguido pelas autoridades e proibido de atuar como organização legal" (MOTTA, 1999, p. 68). Em 1947, portanto, estava na ilegalidade e tinha ainda de enfrentar toda a propaganda "anticomunista" semeada pela guerra-fria diante da proximidade de relações entre Estados Unidos e Brasil.

Ao vencer a eleição, Pedro Ludovico, incluiu no seu secretariado figuras que posteriormente o sucederiam no governo: José Ludovico de Almeida que havia sido derrotado por Coimbra Bueno

80 A coligação de oposição comandada por Pedro Ludovico (PSD-PSB), passou a explorar politicamente os acontecimentos e chegou a exigir a presença de "forças federais" para garantir a realização das eleições. O pedido encaminhado pelo senador Dario Cardoso (PSD), teve pronta aceitação, se assistindo logo após, a chegada no dia 26 de setembro às 14:-00 hs em Goiânia das forças federais sob o comando do primeiro tenente Humberto Crispim que já pertencia a tradicional família de Goiás (O ANÁPOLIS, 15/09/50 n° 1027 p.1 e 29/09/1950 n° 1033 p.1).

nas eleições anteriores, foi destinado à Secretaria da Fazenda, e no mandato posterior tornou-se governador. O cônego José Trindade da Fonseca que se tornou depois deputado federal e liderança do “anticomunismo” no governo foi escolhido como secretário da educação e assumiria a defesa de Pedro Ludovico quando este foi relacionado pelo jornal "Tribuna da Imprensa" de propriedade de Carlos Lacerda como sendo comunista (O ANÁPOLIS, 15/02/1953 n° 1675 p.3 e 05/03/1953 n° 1680 p.1). Contou também no seu secretariado com Joaquim Camara Filho, atendendo aos interesses dos proprietários rurais goianos na pasta da agricultura. Entretanto diante do êxodo rural que se observara no seu governo, Pedro Ludovico, responsabiliza o latifúndio: "Nesse sentido, considera o êxodo rural uma conseqüência do regime de propriedade territorial acentuadamente latifundiária. E aponta como solução a 'modificação de nossas leis que regulam a venda de terras devolutas'... " (CAMPOS apud SOUZA, 2004, p. 30). Entretanto se verifica que seu governo nada abalou o predomínio dos grandes proprietários e nem mesmo efetivou qualquer mudança significativa nas leis de terra.

Nesse governo ainda se assistiria a intensa repressão aos camponeses da região de Trombas e Formoso, em 1952, conforme registra o depoimento de um camponês dado a Maria Esperança Fernandes Carneiro, no livro *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*, a região:

Virou campo de tortura, toda sorte de humilhação e desgosto a gente passava. O grupo de grileiros aumentava cada vez mais e de apenas fazendeiro de Uruaçu agora também tinha fazendeiro e juiz de Porangatu. Eles tinha uma bolsa onde todos pagava uma contribuição para poder contratar jagunço e polícia. Olha, na região o camponês ganhava por dia Cr\$ 5,00 e os jagunço Cr\$ 100,00. Então com a miséria que a região estava, apareceu jagunço, mesmo até entre os posseiros, pois, trabalhar na terra não dá nada, não dá dinheiro, a gente pode ter fartura, mas fica rico, isso nunca. A grilagem é sempre feita na cidade e com aprovação do governo, posseiro nunca tem direito e nem lei que nos socorre (CAMPONÊS D apud CARNEIRO, 1988, p. 108-109)

Esse depoimento só foi dado após o termino dos conflitos e é resultado da consciência que nasceu da luta. Já que a compreensão que se tem aqui do Estado é contraditória com as inúmeras tentativas empreendidas pelos camponeses, sob a liderança de José Porfírio e José Firmino, em busca da legalização da posse da terra em que viviam. Pedro Ludovico não tomou qualquer outra iniciativa favorável aos camponeses e só se pronunciou sobre o assunto afirmando que José Firmino e seus companheiros deveriam permanecer na Fazenda Bonito, como já transcrevemos acima. Durante seu mandato se incompatibilizaria do cargo para disputar uma vaga como senador por Goiás. Deixando no seu lugar o vice-governador Jonas Duarte (O ANÁPOLIS, 24/06/1954 n° 1810 p.1). Esse industrial, no seu primeiro mês de mandato, aprovou por decreto lei n° 628 de 14 de julho de 1954 a venda de lotes e terras devolutas do estado pela melhor oferta, ou seja, concorrência

pública (O ANÁPOLIS, 18/07/1954 n°1817 p.1). O que para os camponeses representava o mesmo que ter de se sujeitar a um Estado agenciador de terras e que acabava de aderir a especulação do mercado imobiliário. Era mais um complicador que tendia a impossibilitar que os camponeses conservassem a posse da terra, inclusive, a colonização daquela região em muito se devia ao seu papel de reservatório, ou próxima parada, dos camponeses não absorvidos pela CANG.

Esse contexto, muito distinto das cores róseas com que é pintada a suposta racionalização do Estado após a Revolução de 1930, tratava-se de resistência camponesa à nova concepção de propriedade da terra imposta pela frente pioneira. Todas as ações que contrapunham-se a essa nova condição histórica se devia a sociabilidade construída na trajetória desses camponeses rumo à “terra prometida”. Enquanto para outros a luta deveria ser pela baixa do arrendo. Os grileiros utilizavam a violência e disseminavam o terror na região com o intuito de intimidar qualquer resistência a recolha do arrendo. Os dias das colheitas eram os piores, quando grileiro, jagunços e fazendeiros levavam o que considerassem a sua parte.

4- O Partido Comunista Brasileiro caminha para Trombas e Formoso

4.1- A atuação do Partido Comunista Brasileiro na CANG

Os membros do PCB-GO eram motivados pelo Manifesto de Agosto de 1950 na sua atuação na CANG e na Companhia Cafeeira de Goiás, como veremos a seguir, mas sua condição camponesa e a luta pela posse da terra como foco principal foram definidores da sua adaptação nos acontecimentos de Trombas e Formoso. Foi a constatação da impropriedade do Manifesto de Agosto de 1950 e a ratificação no IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro dessa linha política fundamentais para o embate com o Comitê Estadual e a decisão de sair da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e se dirigir para Trombas e Formoso. Nesse contexto fazia-se sentir mudanças no Partido Comunista Brasileiro que diante da ilegalidade adotava nova linha política, a modernização capitalista implicava na insuficiência da Colônia Agrícola Nacional de Goiás para o atendimento das demandas camponesas, o governo estadual dava continuidade na trajetória ludoviquista de concentração da terra em Goiás e o projeto de “revolução brasileira” enfatizava a necessidade de “assalto direto ao poder”.

Na luta camponesa de Trombas e Formoso as ações dos membros do partido nas direções locais e regionais eram caracterizadas por uma margem de autonomia frente as deliberações do Comitê Central e o Programa Agrário do PCB (CUNHA, 2007, p.81). O que é confirmado pela ação na revolta camponesa em Goiás, sobretudo devido a sua condição camponesa, onde a luta por autonomia era uma reação a tentativa de centralização do poder na esfera do Comitê Central. Foi o

embate dos membros do PCB no norte de Goiás com as determinações dadas pelo Comitê Central e o Comitê Estadual determinantes para o entusiasmo desses e a possibilidade de se adaptar à luta em Trombas e Formoso.

No entanto antes é necessário considerarmos a atuação pecebista na CANG e a formação do partido na região. Os membros do partido estavam ali imbuídos da conscientização dos colonos da CANG. Havia insatisfação com o tipo de atuação que era dada a eles pelo Comitê Estadual do partido, como afirma Dirce Machado;

Lá na colônia era uma turma de pessoas, tudo funcionário, quadro do partido. Então era um grupo de pessoas que o povo via mais como desocupados, porque o conjunto do comitê na casa do Bailão e do Tibúrcio, Tibúrcio não, do Geraldão. Então todo o conjunto nessa época do Tibúrcio todo mundo, viviam ali, ninguém plantava, ninguém trabalhava e era pregando o Manifesto de agosto, acima e abaixo, distribuindo panfletos, a ferro e fogo. A ferro e fogo lá e distribuindo panfleto e fazendo pichamento e fazendo baile para reunir o povo, fazia os discursos pregando o manifesto. Mas o povo só fazia rir da gente, porque lá eles tinham a terra, eles tinham a cuia cheia, eles tinham produção, nós tava chovendo no molhado uma coisa completamente desconexa da realidade do local” (MACHADO, s/d, p.18).

O embate entre os membros do Partido Comunista Brasileiro de origem social camponesa na CANG e o Comitê Estadual, também ecoará na atuação em Trombas e Formoso. Os primeiros desejavam atualizar sua prática política às demandas dos colonos, onde não se colocavam questões como a luta armada para a tomada do poder propugnada pelo Manifesto de Agosto de 1950 e o IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro, enquanto os segundos insistiam na necessidade de uma atuação local identificada com as determinações hegemônicas do PCB. Foram os acontecimentos de Trombas e Formoso fundamentais para a equalização desses problemas. Diante das notícias que chegaram a CANG, sobre a existência de camponeses dispostos a tudo para se manter na posse da terra, os pecebistas na CANG viram abertas as possibilidades de aplicação da linha oficial do partido. Foram para Trombas e Formoso, envoltos pelas motivações da “revolução brasileira”, constituir ali um foco detonador da mesma.

Entre os pecebistas da CANG, o Comitê Estadual e Comitê Central tinham divergências originadas por questões imediatas da luta social. Tratavam-se de instâncias partidárias distintas e portadoras de preocupações específicas. Na entrevista acima, perguntada pelo entrevistador se discutiam dentro do partido trabalhar ali como os demais camponeses para ganhar legitimidade junto da “massa”, o membro do partido na CANG responde;

Não, ninguém não, se a gente fosse... mesmo defendeu uma tese uma vez pra fazer uma fazenda coletiva e tirar meio para manutenção, isso foi duramente criticado pela direção por tudo, porque ai nós estávamos com idéias capitalistas... Não, o negócio só tinha que ser funcionário mesmo e ser vagabundo mesmo... é isso aí era o pensamento deles... (MACHADO, s/d, p.18).

José Sobrinho, sem dúvida, é esclarecedor quanto a empolgação gerada pelo Manifesto de Agosto de 1950 e o IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro, explicando alguns motivos que levaram à sua efetivação na luta no campo;

Podemos dizer que a formação do partido a qual estava inserido aquela região, foi sob égide do Manifesto de Agosto. Porque o IV congresso em 1954 foi quase uma compilação do Manifesto de Agosto, não é! Não houve diferença fundamental entre o Manifesto de Agosto e as resoluções do IV congresso. A luta de Trombas saiu sob a égide dos dois, para se firmar assim categoricamente porque um era o outro e o outro era um. Era as duas coisas em uma só, o manifesto de agosto e o IV congresso. O manifesto de agosto era o hino ao nacionalismo, ao voluntarismo, ao esquerdismo e o IV congresso foi o segmento disto. Qualquer um que analise profundamente as questões do Partido Comunista no Brasil, não pode fugir deste princípio. De forma que ali, a luta do Formoso nasceu em cima disso aí (SOBRINHO, 1990, p.1).

Esse entusiasmo também pode ser comprovado no depoimento de outros envolvidos que atestam como o campo apresentava-se como uma possibilidade concreta de realização da “revolução brasileira”.

A Grande Marcha [Revolução Chinesa] nos causou um entusiasmo enorme, aí houve uma guinada à luta camponesa como o Manifesto de Agosto. Nós acreditávamos que, no Brasil, o movimento camponês era o início de um movimento de libertação nacional. O estado de Goiás era eminentemente agrário e por isso o P.C.B tinha uma tradição muito grande de lutas no campo. Tanto é que houve uma participação forte do Partido nas lutas camponesas de Ceres, Rialma, Catalão, etc. Estas lutas permitiram o surgimento de líderes camponeses importantes, que puderam ir em auxílio do movimento (WALADARES, 2009, p.2).

Tanto entre os pecebistas na CANG como para o Comitê Estadual e o Comitê Central o projeto de “revolução brasileira” ocupava a centralidade das suas preocupações na atuação política. Todavia, isso não significa que, a atuação em Trombas e Formoso possa ser definida restritamente pela influência desse projeto. Desse modo, o Manifesto de Agosto de 1950 e o IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro, não são os únicos motivos que levaram ao envolvimento dos pecebistas nos acontecimentos de Trombas e Formoso⁸¹. Entre 1950-1960 a concentração de terras em Goiás se acentua ampliando a frente pioneira que tornaria o posseiro descartado após ter desbravado o sertão. A forma de apropriação da terra praticada por esse entra em conflito com a

81 Ignorar isso pode inclusive levar a luta armada que se generalizou na região a ser atribuída às determinações do Manifesto de Agosto de 1950. Já que neste se recomendava não “recrear” as formas de “luta mais altas e vigorosas” como os choques violentos com as forças reacionárias e os “combates parciais” que levariam a luta vitoriosa pelo poder e a libertação nacional do “jugo imperialista” (MANIFESTO DE AGOSTO DE 1950 In: CHACON, 1998, p.366). Desse modo, convém não negligenciar como o envolvimento do “partidão” se dá mediante a notícia de que já há uma movimentação para a resistência à expropriação, o que leva a decisão de transferir-se da CANG para Trombas e Formoso. Esse procedimento de distinção, mantendo à especificidade camponesa da revolta, nos leva a não aceitar a-criticamente as afirmações dos membros do partido de que a luta camponesa teria surgido do Manifesto de Agosto de 1950 ou do IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro.

forma adotada pelo capital (CARNEIRO, 1988, p.82-83). Essa revolta camponesa é a reação a um processo de expansão do capitalismo que, como afirma José de Souza Martins, corresponde a tendência do capital de subordinar todos os ramos e setores da produção no campo e na cidade (CARNEIRO, 1988, p.13-14).

A presença do partido na CANG e sua decisão de contribuir em Trombas e Formoso se dá em condições de descrédito quanto as possibilidades de atuação junto a colonos da CANG. Havia discrepância entre as expectativas dos pecebistas da CANG, inclusive os seguidores da linha oficial do partido, e as necessidades dos colonos que supostamente lhes serviriam de base de atuação. Essa situação leva a crise: continuar o proselitismo partidário na CANG conforme espera o Comitê Estadual ou motivados pela linha oficial do partido atuar em condições políticas locais que favoreceriam a “revolução brasileira”, optar pela última os colocariam no caminho de Trombas e Formoso.

As novas orientações dadas pelo Partido Comunista Brasileiro no Manifesto de Agosto de 1950 e sua ênfase no IV Congresso do PCB chocavam-se com a estabilidade da situação do “camponês-proprietário” da CANG. Tendo diante de si a linha oficial do partido, a “revolução brasileira”, os pecebistas viram-se em lugar impróprio para sua atuação se pretendiam vincular-se às decisões partidárias. Enquanto a frente de expansão e as expectativas geradas pela “Marcha para o Oeste” mostravam-se insuficientes para absorver todo o campesinato que criara, cabia aos pecebistas na CANG procurar novas alternativas de aplicação do projeto do seu partido. Na compreensão dos membros do Partido Comunista Brasileiro, em um primeiro momento, o papel da CANG e a Companhia Cafeeira Goiana no processo de acumulação de capital teria levado a criação de uma base social apropriada a atuação inspirada pelo Manifesto de Agosto de 1950;

A realização da “Marcha para o Oeste” nos anos da década de 1940 representou novas aberturas de estradas para o Norte de Goiás, Mato Grosso e Maranhão intensificando a migração principalmente com a atração da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Que deu origem a cidade de Ceres, a colônia foi aberta pelo antigo Departamento de Terras e Colonização (DTC), quase na mesma época foi fundada por Jeremias Lunardelli a Companhia Cafeeira Goiana que deu origem a cidade de Goianésia. Estes dois tipos de colonização foram os responsáveis pela penetração da fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro. Os trabalhadores da Colônia Agrícola e os salarizados da cafeeira, deram bases social para organização da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de Goiás (ULTAG) (SOBRINHO, 1988, p.12).

O IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro, inclusive, foi precedido por discussões entre os camponeses e trabalhadores rurais organizadas pelo partido. Em Goiás, na CANG, realizou-se um Congresso de Lavradores. Esse apresenta como suas principais bandeiras a luta contra a grilagem de terras e pela Reforma Agrária. No entanto, essas não eram as demandas dos

colonos da CANG ou dos assalariados da Companhia Cafeeira de Goiás. O que levou os pecebistas a busca de outras alternativas de atuação;

Voltamos novamente aos anos de 1950, quando todo o Partido estava preparando para realização do seu IV congresso, que foi realizado em setembro de 1954. Coroando as discussões, tomamos a resolução de organizarmos o primeiro congresso regional de lavradores para se dar um impulso na luta pela reforma agrária e contra a grilagem de terra. Diversos panfletos foram distribuídos de mão em mão, as cidades receberam novas pichações, delegações chegaram de todas regiões de nosso Comitê de zona. Reunimos uns duzentos delegados. Esta foi exatamente uma das coisas que mais me influenciaram: aqueles homens rudes, falavam da humanidade, da humilhação dos trabalhadores agrícolas da fazenda Cafeeira de... Jeremias Lunardelli. Tratados como se fosse besta de carga, energia para queimar, eram mão de obra em regime de semi-escravidão, mas também da falta de confiança e do temor de protestar, de armar o seu primeiro protesto em Goiás contra a sua própria opressão. Não se tratava apenas de que os homens se sentiam assustados em protestar politicamente, mas que a maioria de nós achávamos difícil falar em público (SOBRINHO, 1988, p.9).

Foram tomadas após o IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro (1954) algumas decisões pelo zonal do partido, que tinha como uma das suas áreas de atuação a CANG, que pretendiam a aplicação dos programas do partido. Foi diante disso que enviaram Geraldo Tibúrcio, Geraldo Aureliano e João Soares para atuação na Companhia Cafeeira de Goiás, junto a trabalhadores rurais assalariados;

Voltamos a Goiás com a idéia de por o programa em prática ou pelo menos lutar por isso. Mas como fazer? E o que fazer? Reunimos o secretariado com um assistente do Comitê Estadual neste tempo o companheiro Jeronimo Afonso de Sousa (hoje afastado do movimento político). Fizemos um balanço da situação goiana dentro do que propunha o novo programa do partido. Goiás nesse tempo era um vastíssimo latifúndio com raríssimas concentrações camponesas; a cidade Ceres existia um embrião de [organização] agrária onde o governo Getúlio Vargas doaria terras aos camponeses sem terra. Tudo ali corria mais ou menos; a única concentração estava no município de Goianésia na fazenda cafeeira de propriedade do capitalista e latifundiário, conhecido em todo o Brasil como (o Rei do café). O Brasil gosta de rei, tudo aqui tem um rei, e o rei do café naquela época e até hoje, é o senhor Jeremias Lunardelli que comprou do fazendeiro Jales Machado um feudo de uns dez mil alqueires de terra, havia em Goianésia uma grande concentração de trabalhadores agrícolas explorada em moldes capitalistas pagando baixos salários inferior ao mínimo da região (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979).

O envio de pecebistas para a organização de trabalhadores rurais assalariados, em Goianésia, era parte de um esforço para a adaptação da atuação política do partido no campo a nova realidade apresentada pelo Manifesto de Agosto de 1950 e as determinações do IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Depois essa decisão foi reavaliada, considerada negativa, levou ao embate entre pecebistas na CANG, críticos da linha adotada pelo partido para a atuação junto a “camponeses-proprietários”, e o Comitê Estadual e Comitê Central;

Passaram seis meses, convocamos novamente o secretariado com assistência do comitê central através do companheiro Apolônio Carvalho e Díogenes Arruda e do comitê estadual Alberto Xavier de Almeida, Sebastião de Barros Abreu e Geraldo Campos, o Comitê de zona estava representado por mim, Geraldo Tibúrcio e João Soares de Oliveira. Demos um balanço crítico e auto-crítico da situação, ouvimos os informes do Comitê Central defendendo o programa do partido o estadual afinando no mesmo tom; o informante do comitê de zona foi o companheiro Geraldo Tibúrcio, passamos três dias redigindo o informe. O companheiro foi incisivo e com a coragem que lhe [era] peculiar criticou os pontos negativos do programa disse mesmo ser inviável a sua aplicação no campo, principalmente junto ao assalariado agrícola, que pedia carteira assinada e salário mínimo que não constava em nenhum ponto do programa. Os companheiros nos ouviram com atenção devida e levou o informe do comitê de zona para ser debatido junto ao comitê central (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979).

Depois dos embates e a tentativa de adaptação a linha oficial do partido procurando atuar entre os assalariados da Companhia Cafeeira de Goiás, que surgiu antes de Trombas e Formoso como primeira possibilidade de adaptação a linha oficial do partido, ocorreram mudanças de rumos motivadas pelas notícias que chegavam dos camponeses revoltosos do norte goiano. Em um contexto em que a “revolução brasileira” era apresentada como na ordem do dia, Trombas e Formoso surgia aos pecebistas como a confirmação da possibilidade de atuar no foco detonador da mesma.

Havia na prática uma radicalização dos pecebistas ao aplicar os pressupostos do Manifesto de Agosto de 1950 e do IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro, que criticavam o “programa” por supostamente não considerar as categorias de assalariados no campo. Enquanto na realidade o primeiro considerava a luta junto aos assalariados agrícolas, não se restringia a luta do posseiro, e logo após o suicídio de Vargas endossavam-se as possibilidades diversas de atuação mantidas abertas pelos documentos;

em defesa da Constituição, da liberdade de imprensa, da liberdade sindical, pelas reivindicações operárias, camponesas e populares, contra a carestia da vida, pelo congelamento de preços, contra qualquer tentativa no sentido de redução do salário mínimo (MANIFESTO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 09/1954).

O Manifesto de Agosto de 1950 ou esse Manifesto do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil em setembro de 1954 deixavam em aberto inúmeras possibilidades de atuação no campo. Entretanto, a partir da compreensão equivocada da sua impropriedade para a atuação na CANG ou entre os assalariados agrícolas da Companhia Cafeeira de Goiás, se passou a atuar na luta pela posse da terra em Trombas e Formoso. Nos interessa não o documento em si, textualmente claro quanto as diversas possibilidades de atuação, mas como os agentes a quem ele se dirigia o avaliaram na sua prática política;

Fizemos a análise crítica e auto-crítica de nossa atuação no campo, o companheiro Soares com muita propriedade sustentou a tese da falta de realidade no programa político de 1954 principalmente sua inviabilidade no meio do assalariado agrícola. Em certa altura do seu informe ele disse, que o objetivo em Goiás era a luta contra a grilagem da terra, que dentro do nosso comitê de Zona tinha a região de Trombas e Formoso que o negócio era partir para lá; ligar as massas, prepara-las politicamente e lutar contra o grileiro (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979).

Foi a decisão de agir junto aos posseiros de Trombas e Formoso tomada após uma avaliação que diagnosticou a incompatibilidade entre a ação na CANG e em Goianésia e o programa do partido, após as mudanças na sua linha política entre 1950-1954. Diante dos representantes do Comitê Estadual e do Comitê Central os pecebistas na CANG manifestaram a impropriedade do Manifesto de Agosto de 1950 e das resoluções políticas do IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro para aquela situação em que atuavam. Há a necessidade de considerarmos os embates internos no Partido Comunista Brasileiro para verificarmos que a decisão de abandonar o caminho até aquele momento trilhado e partir para Trombas e Formoso se deve a motivação criada pelas notícias de que alguns camponeses já se mostravam dispostos a agir na luta pela posse da terra. O que nos possibilita compreender a ambigüidade presente nos diversos conflitos em Trombas e Formoso e a atuação singular do Partido Comunista Brasileiro nesses acontecimentos. Tendo nascido em uma realidade predominantemente rural, onde a atuação junto aos camponeses apresentava-se como atividade cotidiana, conformou-se uma atuação política distinta do centralismo adotado pelo partido nos grandes centros urbanos.

No diário pessoal de José Sobrinho, membro do PCB, é possível mapear esse embate dentro do partido e como foram levados a decidir pela atuação em Trombas e Formoso. Esses camponeses organizados, muito antes da chegada dos agentes de mediação, demonstrou a esses a viabilidade da ação política propugnada pelo partido. No entanto, posteriormente, as explicações públicas que o autor do diário deu para o envolvimento do partido nesses acontecimentos procura apresentar a decisão como consensual e sem embates com outras instâncias do partido;

Houve um pleno ampliado no município de Ceres, nas margens do córrego Itapeva, que era a posse de um nosso companheiro Geraldo Marques. A delegação de Uruaçu na qual eu fazia parte informou o plenário a existência de um grilo de terra de mais de trinta mil alqueires na região de Formoso e Trombas no Município de Uruaçu. Uma grande área de terra ocupada por posseiros em vias de serem despejados. Criou-se então uma comissão que haveria de ligar a produção e trabalhar na região. A comissão foi composta por Geraldo Aureliano, João Soares de Oliveira, José Ribeiro e Geraldo Marques. Eu fiquei na comissão de finanças para dar cobertura o pessoal, depois de um estudo da realidade local, a comissão começou organizar os conselhos de córregos para defesa das posses e não pagamento do arrendo aos grileiros, e resistência aos despejos (SOBRINHO, 1988, p.11).

Foi a atuação pecebista nos acontecimentos de Trombas e Formoso circunscrita a condição camponesa e pelos imperativos da organicidade do Partido Comunista Brasileiro. Trata-se de uma visão de mundo demarcada por essas duas condições, o que não significa que não haja outras questões subjacentes, mensuráveis na expectativa que tinham de cumprir o que se interpretava como determinado pelo partido;

então, surgia esse movimento assim, que a gente fazia... uma resolução de acordo com a linha política daquela época, que era uma linha assim... um pouco sectária e tudo mas nós tinha a obrigação de cumprir as tarefas do partido. Então, dentro daquele movimento da colônia, como estava dizendo, surgiu a fazenda cafeeira, que tinha uns americanos, que nós também na colônia quando ia recolher arroz nós fazia isso, que..... pessoal do nordeste trazido pelos gatos, são aqueles que trazem para vender na cidade, ou para trabalhar, cobrando frete e mais alguma coisa... eles deixavam a pessoa nos pegava, pagava a despesa, e levava o pessoal pra trabalhar, né? Agora, nós que era do partido, que tinha uma consciência assim, de acordo com os interesses dos trabalhadores, nós tratava eles muito bem... mas nessa fazenda cafeeira, que era do outro lado do Rio das Almas, eles faziam o contrário, eles prendiam o cara lá, não pagava ele, não tratava bem dele e não deixava ele ir embora (BAILÃO, 1991, p.6).

Em momento histórico posterior, quase que consensualmente, essa atuação sob a ótica do Manifesto de Agosto de 1950 e do IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro (1954) foi reavaliada como sectária. Essa crítica ao sectarismo dos documentos estava implícita nas manifestações pecebistas, que atuavam diretamente no campo, de que não estavam contempladas as demandas de colonos e trabalhadores rurais assalariados. O que possibilitou, posteriormente, uma ressignificação do passado por parte dos membros do partido como cheia de predicativos apesar de todos os esforços para evitar que as atuações chegassem novamente ao ponto que chegou em Trombas e Formoso;

O negócio era o seguinte: o partido tinha uma linha muito radical, como você sabe, e alguns pontos era difícil mas a gente, não sei se a gente estava tão imbuído, muito imbuído, convicto, né, da orientação do partido, né?, a gente se via em dificuldade mas levava, né? E o partido inclusive era um partido mais influente do que é hoje, apesar da dificuldade... da sua linha política... E a questão da reforma agrária, a verdade é que até hoje está em pé, né? O partido propunha a realização da reforma agrária, legalização das posses, então, por outro lado a gente não tinha dificuldades (TIBÚRCIO, 1990, p.4).

Diante da importância do Manifesto e do IV Congresso, para a tomada do caminho de Trombas e Formoso como para outras atuações do PCB no campo, vamos discutir seus principais aspectos e as relações sociais concretas que levaram a sua formação. O Manifesto foi expressão das mudanças que vinham ocorrendo no Partido Comunista Brasileiro diante da ilegalidade que lhes foi imposta em 1947. Na concepção de “revolução brasileira” subjacente ao documento mantinha-se a perspectiva de revolução democrática-burguesa - antiimperialista e antilatifundiária- que removeria

os resquícios feudais na economia brasileira para o livre desenvolvimento das forças produtivas e portanto do capitalismo. O documento enfatizava a existência de uma burguesia nacionalista e progressista que deveria ser tida como aliada. Desse modo, a suposta guinada a esquerda se deve às mudanças superficiais e periféricas no bojo de um documento que continuava reafirmando os aspectos fundamentais de uma leitura equivocada das relações capitalistas de produção, levando a implicações na ação no campo.

Destacamos alguns aspectos desses documentos e a unanimidade quanto a sua importância na ação política pecebista na década de 1950. Então, pautava-se a ação política pecebista a partir dos seguintes aspectos; eram consideradas as causas da miséria e do atraso a estrutura arcaica da economia, a baixa renda nacional, os restos feudais e o monopólio da terra, situações que impediam a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional (MANIFESTO DE AGOSTO DE 1950 In: CHACON, 1998, p.359). Era considerado preciso libertar o país do jugo imperialista, por abaixo a ditadura de “latifundiários e grandes capitalistas”, substituir o governo entreguista por um “democrático e popular”. Os meios para isso seriam a confiscação das empresas imperialistas e dos grandes monopólios estrangeiros, nacionais e das grandes propriedades latifundiárias que passadas para as mãos dos que nelas viviam e trabalhavam e a nacionalização de bancos. O cumprimento dessa “tarefa histórica” se daria com a união de todos os “democratas” e “patriotas” em uma “ampla Frente Democrática de Libertação Nacional” (MANIFESTO DE AGOSTO DE 1950 In: CHACON, 1998, p.361-362).

O Manifesto é uma guinada à esquerda se comparado aos Programas de Setembro e Outubro de 1945 do Partido Comunista Brasileiro quando gozava de institucionalidade legal. No primeiro evocava-se a necessidade de “relações fraternais com todos os movimentos de libertação nacional” e a exploração da terra por métodos modernos, divisão e entrega gratuita às massas camponesas, liquidação do regime semifeudal e “obscurcimento” reinante no campo (PROGRAMA DE SETEMBRO DE 1945 In: CHACON, 1998, p.350). Enquanto no segundo “o problema econômico imediato do Brasil ainda é o fortalecimento do capitalismo nacional, pois o proletariado sofre mais da debilidade do capitalismo do que do próprio capitalismo” (PROGRAMA DE OUTUBRO DE 1945 In: CHACON, 1998, p.352).

Esses aspectos centrais nos dois programas apresentados acima também é constituinte do Manifesto de Agosto de 1950. O que significa que as alterações na linha política do partido da legalidade para a ilegalidade eram circunstanciais e devidas a impossibilidade de continuar evocando os “representantes do povo” (poder legislativo e executivo) para as reformas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, visto que não se podia continuar disputando eleições sob a própria legenda, para a definição das formas de desapropriação das terras como fizera no Programa

de Outubro de 1945 (PROGRAMA DE OUTUBRO DE 1945 In: CHACON, 1998, p.351).

Então, o Manifesto de Agosto de 1950 manteve inalterada a compreensão da realidade brasileira onde o atraso se devia sobretudo ao imperialismo e ao latifúndio. O que mantinha um vasto leque de alianças entre as forças identificadas como nacionalistas e patrióticas apesar de menos expectativas quanto ao apoio da burguesia brasileira. Diante desses pressupostos era feita a evocação ao homem do campo no Brasil;

Trabalhadores do campo! Assalariados, peões, meeiros, parceiros, colonos, arrendatários, trabalhadores do eito! Organizai-vos nas fazendas e nas aldeias. Lutai pelos vossos interesses econômicos, por maiores salários, pelo pagamento do salário em dinheiro e quinzenalmente, contra o vale e os preços extorsivos do armazém ou barracão. Lutai pela completa liberdade de organização e de locomoção dentro do latifúndio, contra a expulsão da terra, pelo direito de prorrogação de todos os contratos, por uma menor taxa de arrendamento, pela liberdade para a venda no mercado de toda a produção. Lutai contra a guerra imperialista, em defesa da paz e pela posse da terra; por um governo democrático popular que vos ajude a tomar a terra dos latifundiários e a distribuí-la sem indenização entre os trabalhadores do campo (MANIFESTO DE AGOSTO DE 1950 In: CHACON, 1998, p.368).

Houve uma supervalorização que atribuiu os olhares do Partido Comunista Brasileiro ter se voltado para o campo ao seu projeto de “revolução brasileira”. Enquanto sua própria condição de ilegalidade o obrigava a procurar novas formas de atuação diante do fechamento de canais diretos com a democracia representativa. Um outro aspecto, que torna indiferente ao Partido Comunista Brasileiro em Goiás as novas formas de atuação, é que nessa realidade de escassa industrialização o partido já se organizava predominantemente no campo. O último foi um aspecto determinante para que os membros do PCB-GO na CANG se decidissem pelo apoio a Trombas e Formoso, como explica Geraldo Tibúrcio;

Nós soubemos disso [Trombas e Formoso], o partido já estava em Ceres, organizado na colônia. Não era na cidade, nós éramos organizados no campo. Então, eles mandaram para lá, pessoas para ver o negócio de perto, o que estava acontecendo. Chegando-lá, constatamos que, de fato era uma grilagem. Não tinha outra solução, a solução era ir para a imprensa, denunciar, organizar os trabalhadores, os camponeses, os trabalhadores rurais, para montar resistência, para não sair da terra. E isto foi feito (TIBÚRCIO apud SOUZA, 1999).

Essa condição camponesa, dos militantes pecebistas, foi determinante para o tipo de atuação oferecida pelo partido em Trombas e Formoso. O que é confirmado pela declaração de Dirce Machado, membro do PCB-GO, que atuou na revolta camponesa;

Agora nós chegamos à conclusão que dentro de Trombas e Formoso a gente tinha de ter uma política local, uma estratégia local, não podíamos copiar o de Cuba, da China, e nem outro, a gente tinha que criar a nossa de acordo a nossa realidade. Ali qual era o nosso objetivo? O direito de legalizar nossas terras. Qual era o nosso inimigo principal? Era os grileiros, os jagunços. O que a gente tinha que fazer?

Unir para defender. E tínhamos que ter apoio, o que nós tivemos demais, tivemos muito, dos estudantes, até da classe liberal nós tivemos (MACHADO, 2006).

A atuação do partido em Trombas e Formoso passava pela negação dos princípios formulados no documento, tal qual, e sua adaptação às condições concretas que se colocavam. O depoimento de José Ribeiro, pecebista em Trombas e Formoso, é exemplar quanto a negação de pressupostos fundamentais do partido na sua visão pejorativa quanto ao camponês. Essa compreensão diferenciada da questão camponesa levou, em alguns momentos, a inflexões entre o PCB-Trombas e Formoso e as instâncias estadual (Comitê Estadual) e nacional (Comitê Central) do mesmo.

Diz que o velho Prestes ainda falou – Não, você está achando muito interessante, mas nós achamos que o movimento dos posseiros é um movimento que não tem seqüência, porque no momento que tiver uma vitória que conseguir a legalização do direito de posse, legalização das terras, os posseiros não vão prosseguir a luta. Que nós nos interessamos mais na área do assalariado... a luta pela reforma agrária... mas de posseiros... - quer dizer, ele demonstrou que não entendia nada sobre posseiros, viu, não tinha noção. E formaram essa idéia que é completamente falsa... do ponto de vista do Manifesto de Agosto, revolucionária, revolução uma luta armada... para tomar o poder... Eles achavam que os posseiros não interessava por isso, que era apenas legalizar a sua posse, sua reivindicação era restrita, viu... E a realidade do ponto de vista do marxismo leninismo, a história demonstra muito diferente, que o homem sempre luta por melhores condições de vida (RIBEIRO, 1995).

No momento da revolta camponesa de Trombas e Formoso dentro do Partido Comunista Brasileiro tangenciava-se as discussões sobre a “revolução brasileira” fundamentalmente em dois grupos: um considerava o país predominantemente feudalizado enquanto outro inspirado na IV Internacional e em uma perspectiva trotskista afirmava a predominância do capitalismo na realidade nacional. No campo, o Manifesto de Agosto de 1950, se propunha a “democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos assalariados agrícolas” (MANIFESTO DE AGOSTO DE 1950 In: CHACON, 1998, p.364) e não o fim da propriedade privada dos meios de produção. Tratando-se de um programa voltado ao desenvolvimento do capitalismo como etapa indispensável, segundo o partido, para a chegada ao socialismo. Um aspecto que aparece residualmente no Programa de Setembro e Outubro de 1945 comprovando a vinculação ao modelo de “substituição de importações”, tendo muita importância, é a divisão entre camponeses sem terra das propriedades rurais não cultivadas, sobretudo nas imediações das grandes cidades (PROGRAMA DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 1945 In: CHACON, 1998, p.350).

O que demonstra a definição da questão da luta do posseiro, dentro do Partido Comunista Brasileiro, a partir de parâmetros comuns aos setores “progressistas”, “nacionalistas” e “patrióticos”; distribuir a terra para romper com o latifúndio que atrasa o desenvolvimento do

capitalismo e fazer do campo reserva de força de trabalho, fornecimento de matérias primas e alimentos a baixo custo, essa última medida inclusive possibilitava uma maior taxa de lucro ao capitalista que poderia pagar salários mais baixos diante do baixo preço da subsistência necessária para que o operário voltasse no dia seguinte para o trabalho⁸². Discutindo o IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro (1954) Edgard Carone confirma essa questão;

Os camponeses arruinados, privados da terra, não podem desenvolver satisfatoriamente a agricultura e a pecuária e assegurar o abastecimento de víveres à população e de matérias-primas à indústria, não têm condições de adquirir equipamentos agrícolas ou mais elementares nem de comprar uma quantidade mínima de artigos industriais (CARONE, 1982, p.131)

O camponês que lutava pela terra em Trombas e Formoso caracterizava-se pela temporalidade em que a posse da terra era definida a partir da própria necessidade e não em função da industrialização nacional.

No Manifesto de Agosto de 1950 se falou na confiscação das grandes propriedades latifundiárias, as benfeitorias realizadas pelo proprietário e sua pronta entrega aos camponeses. Era uma posição avançada para a época, se considerarmos que um intelectual vinculado ao Partido Comunista Brasileiro, como Moisés Vinhas, em 1968, defendia a desapropriação de terras mediante indenização aos antigos proprietários através de títulos públicos e conforme previa o “Estatuto da Terra” (VINHAS In: STEDILE 2005, p.153).

A ação dos membros do Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso não deve ser restringida às motivações geradas pelo Manifesto de Agosto de 1950 ou às resoluções políticas de 1954. Levando seus agentes a uma intervenção diferenciada nos primeiros anos de atuação nessa revolta camponesa. Contraditoriamente havia nos postulados do Partido Comunista Brasileiro a fetichização das relações sociais e das forças produtivas, impossibilitando a compreensão da questão agrária no Brasil.

As forças produtivas, por si mesmas, não se desenvolvem. Somente no pensamento mágico se poderia supor o contrário e, neste caso, então, as mesas poderiam começar a dançar como se tivessem vida própria, tal como Marx colocou. As forças produtivas no capitalismo são mercadorias e, por conseguinte, o fetichismo das forças produtivas é o fetichismo da mercadoria apresentado sob linguagem marxista (VIANA, 1998, p.32).

No entanto, essas não são as primeiras e únicas críticas a ser dirigidas a concepção pecebista da “revolução brasileira”. Segundo Paulo Ribeiro da Cunha, Oto Santos um crítico do Manifesto de

82 Essa definição da questão agrária, a luta pela posse da terra a partir dos interesses da industrialização brasileira que entre outras faz do Partido Comunista Brasileiro um agente de criação das condições gerais de produção capitalistas, também era comum ao Manifesto de Agosto de 1950 e posteriormente veio aproximar os pecebistas e populistas nos seus projetos de reforma agrária. Havia entre esses a diferença de que para o primeiro essa era uma medida que visava desenvolver as forças produtivas e o capitalismo como etapa transitória para o socialismo, pelo menos no nível do discurso, enquanto para o segundo a questão estancava em garantir o desenvolvimento capitalista em si.

Agosto de 1950 e da linha adotada no IV Congresso do PCB, afirma que o trabalho de organização política deveria considerar a situação concreta, específica de cada local, não se prendendo a fórmulas e utilizando todas as formas de luta ao não ignorar as reivindicações camponesas (CUNHA, 2007, p. 75). Na realidade esses aspectos estão residualmente presentes nesses documentos. O Manifesto de Agosto de 1950 não se restringe à questão a luta do posseiro e da luta armada. Deve-se considerar que as acusações de que o documento era “sectário” estão no bojo da caça às bruxas após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e devido a nesse contexto (1950-1956) as ações de membros do “partidão” ter fugido em certa medida ao controle do Comitê Central.

O Manifesto de Agosto de 1950, tão revolucionário para Sebastião de Barros Abreu como para Paulo Ribeiro da Cunha, reafirma a necessidade de uma Frente Democrática de Libertação Nacional. Onde são eleitos os principais responsáveis pelo atraso da economia nacional: o imperialismo norte-americano e o latifúndio (CHACON, 1998). Segundo Antônio Carlos Mazzeo (1999, p.77)

o que constitui o aspecto fundamental do Manifesto é, sem dúvida, a tentativa de lançar as bases de uma plataforma que acumulasse politicamente e que criasse as condições para a construção de um governo de transição, partindo do entendimento da necessidade de uma democracia radicalizada e centrada no proletariado. Nessa direção a democracia pretendida deveria ir além do jogo institucional burguês. O manifesto é claro nesse ponto, isto é, a democracia deveria estar sendo construída e realizada diretamente pelo povo, por meio de organismos populares, como os tribunais populares e núcleos organizados da Frente Democrática.

O Manifesto manteria a perspectiva estadolatra mesmo em um contexto em que o partido estava na ilegalidade. O que está relacionado a perspectiva pragmática do processo de “bolchevização” pelo qual havia passado⁸³.

83 O Partido Comunista Brasileiro só foi admitido como membro da III Internacional em 1924 e nesse período já se definia pela revolução brasileira como “democrático-pequeno-burguesa”. A principal influência que essa exerceu sobre o partido foram as teses do IV Congresso que acentuavam a necessidade de independência do proletariado em face da pequena burguesia “nacionalista” e das alianças com a burguesia “progressista” e antiimperialista em um período em que no movimento comunista internacional já vigoravam as determinações do V Congresso (1924) que criara o Secretariado Sul-Americano do Komintern (MAZZEO, 1999). Então, o PCB procurava manter sua autonomia quanto a reflexão sobre a “revolução brasileira” e somente após a I Conferência dos PCs da América Latina (1929) passaria a uma posição de subordinação quanto a III Internacional Comunista. Somente no VI Congresso (1928) institucionalizou-se a teoria da revolução feita em etapas e foi generalizada a etapa da revolução democrática burguesa a análise dos países que ainda não teriam passado por ela. Definindo que nos países coloniais, semicoloniais e dependentes, como o Brasil, por exemplo; “Nesses países a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constitui objetivos conseqüentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional” (MAZZEO, 1999, p.47). No Partido Comunista Brasileiro, a partir de 1929, se deixará de privilegiar “a realização da democracia sob hegemonia do proletariado” para passar a considerar a democracia como uma “etapa” a cargo não da classe operária, mas de uma suposta “burguesia nacional” que estaria em “contradição” com o imperialismo (MAZZEO, 1999, p. III e IV). Na década de 1930 a política da Frente Única foi transformada na política das Frentes Populares (MAZZEO, 1999). Esse “segundo período” da vida do partido será marcado pela conjugação do “prestismo”, toda a tradição golpista no pensamento nacional, e a visão da teoria da revolução do partido. Esses fatores levam na segunda metade da década

Foi tomada a decisão de tomar o caminho de Trombas e Formoso após as questões colocadas pelo Manifesto e o IV Congresso. Todavia os camponeses organizavam-se no Brasil antes mesmo da escolha dos agentes de mediação pela sua luta. Essa situação fez com que o partido diante das condições sociais concretas dos camponeses tivesse acesso às bases sociais apropriadas a sua atuação. Tanto que, em Goiás, o IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro foi precedido de intensas discussões e uma participação efetiva dos camponeses que possibilitou a realização de um congresso de trabalhadores agrícolas. José Fernandes Sobrinho, perguntado sobre a organização dos debates que antecederiam o IV Congresso, esclarece;

Perfeitamente, isso foi precisamente em 1953 no mês de abril foi que organizou-se em Goiás a primeira conferência estadual do Partido na ilegalidade. Afim de ser discutidas as bases e diretrizes ao 4º congresso que ia realizar-se em 1954 em qualquer lugar do Brasil. Tínhamos organizado um Comitê Regional, que mais tarde transformou-se em Comitê de Zona: que abrangia os municípios de Jaraguá, Ceres, Uruaçu, Carmo do Rio Verde, Uruana, Itapaci, Porangatu e Niquelândia. Organizamos discussões políticas em todos os municípios dentro de nossa faixa de atuação, naturalmente que as reuniões era ilegais organizadas dentro da segurança que a ilegalidade nos impunha. A proporção era de um delegado por cada três militantes à conferência regional, que elegia seus deputados ao Comitê Estadual e Central. Coroando as lutas preparatórias ao 4º congresso do PCB, organizamos em Goiás o 1º congresso dos trabalhadores agrícolas realizado na cidade de Ceres... (SOBRINHO, 1988, p.7).

Nesse congresso, estiveram representadas várias cidades, e Sobrinho destacou a presença do vereador de Goiânia pelo PCB Sebastião de Barros Abreu, que aqui tem sua historiografia e memórias sobre Trombas discutidas, e o vereador pecebista de Anápolis, Clóvis Bueno Monteiro. Sobrinho deixa claro que, para ele, os anos de 1948-1954, teria sido o momento em que o Partido Comunista Brasileiro mais teria realizado grandes movimentos de massa em Goiás (SOBRINHO, 1997, p. 158). Nesse último ano de mobilizações tão intensas, reclama a ausência de um amplo e democrático debate das teses do partido e a indicação dos delegados terem sido manipuladas pela direção, foram aprovados os informes de Prestes, Arruda e Amazonas. Daí, tecer algumas críticas ao

de 1930 a uma completa dissonância entre as posições políticas do PCB (chamando a luta armada) e a política da Internacional Comunista que a partir do VII Congresso aposta nas amplas frentes populares (MAZZEO, 1999). Somente no “terceiro período” da história do PCB são adotadas essas teses do último Congresso da Internacional Comunista e sua política de amplas alianças de classe que só diminuiu seu leque com o Manifesto de Agosto (1950). Porém, se não fosse essa pequena interrupção a nova política teria sido toda ela de defesa da colaboração do proletariado com a construção do capitalismo nacional. Era uma guinada a direita característica do movimento “comunista” internacional. Após a dissolução do Kominter, em 1943, a aplicação mecânica do PCB das teses do VII Congresso foi levando a sua transformação em “partido de esquerda institucional” (MAZZEO, 1999). Entre 1945 e 1950 a política do PCB era de colaboração com a burguesia “nacional”. Porém, ter sido colocado na ilegalidade fez com que o Manifesto de Agosto de 1950 fosse um hiato nessa política. A transformação do PCB em um “partido da ordem” não afastou o medo da burguesia da eclosão revolucionária de cunho proletário. Em 1948 já havia lançado o Manifesto de Janeiro, no qual, fazia dura autocrítica a sua política de “união nacional”. O leque das alianças agora deixava de ser tão amplo. Mas mantinha-se a idéia de uma revolução em “etapas” e a necessidade de impulsionar a “etapa nacional-libertadora” (MAZZEO, 1999).

papel da linha política adotada pelo partido para a atuação no campo;

O programa do IV Congresso [1954] não refletiu a realidade brasileira. Foi mais uma confirmação, com pequenas diferenças, do Manifesto de Agosto. Tudo isso aconteceu na medida em que o comitê central (comitê central) jamais ouviu e debateu as teses das bases. Isso vem acontecendo ao longo de nossa história, originando, desta falta de audiência, as defecções que tem havido em nossas fileiras. Sem ligar muito para as bases, ouvindo apenas os comitês estaduais e poucos comitês de zona, em 1955 o Partido Comunista Brasileiro lançou um manifesto, alterando a sua linha política e alertando os brasileiros sobre a possibilidade de uma ditadura militar fascista. Novamente, as bases não foram ouvidas para dar maiores subsídios. A posição política foi correta, mas a falta de respeito às normas estatutárias e de aplicação do Centralismo Democrático levou o Partido Comunista a perder as suas características e a servir de linha auxiliar do PSD e do PTB (SOBRINHO, 1997, p.158-159).

Essa posição de José Fernandes Sobrinho, escrita ao se aproximar o final da década de 1970, continuava repetindo as críticas que já eram feitas pelos pecebistas na CANG antes que no horizonte surgissem os acontecimentos de Trombas e Formoso. Entretanto, sendo aquele um período onde esse pecebista envolvia-se na luta pela anistia e os direitos daí decorrentes, ele idealiza o passado das lutas sob a égide do Manifesto e do IV Congresso ao mesmo tempo que os caracteriza como sectário e dogmático;

A linha política do IV Congresso cobriu o debuxo do Manifesto de Agosto e foi considerada sectária, dogmática e voluntarista; mas em nossa região, sob a égide desta linha que correspondeu ao período de 1948-1954, foi que realizamos os grandes movimentos de massa com aspectos bastante positivos (SOBRINHO, 1997, 157-158).

É necessário recordarmos que José Fernandes Sobrinho foi um dos membros do Partido Comunista Brasileiro envolto em intensas atividades do partido no norte de Goiás. Sendo suas memórias um importante registro dos conflitos internos e das posições adotadas pelo “partidão” no que diz respeito a Trombas e Formoso. Esse trabalho incluiu esse militante entre suas fontes não restritamente devido a sua condição de memorialista apreendida em *Vivências no Agreste*, mas também devido a sua produção e trajetória política poder ser apreciada em outros documentos como seu diário pessoal e entrevistas.

Destacamos a importância da condição de ilegalidade para a produção de documentos retoricamente revolucionários no PCB, como o Manifesto de Agosto de 1950, por exemplo. Um segundo aspecto, ao qual chamamos a atenção, é mesmo o stalinismo tendo dissolvido a III Internacional, em 1943, sua concepção etapista da história, baseada em modos de produção inevitáveis, continuava a influenciar o PCB e seu projeto de “revolução brasileira”⁸⁴. Porém as

⁸⁴ Essa concepção surgida sistematicamente no VI Congresso da III Internacional (1928) defendia para o “terceiro mundo” uma estratégia que consistia em uma revolução burguesa, nacional e democrática, de caráter anti-

frações do partido em disputa, acerca da natureza da “revolução brasileira”, ignoravam a possibilidade de reprodução do capitalismo através de relações não-capitalistas de produção. Exatamente o processo que se desdobraria em Trombas e Formoso na tentativa de cobrança do arrendo dos camponeses.

Nos acontecimentos de Porecatú a intervenção do PCB na região foi favorecida pelos Manifestos de Janeiro de 1948 e de agosto de 1950, segundo Angelo Priori, e a defesa da “violência revolucionária” propôs em seu programa uma Frente Democrática de Libertação Nacional que favoreceria a “revolução agrária e antiimperialista” com a imediata entrega das terras dos latifundiários para os camponeses que nelas trabalhavam (PRIORI, 2000, p.162-171). Essa resistência armada a expropriação teve como embrião a fundação das Ligas Camponesas na região, em 1944, em Ribeirão do Tenente que contou com um grupo de 270 famílias. Os posseiros Herculano Alves de Barros, Hilário Gonçalves Padilha e José Bittar foram escolhidos seus representantes e em Guaraci um grupo de 268 famílias formou uma Liga que elegeu como seu representante o posseiro Manoel Marques da Cunha e o objetivo dessa era legalizar a posse da terra (PRIORI, 2000, p. 211-219).

Nesse mesmo ano a Liga Camponesa de Ribeirão do Tenente contratou dois advogados para defender os seus interesses e esses foram demitidos pelos posseiros devido a sua insatisfação (PRIORI, 2000). Foi Manoel Marques da Cunha a capital da República, Rio de Janeiro, solicitar de Vargas a intervenção a favor de centenas de famílias contra os despejos. Só tinham como garantia os requerimentos encaminhados ao Departamento de Terras e Colonização do Estado (PRIORI, 2000). Em 1946, a insatisfação levou a uma grande manifestação organizada pelas Ligas de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Água da Pelotas, cabeceiras do Centenário, Água Tupi e Ribeirão do Capim. Nessa mais ou menos 1500 pessoas se reuniram no patrimônio de Guaraci e fecharam a estrada que ligava Presidente Prudente a Londrina reivindicando a legalização imediata das terras dos posseiros. Essas manifestações gerou um sentimento de unidade entre os posseiros de toda a região e visibilizou o seu problema (PRIORI, 2000).

Os parlamentares do PCB a nível estadual e nacional tiveram papel fundamental condenando a violência contra os posseiros e nessa época as lideranças desses entrou em contato com o PCB (PRIORI, 2000). O envolvimento do PCB se deu através do Comitê Municipal de

imperialista e anti-feudal que libertaria o campesinato da condição servil e depois do capitalismo os levaria ao socialismo (ARAÚJO apud CHEVITARESE, 2002). Eram complexos os equívocos políticos cometidos pelo PCB diante da reflexão teórica que fazia da realidade brasileira. “...enquanto teria sido fácil ao PCB reconhecer na formulação da sua política a industrialização e o novo dinamismo da vida nacional, a frente única existente etc., parece que, pelo menor grau de desenvolvimento do movimento camponês em relação à extensão mobilizatória do nacionalismo (como era equacionado no PCB esse problema), resultava-lhe ‘mais difícil’ decifrar a questão agrária brasileira dos anos 50” (SANTOS e COSTA, 1997).

Jaguapitã que tinha como dirigentes Arildo, Ângelo, Miguel e Mercedes Gajardoni que atuaram na organização do movimento e conscientização dos posseiros para defender suas posses primeiro legalmente e depois com as armas (PRIORI, 2000).

O farmacêutico Ângelo Gajardoni antes mesmo do início dos grupos armados em novembro de 1948, levou a região litigiada o então vereador londrinense Manoel Jacinto Corrêa, que sugeriu ao Comitê Estadual em Curitiba o apoio aos posseiros (PRIORI, 2000). Em Londrina o PCB iniciava o movimento de solidariedade aos “resistentes de Porecatú” e a família Gajardoni trocava sua farmácia em Jaguapitã por dez alqueires de terras de mata virgem nas margens do Ribeirão Tenente (PRIORI, 2000). Foi a cassação do registro eleitoral do PCB, em 1947, que levou ao aumento das visitas dos seus membros na região e a conquista da confiança e simpatia dos posseiros se deu depois que levavam roupas, mantimentos, remédios e dinheiro (PRIORI, 2000).

4.2- No caminho da CANG para Trombas e Formoso

Os pecebistas camponeses da CANG se viram motivados a se adaptar às condições apresentadas pelo Manifesto de Agosto de 1950 e o IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Foi nesse contexto que se envolveram nos conflitos de Goianésia, a Companhia Cafeeira de Goiás. Entretanto as demandas salariais que encontraram em Goianésia foi avaliada pelos pecebistas como imprópria a linha proposta pelo Partido Comunista Brasileiro nesses primeiros anos da década de 1950.

Diante disso a primeira iniciativa desses membros foi fazer a crítica aos documentos elaborados, pois, tinham diante de si uma situação na qual não eram favorecidos pelo programa do partido. Nesse instante Geraldo Tibúrcio encaminhou, na reunião do Comitê Estadual, para o Comitê Central suas críticas ao programa e apontou o limite desse junto aos trabalhadores assalariados. Já que esses reivindicavam salário mínimo e carteira assinada que não constavam no programa do partido (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979). Coincidentemente naqueles dias Tibúrcio foi transferido para São Paulo com a tarefa de dirigir o Jornal “Terra Livre” e ainda o Comitê Central havia deliberado o fechamento dos jornais do partido em Goiás: “Ranca Toco”, “O Estado de Goiás” e “Frente Popular” (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979).

Todavia, as críticas a atuação na Companhia Cafeeira e o programa do partido não vinham de um único membro: Geraldo Tibúrcio. Essas eram endossadas por João Soares que também não concordava com a utilização do programa do partido de 1954 para situações como as da Companhia Cafeeira e ressaltava sua inviabilidade entre os trabalhadores assalariados agrícolas. Destacava que em Goiás o objetivo deveria ser a luta contra a grilagem da terra (SOBRINHO, Diário Pessoal,

15/05/1979). Foram, então, interpelados a decidir em reunião do Comitê Zonal a apoiar os camponeses de Trombas e Formoso.

Tomando esse caminho começaram a percorrer córregos, formar “associações” (que depois teriam passado a ser chamadas de conselhos) e uma “inorme (sic) associação” que teve eleito como presidente José Porfírio.

Assim disse e foi feito, fizemos um levantamento da região, córrego por córrego, riacho por riacho percorremos todas as matas; verificamos inorme (sic) potencial humano ao longo da Belém-Brasília, que valorizou inorme (sic) feudo de trinta mil alqueires que pertencia ao governo da União, que os grileiros unidos com as autoridades de Uruaçu, Porangatu e Amaro Leite, forjaram um documento estavam requerendo o despejo de mais de três mil famílias. Fundamos associação em todos córregos, imediatamente partimos para objetivo certo, criamos o Comitê Municipal da região de Formoso e Trombas, o companheiro João Soares casou-se com uma lavradora (sic), Geraldo Marques fundou uma posse para ele, José ribeiro casou-se com a nossa companheira Dirce e foi morar também numa posse, criamos uma inorme (sic) associação de posseiros reconhecida pelo governo, registrada no Ministério do Trabalho. Unimos a batalha judiciária e revolucionária pela posse da terra. A Associação com mais de 600 pessoas tinha seu departamento jurídico entregue a advogados, realizamos a primeira eleição quando foi eleito o companheiro José Porfírio de Sousa. Já meu conhecido bastante tempo. Como líder religioso, logo com a nossa chegada ele trocou a Bíblia pela carabina. Ingressou no PCB. Tornou-se um grande teórico e sabia ligar a teoria a prática. Quando perdemos a batalha judiciária, que vieram com os despejos e pagamento arrendo a palavra de ordem foram essas não sair da terra e não pagar arrendo. Para isso contamos com o apoio dos sindicatos da cidade, estudantes e intelectuais como Bernardo Élis, Carmo Bernardes, José Godoy Garcia, José Décio Filho; que escreveu na trincheira revolucionária da honra, onde traçava com invulgar lucidez a luta dos camponeses de Trombas e Formoso. Mas a vitória foi conquistada lá mesmo, no corpo a corpo e com as carabinas na mão. As forças do governo bateram em retirada e a terra ficou para quem nela trabalha até o golpe de 1964. E por falar em Trombas, cadê Zé Porfírio? (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979).

No entanto, em 1988, entrevistado por professores de diversas áreas de formação para o Departamento de História da Unicamp. José Sobrinho explicaria a iniciativa de tomar o caminho de Trombas e Formoso como uma decisão consensual e sem entreveiros. Como já demonstramos acima. No seu relato memorialístico desaparecera as divergências quanto a atuação na Companhia Cafeeira e as críticas ao programa do partido para a atuação entre assalariados. Nessa explicação consensual desaparecem as divergências internas e surge um partido unido e decidido a atuar em Trombas e Formoso sob a égide do Manifesto de Agosto de 1950 e as decisões do IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Sai de cena as contradições que permearam a ação dos agentes de mediação e camponeses em Trombas e Formoso e entra o fetiche do partido como o grande demiurgo. Entretanto essa apresentação consensual da decisão de atuar em Trombas e Formoso, não significa um lapso de memória, mas a confirmação de que após um processo de disputa interna os pecebistas da CANG conseguiram ditar ao Comitê Estadual as novas bases em que encaminharia

sua política no campo. Evidenciando as contradições internas do partido e como essas condições possibilitam a ascensão de perspectivas que se contrapõe a hegemônica no seu interior.

Capítulo 2

O partido como agente de mediação e a luta contra a expropriação (1954- 1957)

1- A chegada do partido e o “anticomunismo” camponês

Segundo Sebastião de Barros Abreu a organização dos posseiros se deu sob condições em que esses se encontravam dispersos em suas roças e amesquinados nas suas preocupações cotidianas. Esses representariam o atraso, no qual, a intervenção do Partido Comunista Brasileiro foi fundamental para que houvesse revolta (ABREU, 1985, p. 50-56). Nesse capítulo nosso objetivo é compreender as condições sociais de intervenção do Partido Comunista Brasileiro como agente de mediação na luta camponesa de Trombas e Formoso na resistência a expropriação da posse da terra. Entretanto nos contrapomos a posição de Abreu (1985) que enfatiza a ação do partido político como o agente responsável pela conscientização do campesinato, o que é uma posição contraditória do mesmo.

A ameaça de uma invasão iminente, sempre prometida pelos grileiros, não impedia que a vida seguisse o seu curso normal no povoado. Os dias eram alegres e agitados. Os camponeses haviam descoberto o espírito de comunidade, *a ameaça de perder as terras criara entre eles um forte sentimento de solidariedade*. Aboliram espontaneamente de seu vocabulário as palavras “senhor” e “senhora” e se dirigiam uns aos outros como “compadres” e “comadres” (ABREU, 1985, p. 23, grifo nosso).

Trata-se de superarmos a razão dualista naturalizadora das relações sociais, ao atribuir uma essência a-histórica a camponeses e partido político, onde o primeiro seria identificado pela prática pré-política e o segundo pela prática política.

No entanto, é o próprio Sebastião de Barros Abreu que afirma que os camponeses não tinham no seu horizonte fazer a reforma agrária para os outros, querendo demonstrar a abrangência limitada das manifestações camponesas, e ignorando as condições específicas do movimento (ABREU, 1985, p.82). O dissidente do Partido Comunista Brasileiro considera as recomendações de José Porfirio aos demais camponeses, de que aqueles que queriam terra precisavam lutar por ela, como omissão diante dos que vinham pedir ajuda para proteger suas terras (ABREU, 1985, p. 82). Teria sido o partido político responsável pelo abandono da condição amesquinhada do camponês e sua capacitação para uma visão de mundo de “maior abrangência”.

Todavia, o contato com homens já razoavelmente conscientizados, como Geraldo

Marques, Tibúrcio e Suarão, e com intelectuais e operários de Goiânia levou os posseiros, ao fim de algum tempo, a encarar o problema da terra com muito maior abrangência. A luta em defesa das posses já era vista por muitos como necessária, sem dúvida, mas cujo êxito somente se completaria num contexto de medidas de caráter nacional contra o latifúndio e a espoliação estrangeira (ABREU, 1985, p. 82-83).

Sebastião de Barros Abreu apresenta críticas a ação do Partido Comunista Brasileiro, sobretudo das instâncias mais distantes da luta local, mas não supera a concepção limitadora da ação política do campesinato.

No trabalho de Maria Esperança Fernandes Carneiro, que procura dar voz aos camponeses participantes da revolta e acrescentar algumas críticas a ação do Partido Comunista Brasileiro⁸⁵, não foi superada a perspectiva dualista e a concepção demiúrgica de partido. Na realidade essa historiadora reafirma a perspectiva em que o campesinato entregue a si mesmo não é capaz de manifestações de cunho político;

Num primeiro momento, a luta pela posse da terra restringe-se ao âmbito das reivindicações puramente econômicas. Entretanto, o processo de luta leva os camponeses a entrarem, na maioria das vezes em contato com diversas organizações políticas (igrejas, entidades de classe e partidos políticos) e a ampliarem o seu horizonte de compreensão (CARNEIRO, 1988, p. 34).

Essas posições mostram-se insuficientes para a compreensão dos acontecimentos de Trombas e Formoso devido não considerar as especificidades dos agentes sociais envolvidos na revolta (partido e camponeses), as mudanças históricas pelas quais passaram esses agentes e as relações sociais que estabelecem possibilitando encontros e desencontros.

1.1-O “anticomunismo” na cidade e no campo

No que se refere ao Partido Comunista Brasileiro, em Goiás, apesar das condições específicas em que surgiu é resultado da modernização capitalista no sul do estado. Esteve vinculado e colocou em discussão os grandes temas nacionais que ecoavam no Comitê Central. Também sentiu o reflexo da “guerra-fria” e do combate empreendido pela Igreja à ação dos militantes comunistas. Essa instituição deu seus primeiros sinais de preocupação com a questão agrária em setembro de 1950, através da carta de teor conservador do Bispo de Campanha, interior de Minas Gerais, Dom Inocêncio Engelke, que ressaltava os problemas do êxodo rural e propunha que se fizesse a reforma agrária antes do povo⁸⁶ (MARTINS, 1999).

85 Tendo ocorrido uma cisão entre os membros do partido em Trombas e Formoso e o Comitê Estadual/Nacional (CARNEIRO, 1988, p.154-157).

86 Essa carta foi resultado da Primeira Semana Ruralista promovida pelo bispo. Essa posição era, principalmente, uma reação à influência que os comunistas já despertavam no meio camponês (MARTINS, 1999).

Enquanto o PCB, desde 1924, com a obra *Agrarismo e Industrialismo* de Otávio Brandão apresentava suas preocupações quanto a questão agrária. O que se deve ao fato de ao contrário dos partidos marxistas da Europa, que nascem em meio à industrialização, o “partidão” ter surgido no Brasil convicto de que estava lidando com um país predominantemente agrário. Essa obra só foi refutada em 1957 e para seu autor o país estava “envenenado de agrarismo”. Tratava-se de uma análise dualista entre campo e cidade (AVED, 1986).

Durante a Guerra-Fria, período de grandes maniqueísmos, o partido era considerado por seus opositores mera extensão do Partido Comunista da União Soviética. Luís Carlos Prestes seria o “chefe” do Comitê Central da União Soviética nesta parte do continente. Era assim que pejorativamente se referia a ele os meios de comunicação em Goiás. Enquanto isso o Partido Comunista Brasileiro reforçava essas constatações, tanto devido ao culto a personalidade de Prestes e a força política canalizada pelo “Cavaleiro da Esperança” como pela reprodução teórica do pensamento stalinista, tendo como referencia de país a ser imitado a União Soviética. Assim, os camponeses seriam aliados do proletariado e da burguesia. Um aliado secundário arrastado pela vanguarda revolucionária⁸⁷.

Institucionalmente o partido tinha de lidar com as prisões preventivas decretadas contra seu secretário geral, Luiz Carlos Prestes e demais “ex-integrantes” do Comitê Central do PCB, lideranças como João Pedrosa Amazonas, Maurício Grabois, Astrogildo Pereira e outros (O ANÁPOLIS, 13/10/1950 n°1038 p.3). O governo brasileiro chegaria a oferecer recompensa para aqueles que capturassem esses foragidos da polícia, o que fazia circular diversos boatos da presença comunista em várias cidades e campos;

As notícias procedentes do Rio informam que Prestes encontra-se numa grande fazenda no município de Anápolis, de onde dirige o movimento doutrinário que vem fazendo prosélitos entre camponeses de Goiás e do Triângulo Mineiro, onde freqüentemente posseiros e rendeiros se dizem donos das terras, instigados pelos comunistas das cidades que fazem hábil propaganda da chamada ‘nova lei’, causando séria preocupação aos fazendeiros (O ANÁPOLIS, 14/06/1951 n°1103 p.1).

Os comunistas eleitos em outras siglas, caso reconhecida sua presença no extinto PCB, tinham de enfrentar os meios de comunicação e os pedidos de candidatos vencidos na votação pela

⁸⁷ Entre as teses acerca do capitalismo no Brasil, que influenciavam profundamente o Partido Comunista Brasileiro, estava a de Nelson Werneck Sodré: o camponês é um aliado “natural” do proletariado tendo em vista que os movimentos do campo lutavam pela liquidação do latifúndio, assustando a burguesia nacional. Estando descartada para esse autor a possibilidade de acontecer no país, assim como nas revoluções burguesas clássicas, uma conciliação entre a classe minoritária (burguesia) que detém a hegemonia do processo e a classe feudal. Nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, a revolução burguesa já teria se desenvolvido e a etapa posterior e natural consumaria o processo de emancipação. Inviabilizando a possibilidade da burguesia auferir todas as vantagens e excluir as demais classes e camadas sociais com que ela cooperavam. O proletariado e o campesinato teriam o papel principal em um processo que dependeria das condições possíveis a sua efetivação. O destino da burguesia dependeria dessas transformações (SODRÉ, 1976).

anulação dos votos dados a eles e a substituição dos que venceram nas eleições pelos candidatos que não conseguiram suas vagas devido à vitória de alguns comunistas. Em Anápolis, Jerônimo Soares Barbosa (178 votos pelo PTB) e Clóvis Bueno Monteiro (118 votos pelo PTB) teriam que enfrentar seus adversários nestas condições, mesmo após a vitória nas urnas, através dessas siglas que recebiam os pecebistas (O ANÁPOLIS, 22/10/50 n° 1041 p.1). Como poderiam esses ter seus representantes nas instâncias de democracia representativa se o seu registro político estava cassado? Somente através de siglas partidárias que conscientemente ou inconscientemente estivessem dispostas a realizar essa mediação. “Embora a manobra seja bastante conhecida e por várias vezes denunciada, os diretórios dos partidos políticos se deixam enganar, com relativa facilidade e quando menos se espera estão eleitos os inimigos do regime republicano” (O ANÁPOLIS, 28/02/1954 p.1). O sucesso da eleição de comunistas e o espaço ocupado por eles na fração de representação que alcançavam nos níveis municipais, estaduais e federais colocavam sob alerta as lideranças que viam no “comunismo” uma ameaça a ser contida;

Os vermelhos, julgando-se seguros, e certos de uma vitória breve conquistada pelas armas, redobram-se de atividades pela imprensa e em boletins, e pela tribuna de câmaras municipais, onde contam com representante eleitos sob outras legendas, desferem ataques tremendos às autoridades constituídas e pregam abertamente um movimento subversivo, por eles preparado, e prestes a ser executado. (O ANÁPOLIS, 22/06/52 n° 1208 p.4).

Foi a campanha anticomunista alvo de reação contrária da imprensa favorável à causa dos posseiros (ESTEVEZ, 2007, p. 78). O Jornal de Notícias ligado aos partidos de oposição aos governos pessedistas sob direção de Alfredo Nasser líder do Partido Social Progressista (PSP) foi um veículo de defesa dos posseiros (ESTEVEZ, 2007, p.78-79). O anticomunismo levava nos jornais, figuras públicas goianas, a lançar mão dos meios de comunicação das grandes cidades do estado para trazer a público a sua desfiliação do PCB ou deixar claro nenhuma participação em tal partido, muito utilizada por adversários políticos no sentido de negativizar a figura de outro candidato perante o eleitorado goiano⁸⁸. Um exemplo disso é que nas eleições para governador em 1950, Domingos Vellasco (PSB), fazendo discurso em Campinas, para desqualificar o candidato de oposição à aliança ao redor do nome de Pedro Ludovico afirmou: "Povo de Campinas! Católicos desta cidade! Negai o vosso voto de ateísmo seja ele comunista ou de Altamiro de Moura Pacheco! Votai nos candidatos do Partido Socialista Brasileiro, do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro! Votai em Pedro Ludovico Teixeira." (O ANÁPOLIS, 01/10/1950 p.4). Essa

88 Foi muito comum, ainda em 1950, se encontrar em jornais de grandes cidades goianas declarações de figuras públicas locais se eximindo de qualquer vinculação ao PCB, por exemplo. Entre esses estavam: José Rodrigues Queiroz, Antônio Andrade, João Muniz, Clarindo Alves da Cruz, José Isidoro da Costa, Isidoro Pedro Costa e Sebastião Luiz Campos que publicaram declarações particulares nos jornais (O ANÁPOLIS, 01/01/1950 e 08/01/1950) relatando a sua expulsão do partido, alegando divergência de orientação partidária no que se refere a posições nacionalistas ou nunca terem pertencido aos quadros do partido.

costumeira associação entre ateísmo e comunismo além de prejuízos a candidatos que nunca foram ligados ao PCB, como é o caso de Altamiro Moura Pacheco, levou também a criação de resistência por parte do campesinato goiano à presença de comunistas no seu meio.

Na realidade essas situações fomentavam uma atmosfera anticomunista na qual os pecebistas precisavam atuar. O que levou a uma das características que qualifica a revolta camponesa de Trombas e Formoso como um conflito de fronteira, ou seja, lugar do desencontro entre o Partido Comunista Brasileiro e o campesinato. Condição que não será vencida completamente pelo partido mas que será secundarizada pela sua estratégia de aproximação dos camponeses e sua adaptação a luta do campesinato pela posse da terra. Na década de 1950 o desencontro entre pecebistas e camponeses era viabilizado pelas representações pejorativas do “comunismo” construídas na cidade e no campo. As disputas internacionais, oriundas da guerra-fria, incidiam diretamente na vida cotidiana em Goiás.

Entre os agentes criadores dessa atmosfera anticomunista, restritiva a atuação do Partido Comunista Brasileiro em Goiás, estava a Igreja Católica. Essa instituição iniciaria, sobretudo na década de 1950, uma disputa com os pecebistas pelas mentes e corações dos camponeses. A nível nacional D. Jaime Câmara, arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, liderava e dava ritmo a cruzada anticomunista no Brasil. A certa altura, o cardeal Câmara declarou não ser impossível que, ainda em 1952, irrompa a revolução comunista no Brasil. Isso em reunião com autoridades do clero no salão da Federação Arquidiocesana. Solicitou inclusive que fossem expedidas circulares a todos os bispados e arcebispados regulares solicitando uma campanha anticomunista nos púlpitos (O ANÁPOLIS, 13/03/1952, nº1180, p.4).

Eram atribuídas as ações dos membros do Partido Comunista Brasileiro a subversão e a ameaça a ordem;

Bem por isso é que na sua luta empregam as armas da dissociação, através do exacerbar o descontentamento dos menos favorecidos, a que chamam de ‘massa’, explorando, discorrendo e aumentando suas naturais insatisfações. Mas não vencerão. E não vencerão porque a sua luta é promovida contra um Estado organizado. Não pretendem organizar coisa alguma (DIÁRIO DE SÃO PAULO In: O ANÁPOLIS, 19/03/50 p.3).

Em muitas das notícias da imprensa do período sobre Trombas e Formoso eram responsabilizados os membros do partido pela dissociação e o exacerbamento. Desse modo desviava-se o foco da relação entre a expansão capitalista e a questão agrária. Eram ignoradas as necessidades concretas geradas pelo processo de modernização capitalista, a base de relações não capitalistas de produção que levavam aos levantes pela posse da terra, entre os exemplos temos em Goiás; Santa Dica, a “Luta do Arrendo” em Pires do Rio-GO, Trombas e Formoso, os

acontecimentos da Fazenda São Carlos em Goianésia e vários outros. Em Canápolis (Triângulo Mineiro) aproximadamente 30 camponeses “invadiram” as terras da “Fazenda Pirapetingo” (O ANÁPOLIS, 20/04/50, nº977, p.3). As explicações dadas para acontecimentos como esses giravam em torno do espectro comunista.

Os comunistas estão incitando os trabalhadores rurais a desencadearem greves sucessivas, com o pretexto de obter melhorias de salários. Esse plano vem a propósito das colheitas, principalmente de café, e confirma o que a poucos meses denunciou O GLOBO, quanto ao início de idênticos movimentos no Triângulo Mineiro... Os comunistas promovem, agora uma sistemática publicidade em torno de greves de lavradores em várias fazendas, no interior de São Paulo, alegando que todos devem seguir o exemplo de ameaçar com a paralisação do trabalho até ‘à posse da terra e abolição do regime feudal.’(O GLOBO In: O ANÁPOLIS, 17/09/1950, nº 1028, p.2).

A suposta índole pacífica dos camponeses, ignorando-se as intensas lutas pela posse da terra que já haviam protagonizado no país muito antes desse contexto de guerra-fria, estaria sendo instrumentalizada pelos incitadores do Partido Comunista Brasileiro. Quanto a isso é mesmo possível que o partido tenha em muitas ocasiões atuado nessa perspectiva. Todavia isso não deve supor que não haviam condições concretas para que os camponeses participassem desses levantes e que estariam sendo dirigidos pelos interesses do partido. Esse terror acerca dos “comunistas”, em Goiás, criada sobretudo pelos meios de comunicação, apresentava como argumentos da iminente revolução a presença de Prestes na Bolívia com 15.000 guerrilheiros sob seu comando (O ANÁPOLIS, 26/07/1953 nº1715 p.1), a cabeça de Hitler no Kremlin depois de ter sido peça do museu particular de Josef Stalin (O ANÁPOLIS, 03/01/53 p.1 e 02/02/1956 nº2971 p.3) e outros mitos. Tratava-se de notícias que tinham impacto na construção da representação dos camponeses de Trombas e Formoso do que entendiam como “comunismo”.

Os membros do Partido Comunista Brasileiro nessa região não estiveram completamente a vontade quanto a sua filiação político partidária junto a essas populações caracteristicamente “anticomunistas”. Em muitas ocasiões mantinham objetivos implícitos na sua prática política, distante do conhecimento do camponês, negando sua filiação político partidária, convicções, interesses e informações. Diante da resistência que encontravam apelavam a sua condição camponesa e a mediação de José Firmino e José Porfírio, o que lhes abria as portas para a atuação em Trombas e Formoso. Enquanto os meios de comunicação faziam questão de ressaltar o enlace entre camponeses e comunistas.

Neste tempo, nós tínhamos alguns companheiros em Uruaçu (GO), principalmente o José Sobrinho, que era o nosso grande apoio. O primeiro a tentar contato foi o Geraldo Tibúrcio, que era de Catalão e já atuava no movimento camponês. Ele foi procurar uma pessoa que tinha uma certa liderança na região, o Zé Firmino, mais ou menos em 1953, na região de Coqueiro do Galho, num dos córregos que cortava a região. Ele conseguiu ter a confiança do Firmino e eles combinaram que iriam

uns companheiros daqui pra ajudar a organizar a resistência. [O contato] não, foi feito em nome de uma organização de massas da qual Tibúrcio era presidente, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás. Por enquanto, se dava a tentativa dos oficiais de justiça de fazer as intimações de desocupação e, ao mesmo tempo, o pessoal dos grileiros estava ameaçando buscar o arrendo. Nesse momento a principal resistência era para não entregar a produção para os grileiros... Montamos acampamento na posse de um companheiro e ficamos lá até fazermos o contato com o Zé Porfírio. Ele era um líder em Trombas, já tinha até reivindicado as terras do Formoso ao Getúlio... Depois que fizemos este contato combinamos de concentrar o trabalho na região de Trombas. Começamos a trabalhar no dia seguinte. A nossa meta era conseguir a confiança dos camponeses se unissem numa associação para resistir aos grileiros e à polícia que estava “acantonada” no Formoso. Fazíamos reuniões no fim de semana. Imprimíamos um folheto de acordo com a realidade para discuti-lo com os camponeses, nos dividíamos em duplas e íamos para os dois lados do córrego. Os soldados e os jagunços estavam por todos os lados. Então entrávamos pelos fundos das casas dos camponeses. Como quase todo mundo ali era analfabeto, a gente lia o panfleto e fazia uma explicação para a família e deixava uma cópia na casa. Eles o escondiam embaixo do colchão e quando chegava outra pessoa que soubesse ler, eles dava com todo o prazer para que a pessoa pudesse lê-lo. Fizemos este trabalho de massas, mais ou menos clandestino, por alguns meses. O trabalho de politização das massas camponesas dependia, também, de conseguir furar o cerco policial e dos jagunços que cercavam as redondezas. Quando sentimos que já havia uma aceitação dos camponeses e, paralelamente, apoio de outras localidades, marcamos uma reunião para criar a associação dentro de Formoso, onde estavam as tropas da polícia. Os que não eram prata da casa como eu, o Geraldão, o José [João] Soares não participaram da reunião para evitar provocações. Montamos ao lado um acampamento de apoio logístico, armado. No caso de haver alguma resistência, a gente poderia apoiar. O Porfírio entro a frente dos camponeses no Formoso. Fizeram comícios e criaram a associação. Passamos, então, de um movimento clandestino de militantes para um movimento de massas, uma associação que tinha vários elementos que não tinham nada a ver com o Partido (WALADARES, 2009, p.2).

Esse depoimento acima foi dado pelo, então, pecebista Walter Waladares que teve uma ativa atuação nas lutas do movimento estudantil em Goiás e na revolta camponesa de Trombas e Formoso.

E aí a gente foi para mostrar para os camponeses que tinha alguém em defesa deles... Então, fizemos uma reunião dos camponeses e tal... que corou com uma reunião em 54, na beira do Adalage (?), na posse do camponês de Salú (?), e aí foi fundada a União dos Lavradores e trabalhadores agrícolas de Formoso, né? E foi fundada com o nome de Associação dos Posseiros... É bom lembrar o seguinte, que aí, nessa ocasião, nessa altura, já estava lá, morando lá o Zé Ribeiro, o Soares, um camponês que tinha o apelido de Bugre, ... companheiro....? ..., analfabeto, mas muito inteligente, bem disposto... era o partido que tinha...?... e então, já estava lá esse pessoal. Também é bom lembrar o seguinte, que já existia naquela época a liderança do José Porfírio... Zé Porfírio começou a liderança dele lá, antes de nós chegar. Liderança porque ele era um bom companheiro, a pessoa mais inteligente, sabia ler um pouco, sabia ler e escrever e tal... e naquelas viagens que eles faziam, ia até pro Rio... falar com o Getúlio... o Porfírio era um homem que ia falar com o Pedro Ludovico, que era o Governador, era ele que fazia os contatos...?... eles inicialmente... as autoridades.... que ele estava sendo ameaçado, não é isso? Então, quando nós chegamos lá, o Porfírio, ele já despontava como líder, e nós só chegou

ao Porfírio, lá em 53, né? Nós chegamos a ele porque ... nós fizemos uma base lá na região... por nome de Trombas. Aí é que os camponeses de lá, lá de Trombas, também o pessoal de lá também estava organizado... Foi aí que nós conseguimos fazer então, esse encontro dos posseiros, tudo, de uma região e de outra..., que o assunto era o mesmo, e aí conseguimos unir todos que estavam lá...aí em 54 nós já tínhamos um contato com José Porfírio, fizemos a reunião, criamos a associação e o Porfírio foi eleito presidente. E daí por diante, eles passaram a criar também o chamado conselho de córrego... São detalhes, que esses detalhes aí, que foram importantes, esses conselhos na resistência, né?... na resistência, e mesmo depois da resistência... (TIBÚRCIO, 1990, p.2-3).

Diante das condições de adversidade a presença pecebista entre os camponeses, em uma cultura fundamentalmente “anticomunista”, o Partido Comunista Brasileiro teve que elaborar uma estratégia de aproximação aos camponeses. Essa incluía a manutenção da identidade do partido submersa.

Então nós não tínhamos como chegar e derrubar esse tabu [o anticomunismo incitado pela igreja] de uma só vez e como o trabalho que agente desenvolvia veio para cá prá viver a vida do lavrador e procurar resolver os problemas fazer ganhar a confiança deles então eles confiavam na gente de todos os seus problemas e foi aí que começou devagar a conscientização. Bom a gente aqui teve a felicidade de entender o nível de vida do povo e a luta que a gente desempenhava de fato agente estava aplicando o programa de luta armada. Mas de uma maneira suave que não devia de porta em porta vamos brigar, porque aqui o povo tinha que brigar mesmo para defender seus direitos. Então era uma necessidade do povo. Você vê, o lavrador colhia seu mantimento, botava no monte, vinha os jagunços carregava tudo botava dentro dos caminhões de galinha, porco, o que tivesse, queimava os ranchos, espancava as famílias e o povo não tinha o direito nem de dormir em casa, às vezes quando estava muito apavorado ia para o mato. Então era necessidade do povo brigar pela vida, quer dizer, de uma forma ou de outra esse manifesto calhou dentro da necessidade local da realidade e nós soubemos fazer um trabalho sem dizer o que nós estávamos fazendo (MACHADO, s/d, p.1).

Esse medo do “comunismo”, disseminado entre o camponeses, requereu a utilização dos conhecimentos oriundos da origem social camponesa dos pecebistas. Essa segundo Dirce Machado, membro do PCB na luta camponesa, também facilitou a aproximação entre partido e camponeses;

isso foi muito fácil porque todos os quadros que foram mandados pra lá que foi Geraldo Marques, João Soares, José Ribeiro e Dirce, eram tudo de origem camponesa, todos sabiam os amanhos da terra, a gente foi pra lá como posseiro, não foi como líder político, então a gente chegando lá já tinham outros simpatizantes que era o Antonio Bugre e aí nós fomos pegando aqueles camponeses que tinham capacidade de liderança e fomos trabalhando devagar e formamos logo uma célula do partido e tínhamos quatro que eram os dirigentes e reuniam e discutiam e traçava a estratégia e acertavam, agora ninguém sabia que nós éramos comunista, ninguém. Porque naquele tempo para a Igreja para o povo, principalmente os camponeses, comunista comia gente, fritava e assava no espeto, então, a gente não falava nada né? (MACHADO, 2006).

Em Goiânia, em 1952, havia ocorrido conflitos entre manifestantes “comunistas” e polícia, à

frente da prefeitura municipal, quando os mesmos reivindicavam melhorias nas condições de vida foram alvejados por tiros, de modo que saíram policiais e comunistas feridos (O ANÁPOLIS, 15/06/52 n°1206 p.1).

Foi a mentalidade “anticomunista” do camponês, arredio ao que era representado como “comunismo” pelos meios de comunicação ou pelos padres e favorável às demandas que constavam no programa do Partido Comunista Brasileiro, que levou os pecebistas a secundarizada sua filiação ao ideário “comunista”. Essa vindo às claras poderia dificultar a ação pecebista, então, a fim de atingir seus objetivos procurou-se estratégias de aproximação e adaptação às circunstâncias de Trombas e Formoso. Em muitas ocasiões adotavam o espontaneísmo dos camponeses e rebelavam-se contra a disciplina que arbitrava favorável aos escalões no topo da hierarquia partidária. Em alguns desses casos, como podemos ver na disputa entre pecebistas “intelectuais” e pecebistas camponeses, atribuíam-se às disputa pelo poder interno no partido o valor de defesa do interesse local e camponês.

Nossa constatação de que os membros do partido encontram resistência ao “comunismo” já foi apresentada por outros historiadores acerca do assunto (CARNEIRO, 1988, p.128-130). Ainda, hoje, pessoas que viveram aqueles conflitos ao serem entrevistadas externam seu “anticomunismo” ou o dos camponeses e demonstram a importância de considerarmos a diversidade dos envolvidos em Trombas e Formoso;

Apesar de que teve também o entrosamento subversivo no meio, não veio dele [José Porfírio], não sei de quem, né! E foi o que mais provocou a revolução e as autoridades não, não, não aceitaram, não foi nem a luta pela posse, foi o entrosamento... aproveitando da oportunidade né, quiseram também entrosar a subversão aí que veio a parte das autoridades para corrigir isso aí, não querer... (BARBOSA, 2009)

O “anticomunismo” entre os camponeses de Trombas e Formoso também é atestado por Arão, irmão de José Porfírio, em entrevista a Cláudio Lopes Maia quando esse pergunta sobre a relação daquele com o Partido Comunista Brasileiro.

Não, ele aceitou, porque é como diz, foi o caminho que achou pra poder garantir a permanência dos posseiros na terra, né...Era o partido mais organizado que tinha... as pessoas...porque o Porfírio também era um simples camponês igual a qualquer um de nós. Trabalhava.... cansei de trabalhar na enxada mais ele na foice, em qualquer lugar, em serviço braçal de todo jeito. Aqui era dum jeito que quando havia uma questão, porque você sabe, todo lugar tem, que tem gente tem questão, né?! Um posseiro implicava com outro por causa duma divisa muitas vezes o Conselho não resolvia, e as vez eu ia só mais o Porfírio... só nós dois, ele chama...ele gostava muito de andar [comigo], eu era uma pessoa que era solteiro... morava em...fiquei mais ele durante esse tempo também, uns sete meses aí. Aí havia qualquer questão, aí nós ia pessoalmente chegava lá sentava com os cara conversava, resolvia com a maior facilidade. Aonde o Porfírio decidisse, mais eles, chamava no acordo fazia a divisa, ali era respeitada aquela divisa igual fosse feito pelo agrimensor. Ele com uma liderança de paz, não era dizer fosse agressivo não,

era na paz com amizade com todo mundo, com aquela paciência dele com criança com todo mundo. Era uma pessoa que... hoje é difícil surgir uma pessoa duma idéia igual surgiu o Porfírio. [Entrevistador: Mas há uma coisa que parece que o Porfírio resistiu um pouco essa ligação com o PCB?] Resistia, num não era todo mundo que apoiava o Pcdob, não, o PCB... tinham medo porque... todo mundo... até hoje se vê, hoje o Partido Comunista já é um partido furado... mas muita gente tem medo só até de falar o nome, né. Falou que é comunista muita gente até se assusta. Eles acha que o Partido Comunista é um bicho de sete cabeças (GIL, 2006).

Na fronteira o desencontro com o outro leva às situações de conflitos entre aqueles que ali já estavam e os que chegam. Esses às vezes encontram soluções inesperadas. Entre os exemplos temos a aproximação com José Firmino e José Porfírio. Então o partido recorre a legitimidade do outro para a consolidação de uma prática política própria. Foi a participação desses fundamental para a aproximação do Partido Comunista Brasileiro. Esse período, 1954-1957, é caracterizado pela chegada do Partido Comunista Brasileiro na região, sua vinculação ao movimento dos camponeses de Trombas e Formoso e a luta contra a expropriação da posse da terra. Essa condição de agente de mediação exercida pelo mesmo foi responsável por aspectos fundamentais que levaram os camponeses ao acesso a posse da terra e também a sua derrota ao inserir-se na lógica produtiva capitalista.

Entre os camponeses destacava-se o “anticomunismo”, enquanto os pecebistas identificavam-se como partido de vanguarda, estando a frente tanto do campesinato quanto do operariado na revolução. A concepção de que eram “revolucionários profissionais” que orientava os membros do Partido Comunista Brasileiro, nas suas ações políticas, e a origem social camponesa dos que foram destacados como quadros para os acontecimentos de Trombas e Formoso estiveram em conflito. O que só era superado pela criatividade desse grupo de pecebistas e sua capacidade de manipular as condições que encontravam diante de si. O projeto da “revolução brasileira”, redimensionado segundo as condições da luta, em alguns momentos foi completamente secundarizado diante do desafio de se manter na posse da terra.

2- O levante de Coqueiro de Galho e a resistência a expropriação

2.1- Nego Carreiro: o levante camponês em Coqueiro de Galho

Diante do surgimento de novas condições para o processo de modernização capitalista em Goiás, os fazendeiros abandonaram a idéia de cobrar o arrendo dos camponeses e decidiram expropriá-los da posse da terra. Essa nova situação levou ao levante armado do campesinato que tinha como fim a manutenção da posse da terra. O caráter espontâneo dessa revolta a assemelha aos levantes das multidões que diante de revoluções políticas na França e a Revolução Industrial na Inglaterra, ou seja, na transição para a sociedade industrial decidiram resistir a expropriação e as

conseqüências desse processo (RUDÉ, 1991, p.3). Destacamos a espontaneidade do levante de Trombas e Formoso a partir da ação de Nego Carreiro que veio se somar às condições criadas pela resistência a cobrança do arrendo.

Em muitas ocasiões esses levantes das multidões foram tratados de modo pejorativo, mas há duas maneiras de analisá-los: uma é a liberal, humanista e “democrática” que lê os acontecimentos de trás para frente e os atribui a classe operária ou “o povo” e a segunda é a que chama os participantes da agitação popular de “turba” ou “ralé” e remonta a costumes do século XVII. A última apresenta as multidões como instrumentos passivos nas mãos de “demagogos” ou “estrangeiros” (RUDÉ, 1991, p.5-7). George Rudé sugere estudar a multidão na era “pré-industrial” sob alguns aspectos; 1º situar a multidão em seu contexto histórico adequado, 2º a ausência de registros próprios e 3º os documentos podem não nos ajudar a identificar todos os “rostos na multidão”. Há necessidade de vermos a multidão não como uma fórmula abstrata, mas um fenômeno histórico, vivo e multifacetado (RUDÉ, 1991, p.9-14).

Nas sociedades pré-industriais ocorreram vários levantes camponeses que tinham o caráter distinto daqueles que posteriormente ocorreram nas sociedades circunscritas à modernização capitalista. Entre as características dessa última está a atuação através de sindicatos, partidos e outras formas caracteristicamente modernas de atuação política (RUDÉ, 1991). Entretanto essas manifestações camponesas, dependendo das condições em que se concretizavam, transitavam do protesto parcial (motins pela baixa de preços, por exemplo) para o ataque frontal contra o sistema agrário feudal (RUDÉ, 1991). Na revolta camponesa de Trombas e Formoso não é possível considerarmos os camponeses nos mesmos termos com que são tratadas as manifestações pré-capitalistas dessa classe social.

Diante dessas novas condições que se colocavam favorecendo a criação de um mercado de terras e a expropriação dos camponeses, as formas tradicionais de produção do campesinato e a resistência a aferição da renda da terra, assumem características que escapam a esfera estrita da produção e se transformam em imperativos políticos da resistência espontânea camponesa. Os conflitos tinham como horizonte a posse da terra e revelam os aspectos amplos da luta camponesa de Trombas e Formoso. O conflito se intensificou, se tornando uma resistência armada, com os episódios envolvendo o camponês Nego Carreiro em Coqueiro de Galho. Situado em parte do território que chamamos Trombas e Formoso, Coqueiro de Galho, apressou a revolta armada e suas conseqüências.

O campesinato na sua debilidade, segundo a perspectiva do Partido Comunista Brasileiro, deu passos irreversíveis rumo aos intensos conflitos daqueles anos. Ocorreu no governo de José Ludovico de Almeida (1955-1958) e foi o estopim dos acontecimentos que o sucederam. O

camponês Nego Carreiro defendendo o seu direito de posse a terra atirou e feriu mortalmente o Sargento Nelson Pereira de Araújo (O POPULAR, 16-04-1955, p.6). O episódio tinha o camponês reafirmando o que considerava seu direito a posse da terra e a atuação policial na expropriação da posse da terra do camponês. O ato de Nego Carreiro o fez tomar consciência da sua humanidade, negando a condição de coisa que lhe era legada pelo fazendeiro, e não está relacionado a “cálculos de cidadania” mas a “valores comunitários partilhados” (MAIA, 2008).

Na historiografia de Cláudio Lopes Maia temos registradas as considerações acerca da sociabilidade camponesa que melhor se relacionam a manifestação desses “valores comunitários partilhados” entre os camponeses. Entre esses constam a força solidária dos agrupamentos criados pelos camponeses. Esse historiador enfatiza como essa se desenvolveu durante a luta social que estabeleceram. Enquanto Paulo Ribeiro da Cunha não admite a possibilidade que o campesinato possa desenvolver uma solidariedade, para além do trabalho, apesar de reconhecer os mutirões como base dos Conselhos de Córregos (MAIA, 2008). Entretanto as lutas sociais que se desenrolaram criavam as condições para a existência desses valores e motivavam reações como as de Nego Carreiro.

No mês de Abril de 1955 ocorreu uma ofensiva dos grileiros na pretensão de obrigar os camponeses a assinar a desistência quanto a posse das terras e foi nesse contexto que reagiu Nego Carreiro (CARNEIRO, 1988, p.137). Ele estava entre os camponeses que conscientemente negavam-se a dar continuidade a trajetória histórica de subordinação da qual eram oriundos. Foi diante dessa ofensiva que reagiu à reprodução do que já vivera anteriormente. Ele e Ita, sua esposa, eram um jovem casal em busca de melhores condições para criar a família decidindo-se, depois de terem sido meeiros no sul de Goiás, migrar para Trombas e Formoso (AMADO, s/d, p. 4). A nova morada, para eles, representava a negação das relações de produção do passado e criava expectativas quanto ao futuro. Nego Carreiro atirar no Sargento Nelson, que agia a serviço dos grileiros, foi a síntese de uma trajetória marcada por relações de exploração que no desejo de superá-las se colocaram em revoltas como as de Trombas e Formoso.

Esse momento está entre os marcantes na compreensão das mudanças pelas quais passou a revolta. Primeiro tratava-se de resistir a cobrança do arrendo reclamando o direito a posse pacificamente, mas a decisão dos fazendeiros de expropriá-los em vista da reprodução de relações propriamente capitalistas os leva a resistência armada. A dramaticidade dessa situação surpreendeu o Partido Comunista Brasileiro e nutriu as expectativas camponesas acerca da possibilidade de se manter na posse da terra.

Na verdade, houve um episódio, o do Nego Carreiro, que precipitou um pouco as

coisas. O Nego Carreiro era um camponês, natural de Morrinhos (sul do estado), que havia se fixado no Coqueiro de Galho. Ele afirmava que não iria sair daquelas terras e muito menos, entregar o que ele tinha conseguido produzir com tanto trabalho; dizia que era uma injustiça e fazia muita propaganda para os outros camponeses, no sentido de resistir à ofensiva dos grileiros. Ocorreu que o Peroca, juntamente com um sargento – que já estava comprado para eliminar o Nego – e alguns soldados foram até a posse do Nego Carreiro. Como ele não estava, mandaram um menino ir chama-lo. Quando o Nego chegou, o grileiro anunciou qual era o seu intento. Não sei o que Nego disse, mas levou o sargento a sacar o revólver. Só que o Nego atirava muito bem e tinha um belo 38. Neste momento, o Nego caiu no chão, acertou o sargento no meio da testa e feriu um soldado. O resto do pessoal do grileiro correu, deixando o corpo do sargento abandonado, até que os próprios camponeses o enterraram. As coisas se precipitaram. Aí sentimos a necessidade de mandar logo as pessoas para ajudar (WALADARES, 2009, p.3).

Um homem havia se levantado e em uma dessas situações limites, características da fronteira, matou um sargento da polícia militar. No horizonte a única alternativa para os que desejavam manter-se na posse da terra era transformar as armas de caça do cotidiano em instrumentos de defesa do que consideravam um direito seu. O que implicava colocar em risco a própria vida e esperar que conquistassem seus objetivos.

A dinamização da luta por toda a região ocorre precipitada por um incidente nas terras do posseiro Nego Carreiro. Na ocasião, o grileiro João Soares (homônimo do quadro do PCB enviado à região) e seus jagunços, juntamente com a polícia, foram cobrar a taxa de arrendamento e expulsar os posseiros do local. Conhecido por sua valentia, Nego Carreiro resiste, tendo como saldo um sargento morto com um tiro na testa e um soldado com uma orelha a menos. A região transforma-se em campo de luta (CUNHA, 1997, p. 89).

Os conflitos levaram ao crescimento da luta e abriu perspectivas quanto ao futuro enquanto o grileiro sentia-se fortalecido com a legalização da grilagem. O campesinato, após o levante de Nego Carreiro, se dera conta da necessidade de levar às últimas conseqüências a luta contra a expropriação e pela posse da terra. O amadurecimento do movimento quanto a intensidade do conflito a ser enfrentado leva a fundação da Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas (CARNEIRO, 1988, p.133).

Esses episódios de violência, diretamente ligados a questão agrária ou não, eram marcantes para a população local e repercutia na imprensa goiana. Em maio de 1955 circulavam nos jornais notícias do espancamento de uma professora na cidade de Formoso, Alice Santos Melo, pelo soldado Pedro Ribeiro da Cruz (O POPULAR, 18-05-1955, p.6). Esse episódio aparentemente não estava relacionado aos conflitos agrários da região. Mas revela uma trajetória de violência e autoritarismo da polícia no local. Essa era uma espécie de instrumento à serviço dos interesses dos grileiros.

A ação de Nego Carreiro desdobrou em conflitos armados na região e esses chamaram a atenção da imprensa. Foram os comunistas responsabilizados pela ocorrência dos mesmos.

Enquanto na realidade eles teriam se juntado aos camponeses de Coqueiro de Galho após o início dos levantes. Foi exatamente onde os pecebistas não estavam esperando que estourou o levante armado para surpresa dos membros do partido.

E eu estava com Zé Porfírio, em Trombas. Aí quando chegou a notícia que a coisa cá [Coqueiro de Galho] tinha estourado... recebi um bilhete da Dirce, fez um portador, avisando da circunstância, né. Aí nós discutimos lá com o Zé Porfírio, reuniu lá a turma, reunimos 10 homens, viu... os armamentos pequenos que nós tinha, armas curtas, espingarda, algum revólver, que eram em solidariedade (RIBEIRO, 1995, p.4).

Esse episódio que surpreendeu o Partido Comunista Brasileiro, deflagrando a revolta armada, foi retratado na literatura goiana. Trata-se de uma representação literária feita pelo dissidente do Partido Comunista Brasileiro acerca dos acontecimentos que se desdobraram em Trombas e Formoso. Nessa se atesta que a situação teria se agravado e a associação e seus homens de proa [partido] não teriam mais conseguido controlar a situação e a revolta estourou (BERNARDES, 1984, p. 150-151). Esse episódio nas páginas literárias não são restringidos a exatidão acerca da realidade em que é produzida. Tanto que esse episódio só é aqui recordado para reafirmar que os intelectuais que refletiram acerca de Trombas e Formoso fizeram referências na sua produção pautados pelo que ouviram falar ou pela presença em Trombas e Formoso.

José Ribeiro indica, em suas memórias, que quando alguns militantes chegaram para dar o auxílio na região do Coqueiro de Galho, já havia ocorrido o conflito com o Nego Carreiro e o que ele denominava como uma “recuada” dos posseiros. Ribeiro ainda faz referências à derrota dos posseiros nesta primeira fase do conflito e também ao deslocamento de parte deles para a área próxima ao distrito de Trombas. Para ele, esta movimentação pode ser atribuída a uma falta de preparo para luta ou mesmo uma forte ação da polícia (RIBEIRO, 1995) (MAIA, 2008, p.168).

Em meados de 1955 os conflitos continuavam e levaram a morte de Camapum Filho (filho do fazendeiro Antônio Camapum) e do seu jagunço José Machado (Paraíba) (O POPULAR, 14/06/1955, p. 8 e O ANÁPOLIS, 09-06-1955 p.01). Este segundo confronto, ocorrido meses depois do primeiro, tomou lugar também na fazenda Formoso e na região do Coqueiro de Galho. Nesse já não se tratava da “ação de um homem isolado reagindo a uma agressão”. Tínhamos uma organização mais ampla dos posseiros e indícios de preparação da ação (MAIA, 2008, p.163).

Este segundo incidente na mesma região do *Coqueiro de Galho* aponta para uma intensa atividade de expropriação em uma única área de todo o município de Amaro Leite, permitindo uma datação da luta armada em dois períodos, um liderado por José Firmino e outro por José Porfírio. A localização territorial do conflito é algo que também colabora para uma divisão temporal destes dois momentos, pois José Porfírio mantinha sua posse na fazenda *Onça* e não na área de *Formoso*, que estava sob forte ataque em 1955, com a repressão do Estado se ocupando da atuação de José Firmino, isto é o que se pode também depreender das

entrevistas dadas aos órgãos de imprensa pelos agentes do Estado responsáveis pela repressão naquela área (MAIA 2008, p. 164-165).

Diante desses acontecimentos os jornais chamavam os posseiros de “quadrilhas de pistoleiros chefiados por elementos pertencentes ao Partido Comunista” (O POPULAR, 09/06/1955, p.6). Enquanto na realidade os pecebistas foram primeiro surpreendidos com a notícia dos levantes e depois juntaram-se aos camponeses. Na historiografia de Cláudio Lopes Maia é evidenciado como as abordagens jornalísticas não abordavam a questão central da luta camponesa: a posse da terra⁸⁹.

Nesse contexto de conflitos agrários e suspense, Antonino e seu amigo Agenor, assistiram o que acreditavam ser a chegada de um carregamento de armas destinados a luta entre posseiros e grileiros em Coqueiro de Galha. Essa é uma das vezes em que Carmo Bernardes se refere explicitamente a revolta armada dos camponeses de Trombas e Formoso, já que a região de Coqueiro de Galho está situada nessa região. Entretanto entre as relações concretas essa situação levou ao envio de tropas comandadas por Iracy José Gomes, chefe do gabinete de investigações, para reprimir os posseiros em Formoso que já se encontravam organizados em trincheiras. Nesse período José Firmino ainda estava na região e era apontado como o principal líder do grupo (O POPULAR, 14-06-1955, p.8). Em fins de agosto desse ano, a repercussão dada aos conflitos, fez com que Ita e Nego Carreiro fossem retirados da região (AMADO, s/d, p.5). Eles não voltaram novamente e sua família continuou aumentando enquanto trabalhavam de meeiros em fazendas da região para onde se deslocaram. Posteriormente, Nego Carreiro já velho e doente continuava trabalhando de parceiro em uma fazenda. Na década de 1980, ao ser entrevistado por Janaína Amado, seus filhos eram lavradores e não haviam chegado a ser proprietários, inclusive, um deles estava se dirigindo para a Amazônia com as mesmas expectativas de ser posseiro que um dia sua mãe e pai tiveram (AMADO, s/d, p.5).

Nas cidades, sobretudo em Anápolis e Goiânia, haviam manifestações de vários tipos na imprensa e nos debates políticos tanto na Câmara Municipal da segunda como na Assembléia

89 “As abordagens da imprensa e o encerramento do problema numa querela unicamente de comunistas, negando qualquer relação do conflito com um processo de disputa de terra, tinham como origem três fatores que se encontravam respaldados no mesmo interesse: a consolidação do mercado capitalista de terras no norte do Estado. O primeiro era a posição ideológica adotada pela imprensa e ligada aos interesses do latifúndio, de acordo com a qual a disputa tinha um caráter de ameaça à segurança pública e à propriedade privada, incitando, assim, uma intervenção mais dura do Estado na questão. Outro fator tinha relação com os próprios grileiros de terras na região, os quais procuravam alimentar a idéia de que as cidades estavam sendo ameaçadas, procurando dar, assim, ao seu interesse particular, um caráter geral que congregava toda região. Finalmente, como terceiro fator, na outra ponta deste processo, estava o próprio Estado que, através da atuação de Iracy José Gomes, ainda Chefe do Gabinete de Investigações, da Secretaria de Segurança Pública e do Delegado Regional Juvenal Amaral, alimentava as matérias jornalísticas com informações que indicavam não só a presença de comunistas na região como também de armas de fogo de grosso calibre, proibidas pelo exército. Informações como estas negavam o caráter social do movimento” (MAIA 2008, p.166).

Legislativa começava a surgir os pedidos de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que colocasse em discussão o assunto, essa pressão em grande parte ficava por conta da oposição ao governador feita pela UDN. Houve campanhas de mobilização nesse período e o Partido Comunista Brasileiro realizou uma grande campanha a nível nacional contra os grileiros contando a nível regional com a colaboração de meios de comunicação como o Jornal de Notícias de Alfredo Nasser (CARNEIRO, 1988, p. 142).

Essa ampliação da luta levou ao envio de contribuições diversas aos posseiros em revolta. Entre essas estava o envio de armas a Formoso e a passagem de um representante do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro na região. O modo com que a luta se desenvolvia e sua repercussão levava ao aumento do interesse do “partidão” nos acontecimentos. Enquanto os grileiros intensificavam e lançavam mão de várias formas de repressão aos camponeses, esses por sua vez iniciaram inúmeros mutirões organizados pelos Conselhos para plantio e colheita das roças (CARNEIRO, 1988, p.137). O que não impediu que no final desse ano, 1955, os grileiros conseguissem expulsar da região mais de 52 famílias (CARNEIRO, 1988, p. 141).

2.2- Repressão a Coqueiro de Galho

Há autores que atribuem, a partir de relatos dos camponeses, a luta armada a iniciativa individual de José Porfírio e a organização desta ao Partido Comunista Brasileiro (CARNEIRO, 1988, p.116-117). Enquanto a luta armada na realidade se fundamentou em motivos tradicionais na ação do camponês ao reagir armado à expropriação. Eram homens e mulheres que ao longo de toda a vida, até ali, nunca haviam tido tantos motivos que nutrissem suas esperanças de dar continuidade a sua condição camponesa e que a nível nacional estavam crescendo em organização em todo o país. Foi decisivo nesse processo, em Trombas e Formoso, a experiência comum de exploração vivida pelo campesinato, como afirmara Cláudio Lopes Maia.

Enquanto para Paulo Ribeiro da Cunha;

A ação consciente do Partido Comunista em “eleger” Porfírio como líder do conflito teria sido responsável não somente pelo sucesso do movimento, mas teria gerado como consequência, segundo ainda Paulo Cunha (2007), uma distorção na análise histórica das ações dos camponeses em Trombas, fazendo desaparecer os líderes do PCB como protagonistas da ação naquela localidade (CUNHA, 2007, p. 239)

Na realidade

a construção de um significado para a ação armada, assentada nos valores do camponês, ainda que fosse somente uma estratégia do PCB, não teria tido o sucesso que teve se não tivesse uma relação plausível com os homens que a reafirmavam ou mesmo se não tivesse sido assumida pelo camponês como uma estratégia a ser adotada, frente às muitas que ele tinha para explicar a sua ação

(MAIA 2008, p.172).

Segundo Cláudio Lopes Maia é certa a presença do Partido Comunista Brasileiro nos episódios de 1956, mas não se deve ignorar a unidade camponesa ter sido construída a partir da experiência do grupo e no que ele compartilhava como valores. “A liderança de Trombas e a unidade de classe que construiu a ação foi o resultado da experiência construída no processo da luta, ordenada a partir da noção que o posseiro construiu em relação a terra” (MAIA, 2008, p.174). O partido não atuou como racionalizador do movimento camponês, mas como um agente que se adapta a sua dinâmica.

2.3- A batalha do Tataíra

Os conflitos que desde 1952 já contavam com a colaboração de forças policiais aos grileiros, passaram a contar no lado dos camponeses com a presença do PCB em meados de 1954. Entre as grandes batalhas desse período está a Batalha do Tataíra. Essa segundo alguns autores teria ocorrido em 1954, mas essa data apresentada por Itami Campos não corresponde às presentes na historiografia e nos jornais, mas a vitória nessa certamente favoreceu a consolidação do governo da região através da Associação de Lavradores e dos Conselhos de Córregos, como atesta o mesmo autor (CAMPOS apud SOUZA, 2004, p.36).

Na realidade, entre 1954-1957, ocorreram vários combates na região e entre eles a Batalha do Tataíra. A vitória camponesa nessa foi fundamental para se espalhar a notícia de que os camponeses estavam bem armados e o recuo da polícia demonstrava a força desses. Os camponeses não dispunham nessa de um grande arsenal de armas e homens com uma preparação bélica para guerra. Tratava-se de seis homens e dois piquetes a frente com mais doze que colocaram a polícia para correr (CARNEIRO, 1988, p.149). Foi a luta pela posse da terra e o que ela significava, em termos de controle sobre o trabalho, determinante para que as armas de caça se transformassem em armas para o confronto com a frente pioneira que avançava.

Essa batalha entre camponeses, grileiros, jagunços e policiais forçou o recuo das forças contrárias ao campesinato. O governador mandara aquartelar tropas na cidade de Porangatu, uma decisão tomada com o objetivo de colocar fim à revolta, e que só não se efetivou devido as seguintes preocupações; a necessidade de se impedir qualquer chacina ou derrota das forças policiais no estado de Goiás, já que se discutia a transferência da Capital Federal para o planalto central, e ainda outros motivos como as campanhas realizadas nas grandes cidades goianas (numa rede de informações e solidariedade), que colocavam em contatos operários, estudantes, jornalistas e a oposição ao governo pessedista que mesmo com interesses atrelados ao latifúndio explorava politicamente o episódio de Trombas e Formoso, como forma de pressionar e retirar votos dos

pessedistas (CUNHA, 2007). Esses udenistas saíam em defesa dos camponeses a partir do argumento de que eram estes trabalhadores que engrandeciam o país e que não contava com o apoio do governador em exercício para protegê-los. Assim, em 1957 se instalaria uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar os conflitos em visita ao local.

Diante de toda a pressão que sofria o governo goiano ele resolveu retirar as tropas e também abandonar a região, instalando-se com isso esse governo de camponeses e pecebistas. Contrariando as proposições do professor Itami Campos que afirma ter José Ludovico retirado às tropas da região devido ao governo naquele momento estar se modernizando e juridicamente agindo em defesa dos camponeses, se contrapondo ao hábito de se postar o Estado a favor dos latifundiários. Na verdade, o governo age desta forma diante da sua insuficiência em regular as relações e reconhecendo sua impotência perante a pressão exercida pelo movimento social em relação com outras classes na cidade. O governo de Juca Ludovico, como era conhecido pelos camponeses, vai passando do apoio claro aos grileiros a ignorar a existência da região. Segundo Itami Campos, passará o governador a uma condição de "neutralidade". O que é questionável já que fora nesse mesmo governo que "O governador José Ludovico de Almeida nomeou o capitão Agripino Dionisio Gualberto para exercer as funções de Delegado Especial, com sede em Formoso" (CARNEIRO, 1988, p.159). Segundo os camponeses, este que fora nomeado para organizar, ao contrário, fez foi tumultua-la. É preciso considerarmos alguns elementos do governo de José Ludovico.

José Ludovico de Almeida (1955-1958) como candidato da coligação PSD-PTB venceu Galeano Paranhos que era um dissidente das forças pessedistas. Nessa eleição de outubro de 1954, Coimbra Bueno (UDN-PSP) e Pedro Ludovico foram eleitos senadores e o primeiro recebeu uma votação maior que a do segundo, evidenciando o desgaste do PSD no estado que também não reelegeu Dário Délio Cardoso (presidente do partido) para o Senado (CAMPOS In: BORGES, 2004, p.32-33). Devido as acusações de fraude no pleito, o eleito só conseguiu assumir o mandato em 1955, e elegera pela sua coligação como vice-governador Bernardo Sayão (PSD) (O ANÁPOLIS, 24/10/54 n° 2842 p.1). Entre seus compromissos de governo encontraríamos:

farei um governo forte. Desejo realizar muito e a minha principal preocupação será a solução dos problemas de eletricidade e estradas. Não farei um governo de gabinete. Quero dar assistência direto ás realizações em todo o Estado. Darei inteiro apoio aos meus amigos, governando com eles (O ANÁPOLIS, 02/12/54 n° 2853 p.1).

Ilustrando o corporativismo com que se governava Goiás, conforme os interesses dos grupos situacionistas. O resultado disto é que qualquer iniciativa mínima de racionalizar o Estado, provocava a repulsa dos membros mais conservadores do PSD, e a resistência ao nome de José Ludovico de Almeida. Neste governo, mais precisamente em 1954, chega ao fim as tentativas de

negociação dos camponeses, tanto com o governo federal e estadual, como com os próprios grileiros, que foram procurados por José Porfírio. Entre as primeiras atitudes do governo José Ludovico de Almeida está a eliminação da imagem construída acerca de Goiás como “terra de selvageria e banditismo” (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.33).

Foi necessária a intervenção do Estado para que se garantisse a mudança da capital federal para o planalto central. Em 1955, o governador efetivou a desapropriação de uma área de 4.300 alqueires para a edificação da nova capital. Esse projeto, ainda, contaria com o projeto de lei do deputado federal opositor ao governo estadual, Emival Ramos Caiado, que fixava a data para a transferência da capital (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.35). Nesse governo os acontecimentos de Trombas e Formoso se projetaram a nível nacional e os posseiros que procuravam garantir suas posses eram impedidos pelos fazendeiros (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.35-36).

Segundo Itami Campos, nesse período a atuação de José Ludovico, Alfredo Nasser e Francisco de Brito são indicadores de que se gerava em Goiás uma nova dinâmica para a política goiana, acostumada a favorecer as classes dominantes. Estariam sendo agora consideradas outras forças sociais, o camponês por exemplo, e no governo Mauro Borges teria se dado continuidade a esse processo. Esse argumento se fundamenta no fato de José Ludovico ter ordenado que a Polícia Militar não intervisse em Trombas e Formoso, proposto a discriminação de terras na região e no município de Uruaçu e anunciado regularizar mais de 15.500 alqueires (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.38). Essas circunstâncias coincidiam com a necessidade de construção de um “governo de pacificações” em vista de garantir a transferência da capital (MAIA, 2008).

O início da segunda metade da década de 1950 foi marcado, em Goiás, pela consolidação do projeto Brasília. A construção da futura capital federal no Planalto Central novamente voltava ao debate político nacional, pois esta obra arquitetônica era vista pelos vários setores da classe dominante em Goiás como fundamental, não só para a consolidação de um processo de desenvolvimento econômico em curso, mas também para a expansão da ocupação territorial. Para os setores agrários, significava um novo alento econômico com a inclusão de novas terras ao processo de acumulação capitalista, representando também a renovação das áreas já ocupadas que ganhavam novo valor graças à promessa de uma nova corrente de capital e trabalho para o Estado. Entretanto esta não era a primeira vez que esta possibilidade se apresentava no horizonte, e José Ludovico, como indicam suas movimentações no início de seu governo, sabia que todo cuidado era pouco para vencer as resistências à transferência do Distrito Federal para Goiás (MAIA, 2008, p.157).

No entanto essas afirmações acerca da suposta racionalização do Estado secundarizam as ações violentas empreendida pelo capitão Agripino na região. Numa conversa pessoal com José Porfírio, esse, pediu em troca dos títulos de propriedade a entrega dos líderes comunistas, ao que a Assembléia de Camponeses, respondeu negativamente e ainda exigiu a presença de trinta

agrimensores na região.

O capitão iniciou seu rosário de ameaça, dizendo que a primeira providência que ia tomar se os líderes do movimento comunista não fosse entregue ia bombardear a região, que avião já tinha sido pedido ao governador e que esse estava disposto a colocar ponto final ao levante camponês (CAMPONÊS T apud CARNEIRO, 1988, p. 161).

Medidas tomadas pelo governador como a retirada das tropas policiais da região de Trombas, reformulação na legislação de terras, fechamento do Arquivo Público aos grileiros e iniciativas de discriminação das terras do estado, com o objetivo de corrigir títulos de propriedade, para Itami Campos e Joaquim Neves Pereira (1959, p. 80)⁹⁰, representam um rompimento da tradição do Estado em defender o interesse dos proprietários. Todavia os mesmos autores reconhecem, que essas medidas foram tomadas, após um acordo do então governador com a UDN para prorrogar o seu mandato.

Na realidade a quebra do tradicionalismo não se dá, mas, o que essas ações representam é o avanço da luta camponesa e a insuficiência do Estado em conter o avanço das suas conquistas. Outras justificativas para as medidas em meio aos debates na tentativa da transferência da capital federal para Goiás, melhor seria que o governo estadual evitasse grandes chacinas ou derrotas das suas forças policiais, essas medidas ainda, posteriormente acarretariam problemas para José Ludovico dentro do PSD. Não devido a suposta "racionalização" do Estado que estaria inaugurando, mas, sim devido a sua impotência em conter o movimento camponês que contrariava tanto o PSD como a UDN.

José Firmino foi preso nesse período, quando já residia em Pirenópolis, e nas entrevistas que deu negou ser comunista e que tenha lutado pela posse da terra. Alegava que seu intento era pela baixa do arrendo de 50% para 20% (O ANÁPOLIS, 12/04/1956, p.6). Os diversos depoimentos que atestam a atuação desse na luta pela posse da terra nos leva a acreditar que com essas afirmações pretendia desviar o foco da imprensa para uma luta corriqueira pela baixa do arrendo ao invés da luta pela posse da terra que poderia vir a facilmente caracterizá-lo como comunista nesse contexto de dualismos.

Os camponeses de Trombas e Formoso não estavam dispostos a ceder às pressões e a violência imposta por policiais, jagunços e grileiros. Muitas das famílias que haviam sido expulsas da região contaram com o apoio do movimento que cuidou da sua recolocada e deu mais coragem aos posseiros (CARNEIRO, 1988, p. 143). Diante desses acontecimentos construía-se a imagem pública de que o governador José Ludovico de Almeida não desejava que ocorresse atos de violência contra os posseiros e que reconhecia o direito de posse desses (O ANÁPOLIS,

90 Pereira. Joaquim Neves. Um estadista do sertão Goiânia.[s.n].1959.

05/04/1956 p.01).

No entanto, o que se viu no governo daquele que entre os camponeses era conhecido como Juca Ludovico, foi muito diferente da imagem pública que dele pretendiam construir. Foram feitas promessas de que seria a eles garantido o direito de posse;

A propósito, há uma lei, votada e sancionada quando Sr. Jonas Duarte esteve no governo, em 1954, que regulamenta o assunto. De acordo com esse diploma legal, o estado mandará medir todas as terras devolutas, e os que nelas estiverem de posse terão preferência para adquiri-las (O ANÁPOLIS, 05/04/1956 p.01).

Essas eram dia-a-dia contrariadas pela polícia sob comando do governador. Uma situação que esgotava as expectativas de que se pudesse contar com o amparo legal da lei.

Esse discurso de pacificação da região tinha como combustível a trégua ocorrida entre maio de 1956 e fevereiro de 1957 (CARNEIRO, 1988, p.151-153). No entanto, do ponto de vista interno ao Partido Comunista Brasileiro começaria a ecoar nesse ano os efeitos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A denúncia do culto a Stalin e o “Relatório Secreto de Kruschev” levou à uma crise interna no “partidão” em âmbitos nacional e regional. Esse teve também sua repercussão em Goiás, como atesta Dibb que foi secretário estadual do partido no final da década de 1950;

E como não poderia deixar de ser, nós [pecebistas de Sorocaba-SP] debatíamos com muita energia e passamos a conviver com um problema que o resto do partido recusava-se a conviver., quando nosso partido concluiu, da justeza, da realidade daquele informe, que foi um escândalo em toda a estrutura partidária, nós do sul paulista não tivemos tamanho choque, porque nós tínhamos; vamos dizer sido vacinados;gota após gota após o debate que realizamos aqui no sul. E isso fez com que o partido – ali no sul não perdesse militantes, a não ser, 02 por razões outras diversas, saíram do partido pressionados pelo Comitê Central, vamos dizer assim, fruto daquelas circunstâncias e com a modificação da própria estrutura do partido aqui em São Paulo, criando o Comitê Estadual, e fruto também, repita-se, daquela luta interna travada, eu e minha mulher fomos transferidos para São Paulo. Nós passamos pouco tempo em São Paulo, quando no final da década de 50, fomos transferidos para a capital de Goiás, no sentido de rearticular e dirigir o partido neste estado. Inicialmente, nós recusamos a chegar lá como pessoas determinadas pelo Comitê Central para assumir a direção. A direção que existia era uma direção pouco estruturada e que tinha com essa luta, contra o culto da personalidade de Stalin, tinha perdido o rumo, vamos assim dizer, político do partido. Ela já não podia ser considerada uma direção partidária, era um grupo que tinha opiniões muito próprias e que tinha uma pouca articulação na direção nacional; o partido estava dividido em 03 grupos principais: Goiânia, Anápolis, e Formoso. Neste período, como você já percebeu que era o fim da luta naquela de Formoso e Trombas, este período que finalizou a luta, vamos dizer; vinha se tornando o período mais importante das articulações políticas no estado, tendo centro, como base, a luta dos camponeses no estado. Como eu disse anteriormente, havia partido basicamente em 03 centros, neste sentido ele estava desarticulado, porque o partido eu entendo como um..... no estado. Tinha 03 centros que seria Goiânia, Anápolis e Formoso. A afirmação da imprensa era verdadeira havia, quando eu cheguei lá, comunistas por todo o estado, ou pelo menos até o centro norte. Uma prova disso é que quando nós lançamos a candidatura de José Porfírio, nós não tivemos

condições de atingir mais de 30% dos municípios do estado. No entanto, ele recebeu votos em todos os municípios do estado e mostra que tinha espalhado comunistas por todo lado. E particularmente em Goiânia e Anápolis, mas especialmente Goiânia, que é hoje uma cidade aberta (DIBB, 1990, p.2-3).

Entre as cisões internas, no partido, houve aquelas que se deviam a questões pontuais como o embate com os que não levavam a sério o envio de armas para os camponeses (CARNEIRO, 1988, p.154) ou os supostos traidores que estariam ajudando a polícia a desmobilizar as trincheiras. Houve também as mais complexas que contrapunham os pecebistas de origem camponesa e os de origem “intelectual” ou “da cidade”. Dentro do partido reproduzia-se o conflito entre campo e cidade que será crucial na compreensão de episódios como o que pretendia retirar Geraldo Marques da região (CARNEIRO, 1988, p. 154-155), por exemplo. Antes de adentrarmos nessas questões precisamos retomar às organizações fundamentais da luta camponesa de Trombas e Formoso; os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores.

2.4- Os camponeses em armas: de Formoso a Trombas

Na realidade os acontecimentos de Trombas e Formoso revelam a complexa dinâmica das lutas sociais no campo na década de 1950 em Goiás. Essa situação levava a que a contribuição do partido na formação de Conselhos de Córregos e nas ações da Associação não significasse que essas eram absolutamente instrumentalizadas pelo partido. O partido se viu obrigado a considerar as formas de se organizar próprias aos camponeses. Entre essas estiveram os mutirões, a “traição” e outras formas características da sociabilidade camponesa que colocam em questão a separação entre luta política e pré-política, quando se torna mais eficaz para a oposição ao capital a decisão tomada no Conselho de que a divisa da terra deve ser ali naquela marcação ao invés da outra, do que quando o Estado cede o título de propriedade da terra.

Essa forma de atuação do Partido Comunista Brasileiro não encontrou uma situação correlata em outras experiências e isso se deve a condição camponesa dos seus membros destacados para Trombas e Formoso. Entretanto isso não significa que na relação entre camponeses e partido político os agentes não mantivessem implícitos objetivos distintos e suas demandas políticas específicas. Sendo necessário nas análises acerca dessa relação, entre agentes sociais de origens distintas, considerar as suas condições específicas de participação política. Já que os agentes de mediação não precedem os camponeses e as condições históricas para os levantes.

...O 'combustível' fundamental desse fato social não é a atuação de um grupo de pessoas ou de uma ou mais entidades, mas a insatisfação dos trabalhadores rurais, acumulada em mais de um século, face à latifundização do estado de Goiás. Em seguida, temos, aí sim, que falar da significativa mediação de entidades sindicais, religiosas, partidárias etc (PESSOA, 1999, p.91).

Esses levantes armados de Trombas e Formoso não se devem à suposta guinada a esquerda do PCB no Manifesto de Agosto de 1950 ou suas resoluções políticas em 1954. Foi expressão da reatividade camponesa a tentativa de expropriação por parte dos grileiros. Essa pode ser caracterizada como rústica, pré-política, atrasada ou economicista. No entanto, o levante em si já os tornava um empecilho a acumulação de capital a partir de relações não capitalistas. Enquanto a vinculação política-institucional ao governo Mauro Borges ou a lógica de proprietários de terra em uma economia capitalista, favorecida sobretudo pelo partido como agente de mediação, visava a integração ao desenvolvimento do capitalismo como etapa preliminar para o socialismo.

O projeto de “revolução brasileira” que orientava os pecebistas e dava preferência a atuação junto a assalariados do campo esteve muitas vezes em contradição com a luta pela posse da terra do camponês em outras lutas sociais no Brasil. No entanto, esse projeto precisou ser secundarizado pelos pecebistas em Trombas e Formoso que muitas vezes optaram por atender às demandas locais em detrimento dos objetivos postulados pela “revolução brasileira” do Partido Comunista Brasileiro. O objetivo principal da luta era a posse da terra, característico dos interesses camponeses, e os pecebistas se adaptaram a essa demanda.

Essa prioridade dada a política local e as questões que se apresentavam imediatamente pode ser confirmada pelo tipo de organização que representou a Associação de Lavradores. Existindo sobretudo devido as questões referentes aos problemas cotidianos que se impunham a posse da terra. Inclusive, cuidando da distribuição dessas e se tornando órgão executivo do que era deliberado nos conselhos (CARNEIRO, 1988, p.133-134). Enquanto esses últimos assumiam várias funções na região como a vigilância, assistência etc (CARNEIRO, 1988, p.135-136). Essas organizações políticas favoreciam a participação de uma população de sociabilidade de formação específica. No caso, criada a partir de agrupamentos que se fundamentavam em regiões de origem e nos laços existentes (AMADO, s/d, p.19).

2.5- O “Justiçamento”

Os conflitos de 1956, mais uma vez, tiveram início na fase da colheita e novamente receberam ampla cobertura da imprensa. As matérias voltavam a ter o mesmo tom do ano anterior, relacionando a ação dos posseiros com a agitação comunista. Porém uma forma de abordagem do tema que começava a ganhar relevância era a que ressaltava a disposição dos posseiros em atacar cidades e a presença de armas “privativas do Exército Nacional.” (FOLHA de GOIAZ, 14/03/1956, p. 8) A nova fase do conflito agrário, porém, havia se deslocado para outra região onde os ataques da polícia e dos pretensos proprietários se dirigiam para as posses próximas a vila de Trombas e a ação dos posseiros contava com novas lideranças: José Porfirio e os militantes do PCB (MAIA, 2008, p.170).

Entre esses conflitos está o episódio que ficou conhecido entre os camponeses e na historiografia como “justiçamento”. Esse se refere ao assassinato do farmacêutico Joaquim Pereira Alencar, em 1956, que foi considerado pelos posseiros um delator a serviço da polícia. Esse teria colaborado na prisão de camponeses como João Porfírio, por exemplo, e o submeteu a várias humilhações. Diante desses acontecimentos, em período de intensos conflitos com as forças policiais, os camponeses e pecebistas assassinam o delator. Foi feito o “justiçamento”, motivado pela defesa de valores tradicionalmente camponeses como pela necessidade de garantir a proteção dos revoltosos, o episódio teria também o caráter de servir de exemplo para que os demais não incorressem na mesma prática.

Cláudio Lopes Maia chama a atenção para como em entrevista dada por um posseiro para revista de circulação nacional o “justiçamento” não foi negado pelo mesmo;

A história relatada pelo posseiro não continha o que se poderia esperar de um relato a imprensa nacional: uma negativa de autoria do feito. Ao invés disso, ressaltava a ação do posseiro, embora colocando-a num plano que envolvia altivez, defesa dos valores religiosos e, principalmente, a prerrogativa de que ninguém humilharia aqueles homens. Este sentido foi o mesmo exposto por Nego Carreiro para justificar a sua ação frente ao sargento Nelson, formando um conjunto de valores que, compartilhados na ação, produziam o sentido da luta, carregada de preceitos construídos pela experiência vivenciada no local (MAIA, 2008, p.171).

Esses acontecimentos serviram de pretexto para o então governador, José Ludovico (1955-1959), enviar para a região um maior contingente policial. Em 1956 as notícias de repercussão do assunto chamavam a atenção para a concentração dos conflitos na região de Formoso onde os camponeses empenhavam-se em expulsar a polícia enviada a região. Foi nesse período que ocorreu o episódio do “justiçamento” que levou a morte desse farmacêutico (CARNEIRO, 1988, p.144-146). Foram os nomes de José Porfírio e Joaquim Limírio destacados pelo jornal como os líderes do movimento e entre as denúncias do farmacêutico estava a presença comunista na região (O POPULAR, 15/03/1956, p.8).

Esse maior contingente policial, enviado e comandado pelo tenente Sobrinho, foi recebido a bala pelos camponeses. Então, o governo do estado de Goiás enviou um novo contingente militar sob o comando do Capitão Luiz de Freitas Silveira que ficou alocado em Porangatu (O POPULAR, 27/03/1956, capa e p.8). Essas operações militares levaram a prisão em Trombas dos camponeses Antônio Geraldo Rodrigues, Eli Pompílio Cangassú e Pedro Pereira do Lago (O POPULAR, 27/03/1956, capa e p.8). Durante esse clima de instabilidade muitos camponeses abandonavam suas posses e se escondiam nas matas da região, outros ficavam de prontidão nos piquetes que impediam a entrada dos policiais enquanto alguns se retiravam definitivamente para não regressar novamente.

Foram as ações do governo voltadas para colocar os camponeses contra os pecebistas.

Fizeram circular nota incitando-os contra os “agitadores comunistas”, chamando por uma saída conciliatória e alertando que não exitariam em utilizar a força para restabelecer a ordem. Enviaram para se entender com os camponeses em nome do governo o Sr. Manoel Antunes de Souza (O POPULAR, 27/03/1956, capa e p.8). Essa intensificação da ação policial em Formoso levou a que o movimento se concentrasse fundamentalmente em Trombas (O POPULAR, 27/03/1956, p.8). Os jornais intensificaram as notícias de que a região teria sido tranqüilamente pacificada (O POPULAR, 01/04/1956, p.10) e em contrapartida os depoimentos dos camponeses demonstram a violência utilizada para isso e o desespero que a destruição de parte da região teria trazido (CARNEIRO, 1988, p.142). Na cena pública deputados de oposição, como o udenista Francisco de Brito, tecia elogios ao governador pela lisura e o acerto com que teria agido (O POPULAR, 03/04/1956, capa). Era noticiado o estabelecimento da ordem após as convulsões de Porangatu e Formoso depois do envio de dois representantes do governo que estiveram lá para tratar das reivindicações dos posseiros (O POPULAR, 04/04/1956 e 07/04/1956).

3- Os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores de Formoso e Trombas

Em *Nunila* Carmo Bernardes atribui a criação da Associação o papel de única saída para enfrentar os problemas que se tinham com os “índios”. Ele descreveu as mortes, os espancamentos e estupros feito por esses e ironicamente substitui os grileiros por “índios cara-preta” e “negro brabo”. Tratando-se de uma alusão crítica aos supostamente “civilizados” que atribui a esses grupos étnicos a característica da barbárie. Nos acontecimentos de Trombas e Formoso era em nome do progresso e dessa mesma “civilização” que destruía-se o camponês. *Nunila* é uma obra que possibilita-nos questionar as instituições políticas criadas pela modernização e sua indiferença aos lamentos dos posseiros⁹¹.

Segundo Sebastião de Barros Abreu a direção da Associação de Lavadores demonstrava uma confiança nas “massas” incomum. O que reforça a tese de uma atuação do Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso distinta da verificada em outras regiões do país.

Os dirigentes da Associação, numa demonstração de confiança nas massas, exigiam que lhes fossem enviados não só os jornais favoráveis à causa dos posseiros, mas também todos aqueles que veiculavam as mais deslavadas mentiras e ameaças dos grileiros (ABREU, 1985, p.73).

O autor diferencia a prática desses “dirigentes” da adotada nos países “socialistas”. Todavia não discute a composição social diferenciada da direção, composta por posseiros e alguns membros do

⁹¹ Na obra de Carmo Bernardes, *Nunila*, há um cachorro chamado senador (BERNARDES, 1984, p.62). Em uma dessas críticas implícitas a política institucional de seu tempo.

PCB, dificultando a possibilidade de compreensão dessa atuação ímpar.

Sua afirmação possibilita-nos acreditar na existência de uma base social crítica e indisposta a manipulação. O volume de informações contra os posseiros e “as mais deslavadas mentiras e ameaças dos grileiros” não conseguiram exercer a coerção desejada pelos fazendeiros. Entretanto essas condições de resistência, aferida das informações de Sebastião de Barros Abreu, nos leva a considerar a hipótese de que o campesinato em Trombas e Formoso não pode ser caracterizado como atrasado, amesquinhado, etc, como faz o autor de *Trombas-A Guerrilha de Zé Porfírio*. Na realidade os camponeses vinham de uma história de expropriações que criavam as condições apropriadas para a resistência a uma nova expropriação em Trombas e Formoso.

Os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores pretendiam impedir a continuidade desse processo histórico de expropriação do campesinato no Brasil. Entre os pontos obscuros acerca da história de Trombas e Formoso está a questão da origem dos Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores, afinal, qual teria surgido primeiro? Paulo Ribeiro da Cunha em *Redescobrimo a História: A República de Trombas e Formoso* afirma que a Associação dos Lavradores teria sido criada antes dos Conselhos de Córregos.

A Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos também foram discutidas na literatura goiana. Antonino, personagem de Carmo Bernardes, vai tornando evidente o envolvimento de D. Filomena com os conflitos ao ver chegar o que supõe ser mais um carregamento de armas (BERNARDES, 1984, p. 46). Um motociclista que passara na pensão e que teria vindo de um sindicato de Anápolis ou Goiânia, segundo Antonino, atuava na formação de uma Associação ou Liga Camponesa com os roceiros de Coqueiro de Galha. Essa situação incomodava Vitalino, Mundico e Henricão que passam a vigiar D. Filó (BERNARDES, 1984, p. 47). A essa altura os moradores de Coqueiro de Galha já estavam “trepados nas armas” e “escaramuçaram Henricão de lá” (BERNARDES, 1984, p. 53). Esses personagens foram construídos a partir da memória do dissidente pecebista acerca dos acontecimentos nos quais seu partido esteve envolvido.

Nessa representação literária dos acontecimentos essa reação camponesa levou a retirada da região de tropas policiais enviadas de Goiânia para Coqueiro de Galha. O objetivo atribuído a ação militar, que agora se retirava, era matar “comunistas” (BERNARDES, 1984, p. 54). Foram nessas condições criada pelos lavradores de Coqueiro de Galha uma Associação (BERNARDES, 1984, p. 55). Na historiografia não há clareza quanto a data em que surgem a Associação e os Conselhos de Córregos. As informações de Carmo Bernardes, relato de um ex-membro do Partido Comunista Brasileiro mediado pelos recursos metodológicos disponíveis a um literato, são de que a Associação surgiu no momento em que se estabelece o governo dos posseiros na região. Entretanto é consensual que essa tenha sido fundada em 1955, ou seja, antes do estabelecimento da estabilidade

que fez com que dentro do período aproximado de 1958-1964 essa e os Conselhos de Córregos se tornassem o governo efetivo do território.

No que se refere a criação da Associação de Lavradores é importante que se diga que essa era uma prática do Partido Comunista Brasileiro na sua atuação no campo. Em Goiás, algumas vezes, as associações de camponeses organizadas por membros do Partido Comunista Brasileiro foram reprimidas pela ação policial, assim como descreve Bernardo Éllis em *A Terra e as Carabinas* e atesta o Jornal “O Anápolis”; “Na noite de quinta-feira, cerca das 20 horas, quando se realizava uma grande reunião na praça de Santana, reunião essa promovida pela União dos Camponeses de Goiás, houve intervenção da polícia, sendo a mesma dissolvida” (O ANÁPOLIS, 22/02/1953, p.1). Segundo Carmo Bernardes a Associação surge como resposta a ausência do poder público garantindo os direitos do “trabalhador de roça”;

Diz que na Associação fazem assembléia, os companheiros que foram a Goiânia dão relatório da viagem, tudo por miúdo. Em vista de nada terem conseguido com as autoridades na capital, a assembléia reunida bate palmas e apóia a opinião de que o recurso é cuidarem de eles mesmos resolverem o problema. As autoridades torcem o nariz, não ligam importância, os da cidade pouco estão somando com a sorte de trabalhador de roça algum, o remédio é agir por conta própria. Os caboclos matando gente naquela medida é que não pode continuar (BERNARDES, 1984, p.147-148).

Essa representação literária é meramente ilustrativa dos ânimos que cercavam a criação da Associação de Lavradores em Trombas e Formoso. Entretanto na busca de soluções para seus problemas e sobretudo da organização que lhes possibilitasse a posse da terra se organizaram os Conselhos de Córregos. Esses eram instâncias de organização da luta na região e em um determinado momento tornaram-se parte da estrutura deliberativa da Associação dos Lavradores de Formoso (MAIA, 2008). Entretanto na opinião desse historiador citado e também na nossa, ao que nos parece, isso não significa que tenham sido absolutamente instrumentalizadas pelo Partido Comunista Brasileiro que se reunia em separado dos camponeses para deliberar acerca da posição do partido na revolta.

A constatação de que os *Conselhos de Córregos*, instâncias da Associação dos Lavradores, tinha na sua origem um elemento essencial da organização da agricultura camponesa [os mutirões], não levou os pesquisadores, necessariamente, a aprofundarem esta discussão ou mesmo a identificarem os elementos da solidariedade camponesa para além dos mutirões. No máximo, se estabeleceu um debate entre as formas de organização próprias do camponês e outras, construídas, posteriormente, com base na Associação e em novos Conselhos que representariam um salto qualitativo em relação às experiências anteriores (MAIA, 2008, p.79).

Entretanto a desconsideração acerca das especificidades da organização social camponesa na sustentação da existência dos Conselhos de Córregos se inicia com apressada eliminação da hipótese que esses tinham sua forma embrionária originada em um período anterior a estabilização

da situação de conflitos que é rotulada como a vitória dos camponeses. O que leva alguns autores, Paulo Ribeiro da Cunha por exemplo, a considerar a existência dos Conselhos de Córregos somente a partir de 1956-1957.

Os grileiros requereram o despejo e o juiz Veiga Jardim mandou executar o mandato através do delegado de Uruaçu Lúcio Fernandes de Carvalho. O delegado chegou ao povoado de Formoso, intimou os posseiros do córrego do Bonito. O presidente do conselho compareceu a intimação com todos os membros armados de carabina e afirmou categoricamente, que não abandonava as terras, não estava disposto a depor no processo e nem tão pouco entregar as armas. O delegado é filho de Uruaçu, conhecia bastante José Firmino, sabia de sua índole pacífica. Conhecia também a trama que estavam urdindo contra os lavradores, agiu com prudência, fez um relatório secretaria de segurança pública da situação e ao mesmo tempo afastando-se das diligências, pedindo um delegado especial para o caso. A secretaria de Segurança Pública relutou em mandar um novo delegado. Na medida que a questão era por demais conhecida do Dr. Pedro Ludovico Governador de Goiás chefe do Partido Social Democrático, velho caudilho da escola de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Os grileiros eram figuras proeminentes do velho PSD, o partido que elegera o Dr Pedro a governança do estado, já no fim do seu mandato, tentou apaziguar os ânimos, deixou a batata quente com o seu sucessor o seu primo José Ludovico de Almeida. Os grileiros voltaram a ofensiva, armaram um bando de jagunços, procurou o comandante do destacamento de Amaro Leite o sargento Nelson, homem conhecido pela sua truculência, coragem pessoal e ambição. O sargento aceitou a incubência, ajustou um antigo policial reformado da polícia pernambucana que segundo algumas pessoas este senhor conhecido como Antônio Barros, pertencera as volantes que perseguiram Lampião. Este dito chegou na região do ribeirão Coqueiro de Galho, filiou-se ao conselho, assistiu algumas reuniões, passou toda informação ao sargento Nelson. Os jagunços comandados por Nelson penetrou justamente, onde a organização era mais débil, no Ribeirão Coqueiro de Galha, o presidente do conselho era o lavrador Nego Carreiro. Chegando ali intimou os lavradores a deixar a terra ou assinar um contrato de arrendamento com a data do ano anterior. Os posseiros aceitaram pagar o arrendamento assim que terminasse as colheitas de arroz e marcou tudo para o final do mês de abril assim que terminasse o trabalho da safra. Como havia previsto o pessoal da associação o sargento Nelson voltou antes do dia combinado. A jagunçada deitou e rolou, abusou das mulheres, ateou fogo em tudo, paiol, chiqueiro de porcos, casas, roubaram os mantimentos, depois foram de caminhonetes e caminhão para as roças cobrar o arrendamento da terra. Caíram na trincheira e o tiroteio foi serrado. Um jagunço foi morto, um filho do grileiro caiu baleado, morreu no hospital em Ceres o sargento Nelson depois de resistir uns trinta minutos de fogo caiu morto com uma bala na testa. Aí a jagunçada entrou em pânico e a debandada foi grande, pegaram o caminhão e saíram em fuga apressada quando chegaram no colchete de arame ficaram com medo de descer do carro para abri, nova trincheira mais três jagunços mortos, e deixaram um rapaz baleado que só foi socorrido altas horas da noite (SOBRINHO, 1988, p.14-15).

Na realidade essa afirmação não nos possibilita afirmar a existência dos Conselhos de Córregos, como foram conhecidos após os períodos mais intensos de conflito, antes da fundação da Associação. Mas, destacar que antes de 1956-1957 já havia uma sociabilidade vivida no cotidiano dos camponeses que possibilitara a José Fernandes Sobrinho reconhecer em José Firmino e Nego

Carreiro as lideranças do que ele já chama de conselhos. O que ocorre é que essas formas embrionárias de organização, em uma vida organizada ao redor de córregos, receberam novos atributos com a estabilidade após o período da luta armada. Fazendo com que na historiografia, em alguns casos, se ignore a existência dessa sociabilidade que depois será definida como Conselhos de Córregos. A base territorial dos Conselhos não era o único elemento a conferir unidade ao grupo mas também o “sentimento de localidade”, no caso, a consciência de pertencer a uma localidade que se diferencia das outras (MAIA, 2008).

Visto desta forma, só se pode pensar as ações em Trombas a partir deste universo formado pelos agrupamentos de córregos porque foi a partir destes grupos que os camponeses vivenciaram, na região, sua experiência de luta, formulando sua noção de grupo e elaborando uma compreensão sobre o direito à terra para, finalmente, estruturar sua intervenção política na questão agrária em Goiás (MAIA 2008, p.84).

Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2007) foi só entre 1956-1957 que se deu a forma definitiva dos Conselhos de Córregos, não aceitando a existência de formas embrionárias desses nas proximidades de 1954 (MAIA, 2008). Entretanto se por um lado a afirmação de que esses só se formaram entre 1956-1957 favorece a compreensão da importância dos grupos de mutirões e da traição como formas de solidariedade fundamentais na organização da luta camponesa, por sua vez, impossibilita reconhecermos esses mutirões e a traição como as formas embrionárias que sustentaram os Conselhos de Córregos que formalmente teria surgido posteriormente. Foi a dificuldade de reconhecer a permanência de relações vicinais de solidariedade como os mutirões e traições no interior dos Conselhos de Córregos que impossibilitaram a Carlos Leandro da Silva Esteves explicar como conviveram paralelamente os mutirões e Conselhos de Córregos. Fazendo com que esse historiador seja questionado por Cláudio Lopes Maia.

Um dos aspectos comuns à historiografia e literatura sobre Trombas e Formoso é a assídua participação de agentes externos no apoio à revolta dos camponeses. Foi importante que muitos desses que estiveram diretamente envolvidos decidiram se manifestar quanto ao que teria sido para eles àqueles anos. Sebastião de Barros Abreu e José Godoy Garcia, na época membros do Partido Comunista Brasileiro, foram os advogados que deram assistência jurídica à Associação de Lavradores e aconselharam uma abrangência maior, através da criação de mais Conselhos de Córregos, e mais associações nos municípios vizinhos (SOBRINHO, 1997, p. 162). No entanto, essa informação nos aproxima das motivações que teriam levado a formação dos conselhos, mas não é ainda a resposta definitiva a como teriam surgido esses, uma das maiores dúvidas acerca dos acontecimentos daqueles anos. Essa questão não é resolvida pelo procedimento que reduz a abrangência política dos Conselhos de Córregos e Associação de Lavradores a instrumentos manipulados pelo “núcleo hegemônico” do Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso,

como fez Paulo Ribeiro da Cunha.

É necessário retomarmos a história da formação das associações no campo, em Goiás, se desejamos compreender as suas especificidades em Trombas e Formoso. Nos primeiros anos da década de 1950, Goiás, contava com 12 associações rurais fundadas e reconhecidas pelo Ministério da Agricultura, posteriormente, seriam reconhecidas mais 26 associações rurais, entre essas, as de Uruaçu, Jaraguá, Porangatu, Miracema do Norte (no atual estado do Tocantins), entre outras (O ANÁPOLIS, 06/07/1952 n°1212 p.1 e 07/08/1952 n° 1221 p.3). A formação dessas associações estava tão atrelada aos interesses nacionais como aos do governo estadual, onde a FAREG pretendia associar todas as federações do estado, sob seu controle. Não por acaso se deu oficialmente no dia 19 de junho de 1951, em Goiânia, no Edifício da Pecuária e contou com a presidência de Joaquim Câmara Filho, que era o secretário da agricultura do governo de Pedro Ludovico, a fundação e oficialização da FAREG (O ANÁPOLIS, 21/06/1951 p.3). E nas suas reivindicações feitas em nome das Associações se verifica a necessidade de financiamentos, criação de agências do Banco do Brasil na zona rural, cota para tratores e Jeeps, descontos nos fretes ferroviários, instalação de armazéns de expurgo e, finalmente, a criação do departamento nacional de cooperativismo. A preocupação era com o médio e grande produtor. Os “camponeses-posseiros” de Trombas e Formoso não estariam incluídos nessas reivindicações voltadas aos “camponeses-proprietários”(O ANÁPOLIS, 20/01/1952 n°1165 p.1).

No entanto o “camponês-posseiro” passava a criar suas próprias associações, essas pretendiam dar-lhes a representatividade que não encontravam na FAREG. Tanto que, esse é um movimento que não se restringe a Trombas e Formoso, e em 1956 leva a organização em Itauçu de uma Associação Rural que duraria até 1964. Entre suas metas estava o enfrentamento a migração para o norte ou para a cidade. Essa organização pretendia preservar o trabalho manual em uma região de minifúndio, ou seja, mais povoada e com grande número de arrendatários onde havia a expulsão freqüente de trabalhadores. Daí a luta pela baixa do arrendo e a permanência na terra. Buscava atingir seus objetivos através da conscientização e ampliação da organização dos trabalhadores rurais, sensibilizando para a questão da luta pela posse da terra. O seu foco de irradiação principal era a Fazenda das Lages que o governo Coimbra Bueno adquirira para fixar estrangeiros. Esse projeto fracassou e as terras foram ocupadas por camponeses que o Estado tentou expulsar em 1958. No entanto, a associação era formada por categorias sociais mistas voltada para a realidade do campo (GUIMARÃES, 1988).

Foi a criação de associações uma prática recorrente do Partido Comunista Brasileiro, assim como em Trombas e Formoso, essas eram intervenções em momentos dramáticos protagonizados pela modernização capitalista. Esses podem ser evidenciados em cartas como a de José Medina de

Mendonça falando do que qualifica como invasão da Fazenda São Carlos. Essa tem a sua divisão homologada definitivamente em acordo de 14 de fevereiro de 1930, através, do Superior Tribunal de Justiça de Goiás com um milhão e 500 mil pés de café em produção, 150 casas de colonos, 1100 agregados e paga a seus agregados em média 600 mil cruzeiros mensais. Foi devido a presença do capital paulista na região que se formaria Goianésia (a fazenda estava então entre o município de Goiás e Pirenópolis). Nesse se situava a Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás. Onde os posseiros, assim como os de Trombas e Formoso, lutavam contra a expansão da cafeeira às suas terras (O POPULAR, 15/06/1956 p.6).

Foi a instabilidade diante da ameaça de expulsão dos posseiros responsável para que na Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás houvesse uma onda de revolta entre os posseiros que trabalhavam nas terras da Fazenda São Carlos. Já que depois de dois ou três anos de trabalho são imediatamente dispensados para que não tenham direito a colheita dos cereais que plantaram. O camponês Casemiro Soares da Silva foi até o Rio de Janeiro denunciar essa ação. Ele chegou em Goiás, vindo da Bahia, em 1953. Essa fazenda é tratada nesse jornal como propriedade de Marcos Monteiro de Barros que era oriundo de família de industriais, em São Paulo (FOLHA DE GOIÁS, 28/09/1956, p.4 e 7). Na realidade os paulistas compravam terras em Goiás para lucrar através da especulação imobiliária ou da reprodução de relações não capitalistas de produção.

No caso de Trombas e Formoso a criação da Associação de Lavradores, em 1955, foi influenciada por esse contexto de afirmação camponesa. Tornando esse um espaço de organização e participação ímpar. Então, essa não foi restritamente instrumentalizada pelo Partido Comunista Brasileiro já que eram as demandas dos “camponeses-posseiros” na sua luta contra a expropriação que constituíam a pauta política dessa organização. O projeto de “revolução brasileira”, do qual, os pecebistas de Trombas e Formoso se investiam eram secundarizados intencionalmente em vista de conquistar a posse da terra. Essa era a priori uma demanda do campesinato, a qual, o partido se adaptou. Tanto a experiência pregressa dos camponeses como dos pecebistas não deve ser negligenciada. Já que ela levava a conflitividade entre camponeses e partido, ambos adaptando-se às novas circunstâncias, e tensões entre os pecebistas em Trombas e Formoso e seu Comitê Estadual e entre camponeses e partido. Havia, ainda, o conflito de identidade vivido pelos militantes pecebistas que não eram reconhecidos como vanguarda dirigente e que, ao mesmo tempo, não se identificava com esse papel que lhe era historicamente atribuído.

Os pecebistas em Trombas e Formoso identificaram-se mais com a luta camponesa contra a expropriação da posse da terra, o que restritamente é considerado pré-político pelos pecebistas, do que com o projeto nacionalista da “revolução brasileira”.

Ia pra roça cortava arroz como os outros mesmos, pegava machado, a enxada, a

foice, eu ia pra cozinha, cozinhava como qualquer uma das mulheres, se tinha um doente eu tava ali durante a noite, durante o dia. Vestia igual... Eles não tinham condições aqui, elementos da capital ir pra lá e assimilar o que nós assimilamos. Porque como que vai pra lá um escritor, um médico, um advogado e assumir a enxada e viver a vida de um camponês. Ele não sabe nem como é que pega. Né? (MACHADO, 2006).

Entretanto historicamente os pecebistas tratavam a luta pela posse da terra como uma luta pré política, ou seja, de caráter economicista. Quanto a isso podemos constatar pelas suas próprias afirmações;

Não. A luta se restringiu, acabou com a conquista do pedaço de chão por cada camponês. Mas o nosso sonho inicial era o de transformar a luta dos posseiros do Formoso no início da luta armada pela libertação nacional. Se em relação ao nível de consciência nós não tenhamos conseguido dar um passo à frente, do ponto de vista da influência tivemos um trabalho importante. No Formoso existia o problema da posse da terra e da luta contra os policiais e jagunços. Mas a luta contra o latifúndio como um todo, acabou por não ser tocada. O surgimento da luta e a vitória dos camponeses do Formoso, a conformação da associação praticamente como o órgão dirigente do município, tudo isso repercutiu em todas as cidades do estado. Em outras cidades foi mais fácil criar uma associação porque eles sabiam da vitória do Formoso se estabeleceu um clima amistoso (WALADARES, 2009, p.7).

É porque ele [camponês] não tem capacidade própria de definir a política, mas se ele confia no seu líder, ele é capaz de acompanhar se o líder tiver uma posição política cercada de acordo com as necessidades deles. É ele é mais defensivo, ele defende mais os seus direito sem ter ... ele não tem muita certeza (nem muita confiança de dar um passo como os comunistas tem. Os comunistas cega ou claramente ele vai à luta, ele quer brigar, ele quer lutar, ele quer conquistar, ele tem a fome do poder, e o lavrador não ele só quer a melhoria imediata (MACHADO, s/d, p.19).

Não, lá em Trombas, é o seguinte: aquele episódio foi um episódio praticamente isolado, ele não foi isolado porque ele tinha uma orientação política, não é isso? Ele tinha o apoio, a solidariedade de fora, mas não foi uma luta, como eu disse, foi uma luta... mais para defender o direito que o camponês tinha... Terminada a luta, terminada a refrega, o camponês adquiriu a terra... se legalizou essa terra, a posse, aí a arma... Aí nós fomos pensar na criação de uma cooperativa, e depois emancipar Formoso, que não era emancipado, e os conselhos de córrego para resolver o problema interno, os problemas da terra... até 64... (TIBÚRCIO, 1990, p.6).

Diante desse modo de atuar do partido os Conselhos de Córregos, para alguns criados entre 1956-1957, não eram restritamente instrumentos para facilitar a ação da Associação de Lavradores e reproduzir as decisões do foco irradiador para os Conselhos que se encontravam descentralizados e que nisso teriam se resumido.

Na realidade os Conselhos de Córregos tornaram-se organizações representativas das práticas de autonomia social e espaço de participação política direta,

... tinha a Associação que era registrada e tinham os Conselhos de Córrego, os conselhos reuniam e discutia tudo que tinha necessidade baseado naquela área dele. Cada conselho tinha sua área. Era composto de presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário e tesoureiro e aí tinha o conselho fiscal e o povão da região. Então, esse grupo reunia, discutia tudo o que tinha, ouvia os moradores da região, aquilo que eles desse pra resolver naquele lugar, muito bem, e o que não resolvesse, ia para o conselho geral (MACHADO, 2006).

Essa afirmação não redundava na aceitação de que havia contradição entre Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores. Essa existiria se aceitássemos a Associação como a expressão da vontade do partido em uma concepção fetichista onde nada escapa ou existe fora da direção dada pelo partido. Enquanto os Conselhos de Córregos nasciam da própria realidade camponesa, a partir, da sociabilidade histórica formada por esses expropriados. Tanto que serviram a criação de um sistema de vigilância e comunicação próprios e se reuniam periodicamente tomando decisões acerca daquelas comunidades. “Quanto à organização, Trombas deixa tudo o que conhecíamos antes muitos furos abaixo. Só mesmo visitando aquele lugar e seu povo é que se pode aquilatar o que seja aquela região. Trombas é outro Estado, não é bem Goiás. Trombas é outra Nação, não é bem Brasil” (O ANÁPOLIS, 01/12/1957 nº3149 p.1). O que dava substancialidade a ação política de Conselhos e Associação era a luta pela posse da terra e essa era uma demanda camponesa, sobretudo.

Havia contradição era entre o partido e o campesinato, pois, por mais que esses estivessem na mesma arena de luta política tinham preservadas demandas específicas que nasceram antes do encontro entre eles. Essas contradições podem ser confirmadas se considerarmos os embates entre os camponeses e o partido ou entre José Porfírio e Geraldão, por exemplo. Já que esses eram a síntese de experiências políticas distintas. O primeiro era o típico camponês tratado pejorativamente pelo partido e o segundo a personificação do partido stalinista em Trombas e Formoso. Entre os depoimentos começamos por Arão, irmão de José Porfírio, que chegou em Trombas em 1957. Esse ao ser perguntado se todos os Conselhos de Córregos contavam com a presença dos pecebistas afirma;

Não, tinha conselho que não tinha [gente do partido], porque o nosso lá não tinha. O nosso lá era todo mundo do [mato?]. Inclusive, o Geraldo não concordava muito com nós não, com o conselho nosso não. Porque ele queria que todo mundo obedece-se ele. E então a autoridade aqui dentro era o Geraldo Marques e o grupo dele. Então ele queria que nós obedece-se ele e nós não obedecia, você sabe,.... É porque nós era do conselho lá de baixo, da beira da Onça então ele queria o seguinte que todo mundo obedece-se as ordens dele. Muita coisa nós não concordava com ele... o tinha eu, tinha o Mané Preto, tinha os dois cunhados do Zé Porfírio..... ele queria que todo mundo obedece-se ele. Nós muitas horas não aceitava, não bagunçava, não fazia bagunça, não concordava com certas coisas dele... Então... vou tentar contar a história direitinho pra você. Eu tava mais um amigo... no Sapato... nós chamava ele até baiano... nós ficamos quinze dias na trincheira, eu mais o baiano... Aí chegamos e descemos lá prá baixo. Chegou lá no

outro dia o baiano arriou um potro brabo, montou, e eu fui, eu fui de a pé... eu não bebia pinga mas ele bebia... aí o baiano bebeu umas pinga e ficou meio brabo...no meio da rua aí, contando valentia, mas não fazia nada não, um facãozinho velho na mão... e eu pelejando mais ele... - Não, baiano larga isso de mão rapaz, vamos embora... Não vai brigar com ninguém, não. Não sei o que que ele tinha arranjado lá mas ele não gostou. Ai tirei ele... nesse tempo tinha um curral lá... chegamos lá com o cavalo... Aí o Geraldão chegou, chegou ele, o genro dele, ele, e mais outro. Chegaram para amarrar ele, aí eu disse: -Não, Geraldo se vocês pega ele lá no meio da rua, marra na hora que ele tava arruaçando lá no meio da rua tudo bem, mas depois dele aqui já calmo vai montar no cavalo para ir embora, eu não vou deixar você amarrar ele não... Aí o baiano perguntou: -Precisa de descer do cavalo. Não baiano, pode ficar montado, não desce não.... Aí já tava escurecendo, aí ele desceu, eu falei: - Não, baiano vai embora.... Aí o cunhado do Zé Porfírio ficou sabendo, catou uma carabina,... saiu com ela na mão e [foi falar com o Geraldão]. Moço mas só não chamou ele pelo nome. Falou: rapaz, mas você é um covarde Geraldão. Os homens passou quinze dias numa trincheira, só porque o baiano tomou umas duas pingas aí na rua... você quer marrar o homem! Você é um covarde Geraldão. E aí rapaz ... Cê é o bom... porque você não vem em riba de mim? Eu tô sadio, ele não bebeu mas eu também não bebi, vem em cima de mim. Você não é o bom? ... Então essas coisas ele queria que obedece-se ele... [Entrevistador: E com o Suarão, com a Dirce, com o Zé Ribeiro tinha coisas desse tipo, também?] Não, eles era mais concordado, sabe. .. O Geraldão era ditatorial, ele queria mandar em tudo...Ele parece que achava até ruim a liderança do Porfírio. O Porfírio tinha liderança (GIL, 2009).

Enquanto o depoimento do pecebista Sebastião Bailão, uma das lideranças do movimento camponês de Itauçu, reafirma a concepção do Partido Comunista Brasileiro de que José Porfírio era uma criação deles e que a atuação em Goiás não ficava restrita aos ditames das instâncias superiores do partido.

Então, eu participei de tudo aquilo, nós tivemos uma discussão que nós resolvemos fazer o Zé Porfírio ... como líder lá, que o Zé Porfírio era um caboclo que dentro da mata ele era uma fera, a noite, ele podia estar num lugar estranho, que ele se perdia dentro de uma mata ... E naquela época existia uma tendência assim, estava surgindo no Brasil, estava em desenvolvimento, o problema das guerrilhas, né?, influenciado por muitas coisas, inclusive o Julião (?), lá no nordeste ... essas coisas todas ... embora a linha do partido não era bem aquilo, mas nós estava ligado ao movimento do campo, e existia isso...(BAILÃO, 1991, p.16)

Na realidade imaginar que nada escapasse ao controle do partido, assim como pensar que José Porfírio fosse restritamente um instrumento desse, é ignorar as dimensões políticas a que serviam organizações como os Conselhos de Córregos no enfrentamento aos problemas locais, ocupando-se da vida cotidiana camponesa, evitando a dispersão dos camponeses. Esta forma de organização criou condições para a manutenção financeira da Associação, organizou autonomamente serviços fundamentais como; a assistência médica, escolar, cooperativas e mutirões. Desenvolveu atividades de lazer como meio para o estreitamento dos laços da comunidade e sustentáculo na luta pela posse da terra. Decidia-se nos Conselhos de Córrego acerca da construção de pontes, funcionamento de escolas, esquecidos pela Igreja os próprios camponeses

lançam mão das práticas relativas à religiosidade popular e organizavam sua própria Igreja. A Associação de Lavradores e os Conselhos de Córrego ocupavam o vazio deixado pelo governo instituído com uma eficiência não encontrada nos moldes burgueses de se compreender a participação política. Essa organização levou a distribuição de terras entre aqueles camponeses que chegavam tardiamente após os conflitos mais intensos, existia um sistema de distribuição que limitavam o tamanho da posse e ainda contava com o apoio de outros camponeses com os mutirões.

A importância dos Conselhos de Córregos na revolta fez com que alguns passassem a considerar a Associação de Lavradores resultado da formação dos Conselhos de Córrego que serviam na proteção da região e na resolução de problemas e atendimento de demandas locais (ABREU, 1985). Os Conselhos de Córregos atuavam a partir da sociabilidade camponesa e fundamentavam-se nessa forma de solidariedade específica. Há mecanicismo e abstratividade nas propostas políticas que pretendam transferir paradigmas conselhistas da fábrica para o campo, mas os Conselhos de Córregos em Trombas e Formoso foram historicamente uma forma de organização análoga aos “conselhos de fábrica”⁹².

Segundo Gramsci o campo também seria espaço para os conselhos de proletários do campo, devendo ser os próprios camponeses os gestores, inclusive nas grandes propriedades.

A produção industrial deve ser controlada diretamente pelos operários organizados por empresa; a atividade de controle deve ser unificada e coordenada através de sindicais puramente operários; os operários e os socialistas não podem conceber como útil a seus interesses e suas aspirações um controle sobre a indústria exercido por funcionários (corruptos, venais e não revogáveis) do Estado capitalista, uma forma de controle sobre a indústria que só pode significar um ressurgimento dos comitês de mobilização industrial, útil apenas ao parasitismo capitalista (GRAMSCI, 1987, p.75).

Esse controle sobre a própria produção em Trombas e Formoso era resultado da sociabilidade camponesa, agora acrescida da experiência histórica de luta contra a expropriação da posse da terra. Em Gramsci essas iniciativas poderiam levar a superação das propagandas pelas “terras incultas e mal cultivadas” que propõe o reformismo burguês. Não se resumindo a resolução do problema em dar “a terra para os camponeses”, mas instaurando um novo modo de produzir. Nesse a apropriação do produto se daria pelo próprio produtor, ao invés, do controle de uma classe social sobre a outra. Seria inútil a ocupação das terras incultas e levaria ao descrédito as experiências de socialização dos meios de produção e a dissolução da consciência revolucionária.

92 Nesse contexto o partido pretendia colocar na ordem do dia as determinações do Komintern (governo operário e camponês) que tinha novas e diversas implicações em comparação com a da frente única. Essa palavra de ordem traduziria para a realidade italiana, naquele momento, as deliberações da Internacional Comunista (governo operário e camponês) de 1919-1920. Esse programa aparece com clareza na carta que Gramsci enviou ao Comitê Executivo do Partido Comunista Italiano, em setembro de 1923 (FELIPE e PARLATO In: GRAMSCI, 1987).

Entretanto na realidade social analisada por Gramsci a solução da questão agrária só poderia vir do proletariado do Norte da Itália, através da ditadura proletária. “A solução do problema agrícola só pode ser realizada pelos operários urbanos da Itália do Norte, só pode ser realizada pela ditadura proletária” (GRAMSCI, 1987, p. 76-77).

A atuação do Partido Comunista Brasileiro contava com um campesinato que na sua experiência histórica havia formado uma sociabilidade apropriada a luta pela posse da terra. Esse aspecto foi fundamental para que a partir dessa se organizassem Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores tão características a luta camponesa de Trombas e Formoso. Juntou-se ao desejo de uma atuação específica, protagonizada pelo partido na luta pela posse a terra, a existência das condições favoráveis a luta.

Essas necessidades, propulsoras da revolta, foram criadas pela reatividade do campesinato a expansão da frente pioneira e antecede a chegada do PCB e as prerrogativas do Manifesto de Agosto de 1950. Foi a fundação da Associação de Lavradores precedida por essas condições acima apresentadas. Quando retomamos a formação de uma sociabilidade camponesa e damos a essa centralidade na formação das organizações de luta isso se deve a importância que elas tiveram para consolidar essas estruturas organizativas. Essas relações apontam para os camponeses não como aqueles que são apegados a terra e incapazes de desenvolver relações para além do seu grupo familiar. Essa sociabilidade do “bairro” e das relações com os grupos de vizinhança em Trombas são caracterizadas por práticas societárias como os mutirões e a “traição”. Tendo, posteriormente, sido “funcionalizados” pela Associação nos denominados Conselhos de Córregos (MAIA, 2008, p.84).

Houve camponeses que não aderiram a Associação de Lavradores e não aceitavam a legitimidade da sua atuação. Essa afirmação pode ser confirmada pelos jornais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro que fala na filiação de 20% dos camponeses na Associação de Lavradores;

Hoje na área de 10 mil quilômetros quadrados das terras reconhecidas como dos posseiros de Formoso-Trombas funcionam as 3 associações e 25 conselhos. Trombas permanece a cabeça política, sede da associação da região de Formoso, que resolve os problemas gerais mais importantes que lhes são trazidos pelos conselhos. A imprensa reacionária, nos seus ataques aos posseiros, havia assoalhado que “os comunistas” ou Porfírio “obrigavam” todos os posseiros a se filiarem à Associação para terem direito à terra. Durante minha estadia em Trombas assisti a uma entrevista concedida por José Porfírio ao repórter de uma revista carioca e este lhe perguntou: -É verdade que é obrigatória a filiação dos posseiros a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas? -Não, responde Porfírio. -Tanto assim que existem aqui nesta região uns 10 mil posseiros e só uns 2 mil estão filiados à Associação (NOVOS RUMOS, 4-10/08/1961, p.7).

No entanto, a criação da Associação foi motivada pelo Partido Comunista Brasileiro e contou com a adesão de um grande número de camponeses. Isso se deve a violenta ação dos grileiros que levou os camponeses a apostar suas esperanças na Associação de Lavradores.

Nos “Estatutos da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Formoso” consta no primeiro capítulo a finalidade de “defender os interesses dos lavradores de Formoso e proporcionar assistência e recreação a seus associados” (ESTATUTO In: ABREU, 1985, p.134). Sua estrutura organizativa caracterizava-se pela presença de presidente, vice-presidente, secretários e tesoureiros (ESTATUDO In: ABREU, 1985, p.134). Há, ainda, a necessidade de considerarmos outros aspectos comuns a essa organização, como sua composição social de maioria camponesa e as condições que possibilitaram sua pronta aceitação por essa classe social;

... João Santos Soares [grileiro], esse pegava o caminhão e saía com os jagunços e alguns policiais recolhendo arroz nas roças, nas bancas onde o povo tava trabalhando a título de arrendo e teve um velho que fizeram ele carregar toda produção dele e botar dentro de um caminhãozinho e depois acharam que ele tava fazendo cara ruim e falou; uai se tá achando ruim? Pegou um alicate e arrancou a barba do velho. O bigode com o alicate, isso revoltou demais o povo e foi à gente aí e organizou a associação, aí a gente fazia o seguinte usava tudo o nome da associação, o partido reunia e discutia via o que tava certo, errado e aplicava como sendo a associação, foi aí que a gente botou Zé Porfirio como presidente e fizemos dele uma bandeira (MACHADO, 2006, p.2).

Deve-se considerar que é consensual a fundação da Associação de Lavradores de Trombas e Formoso ter ocorrido em 1955. Quanto aos conselhos de córregos, segundo alguns depoimentos, esses teriam surgido entre 1956-1957 e se deveriam sobretudo a influência do Partido Comunista Brasileiro.

Entretanto, como há diversos depoimentos e evidências apontando nessas duas direções nos decidimos por centrar as discussões em um elemento que não pode ser negligenciado por qualquer uma dessas versões: a importância dos aspectos tradicionais da vida camponesa para a sustentação de Conselhos de Córregos e da Associação de Lavradores. Temos que considerar os aspectos jurídicos dessas associações organizadas no campo, na década de 1950, se pretendemos constatar as distinções dessas organizações entre agentes de frente pioneira, que pretendiam “terra para cercar”, e camponeses que buscavam “terra para trabalhar”.

Um olhar às notícias do campo em Goiás, na década de 1950, falará muitas vezes em uma situação de crise, ou seja, as reclamações das classes agrárias em Goiás orientada pela temporalidade da “terra para cercar” ecoaram nos jornais nesse período. Entre as reivindicações estão caminhões para o transporte da safra, liberação de crédito através do Banco do Brasil, estradas para escoar a produção para os grandes centros em industrialização e entre as organizações

representativas dessas demandas estavam as associações de ruralistas que objetivavam a resolução desses problemas, medidas que contemplassem principalmente os proprietários de médias propriedades. Essas associações eram também estendidas aos camponeses e davam a esses condições de, constitucionalmente, lutar por direitos, sob os limites circunscritos pelo Estado no Brasil (O ANÁPOLIS, 12/01/1950, n°950, p.4)⁹³.

Vinculado às tradicionais classes do campo Joaquim Câmara Filho, então, presidente da associação rural do estado, declarou:

O primeiro passo para melhorar as condições de vida do nosso camponês, é a nosso ver, arregimenta-lo em torno de associações. Só assim, unidos e encorajados pelo prestígio de classe a que pertencem, poderão eles clamar, de público e coletivamente, contra as suas necessidades, fazer sentir os seus anseios, e trabalhar, com mais eficiência, pela solução de seus problemas (O ANÁPOLIS, 12/01/1950, n°950, p.4).

Essas associações não tinham como objetivo atender às necessidades de camponeses como os de Trombas e Formoso, ou seja, às demandas referentes ao posseiro e sua luta pela posse da terra. Tanto que foi a existência da Associação de Lavradores de Trombas e Formoso que serviu de referência a outras lutas camponesas no norte do estado. Esse aspecto, o caráter singular da associação, foi fundamental para a efetivação política das necessidades do campesinato. Tinham como base a experiência de uma sociabilidade camponesa que lhe davam substancialidade. Os Conselhos de Córregos também eram motivados por essas condições sociais construídas no caminho. Foi a ameaça de perder as terras que criou entre eles um forte sentimento de solidariedade (ABREU, 1985, p.23) e juntou-se a isso a distribuição das posses, os encontros das mulheres lavadeiras e demais características camponesas de morar nas proximidades dos córregos (CARNEIRO, 1988, p.132).

Os Conselhos de Córregos facilitavam a ação irradiadora da Associação de Lavradores e se encontravam descentralizados. Diante da hegemonia das demandas políticas cotidianas dos camponeses era a organização representativa da autonomia social experimentada na luta camponesa. Era encaminhado para a Associação o que não fosse possível resolver a nível de Conselho de Córrego. Foram essas formas específicas de organização responsáveis pela identificação da região a objetivos políticos que não eram demandas do movimento: a formação de um território independente do Brasil ou uma “ditadura” comunista com constituição própria. Essa é parte da construção mítica acerca da revolta.

Houve condições históricas prévias que possibilitaram a Associação e aos Conselhos de

⁹³ A associação de trabalhadores rurais era autorizada naquele período pelo código civil, uma forma de se institucionalizar e limitar a ação dos trabalhadores, enquadrando-os a legislação do Estado (O ANÁPOLIS, 12/01/1950, p.4).

Córregos se tornarem o governo efetivo da região: os mutirões e a “traição”, por exemplo. Essas eram manifestações comuns a uma cultura camponesa que como destacamos apresentava uma sociabilidade do “bairro”, se utilizarmos a caracterização feita por Antônio Cândido. É possível diferenciarmos as formas organizativas apresentadas pela Associação ou os Conselhos de Córregos, mas não opor essas aos mutirões e “traições”. Eram as últimas fundamentais para o cultivo da atuação direta na vida social nas formas organizativas políticas apresentadas pelas primeiras. Vamos à explicação camponesa para o que eram os mutirões, a “traição” e uma forma residual dessas duas que foi o “coelho”.

[Os mutirões] era para as pessoas trabalhar mais unido né, mas perto dos outros... A traição é assim, e fazíamos muito. Fazia assim, Por exemplo, eu tinha uma roça grande e o milho tava no mato, plantava milho né, o milho tava no mato. Então, ia um e convidava um mundo de gente, sem a pessoa da casa saber. Ia um mundo de gente, ai matava um, assim uns fazia isso outros não, matava um gado, matava porco, mandava por feijão pra cozinhar. Ai chegava assim perto da casa daquela pessoa, né? ... Ai quando era de madrugada as pessoas, ajuntava aquele tanto, era gente de longe mesmo e se reunia numa casa.... pegava e ajuntava esperando o dono da casa dormir e chegava lá já levando as mulheres para cozinhar, levava tudo mesmo... Ai mandava o sarrafo naquela roça mesmo e limpava tudo, todinha, enquanto não limpasse tudo não ia embora para casa... Não, e não tinha só a traição. Você sabe o que que tinha mais? Tinha um tal de coelho. O coelho era assim, o coelho era assim, era o tipo da traição, né. Mas era assim, por exemplo, ele vinha hoje... limpava a roça daquela pessoa todinha, todinha, todinha mesmo, tudo! Porque quando eles ia fazer o serviço fazia mesmo. Aquele ficava despreocupado. Ai pegava e dava o coelho para aquela pessoa, ai pegava o coelho, né. Ai pegava o coelho e dava para outra pessoa. No outro sábado, saia assim no meio do povo, no meio do povo, Fazia a festa hoje no mutirão, de hoje para amanhã, ai na festa, festa mesmo de arromba... ai quando era de manhã pegava o coelho de louça e dava. O coelho porque come o mato da roça, como quem o coelho ia comer o mato da roça. Ai pegava o coelho e dava para aquela pessoa (CARMINA, 2009).

Nessa entrevista a camponesa Carmina apresentou o “coelho” como uma variação da traição e do mutirão. Esse se diferenciava por estar associado às festas, segundo o depoimento essa poderia ocorrer no encerramento de um mutirão, onde se presenteava alguém com o coelho. Esse seria o próximo a receber a visita do grupo que cumpriria as tarefas cotidianas exigidas pela roça. Na traição enfatizava-se a surpresa ao “traído”, o mutirão geralmente era combinado previamente enquanto o “coelho” recaía sobre um dos camponeses como uma praga que limparia a roça. Esse último, situado pela entrevistada em um tempo onde já não eram tão frequentes as traições e os mutirões, utiliza o “coelho” (objeto) como uma referência simbólica na intensão de restabelecer uma reciprocidade que se estava perdendo.

Essas eram formas de se organizar que não estavam relacionadas a projetos como a “revolução brasileira” ou qualquer outra preocupação que não fosse atender às necessidades dos

camponeses na região. Essas condições utilizadas pelos Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores serviram como ponto de partida para a organização do governo da região.

Nos estudos e nas várias entrevistas que muitos realizaram sobre o conflito de Trombas, sempre foi muito comum o pesquisador se deparar com referências como as posses dos maranhenses, as comunidades do córrego do Sapato, do Coqueiro de Galho, do Rodovalho. Tratava-se de indicações de agrupamentos de posses na extensa área em que estas se distribuíam, geralmente referenciadas num córrego do local ou num grupo de pessoas, em específico. Estas referências apareceram também para denominar algo que ficou conhecido na historiografia como os *Conselhos de Córregos*, que eram instâncias de organização da luta na região que, num determinado momento, tornaram-se parte da estrutura deliberativa da Associação dos Lavradores de Formoso, entidade formada em janeiro de 1955, sob a influência do PCB. A existência dos *Conselhos* como instância de uma Associação de Lavradores que lhe conferia uma democracia muitas vezes singular para este tipo de entidade, acabou recebendo mais atenção dos pesquisadores do que as referências expostas nos depoimentos dos posseiros. Esta questão singular fez com que os pesquisadores, estudassem o ordenamento das posses a partir dos *Conselhos* e não necessariamente do sentido de localização dos posseiros. Neste caso, tratava-se de refletir sobre a estrutura da Associação e tentar desvendar os seus mecanismos de funcionamento. O sentido de localização dos posseiros serviu somente para identificar as origens dos *Conselhos* atribuída à organização dos *mutirões*, que representavam uma forma de solidariedade vicinal organizada pelos posseiros em períodos de grandes tarefas agrícolas, cuja realização não poderia ficar só a cargo do núcleo familiar do camponês, daí a necessidade de ajuda extra (MAIA, 2008, p. 78-79).

Esses Conselhos de Córregos assumiam as características de reunir ali conforme o “sentido de localidade” os posseiros de uma região e através da discussão direta entre os interessados em verem resolvidas as suas demandas chegavam às definições que satisfizessem as partes interessadas. Foram fundamentais para o exercício dessa forma incomum de atuação política, sem a mediação representativa, a sociabilidade camponesa. Desse modo, as diferentes funções desempenhadas dentro da estrutura organizativa de um Conselho de Córrego era destituída da condição deliberativa burocrática comum a algumas instituições. O problema que fosse levado a reunião era decidido dentro do horizonte de expectativas da coletividade.

O nome do Conselho nosso era conselho da serra. .. serra da Trombas, na cabeceira do ribeirão. Era só para resolver caso de conflito vizinho com vizinho, gado com roça, esse tipo de coisa assim. Os conselheiros... os membros eram seis, nós reunia os seis membros ia lá e fazíamos acordos... dava um ponto de vista... as vezes era para pedir para o dono do gado afastar o gado até fazer a cerca, essas coisas. Era para isso. Eu fiz um curso em Uruaçu para trabalhar na agência de saúde, saía mais um companheiro meu que era membro do conselho também, o Nelson Marinho, nós saia pegava daqui da divisa do ribeirão e descia aqui até a barra do Cana Brava com o Maranhão e ficava quinze, vinte dias andando e distribuindo remédio, por conta da febre, e fazendo injeção, anotava tudo, fazia um relatório

bem feito e entregava tudo em Minaçu... O Conselho surgiu no tempo do Porfírio, a Associação de Lavradores. Porque a região era muito grande ... Então, a distância era muita para ele sozinho comandar. Criava um conselho ali, outro aculá, quando o caso era pesado trazia para a sede e quando era simples nós mesmo resolvia. O conselho mesmo resolvia... No nosso conhecimento a nossa região ali era muito boa, não teve conflito nenhum e o pessoal lá era mais organizado também... mas compreensivo. Porque todo posseiro que vinha já entrava sabendo como era o regime da... da Associação, do conselho, já era todo compreensivo. Já passava por uma... No dia que a pessoa chegava para olhar um lote, para assentar na terra vinha para a sede da Associação para pegar orientação como era... (NENZICO,2009).

Essas relações sociais nos Conselhos do Córregos vinham conjugar-se a sociabilidade camponesa caracterizada por fortes relações de solidariedade que se estreitaram durante a luta camponesa. O depoimento da camponesa Carmina é ilustrativo das relações de vizinhança que haviam na região naquele período;

Não, era tudo amigo, tudo bom. Se matava um gado levava os meninos para sair levando pedaço de carne para um até sair levando assim ... A gente comia carne nova direto, era assim... Distribuía pros outros. Se por exemplo, uma mulher ganhava neném a outra vinha e tratava daquela mulher um mês, lavando roupa, cuidando dos meninos, arrumando casa.... (CARMINA, 2009).

O governo exercido pela Associação e os Conselhos de Córregos foi antecedido pela luta acentuada em Trombas e a funcionalidade dessas organizações na manutenção de condições básicas que levaram à vitória. Foi depois na secundarização das relações políticas estabelecidas por essas organizações que se viu surgir no interior da “República Camponesa de Formoso e Trombas” a derrota desse movimento, no que diz respeito a reprodução dessas relações de organização sui generis.

3.1- A política cotidiana e a política absoluta

Em Trombas e Formoso a política cotidiana, o atendimento das necessidades relativas a manutenção da posse da terra, predominou sobre a política absoluta.

alí era uma luta específica né, do local. As teses era generalizada, era generalidade. E então existia uma diferença cultural e até pra se argumentar dentro das teses. E o resultado também era a força do movimento do campo. Porque é preciso de sabê, que atos valem muito mais que as palavras. Palavra é uma coisa, mas o ato; a palavra vale muito, mas o ato vale muito mais que a palavras. No campo estava a luta, estava o ato revolucionário, não é! (SOBRINHO, 1990).

Nessas condições a luta pela terra se tornou um entrave ao processo de acumulação capitalista que agora buscava se concretizar através da expropriação da posse da terra dos camponeses. Diante dessa situação a espontaneidade política (práticas de sociabilidade camponesa) se contrapôs à política absoluta (LEFEBVRE, 1968, p.140-142). A política absoluta é aqui evocada

se referindo a projetos de estadolatria como a “revolução brasileira” do Partido Comunista Brasileiro, por exemplo.

[Estadolatria é o] comportamento de qualquer grupo social para com o próprio Estado. A análise não seria exata se não levasse em consideração as duas formas em que o Estado se apresenta na linguagem e na cultura de épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política; como “autogoverno” e como “governo dos funcionários”. Dá-se o nome de “estadolatria” a um determinado comportamento para com o “governo dos funcionários” ou sociedade política que, na linguagem comum, é a forma de vida estatal que leva o nome de Estado e que, vulgarmente, é entendida como a totalidade do Estado. A afirmação de que o Estado se identifica com os indivíduos (com os indivíduos de um grupo social), como elemento de cultura ativa (isto é, como movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão), deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma sociedade civil complexa e bem articulada, na qual o indivíduo se governe por si mesmo, sem que, para isso, seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, mas sim convertendo-se, ao contrário, em sua continuação normal, seu complemento orgânico (GRAMSCI In: SADER, 2005, p.124).

Daí a importância da distinção teórica entre sociedade civil e política, enfatizada por Gramsci, para que se evite a “estadolatria”. Já que essa só seria aceitável em circunstâncias (transitórias-de iniciação) em que a sociedade civil não está suficientemente desenvolvida para estabelecer seu auto-governo, na criação da sociedade autônoma que não foi possível criar antes da tomada do poder e o estabelecimento da hegemonia que é a forma para a qual tende a direção do bloco histórico (PORTELLI, 1990, p.37-40).

Entretanto a atuação do Partido Comunista Brasileiro nessa revolta camponesa, entre 1954-1957, se distingue pela priorização da política cotidiana em detrimento da política absoluta. O partido se viu impossibilitado de agir nos moldes estadolatrás característicos do projeto de “revolução brasileira”, que antes havia motivado sua adesão a revolta, e adaptou-se aos imperativos das necessidades camponesas. Nos Conselhos de Córregos e na Associação de Lavradores podemos ver que novamente sociedades qualificadas como atrasadas, tradicionais, pré-políticas vivenciaram experiências em que a resistência ao processo de modernização capitalista transformou práticas sociais tradicionais dos camponeses em práticas nas quais buscava-se sustentar o futuro (RUDÉ, 1991, p.130).

Nesse sentido temos também a contribuição profícua de Francisco de Oliveira “... o 18 Brumário já havia ensinado aos marxistas que a política não é externa aos movimentos de classe, isto é, a classe se faz na luta de classes; mas eles também desaprenderam a lição” (OLIVEIRA, 2003, p. 128). Esse nos leva a considerar o movimento da classe que toma consciência da sua condição no desenrolar da luta de classes. Em Trombas e Formoso a criação dos Conselhos de Córregos e da Associação de Lavradores objetivava corresponder às necessidades criadas na

resistência à acumulação capitalista a partir de relações de produção não capitalistas, primeiro, e depois a expropriação da posse da terra e a acumulação a partir da constituição de um mercado de terras e a proletarianização camponesa.

O campesinato goiano, na década de 1950, representa o surgimento na arena política de uma nova classe social, no sentido de que toma consciência da sua condição histórica e toma o caminho da disputa política contra as classes que o exploram. Colocando em pauta na agenda política do Estado as suas reivindicações pela posse da terra. Como nos adianta Maria Tereza Canesin Guimarães, essa ascensão da luta camponesa se dá, principalmente, por dois motivos que são o aprofundamento das contradições do capitalismo no campo e o esgotamento do populismo (GUIMARÃES, 1988), configurado na impossibilidade de conter o ímpeto dos movimentos sociais. Se em um momento estava a luta pela baixa do arrendo no sul do estado evoluindo até a luta pela posse da terra, num outro, no norte, temos a luta desencadeada em Trombas e Formoso pela permanência na terra do modo de vida camponês. Além do movimento camponês, emergia em Goiás, o movimento operário e estudantil, onde o último teria participação importante na defesa da luta de Trombas e Formoso.

O tratamento pejorativo acerca do potencial das lutas camponesas legou-nos associar essa resistência a uma consciência pré-capitalista, na qual, o apego a terra é restritamente o responsável pelos levantes camponeses. Essa posição ignora a necessidade de considerarmos acontecimentos supostamente isolados, como Trombas e Formoso, na totalidade da vida social. Sua negação nos possibilitaria compreender o impacto dessas manifestações quanto ao processo de modernização capitalista.

Edward Palmer Thompson falando da reação as manifestações camponesas no século XVIII diante da modernização capitalista na Inglaterra esclarece que

esse é o século que presencia a erosão das formas semi livres de trabalho, o declínio da modalidade de morar no local de trabalho, a extinção final dos serviços prestados em paga pelo arrendamento e o avanço do trabalho livre, móvel e assalariado. Não foi uma transição fácil ou rápida... Deve-se notar igualmente a longa resistência que os senhores ofereciam a algumas de suas conseqüências. Eles desejavam ardentemente ficar com o melhor do mundo antigo e do novo, sem as desvantagens de nenhum dos dois. Agarravam-se à imagem do trabalhador como um homem não livre, um “servo”: um servo na lavoura, na oficina, na casa... O controle paternalista sobre a vida inteira do trabalhador estava de fato sendo desfeito. A fixação do salário caía em desuso, a mobilidade da mão-de-obra é manifesta, o vigor das feiras de contratação, statutes ou stalties, proclama o direito do trabalhador rural (bem como do urbano) de reivindicar, se assim o desejar, uma troca de patrão. Além disso, há evidências (na própria recusa dos trabalhadores a se submeter à disciplina de trabalho deles exigidas) que atestam o desenvolvimento de uma recém-adquirida psicologia do trabalhador livre (THOMPSON, 1998, p.41-42).

Em Trombas e Formoso a formação dessa consciência de classe de um trabalhador livre se consolidou apegada a necessidade da posse da terra como meio para manter o controle do processo de trabalho. Entretanto essa resistência, em um contexto de expansão das relações capitalistas de produção, não objetivava um retorno a um passado onde não conheciam a exploração. Não é similar a situação em que, conforme atesta Thompson, o povo para legitimar seus direitos “retorna frequentemente às regras paternalistas de uma sociedade autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais” (THOMPSON, 1998, p. 19). Na modernização capitalista brasileira, como podemos ver em manifestações que se contrapuseram à ela, a tradição e o tradicionalismo não perderam o sentido mesmo em uma sociedade industrial que ganhou consistência com o trabalho operário e a reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2008).

José de Souza Martins se pergunta se diante dessa sociabilidade será possível uma síntese entre a espontaneidade comunitária e a formalização organizacional no mundo moderno? Sua resposta consiste em explicar como arcaísmos e significações arcaicas sobrevivem funcionalmente no capitalismo (MARTINS, 2008).

Além disso, esses arcaísmos passaram a ter na sociedade capitalista o peso e a visibilidade que não tinham nas sociedades pré-capitalistas, sendo, portanto, em boa medida, outra coisa. Isto é, suas determinações são propriamente capitalistas, embora suas expressões, manifestações, exterioridades, formas e consciência contenham temporalidades diversificadas e até desconstruídas como consequência dos ritmos desiguais do seu desenvolvimento (MARTINS, 2008, p.14).

Essa ambigüidade é um aspecto comum a modernização que se processa a partir de relações não-capitalistas de produção, como as observadas entre 1950-1954 em Trombas e Formoso, como na modernização a partir de relações capitalistas de produção. Essas na revolta em questão levaram a manifestações contra a expropriação da posse da terra e redefiniram a atuação política de pecebistas e camponeses.

3.2- A diversidade do movimento e a atuação das mulheres

No caráter fronteiro da revolta camponesa de Trombas e Formoso, pela utilização de mulheres, crianças e os mais diversos meios de manifestações disponíveis, podemos verificar na atuação das mulheres uma importante transformação do seu papel na vida cotidiana camponesa. Na obra de Bernardo Élis, *A Terra e as Carabinas*, um dos empregados da fazenda criada pelo escritor era Damas, “um caco de gente”, que impedido de sair da fazenda trabalhava em troca de “pinga” enquanto sua mulher garantia o sustento da casa no cabo da “sem-graça”. O seu patrão, Jeromão, aproveitava o fato de tratar-se de uma mulher para exigir uma “metade bem calculada” do produto

do seu trabalho. Essas relações retratadas na literatura reafirma uma realidade nas relações sociais no campo. Onde há indistinção entre mulheres e homens, quando diz respeito a utilização da sua força de trabalho na roça, e por outro lado reproduz-se uma cultura discriminatória quanto ao papel da mulher.

Essa situação fronteira vivida no sertão, em Goiás, em Trombas e Formoso é mensurável pelos conflitos entre camponeses e partido mas também no que diz respeito a relação entre homens e mulheres. Foi o depoimento de Dirce Machado, uma das principais lideranças femininas da revolta, a Paulo Ribeiro da Cunha esclarecedor a esse respeito;

A reivindicação principal aqui era só em torno da terra, era mais, era essa, e isso fazia parte era, todo mundo queria é ter seu direito de dormir de ter sua casa e principal reivindicação era terra e tranquilidade. Mas aí as mulheres tiveram participação ativa, bases, participavam das bases do partido por várias mulheres, muitas companheiras boas participavam das bases do Comitê Distrital, participaram dos conselhos a massa feminina participava dos conselhos, em todas reuniões as mulheres estavam presentes, criança todo mundo participaram mesmo de corpo e alma, porque eles viram que deu resultado. Então as companheiras participavam. No início elas não davam muita opinião era (...)era tudo, e agente conscientizava discutia o partido, discutia o programa, discutia o estatuto e aí elas começaram a conscientizar a ver até que ponto a mulher vinha, mais aí que vinha a divergência porque o camponês em casa é ditador, mulher não tem direito não e começou a vim a liberdade dentro do partido mas uma liberdade bitolada por eles marido lá, dentro da reunião era companheiro, mas de fora não era né, e aí é que começou a conscientização política, elas tinham consciência, elas estudavam o partido. Defendo até hoje as companheiras daquela época, são pessoas maravilhosas (MACHADO, s/d, p.10-11).

Entre os aspectos tradicionais da cultura camponesa está a utilização do trabalho de todos os membros do núcleo familiar. A utilização do trabalho de toda a família é uma das características do campesinato e decorre das condições adversas em que se é obrigado a produzir (MOURA, 1986, p. 54-57). O que Élis destaca é como essa exploração poderia ser intensificada quando o “chefe da família”, geralmente o pai, assumia para si a lógica do grande proprietário de terras. As relações de dominação não estavam restritas a classe de grandes proprietários, mas reproduzia-se na mentalidade dos dominados. Nesse romance de Bernardo Élis o camponês Cassemiro é um exemplo claro.

Essa questão foi muito importante para que na revolta camponesa de Trombas e Formoso elas tivessem uma atuação ativa. Entre os motivos estão a experiência comum de cobrança do arrendo e expropriação a que estavam submetidos e as condições dos períodos intensos da luta levar com que as mulheres substituíssem os homens que estavam nos piquete nas suas tarefas cotidianas. Foi o que esteve em vias de acontecer quando influenciado por Duque, um pecebista de Anápolis sobre quem recaiu a suspeita de estar traindo os camponeses, alguns deles começaram a abandonar suas trincheiras e deixar os demais sem proteção.

E aí o Duque (?) vinha cá no Formoso, entendia com ele... qualquer coisa ficou o Duque (?) como responsável. Tinha um tal de apelido de Boca Preta e aí a turma desconfiou desse Boca Preta e depois umas viagens que o Duque veio em Formoso, faltou um dia e quando o Duque voltou ele já sabia do pessoal que tinha trincheira lá no Sapato e foi lá e suspendeu a trincheira – não... vocês estão bancando bobo aí, matando mosquito, não tem, perigo... a turma que está aí não vai atacar ninguém – e aí a turma saiu da trincheira. Foi onde a Dirce mais a comadre Deonira (?) tomou posição dura lá mesmo, - se vocês não querem ir... nós vamos vestir as calças de vocês, vocês vstem as nossas saías... e nós vamos para a trincheira – e aí mandou embaixada em Trombas imediatamente, o Zé Porfírio foi lá, discutiu com ele... Falou – não, esse pode ser um truque do inimigo, você vai confiar? Se o Duque fez isso, ou ele está vendido, ele aderiu ao inimigo ou ele foi iludido também pelo Major Betin. Porque se nós levanta as trincheiras, o trânsito fica livre, aí podem chegar aqui, prender, prender os companheiros da direção aqui tranquilamente, sem nenhuma dificuldade. E depois que nós está pego aqui, retira nós para Goiânia, e quem é o responsável? São vocês... É o fracasso da nossa luta, - Aí a turma compreendeu, e aí o Duque ficou manjado lá como um elemento suspeito...(RIBEIRO, 1995, p.31-32).

É, houve algumas vezes, inclusive um dia ... a Dirce e outras mulheres lá ... que aquilo é cansativo você ficar no mato [trincheiras], dia e noite e tal ... aí às vezes tem umas pessoas que rendem o outro e tal... mas às vezes o cansaço, o esmorecimento, essa coisa... e a Dirce agitava muito nisso daí, de juntar as mulheres... ela gostava de agitar o negócio. E isso aconteceu (BARTHO, 1995).

Carmo Bernardes através da angústia do seu personagem Antonino, e do que ele fala de Nunila, enfatiza a desconfiança quanto as pessoas vindas de fora, a ingenuidade quanto aos assuntos e como teria sido a mulher camponesa no norte de Goiás.

Nunila não sabe responder nenhuma pergunta a respeito de nada do que não seja do seu trivial corriqueiro, que fuja do ordinário do dia-a-dia. Nem nunca seria capaz de entender as palavras que pronuncio, sobre o que está acontecendo, nem mesmo sabe por que tem vindo gente de fora e botado cerca, tapado a entrada do barreiro aonde ela ia tirar o barro de fazer suas panelas. As bagunças de nós de fora que ela está assistindo passam-lhe como um tesouro de sonho laborioso. As figuras cruzando a esmo, as conversas encerrando mistérios, ouvidas como uma grumexa de bicho, tudo dando medo e susto (BERNARDES, 1984, p. 124).

Essa descrição da mulher sertaneja e os argumentos apresentados por Janaína Amado em *Eu Quero Ser uma Pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil*, demonstram as mudanças pelas quais essas passaram com a revolta camponesa de Trombas e Formoso. Não compreensíveis a partir de recortes de gênero que restringem a complexidade das relações sociais a questão biológico-sexual. Todavia, historicizada pela consideração do impacto na vida camponesa devido o processo de expansão do capitalismo às relações sociais cotidianas.

no início foi como eu disse muito difícil os primeiros contatos com as mulheres, porque por muito que eu tentasse a viver como elas viviam, tinha coisas que não tinha condição. Elas é que tinham que modificar, e elas eram desconfiadas, muito desconfiada, aqui o povo era tão desconfiado quando você chegava assim que eles eram reprimida, era tudo, e o lavrador até hoje, se chega uma pessoa bem

arrumada, bem ajeitada, bem vestida num lugar e uma forma muito refinada eles ficam assim de meia esquina, fica a pé, vê quem é. São desconfiados mesmos e naquela época era muito mais. Às vezes eu ficava na casa todo mundo estava, as mulheres se escondiam no quarto, crianças embaixo das camas e quando eu saía estava todo mundo me olhando pelo buraco, e aí eu (...) (MACHADO, s/d, p.8).

Entretanto essas transformações na vida cotidiana das mulheres, que levaram a conflitos internos entre camponeses e partido, se concretizaram em uma atuação das mulheres na qual em muitas ocasiões eram elas as principais vítimas das violências praticadas na repressão a revolta camponesa.

Bom aí que vem o problema na hora da dificuldade os homens corriam, não ficavam em casa prá aguentar os jagunços, para agüentar os grileiros, para aguentar a polícia, as mulheres que eram espancadas, as mulheres é que eram mais torturadas, as mulheres que viam suas casas queimadas, que via o filho desamparado chorando, então agente começava a orientar que a mulher tinha que brigar também, tinha que lutar, tinha que ajudar o marido, e agente procurava entrosar isso aí. E as mulheres tiveram participação ativa, começou a desenvolver o trabalho... (MACHADO, s/d, p.9).

Na luta pela posse da terra em Trombas e Formoso as mulheres tiveram papel de destaque e na sua vida cotidiana sentiram as implicações das novas práticas políticas que passaram a integrar. Essas mudanças também levaram a conflitos internos no grupo de revoltosos. Nessas novas condições que se apresentavam às mulheres é possível apreender a existência de especificidades entre camponeses e partidos políticos que se reproduziram durante a revolta camponesa de Trombas e Formoso.

4- A ambigüidade dos membros do PCB: partido ou camponês?

Na atuação do Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso singulariza-se a condição camponesa desses pecebistas. Essa possibilitou sua adaptação a luta pela posse da terra e sustentou politicamente o engajamento em meio aos desconfiados camponeses. O que não exime esses pecebistas da divisão entre os apelos da política local e às demandas nacionais apresentadas pelo projeto de “revolução brasileira” apresentados pelo “partidão”. Diversos conflitos nas fileiras desse em Trombas e Formoso eram originados de disputas por poder dentro das instâncias burocráticas e pela recusa às práticas sociais desse em detrimento de aspectos tradicionais do campesinato.

Essa ambigüidade não significa que tenham abandonado a idéia de que cumpriam o papel modernizador que só o partido exerceria junto ao campesinato “atrasado”. Eram a vanguarda da “revolução brasileira” que tinha como objetivo através do desenvolvimento do capitalismo em bases nacionalistas; antiimperialista e anti-latifundiário, etapa preliminar ao “socialismo”. Essas

prerrogativas poderiam contrastar com a sociabilidade camponesa que encontraram na região. Todavia, entre 1954-1958, o que fizeram foi adaptar as questões apresentadas pelo partido às circunstâncias da revolta camponesa. Essa estratégia possibilitava sua atuação circunscritas as demandas da política local.

No início dos conflitos entre fazendeiros e camponeses esses já se organizavam para uma ação coletiva contra a expropriação. José Porfírio na região de Trombas, José Firmino em Formoso e Negro Carreiro em Coqueiro de Galho podem ser apresentados como a personificação dessa ação coletiva dos camponeses. O Partido Comunista Brasileiro chegou aos conflitos após notícias dos levantes que vinham ocorrendo. Entretanto essa realidade pretérita, que criou condições para a inserção do partido na revolta, foi depois reelaborada pela memória dos pecebistas que tomaram para si a paternidade da luta;

A gente orientava tudo, fazia tudo e não dizia quem era, aí foi quando começou a briga, começou vários focos, inclusive o Zé Porfírio tinha sido a casa dele queimada, ele já tinha ido ao Rio de Janeiro, era independente do Zé Firmino. O Zé Firmino foi quem começou, aí eles revoltados começou, tinha o Negro Carreiro lá em Coqueiro de Galho, era também um camponês muito inteligente e que a gente se aproximou dele, então a gente ia se aproximando dos que tinham possibilidade e explicando como era o decorrer das coisas, e aí começou a perseguição, porque a ganância dos fazendeiros foi muito grande, começou a queimar rancho, espancar gente, matava, eles matou um posseiro e escondeu no garrancho do mato depois julgou que foi o outro que tinha matado... (MACHADO, 2006, p.1-2)

Os partidos bolcheviques, entre eles o PCB, eram orientados por uma perspectiva pragmática em que “...os operários não podiam ter consciência social-democrata [comunista]. Esta só podia ser introduzida do exterior...” (LENIN, 1970, p. 41). Se essa era a suposição quanto ao operariado, o campesinato ainda encontrava-se abaixo na escala de níveis de consciência construída pelo bolchevismo.

Os conselhos eram organizações de massa. É natural que quando se organiza a massa, que um partido político organiza a massa, porque se organiza a massa é um partido político. Eu não acredito em organização de igreja, porque logo tudo vai pro céu ou pro inferno, esse negócio todo. Eu acredito em um partido político que tem uma proposta de assumir o Estado, né. Então é natural que um núcleo, um sindicato, uma associação, um conselho como nós demos o nome lá, era uma organização de massa. Mas é natural que no embrião do conselho, nós tínhamos um elemento político lá dentro. E a procurar organizar primeiro o partido. Quer dizer, dentro e para passo, organizando e vendo qual era o companheiro melhor para pertencer ao partido. E jogar ele lá na presidência, da secretária, jogar ele em um cargo de confiança de cada conselho. Era isso que tinha lá, nós organizamos os conselhos, mas naquilo que fosse possível tinha comunista lá dentro. Quando não tinha comunista, tinha gente muito chegada a nós. E era isso! Fora disso aí, não há luta. Então isso, porque as pessoas que pertencem a um conselho quando ele era lavrador, não pertenceu a nada na vida, a não ser uma enxada e uma foice para ele capinar. Para ele que pertence a um conselho é uma coisa muito importante na cabeça dele. “Eu toda vida tive uma enxada e um patrão prá me mandar e gritar

comigo. Agora eu sou presidente de um conselho, sou membro de um conselho”, então eu saía contando os mutirões, nas festas.....Então surgia os movimentos pra fundar uma associação, vai lá. Então nós fomos para Pistalina, Serrinha, para....., para....., fundar conselho, fundar essas coisas que era núcleo era Trombas, porque foi de lá que o negócio..... (SOBRINHO, 1990, p.19-20).

Essa concepção de uma consciência que só pode se formar a partir do exterior, tendo em vista que o cotidiano só reproduziria a alienação, pode também ser constatada na construção ambígua da memória de José Porfírio pelos pecebistas. Esse camponês típico do sertão é caracterizado ao mesmo tempo como manipulado e concomitantemente indisciplinado. Isso é recorrente na memória dos pecebistas sobre esse camponês. Sendo sintomática da ambigüidade da atuação dos membros do PCB de origem camponesa em Trombas e Formoso e da memória que construíram acerca dessa.

Até o período que ele estava aqui ele tinha as suas, como é, o Porfírio ele era uma pessoa assim, como eu já disse ele era uma pessoa rebelde, desorganizado, não era muito disciplinado, mas dentro do partido, dentro da organização agente discutia com ele e mostrava, às vezes mesmo contra vontade ele cumpria as decisões à moda dele, mas agente preocupava mais com a segurança dele, porque ele era um tipo assim bonachão, não se preocupava com as coisas, então ele era uma pessoa assim. Ele era uma pessoa facilmente manipulada porque ele não tinha consciência política assim profunda não. Ele era um camponês que foi feito dele um líder, mas dizer assim que ele sabia tornar um grande dirigente não, ele era mais assessorado. Ele era uma pessoa inteligente, tudo mas não era um político assim, refinado, politicamente assim como, não sei como dizer, [entrevistador: hábil], ha? [entrevistador: hábil], hábil ele era assim, para ele tornar líder e aprofundar na ética política e discutir saber entender profundamente o marxismo não. Ele era uma pessoa facilmente levado, empolgado por determinada coisa, o problema é que ele queria ser líder, ser o chefe ele achou que podia ser um Fidel Castro, o pensamento dele era esse, que ele era um camponês, ele se considerava dono da luta, ele não via que era o partido conjunto que ele iniciou sozinho, depois o partido assessorou, ajudou, fez dele o líder, então ele achava que ele era o dono da Serra Maestra e que ele podia ir sozinho assim, ele não via o conjunto, ele ia mais no eu, ele era muito individualista (MACHADO, s/d, p.6).

O membro do Partido Comunista Brasileiro era um “revolucionário profissional” que daria a luta política “energia, firmeza e continuidade”. Em termos de compreensão sobre a consciência essa perspectiva fundamentava-se em uma dicotomização entre ser e consciência. Um aspecto comum a vulgarização do marxismo feita pelo bolchevismo e exportada em larga escala aos partidos vinculados. Essa vanguarda formada por “revolucionários profissionais” teria eficácia na reprodução da burocracia sindical, partidária, estatal etc. Há, inclusive, um fetichismo quanto a prática política e a relação entre ser e consciência, na compreensão bolchevique, que teve suas implicações no “partidão”⁹⁴.

94 Segundo Lenin “a atividade política tem a sua lógica, que não depende da consciência dos que, com as melhores intensões do mundo, exortam, ou ao terror, ou a que se imprima à luta econômica em si um caráter político” (1970,

Essa concepção era recorrente nos documentos do partido e na sua atuação em experiências históricas como a “Luta do Arrendo”⁹⁵. Todavia não significa que em Trombas e Formoso tenha predominado essa concepção política. Desde as origens do Partido Comunista Brasileiro, em Goiás, ele apresenta especificidades que foram conformadoras da sua prática no campo. Aliás, diante da incipiente industrialização do estado os quadros do Partido Comunista Brasileiro eram predominantemente camponeses. Essa situação também levou a conflitos internos, evidenciados na relação dos pecebistas em Trombas e Formoso com o Comitê Central e o Comitê Estadual.

Essa situação de vanguarda, instituição burocrática, também não significa que o partido não reconhecesse a necessidade de se moldar segundo as condições apresentadas pelos agentes envolvidos nos acontecimentos. No intuito de se adaptar a luta contra a expropriação da posse da terra, assim como os pecebistas em Trombas e Formoso fizeram, não foi necessário romper com a organização partidária;

o partido tinha como norma de nosso programa respeitar e desenvolver toda e qualquer organização espontânea dos camponeses. E o mutirão era uma forma válida e que os camponeses sabiam trabalhar bem. Foi só a gente incentivar a criação de vários mutirão. É muito importante valorizar tudo que os outros já desenvolveram, dá confiança nos camponeses, eles sentem que já estão sabendo fazer as coisas (GERALDO MARQUES, In: CARNEIRO, 1988, p. 131).

Foram muitas as vezes que fizeram isso em Trombas e Formoso, como nas situações exemplificadas acima, sendo que isso foi facilitado pela origem social camponesa (exatamente os caracteres tratados pejorativamente pelo partido em muitas ocasiões) implicando em uma adaptação funcional diante de uma população “anticomunista”. O sucesso da adaptabilidade do partido em Trombas e Formoso não se deve estritamente a determinação dada pelas instâncias superiores, como explica Geraldo Marques, mas também a própria condição camponesa dos pecebistas em questão. Era essa última que fazia deles portadores do conhecimento técnico necessário para a produção na terra, esse por sua vez abria caminhos para sua aproximação aos camponeses.

Os embates no interior do partido, entre os pecebistas camponeses e os quadros “intelectualizados”, resultavam de discordâncias acerca das formas com que se deveriam dirimir os conflitos no interior do movimento e pela representatividade camponesa nas instâncias do partido. Enquanto os “intelectualizados” ou os da “cidade” ocupavam os postos de comando nas instâncias partidárias, a maior parte dos membros do partido eram de origem camponesa e estavam alijados

p. 90). Essa afirmação confirma a tese leninista de que há a necessidade de constituição de “revolucionários profissionais” que compreendam essa “lógica” da atividade política que supostamente estaria situada em uma esfera indiferente às intensões dos sujeitos.

95 Na “Luta do Arrendo” vemos que “mesmo quando um partido político é portador de uma teoria revolucionária, de um conhecimento voltado para a transformação da sociedade, ai inculcar essa teoria na classe que procura representar, estará reproduzindo a dominação da sociedade de classes: estará reproduzindo a divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam” (LOUREIRO, 1988, p. 84).

desse lugar.

As características do “Partido de Vanguarda” apresentadas aqui a partir da obra *Que fazer?* de Lenin não devem ser indistintamente estendidas ao Partido Comunista Brasileiro. É necessário situarmos o “partidão” no tempo histórico da revolta. Ao considerarmos o Programa do Partido Comunista Brasileiro em outubro de 1945, temos que segundo o próprio documento, nele “não se incluem os princípios filosóficos marxistas-leninistas” (PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL In: CHACON, 1998, p.352). Essa posição se devia a solução pacífica que indicava para a realidade brasileira, divergindo da posição histórica bolchevique de tomada do poder;

O Partido Comunista do Brasil está convencido de que, nas novas condições criadas para o mundo, com a grande guerra vitoriosa de libertação dos povos e o estabelecimento de uma duradoura paz mundial, o desenvolvimento histórico para o socialismo pode realizar-se sob forma pacífica, dentro da ordem e da lei. Claramente fixada essa idéia, o problema da socialização dos meios de produção, que, inegavelmente, é objeto último dos comunistas, aparecerá como uma solução legislativa pacífica. O modo, pois, de resolver tal problema, que aliás é remoto, pois o Brasil ainda se encontra na fase da economia colonial e feudal, caberá igualmente ao Poder Legislativo (PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL In: CHACON, 1998, p.352).

O mesmo não ocorre com o Manifesto de Agosto de 1950 que no seu bojo assume o bolchevismo como doutrina. Discutindo o IV Congresso do PCB, Edgard Carone (1982, p.126) acrescenta; “o programa do partido baseia-se na análise da realidade brasileira à luz da ciência marxista-leninista”. Levando em conta “a grande lição de estratégia e tática leninista” centrando “fogo no imperialismo norte-americano” “como ensina Stalin, não convém jamais sobrecarregar a revolução com todas as tarefas de uma só vez” (CARONE, 1982, p. 129).

Essas afirmações, vindas dos documentos do partido e de um dos seus intelectuais, evidenciam a condição bolchevique do partido. Entretanto atribuir esses pressupostos a atuação em Trombas e Formoso requer ignorarmos as circunstâncias em que se deu a presença dos pecebistas na revolta. Sem dúvida, esses compartilhavam da idéia central do “Partido de Vanguarda” e consideravam-se “revolucionários profissionais”, como propunha Lenin. O que é possível constatar pela representação desses pecebistas do partido político.⁹⁶ Essa orientação política fundamental, porém, entrava em contradição com a condição camponesa dos pecebistas. Já que criticavam os “intelectuais” do partido e questionavam sua capacidade de orientar a luta no campo por não conhecer essa realidade.

96 É importante que se diga que as representações, as idéias, as mentalidades e as “superestruturas” em geral, não são aqui caracterizadas como uma “pseudo-realidade”. Inclusive, esse último termo é utilizado por Karl Korsch na obra *Marxismo e Filosofia* (1977) na crítica ao “marxismo ortodoxo” ou a vulgarização promovida por algumas tendências posteriores a Marx. Portanto, as representações são parte da vida social e construídas historicamente, não são uma “pseudo-realidade”. De modo que ao nos referirmos a ela estamos remetendo a parte da totalidade que é a sociedade.

Havia uma concepção demiúrgica do partido que seria o responsável pela criação das condições da luta social.

Porque este país foi colonizado pelo que existe de pior. Então desmoraliza o partido político, mas tudo o que existe de grande neste país sai do partido político, e não existe pessoa que querem fazer um bem a humanidade que não pertence a algum partido político...Tudo nasceu sob a influência do Partido Comunista, e no campo também foi o Partido Comunista quem criou o primeiro sindicalismo no campo, as primeiras associações, criando o chamado “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de Goiás”, que era um referencial da ULTAB (união dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil). Lá nós organizamos o conselho de córrego (SOBRINHO, 1990, p.4-5).

Enquanto José Porfírio, um típico camponês, era considerado indisciplinado, irracional e facilmente manipulável. Em conformidade com a mesma representação que o Estado tinha do camponês. Foi esse mesmo camponês e José Firmino, entrosados entre os outros, fundamentais para a aproximação do partido. O que não significa que vamos construir agora uma figura idílica do camponês como se a única temporalidade que os orientava fosse a “terra para trabalhar” e que a concepção de “terra para cercar” não encantasse alguns posseiros. É necessário considerar que há depoimentos que afirmam que José Firmino, por exemplo, apresentava sempre o interesse de ter mais terras e que isso teria provocado certa desconfiança entre os camponeses (CARNEIRO, 1988). Sua saída da região e retirada dos conflitos muitas vezes foi justificada como devido ao medo de dar continuidade na luta. Porém, não descartaria que a chegada do Partido Comunista Brasileiro ocupou o espaço de liderança que ele pretendia exercer, o levando a abandonar a região. Essa questão seria inaceitável se considerássemos o camponês romanticamente e como impermeável às concepções dos do “lado de cá” da fronteira.

O partido teve papel importante como mediador ao ligar os camponeses às instituições externas no âmbito em que viviam cotidianamente, no fornecimento de armas para a luta nas trincheiras, no apoio angariado em outros campos pouco acessíveis aos camponeses, no acerto de alianças e na integração político-institucional do movimento ao governo Mauro Borges e ao mercado capitalista. O partido como agente alinhado ao projeto de modernização capitalista, ou seja, compreendendo a posse da terra como um passo contra o latifúndio e para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Foi um agente de mediação que soube se apropriar das condições específicas de sociabilidade camponesa. Situação que fez com que em um primeiro momento a ação dos camponeses contra a cobrança do arrendo, expropriação do que seria a renda da terra, fosse também incorporada pelo partido mesmo que esse considerasse a atitude camponesa pré-política, irracional, economicista.

Porém, o projeto que se pretendia alcançar era aquele que objetivava remover os restos feudais e produzir para alimentar a nação. Essa perspectiva política alinhava o PCB ao modelo de

desenvolvimento do capitalismo sobre bases nacionais. Era a temporalidade linear adotada pelo “partidão” e sua perspectiva de um desenvolvimento capitalista a partir de relações contratuais que o levava a seguinte análise da realidade brasileira em 1958;

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semi-feudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais (RESOLUÇÃO DE 1958 DO PCB In: CHACON, 1998, p. 379).

Essa preocupação produtivista em que a estabilidade da posse da terra, a transformação de “camponês-possuidor” em “camponês-proprietário”, era sinônimo de uma inserção sobre novas bases ao mercado capitalista já pode ser constatada no que planejavam os camponeses. José Porfirio, no final de 1957, falava em diversas expectativas quanto ao futuro, nascidas em um período de relativa tranquilidade na região, entre essas estava o desejo de que o direito de utilizar a terra fosse reconhecido pelo governo, o alistamento eleitoral dos camponeses e a fundação de uma cooperativa de produção e consumo (O ANÁPOLIS, 15/12/1957 p. 01).

Esse ano havia começado com a nomeação do governador José Ludovico de Almeida do capitão Agripino Dionísio Gualberto como delegado especial, com sede em Formoso e indicação de que deveria garantir aos posseiros o direito a colheita e aos proprietários de terras receber o arrendo (O POPULAR, 10/02/1957, p.12). Esse tendo em vista atender aos direitos daqueles que o governo reconheceu como proprietários intensificou a repressão na região. Entretanto Trombas e Formoso continuou recebendo apoio de vários segmentos e foi organizada uma Comissão de Solidariedade aos Posseiros (O POPULAR, 03/03/1957, p.3, 10/04/1957 p.4 e 10). Enquanto na Assembléia Legislativa criou-se uma CPI que tinha como objetivo discutir a situação de Trombas e Formoso e a questão da terra em Goiás (O POPULAR, 16/07/1957, capa). O apoio aos camponeses era conseguido em função de diversos interesses situados em uma escala que ia da indignação com a expulsão daqueles que haviam primeiro chegado as terras até a oposição ao governo de outro partido que não o seu.

Eram favorecidos pelas circunstâncias de que esses grileiros, enfrentado em Trombas e Formoso, não eram tradicionais proprietários das oligarquias de Goiás, mas comerciantes que haviam se mudado há pouco tempo para Uruaçu (AMADO, s/d, p.11) e criadores de gado da cidade de Porangatu (MAIA, 2008). Colocando não só os camponeses contra os grileiros, mas também setores vinculados às tradicionais oligarquias que temiam perder espaço para os novos investidores no monopólio da terra. Em parte, isso explica a conquista de votos necessários para a formação de

CPI, o apoio de grupos da UDN entre outros motivos que valorizariam a propriedade da terra dessas tradicionais oligarquias, como a transferência da capital que se veria ameaçada se houvesse um derramamento de sangue na região, por exemplo. Houve manifestações de apoio como as do deputado Paulo Roberto de Carvalho que apresentou na Assembléia Legislativa um projeto de lei que doaria aos posseiros da região de Formoso dez mil alqueires de terra;

se o referido projeto de lei, que já teve aprovação na comissão de justiça, obtiver a sanção do chefe do executivo, acreditamos que o famoso caso do Formoso será suavizado, diminuindo-se a enorme tensão que tem provocado no seio da opinião pública (O ANÁPOLIS, 06/10/1957, p.05).

Foram divulgadas pela imprensa, em outubro de 1957, as arbitrariedades do delegado de Amaro Leite não só no que dizia respeito aos episódios de Trombas e Formoso mas também em questões que envolviam outros interesses políticos dos grupos situacionistas (O ANÁPOLIS, 24/10/1957, p.01). No entanto, surpreendentemente o mesmo jornal tão incisivo em suas críticas alguns dias depois retiraria o que havia dito publicamente (O ANÁPOLIS, 10/11/1957). A polícia do estado agia como um complicador da situação de camponeses e dos grupos que não gozavam de privilégios no norte de Goiás. Desse modo, exercia seu papel de companhia de grileiros e jagunços na cobrança do arrendo de posseiros e sua presença provocava o impacto da criminalização do camponês.

Entretanto, por sua vez, contrapunha-se a essa situação os esforços dos meios de comunicação favoráveis aos camponeses para identificá-los a imagem do trabalhador que alimenta o país. Essa concepção era apropriada pelos setores “progressistas” que objetivavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil sob bases nacionais e desdobrava-se nos governos populistas de Vargas à Goulart. Essa valorização do homem do campo, exercendo seu papel nesse projeto, pode ser vislumbrada na exaltação do nome de José Porfírio como o símbolo desse camponês que produz para alimentar a nação. O apoio a Trombas e Formoso estava vinculado a defesa de um projeto nacionalista onde para os setores progressistas era necessário distribuir a terra para desenvolver o Brasil.

Era desse modo que os setores “progressistas” hipotecavam apoio ao movimento de Trombas e Formoso. Entrevistando outros participantes, sobretudo os vinculados ao Partido Comunista Brasileiro, é recorrente a afirmação de que foram eles que fizeram do camponês José Porfírio uma “bandeira”. Porém, essa era uma estratégia fundamental não só para se angariar apoio fora da fronteira mas também internamente. O camponês e seu “anticomunismo” não era terreno fácil para os pecebistas semear. Necessitavam submergir o partido para preservar seu espaço de atuação, a posse do seu pedaço de terra e não se ver obrigado a voltar para a CANG e seus colonos ou a Companhia Cafeeira Agrícola e seus assalariados. Talvez, esse fosse o motivo para se tolerar

artigos e exaltações de um indivíduo, José Porfírio, de quem consideravam ser a vanguarda.

Passados os momentos difíceis, hoje a região vive mais calma, tendo José Porfírio sido transformado em uma verdadeira bandeira. Sob sua liderança, os que labutam naquela zona vão, aos poucos, se recuperando das refregas passadas, vão produzindo cada vez mais, num desmentido aos que dizem serem eles simples aventureiros... José Porfírio é um homem simples, despido da arrogância ora tão comum nos líderes atuais. É um homem diferente de todos os que encontramos durante o nosso vai-e-vem diário. Descrever José Porfírio como ele realmente é seria tarefa difícil. Poderemos, entretanto, afirmar que ele é mais do que um líder. José Porfírio é uma bandeira. É a bandeira de trabalho, de moralidade e de progresso de toda aquela imensa região (HAROLDO DUARTE In: O ANÁPOLIS, 28/11/1957, p. 01).

A publicação desses artigos de Haroldo Duarte e a denúncia das arbitrariedades cometidas pela polícia do “governador de todos os goianos” em Formoso (O ANÁPOLIS, 08/12/1957 p.01), não era uma via de mão única, e rendeu ao jornalista apoio na sua candidatura a deputado estadual. Enquanto isso José Ludovico de Almeida adia a resolução das questões daquela região para o próximo governador: o pessedista José Feliciano Ferreira (1959-1960) (HAROLDO DUARTE In: O ANÁPOLIS 05/12/1957 p. 01). Esse ano, 1957, se encerraria com a retirada das tropas que estavam de prontidão em Porangatu para invadir Trombas e Formoso. Tendo sido enviadas para lá nesse mesmo ano o governador viu-se obrigado a recuar diante das campanhas de mobilização que se desenvolveram em nível regional e nacional e enviou agrimensores ao invés de mais policiais (CARNEIRO, 1988, p.165). Foi só após o enfrentamento dos conflitos mais intensos que José Porfírio, e os demais revoltosos, puderam almejar uma nova condição a posse da terra.

Nos membros do Partido Comunista Brasileiro, em Trombas e Formoso, temos a síntese da condição camponesa e de pecebista. No entanto essas condições sociais diversificadas não coexistiam harmonicamente. Havia conflitos entre esses pecebistas e as instâncias superiores do partido. Enquanto, por outro lado, a ambigüidade dessa condição também os levava a disputar espaço dentro da estrutura hierárquica do partido. O que não apagou a presença de práticas sociais especificamente camponesas na resistência e organização da revolta e também não deixou de fazer deles membros do “partidão”. Em outras historiografias os limites da revolta camponesa se devem exatamente devido ao atraso dessa classe social. Fazendo com que os esforços do Partido Comunista Brasileiro para superar suas lacunas na atuação no campo fossem insuficientes diante do atraso do camponês brasileiro (CUNHA, 2007, p.47). Porém, o que ocorreu em Trombas e Formoso não se deve estritamente aos limites da luta camponesa pela posse da terra. O partido como agente de mediação criou condições para essa posse da terra, mas isso não o exime da atuação na integração da produção a lógica capitalista e ao papel que o campo teve para o desenvolvimento da indústria no sudeste do país.

Capítulo 3

A mítica “República Camponesa de Formoso e Trombas” e a derrota do seu campesinato (1958-1964)

Os acontecimentos de Trombas e Formoso, sobretudo entre 1958-1964, levou a construção mítica da “república camponesa de Formoso e Trombas”. Essa história se deve às circunstâncias em que a Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos na busca de atender as necessidades camponesas predominaram como instâncias decisivas da sua vida social. O mito foi uma construção posterior, criada pelo governo da ditadura militar, com o objetivo de destruir a memória da luta camponesa a identificando a agitação comunista e separatismo. Nesse capítulo pretendemos esclarecer o que caracteriza esse governo da Associação e Conselhos e a integração político-institucional do campesinato a modernização capitalista.

1- A Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos governam a região

Sebastião de Barros Abreu dedica um capítulo, “os posseiros no poder”, para descrever como esses teriam exercido em Trombas e Formoso o poder social. Nas suas memórias os camponeses e o Partido Comunista Brasileiro constituíram seu próprio poder executivo, legislativo e judiciário. Entretanto, destacamos que esse governo respondia a necessidades circunstâncias da política local e não significava uma ruptura consciente com o Estado pretendendo instaurar um Estado soviético no Brasil, como diziam os militares. Na realidade esse documento teria sido mostrado aos presos políticos de Trombas e Formoso, durante a ditadura militar, e esses por sua vez declaram ter tido acesso a seu conteúdo somente nesse momento. Temos abaixo um trecho do mesmo;

O povo das Trombas e Formoso, por seus representantes em Assembléia Constituinte, para organizar juridicamente o Estado das “Trombas” sob o regime Comunista, decreta e promulga a seguinte: CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DAS “TROMBAS” Art. 1º- O Estado das Trombas, está situado no Brasil Central, paralelo, 14 norte de Goiás, a 250 quilômetros de Brasília, parte integrante e autônoma sob o regime RUSSO, exerce, em seu território todos os poderes que explicita (sic) ou explicitamente, lhe não são vedado à Constituição de Moscou (DOCUMENTO DO DOPS NO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS).

Entretanto as práticas sociais motivadas pela Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos eram resultado da revolta espontânea contra a cobrança do arrendo e a resistência armada contra a expropriação da posse da terra.

Durante um curto espaço de tempo o governo da Associação de Lavradores e dos Conselhos

de Córregos tiveram o controle sobre a produção e a circulação do produto do seu trabalho. O camponês Nenzico esclarece acerca das condições de produção nesse período;

Porque o Partido Comunista queria socialismo, como de fato tava no socialismo... na época dá... quando foi implantado a... a derrota. A associação já foi Associação dos Lavradores, dos camponeses, para unir o povo pra trabalhar. Tirar da mão do grilo... tinha fazenda aí grande de 500, 1000 alqueire tava na mão de um só. E a Associação, Porfiro entrou em contato com o governo, foi ver a procedência da terra era tudo terra devoluta. O fazendeiro tinha direito, que eles tinham serviço, então respeitou a área deles e o resto loteou pro povo. Eles [os grileiros] não acharam bom, não! Mas depois de as vezes o governo favoreceu. [Entrevistador: Lá no conselho que o Sr. Participou, o conselho da Serra, tinha alguém do partido lá?] Não, tinha não. Era só mesmo posseiro. [Entrevistador: e aí vocês posseiros lá vinha às vezes a reunião aqui da Associação?] É, as vezes marcava uma reunião nós vinha participar, pegar um orientação como era a mudança, se tinha alguma mudança na administração desses Conselhos, era só pra isso. [Entrevistador: e teve alguma vez algum problema entre vocês que era posseiro e o pessoal do Partido Comunista?] Não! No meu tempo não. E quando deu em 66 o pessoal do partido já tinha passado tudo, que a revolução de 64 correu com eles [entrevistador: Não, mas no tempo que o senhor participou de conselho? Que o senhor participou do Conselho lá no Conselho da Serra ainda, né?]. Conselho da Serra, pois é mas existia Conselho ainda. Não tinha... autoridade militar só tinha Amaro Leite, Porangatu prá lá, prá cá não tinha, então Conselho optava, qualquer coisa nós ia lá. Se tivesse necessidade ia lá, mas nunca teve. [Entrevistador: então nessa época dos conselhos pode dizer também que os Conselhos governaram a região aqui?] Era, os posseiros. [Entrevistador: o senhor acha que os posseiros governar aqui parecia o socialismo, então?]. É parecia, era o socialismo! Era tudo unido. Por exemplo, as vezes uma pessoa adoecia não tinha como trabalhar na lavoura o que fosse, aquele pessoal que podia ia tudo prá lá, ajudar um dia dois de serviço, a turma toda fazia lá... até que ele recuperasse. Então era associado, era comunitário. [Entrevistador: e a produção depois seu Nenzico, como é que era feita...]. A produção era vendida aqui na cidade, tinha dois armazéns aí, tinha do Firminão que comprava banana, arroz, milho feijão e galinha ele comprava, tinha do Armir e tinha o Negro Hosama era comprador de arroz. A produção era vendida aqui o. [Entrevistador: mas tinha parte dessa produção que para fora ou ficava aqui?]. Não, a produção os comprador comprava, tirava para Anápolis, mandava para os armazéns dos Pina... mandava para lá. Pagava pelo justo valor que tava correndo na praça e aí que o pessoal ia fazer as comprinha das coisas prá casa. Continuar outra lavora. [Entrevistador: o senhor acha que essa época então pode ser, pode dizer que é uma época de fartura, então?] Tinha muita fartura!... caminhão saía carregado de banana daqui para ir para São Paulo, tinha fazenda que saía caminhão fechado, a carga fechada da fazenda (NENZICO, 2009).

A partir das críticas em *Trombas- A Guerrilha de Zé Porfírio* e devido o autor ter se ocupado dessa questão do posseiro no poder é possível acrescentar novos elementos. As formas de organização política apropriadas pelos revoltosos, a Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos, atendiam as necessidades naturais e históricas dos camponeses através da participação direta nas decisões acerca da vida social. O que só foi possível devido ao processo de formação de uma consciência de pertença no acirramento da luta de classes.

Esse período, 1958-1964, em muitas entrevistas é evocado pelos entrevistados como os

melhores momentos da vida em Trombas e Formoso. Esse saudosismo é evidente em entrevistas como essa citada acima. Nessas são destacadas a importância dos Conselhos de Córregos e da Associação de Lavradores. Essas organizações exerceram o governo da região favorecidas pelo fato da sua forma de organizar-se nutrir-se da sociabilidade camponesa e da autonomia de atuação característica dos pecebistas na revolta. Desse modo quando falamos na construção da mítica “República Camponesa de Trombas e Formoso” não podemos ignorar que essa fundamentou-se no potencial organizativo a que chegaram os revoltosos.

O governo exercido pela Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos não é análogo aos projetos políticos tradicionais de tomada do Estado, mas caracteriza-se pela realização de ações locais que tinham como fim atender as necessidades fundamentais de existência do campesinato. Foram secundarizados após o fim das condições de isolamento da região e sua integração político-institucional ao governo estadual no início da década de 1960. Essa integração com o “mundo externo” se deve sobretudo ao Partido Comunista Brasileiro como agente de mediação. Tanto nos momentos mais radicais de luta armada, com o fornecimento de armas e a criação de uma rede externa de contatos e solidariedade aos camponeses, quanto nas iniciativas de integração ao mercado capitalista após o período mais intenso de conflito na região.

Então, aí nós dividimos as terras, tudo, começou a sossegar, todo mundo trabalhar com mais cabeça fria...achando que tinha superado uma parte assim... do nosso interesse, que era o interesse da terra. Agora, vendo que tinha outros interesses, para desenvolver mais nós tínhamos que ter ajuda para a agricultura...e continuava o Partido dirigindo a associação e a associação junto ao povão trazendo... lutando para trazer o melhor, estradas, educação, saúde... essa coisa toda...Olha, foi eu... O partido reuniu e me mandou, o Eneinha (?) e o Eneão (?), tinha dois Enéias lá, para ter contato com o Zé Maurício [Prefeito de Amaro Leite], que era o chefe lá... reacionário, tudo...mas a gente tem horas que precisa do elemento. Aí aproximava as eleições. Aí me mandaram lá [Amaro Leite] e lá foram dois pistoleiros, um tal de Joaquim do Couto (?) e um outro para ver se nos tiravam por lá... Então, o Zé Maurício foi uma pessoa que tomou posição e nos guardou por lá. E no outro dia veio mais nós, lá nas Trombas... Então foi entendido sobre política, a gente ajudar ele, o candidato dele em troca de nós termos o vice, dois candidatos a vereador e isso foi feito, esse acordo, e nós cumprimos. Elegemos Antônio Caldeira (?) que era o candidato de Zé Maurício, porque o Zé Maurício se sentiu também precisando, porque tinha os outros candidatos de oposição que estavam parecendo mais fortes, aí correu... mandou um recado em Trombas, que queria aproximação política. Aí eu fui lá... com o Eneinha, Eneão, e ele veio aí e nós...ele tinha medo de vir... então veio mais nós e chegou e foi feito um acordo político. Ele em troca de dar um grupo, em troca de nós apoiar, dar um grupo lá em Trombas, arrumar estradas, essa coisa assim, né. E nós demos a votação para ele... que não tinha nenhum outro candidato que desse alguma vantagem... e demos o apoio e elegemos dois vereadores que ficaram tendo a participação lá, como vereador eu e o Graciano, que nós introduzia coisas até importantes, né... (BARTHO, 1995, p.6 e 24-25).

Entre os anos de 1958-1964, sobretudo, o Partido Comunista Brasileiro é agente de modernização

capitalista e criação das condições gerais de produção capitalista⁹⁷.

Em 1958 a Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos assumiram o governo do território. Foi o isolamento promovido pelos governos estaduais fundamental para a consolidação dessa situação de governo da região por camponeses e pecebistas. O governo de José Feliciano entre 1959 e 1960 aprofundará o isolamento da região e criará com isso condições para a efetivação deste governo local:

Devido ao momento da produção local e aos problemas de escoamento, bem como à articulação política para fazer face às necessidades do cotidiano e ao equacionamento de questões várias da região, os posseiros viveram nesse período um processo de constante debate, que transformou a Associação de Lavradores em governo efetivo do território (CUNHA, 2009, p. 05).

Nas eleições de 3 de outubro de 1958 as duas maiores forças partidárias disputaram o cargo de governador através de José Feliciano (PSD) e César da Cunha Bastos (UDN/PSP/PTB) (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.38). O primeiro venceu as eleições e entre 1959-1960 deu continuidade ao governo de José Ludovico de Almeida adotando no seu plano de governo como prioridade a questão da energia elétrica e a ampliação do número de estradas (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.40). Enquanto César Bastos alegava ter perdido, devido ter dito em Uruaçu, que “destinaria um trato de terra a cada posseiro, a preço simbólico”, levando a reação contrária de fazendeiros em uma região onde o conflito de Trombas e Formoso era vivido intensamente (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.39). Esses acontecimentos confirmam a existência de um contexto em que o Estado atua diretamente na modernização capitalista e como os revoltosos de Trombas e Formoso eram considerados pela disputa eleitoral.

O governo José Feliciano (1959-1960) estava voltado a tornar o estado um grande centro agropastoril (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.41). Tratava-se de atender às demandas da questão agrícola com a modernização capitalista enquanto a questão agrária em Trombas e Formoso demandava novas necessidades ao “camponês-proprietário”. Foi nesse governo que estabeleceu-se a diferenciação entre o ocupante “ordeiro”, conclamado em 1935, e o agora “marginal social”. Em

97 Essa discussão acerca das “condições gerais de produção” nesse trabalho está relacionada às questões apresentadas por Marx em *O Capital*. Essas são consideradas no conjunto da sociedade capitalista onde o revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento nas outras. Entre essas condições gerais do processo de produção social estão incluídas os meios de comunicação, transportes, mecanização, estradas, prédios, condições que favoreçam o escoamento da produção e aquelas que dizem respeito a intercâmbio, compra, venda etc. (MARX, 1988, p.13,16, 61, 107). No caso da revolta camponesa de Trombas e Formoso e nas ações dos seus agentes as condições gerais de produção está relacionada a condição de vetores da frente pioneira explicitada pelo Partido Comunista Brasileiro com a nova temporalidade acerca da posse da terra que se impunha entre 1958-1964. Trata-se dos aspectos que favoreceram a integração político-institucional e na lógica capitalista. Então, incluem a aliança com o prefeito de Amaro Leite, a criação da cooperativa, a sindicalização dos “camponeses-proprietários”, a ênfase em aspectos representativos em detrimento das experiências fundamentadas na sociabilidade concreta vivenciadas nos Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores com a eleição de José Porfírio para deputado estadual.

um contexto em que o posseiro reagia por se tornar cada vez menor a possibilidade de encontrar terras livres ao invés de caminhar do sul do estado para o norte diante do avanço da frente pioneira (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.42).

Todavia enquanto o governo ignorava e reprimia as demandas do “camponês-posseiro”, mensuráveis nos Conselhos de Córregos, eram essas que davam substancialidade a Associação de Lavradores. Em algumas entrevistas foi comum ouvirmos ao invés de Associação o termo Conselho Geral como sinônimo dessa. A pauta das reuniões da Associação era predominantemente constituída de assuntos da vida cotidiana camponesa que não teriam sido resolvidos no âmbito local pelos Conselhos de Córregos.

Olha, a primeira... o primeiro papo sobre associação era para ser realizado no Formoso. Vinha um pessoal de Goiânia, inclusive veio na frente o Valdeci, que era membro do Partido lá em Goiânia. Ele veio para organizar, reunir e vinham também uns deputados para ajudar na fundação da associação. Nós reunimos muita gente lá no Formoso, nesse dia. Veio um aviãozinho, rodou por cima, jogou uns papéis e não desceram, voltaram e foram embora. Naquele dia não deu assim... assim... era para ser mais “abrilhantada” a fundação da associação com esses deputados, mas eles não desceram ... acho que alguma coisa não deu para eles descer e o Valdeci, já junto com o Ribeiro, com Soares, com Porfírio, com Geraldão, fundaram a associação, esse dia lá no Formoso. E aí essa associação foi fundada a sua diretoria, e ela se encarregou, tomou um trabalho... foi um trabalho, para organizar em todos os córregos... assim de determinada distância, nós chamávamos os núcleos ou conselhos de córrego, sabe. E que aquilo ali começou a diretoria do córrego para ver os probleminhas dali... e que reunia assim... cada dois ... três meses fazia um conselho geral com aqueles representantes de córrego, e eles traziam reivindicação, surgia muita coisinha... encrenca de um posseiro com outro e tal... aqueles conselhos eram autoridade para resolver esses problemas. Quando era o dia da reunião do conselho geral, aí a gente ...eles prestavam contas daquilo tudo e a gente já tomava uma... vamos dizer... uma responsabilidade para eles resolver um programa... um trabalho dentro daquele período até o outro conselho geral, sabe... (BARTHO, 1995, p.9-10).

Esta afirmação confirma claramente o que afirmamos no capítulo dois: a criação dos Conselhos de Córregos a partir da Associação de Lavradores. Todavia, reconhecer a importância da primeira na criação da segunda, não significa restringir os Conselhos de Córregos a instrumentos da Associação de Lavradores. Já que a operacionalidade da Associação, a priori, tinha como ponto de partida os limites das organizações como os Conselhos de Córregos que serviam na proteção da região, na resolução de problemas e atendimento de demandas locais. Essas duas formas de organização se complementavam, através da divisão de tarefas, mas isso não reduz os Conselhos ao controle da Associação de Lavradores ou do Partido Comunista Brasileiro. Inclusive, a composição social da Associação não era restritamente pecebista e seu presidente era o camponês José Porfírio, que também não era um instrumento manipulado pelo partido.

Sebastião de Barros Abreu, autor de *Trombas- A Guerrilha de Zé Porfírio*, narrou a vitória

dos camponeses sobre os grileiros e o início do seu governo:

Formoso já não era a vila aterrorizada e triste dos tempos de João Soares. Os que tinham sido expulsos regressaram às suas casas e recuperaram suas posses. Os comerciantes já não cochilam atrás dos balcões. O velho Luiz Manzan voltara a faturar com a sua pensão. O famigerado ‘caixote’, símbolo de opressão, fora destruído e incendiado pelos primeiros grupos que invadiram o povoado (ABREU, 1985, p.92-93).

A Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos ocupavam o vazio deixado pelo governo estadual com eficiência. Essa organização levou a distribuição de terras entre aqueles camponeses que chegavam tardiamente após os conflitos mais intensos, existia um sistema de distribuição que limitava o tamanho da posse e ainda contava com o apoio de outros camponeses com os mutirões. Esse período só veio endossar a idéia de que os camponeses poderiam ser o governo efetivo do território, foi caracterizado pela fartura e a grande produção que conseguiram organizar através da Associação e dos Conselhos de Córregos. Entretanto esse período romantizado pela memória dos camponeses não estava isento das situações de fronteira típicas de onde se reúne interesses diversos e conflitivos. Entre essas estavam as disputas internas no PCB acerca da questão entre camponeses e intelectuais. José Sobrinho, perguntado pela posição que levava o Partido Comunista Brasileiro em Goiás a valorizar mais o papel do camponês que do proletariado, afirma;

Não era do partido, não era bem! Mas era dos camponeses que tava no partido. Era nos que os partido nas pequenas cidades, nas pequenas comunidades, com toda cultura camponesa; que tava dentro, influenciando dentro do Partido... Então aquela cultura do camponês nós tínhamos né. Então a gente achava isso. Resultado que o Comitê Central não chegou a proibir. Falava assim, “nós achamos, mas as vezes sai por aí... Bom do V Congresso do PCB, mas antes do V Congresso nós estávamos trabalhando em cima dele. Inclusive nós tínhamos a ilusão que a direção do Partido que sairia do V Congresso, seria uma direção mais camponesa, não é! E de fato elegemos o Ribeiro como suplente do Comitê Central. A situação era da seguinte maneira: chegava por exemplo, descia as resoluções, as teses, e a gente estudava as teses, discutia as teses. Mas as teses eram teses. Ali era um luta específica né, do local. As teses era generalizada, era generalidade. E então existia uma diferença cultural e até para se argumentar dentro das teses. E o resultado também era a força do movimento do campo. Porque é preciso de sabê, que atos valem muito mais que as palavra. Palavra é uma coisa, mas o ato; a palavra vale muito, mas o ato vale muito maisque a palavra. No campo estava a luta, estava o ato revolucionário, não é!... Então aquilo pra nós era o começo, era o fim; vamos fazer revolução, porque no nordeste tem o movimento revolucionário lá. Vamos fazer revolução que no R. G. do Sul também tem... No campo estava a prática revolucionária, a prática de como pegar na arma. E na cidade tava a teoria. Então esse negócio aí era muito sério prá quem não ta no movimento, não é! (SOBRINHO, 1990, p. 10-13).

Esse depoimento de José Sobrinho, afirmando que a aposta no campesinato se devia mais a origem social camponesa dos pecebistas do que a uma decisão das instâncias superiores do partido é confirmada por José Ribeiro, esse ainda acrescenta a indisposição do Comitê Estadual em apoiar a

revolta de Trombas e Formoso nos seus primeiros momentos. Esses embates entre os interesses internos e interesses externos não são secundários em Trombas e Formoso. Tanto que o Comitê Estadual acusava os pecebistas de Trombas e Formoso de “autônomos”, esses por sua vez utilizavam o termo “intelectual” pejorativamente para se referir às instâncias externas ao seu grupo no partido e caracterizavam os camponeses como “atrasados”.

e aí em vez do pessoal de fora ficar com medo [após as ações policiais contra os posseiros aproximadamente em 1955-1956], aí choveu gente para ocupar... porque o que se queria era terras, lá pela região do Zé Porfírio, a região da associação... e aí foi criada uma comissão de entendimento também entre os posseiros e o governo, que até o (?) participou dessa comissão. E aí nós passamos... a direção estadual nos criticou, que em vez dessa comissão, tinha que representar a direção da associação e não comissão... que estava subestimando a associação. Aí ... mas ela perdurou muito tempo... Que o governo tinha mandado agrimensor, e de repente o governo recuou e mandou o major Betino (?) para lá com 80... 100 soldados... Foi essa derrota de Coqueiro de Galho... que a polícia penetrou lá dentro, os posseiros correram todos... aí chegaram [o Comitê Estadual] a pensar em retirar de lá... porque não havia segurança para o Partido... Mas aí, dadas as informações ... pelo conhecimento do terreno, ainda tinha uma parte, a maior parte estava intacta ainda... que podia ser recuperada, né... Porque sofremos uma derrota, perdemos uma batalha, mas não tínhamos perdido a guerra... aí reconsideraram da gente ficar lá... (RIBEIRO, 1995, p.13 e 27).

Os embates também podem ser mapeados na relação entre Comitê Central, Comitê Estadual e os pecebistas de Trombas e Formoso. O que é sintomático na eleição de José Ribeiro para suplente no Comitê Central que procurava considerar a questão camponesa mais intensamente o recebendo entre os seus, no Comitê Estadual que não comunicava o pecebista de Trombas e Formoso das reuniões e no pecebista camponês que se sentia rejeitado em um partido que na sua história em Goiás teve nas suas fileiras grandes intelectuais.

... Inclusive o [V] congresso que realizou, eu fui eleito suplente do comitê central, né? Agora, a turma de direção, do secretariado do partido não gostou, ir um camponês... e eles intelectual, jornalistas, essas coisas, então, eles procuravam me sabotar de toda maneira... inclusive quando havia uma reunião, que vinha convocação, quando chegava ao meu conhecimento já tinha realizado..., ou estava realizando..., chegava sempre atrasada, né? Na época do Gibi [Dibb], antes dele e depois na vinda dele também acontecia... inclusive essa conferência do comitê central ... quanto eu tomei conhecimento já tinha realizado a conferência..., a convocação não chegou até mim... de fato... é verdade... [José Ribeiro reconhece que estava sendo “sabotado”] A conferência, quando eu tomei conhecimento, já tinha realizado a conferência... a delegação lá de Goiânia foram, e eu não participei, que não tomei conhecimento, não recebi a convocação... que caberia a eles me comunicarem aqui... e não o fizeram... [o entrevistador pergunta sobre os motivos das divergências] não sei... aí não cabe a mim responder, cabe a eles... (ri)... qual é o motivo não sei..., talvez seja... um camponês aqui..., militante da região do norte, do sertão... e não é intelectual, não é jornalista, não é nada, então eles talvez acharam que merecia ser um deles e não a mim, viu... (RIBEIRO, 1991, p.6-7).

Olha, você sabe que a gente... a maioria dos elementos de base, eram pessoas assim... camponeses atrasados, e até os mais desenvolvidos acreditavam no mais sabido, que é as decisões que desciam a tempo e eram aprovadas. Às vezes quando tinha alguma polêmica, mas era muito pouca, a maioria aprovava o que o sabido vinha trazer... [o entrevistador pergunta o que sentiu com o fim do culto a personalidade de Stalin] olha, a gente... eu... no momento eu senti assim parece como uma injustiça a gente tomar decisão contra o Stalin, sabe. Mas a maioria, os elementos que desceram essa decisão contra o culto da personalidade, já faziam um informe assim... que derrubava muito a gente... A gente sempre não queria se colocar contra as decisões que vinham do comitê estadual, do comitê central. Mas eu dentro de mim eu achava e continuo ainda achando que o trabalho, a administração de Stalin era justa, porque o que aconteceu com a quebra do culto à personalidade? Aconteceu que formou-se um chefe fraco e que veio a bagunça que se tornou... o Partido deu no que deu, aconteceu o que aconteceu na União Soviética... devido à frouxura dos dirigentes. Eu acho que para fazer uma revolução tem que ter comando de ferro, porque senão não se agüenta ela. [o entrevistador insiste perguntando se esse era mesmo o sentimento daquele momento] não, no momento a gente, eu pelo menos, senti que, aceitei o que o Partido desceu, baixou, sabe, descia para as bases, mas as bases não tomavam posição, escutavam e aceitavam. Então, eu aceitei mas sentindo que não estava certo, porque mudanças tem que ser com dureza e continuar com dureza porque o cheiro do capital é doce e você viu o que aconteceu... Cuba ainda está lá porque o povo acredita no Fidel, mas ele para manter a revolução teve que ter mão de ferro, dureza, porque senão... se não é assim... não se consolida uma revolução... eu participei do comitê estadual... assim não lembro... meio longe assim...sabe... não participava da executiva, como membro. E como membro ainda participando de reuniões em Goiânia, como em Formoso, mas continuando sempre com aquela frouxura das decisões que vinham, e a gente sempre aceitava, nunca tomei uma posição de brigar com a direção, porque a gente sempre sentia que eles estavam mais bem informados, que eram sabidos... (BARTHO, 1995, p.15-17).

Entretanto esses conflitos internos, que tiram de cena a visão idílica acerca da “República Camponesa de Formoso e Trombas”, não ocorreram em condições de isenção acerca da influência dos problemas com a questão agrária na região norte do estado. No povoado de Chapada, município de Amaro Leite, foi assassinado o presidente da Associação de Lavradores: o camponês Olímpio Carneiro em conflito com proprietário de terras que acabou levando muitos posseiros a abandonarem suas roças (JORNAL DE NOTÍCIAS, 08/01/1959, p.8 e 04/06/1959). Os conflitos por terra, na região, continuava a provocar a morte de posseiros em conflito com fazendeiros locais enquanto a situação se estabilizava em Trombas e Formoso (JORNAL DE NOTÍCIAS, 31/05/1959 p. 01 e 12/06/1959 p.1).

Esses acontecimentos produziam notícias que chamavam a atenção para a questão agrária em Goiás e suas complicações. Falando dos “crimes” e “terror” na zona de Uruaçu e destacando o descaso do governo, a venda indevida de terras pertencentes aos posseiros e as ameaças de que a situação poderia se complicar ainda mais:

se o governo não agir imediatamente prestigiando as autoridades e exigindo de

seus representantes que coíbam o vandalismo de que é palco uma grande região de três municípios novas cenas de banditismo poderão verificar-se a qualquer momento fazendo jorrar muito sangue (JORNAL DE NOTÍCIAS, 22/05/1959 p.8).

Essas notícias em jornais, monopolizados pela oposição ao governo estadual, também desempenhavam papel de demonstrar um governo fraco que deveria coibir a existência de organizações camponesas autônomas como o governo desenvolvido pela Associação de Lavradores e Conselhos de Córregos em Trombas e Formoso. Não foi por acaso que os debates na Assembléia Legislativa chamavam a atenção do governo para intervir antes que as lutas entre grileiros e posseiros se desdobrassem em “lutas sangrentas” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 15/05/1959, p.8) e que a ausência do “poder público” levava ao temor “de serem transformados numa zona de cangaço” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 15/08/1959).

Esse período de ausência de intervenção direta do Estado na região fez com que as preocupações estivessem voltadas para o aumento da produção local, soluções para escoamento da produção e articulações política para atender as suas necessidades (CUNHA, 1997, p.93). Houve, entre 1958-1961, o envio de assistentes do Comitê Central para assistência política e o envio de armas. Nesse período a revolução cubana (1959) influenciou muitos pecebistas e camponeses como José Porfírio, por exemplo.

[sobre a ida de José Porfírio para Cuba] olha, ele foi em janeiro assistir os festejos do 1º de janeiro e eu fui assistir os festejos do 26 de julho... Então, ele foi primeiro, chegou ... rodou todas as bases, conselhos, fazendo a prestação de contas da viagem dele... eu não lembro, mas deve ter sido uns 25 a 30 dias... que eu fiquei 25 dias. Então, o que eu sei, o que eu lembro, é que ele voltou muito entusiasmado com a luta... com o desenvolvimento que estava Cuba e com o Fidel Castro como líder da revolução... Então, ele como líder da mini revolução de Goiás, ele... eu senti ele muito entusiasmado (BARTHO, 1995, p.31).

Esse terceiro momento que destacamos pelo poder social exercido na região, através da atuação sem mediações em Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores, se deram em um contexto de grandes lutas camponesas no estado.

Foi a intensidade dessas lutas no campo, no Brasil, que levou a crescente intervenção de agentes de mediação na questão agrária. Entre esses estava a Igreja Católica que dava continuidade a sua cruzada contra o “comunismo” e sua influência perniciosa entre os camponeses. Em Goiás um de seus projetos, tendo a frente Dom Helder Câmara arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, pretendia ser uma experiência de reforma agrária na na Fazenda Nossa Senhora da Conceição no município de Corumbá. Nessa o assentamento seria de “favelados cariocas” e a população sem-terra do município. Segundo o arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes,

o objetivo primordial é a valorização do homem do campo. Aliás, nesse objetivo está a explicação por que a Igreja se interessa pelo assunto e entra diretamente na solução do problema. Sua missão não é cuidar deste ou daquele setor técnico, mas

do homem, seja quem for, seja qual for sua condição ou situação de vida. Não seria compreensível se a Igreja deixasse de fazer tudo o que está ao seu alcance no sentido de elevar o nível humano e social do rurícola (JORNAL DE NOTÍCIAS, 09/07/1959 n°533).

Enquanto, em 1959, em Goianésia a situação chegava às vias de mais um levante armado pela posse da terra em Goiás.

Segundo conseguiu ainda apurar nossa reportagem, cerca de 200 posseiros estão travando naquela localidade violenta luta armada contra grileiros e seus jagunços, a cuja frente encontra-se o facínora José de Oliveira, mais conhecido pela alcunha de “Aymoré”. Conforme já divulgamos em edições anteriores, há muito que os posseiros e lavradores daquela região vêm lutando, pacificamente, para receberem o pagamento de grande importância correspondente a serviços que realizaram com a plantação de canaviais, o que até hoje não conseguiram... Segundo apurou ainda nossa reportagem, o ódio dos posseiros e lavradores da Fazenda São Carlos volta-se, contra o indivíduo Aymoré, jagunço e testa de ferro dos grileiros, que há muito vem espancando e submetendo os pobres trabalhadores a tôda sorte de vexames e humilhações (JORNAL DE NOTÍCIAS, 4-11-1959).

Nesses acontecimentos, se verificará a ação do Estado na defesa da propriedade do “milionário paulista” Jeremias Lunardelle, que contou com o auxílio do secretário estadual de segurança pública, Reinaldo Baiocchi, graças a solicitação feita pelo próprio prefeito do município e delegado em exercício, que pediu a presença destas autoridades para evitar uma revolta maior.

Em Goianésia constatou-se que os lavradores encontravam-se vivamente revoltados contra o ‘administrador’ da Fazenda São Carlos, conhecido como Aymoré, que, armado até aos dentes e acompanhado de jagunços, expulsou os moradores para a cidade. Ali, depois de ouvirem opiniões das pessoas mais credenciadas do lugar, resolveram dirigir-se para a propriedade, onde se entrevistaram também Aymoré, que sob as ordens do advogado da Fazenda, bacharel Olimpio Jaime, estava colocando, com auxílio de vários asseclas, em estado de ânimos exaltados, todos os moradores. Verificou-se que os camponeses desde há muito não recebem os seus salários, tendo mesmo sido espancados vários moradores, em ocasiões que reclamavam o justo pagamento pelo trabalho prestado à Fazenda (JORNAL DE NOTÍCIAS, 06/11/1959).

Após ignorar a presenças das autoridades públicas e desacatá-las não houve qualquer punição ao ‘administrador’. Só teve que entregar a Fazenda São Carlos aos cuidados do engenheiro Leonardo, empregado do local. Alguns dias depois, na mesma região ocorreria a ocupação de terras que já estavam sendo vistoriadas por agrimensores, onde se ventilou a possibilidade de haver um inútil e odioso derramamento de sangue, como atesta o Jornal de Notícias (JORNAL DE NOTÍCIAS, 26-11-1959).

Estamos, assim, diante de uma séria denúncia. Cêrca de 200 posseiros estão ameaçados de serem metralhados pela Polícia. O crime está sendo friamente premeditado. Caso não sejam tomadas enérgicas providências o governo do sr. José Feliciano será o responsável direto pelo crime. Quando ainda candidato o atual governador prometeu ao povo goiano que medidas de reforma agrária seriam tomadas durante o seu governo. Estas medidas de reforma agrária, até agora,

infelizmente, não vieram. Que pelo menos os humildes posseiros tenham o direito de trabalhar em paz e tranqüilidade (JORNAL DE NOTÍCIAS, 17-11-1959).

A complexidade dessas lutas sociais em que o campesinato em Goiás se apresentava como sujeito político, os mecanismos de descentralização no funcionamento dos Conselhos de Córregos e a importância da sociabilidade camponesa nessas organizações não podem ser ignoradas em nome da tese que afirma o partido como núcleo “gerenciador” das necessidades camponesas e o poder de fato na revolta. O que só se sustenta se adotamos a análise do Partido Comunista Brasileiro pelo que diz de si mesmo e como o único capaz de estabelecer práticas políticas. Ignorando as circunstâncias que levaram a essas formas de organização; a sociabilidade camponesa, o caminho de expropriação vivenciado por esses, as contradições internas no Partido Comunista Brasileiro, o crescimento das lutas camponesas em todo o país, a potencialidade das práticas camponesas como práticas políticas. Entretanto a postura calcada na razão dualista tornaria incompreensível o fato das complicações internas, as disputas dentro do partido e o projeto de “revolução brasileira” que preconizavam os pecebistas ter sido secundarizados pelas questões imediatas colocadas pela luta social e só entre 1958-1964 ter as demandas do nacional-desenvolvimentismo secundarizado Conselhos e Associação em Trombas e Formoso.

Essas considerações não implicam em reconhecer que havia polaridade entre os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores, mas em dar a devida importância ao impacto das demandas e sociabilidade camponesas no funcionamento dessas organizações que sem isso não teriam encontrado o terreno necessário. O que já demonstramos no capítulo dois ao falarmos dessa sociabilidade na consolidação dessas formas organizativas. Foi somente com as novas condições surgidas da estabilidade da posse da terra que o Partido Comunista Brasileiro pode cuidar da integração político institucional do movimento. Essa se deu através da ênfase no acordo com o governo populista de Mauro Borges, na sindicalização, na eleição de José Porfírio, na formação de uma cooperativa e conseqüentemente a secundarização de formas organizativas como Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores. Essa caminhada para a via institucional era próprio a lógica do Partido Comunista Brasileiro. O que algumas vezes tratamos aqui como criação das condições gerais de produção capitalista, na realidade, para o “partidão” era o caminho natural onde se abandonam formas “primitivas” de organização (Conselhos de Córregos e Associação de Lavradores) em vista de formas “modernas” (sindicatos, por exemplo) de atuação.

Nas palavras de Sebastião Bailão, importante membro do Partido Comunista Brasileiro com atuação destacada nos episódios de Itauçu, podemos constatar a importância atribuída no final da década de 1950 a formação de sindicatos no campo como desdobramento das associações.

Bom a federação surgiu devido a que ... como eu falei para você, verticalmente nós estava?....., nós tinha, quando nós criou a federação , que nós somos a federação organizada, nós tinha 25 sindicatos reconhecidos e tinha mais 14 com as cartas quase prontas para entregar ... Então, surgiu congresso estadual que nós realizou aqui e do congresso que nós realizou em Belo Horizonte ... foi nessa movimentação toda do congresso que surgiu aqui ... até antes um pouco, a nossa federação, e que foi eleito presidente dela. Então essa federação ... ela foi criada justamente nesse auge dessa luta, levando o problema da reforma agrária, da posse da terra, o problema agrário no Brasil que naquela época se discutia assim ... mais no meio do povo, né? Hoje se discute mais no Ministério, essas coisas ... E com isso então surgiu a federação. E a federação surgiu também ... já oriunda também dessa ... questão de levar legislação trabalhista no campo. E isso fez com que nós que estávamos na frente do trabalho, enfrentássemos tudo isso aí, porque a lei seria um estandarte, um suporte de garantir conscientizar o camponês para ele também cumprir as lacunas ... essas coisas mais necessárias que estavam se abrindo na sociedade. Então por aí surgiu com a federação nós criamos esse sindicato e tinha que ter um órgão intermediário, um órgão máximo para organizar. Então nós tinha ali o corpo jurídico para dar assistência, né?, nós tinha toda a formação dos processos, das associações, nós tinha o conselho, que?....., era organizado no sindicato ... Nós tinha junto ao governo estadual e tudo um plano que depois ia surgir até com interesses do Estado, a própria administração, ajudar a pôr em prática muita coisa que estava existindo naquela época, que hoje até de certa maneira já tem no campo ... né?, nós estava discutindo de uma maneira global os interesses do Estado ... porque nós com 250.000 associados, já com seu corpo docente montado, a associação em franco desenvolvimento, nós era de certa, maneira uma parte do problema agrícola do Estado ... já estava surgindo até coisas boas assim ... nos congressos nós estava discutindo muito entre patrão e empregado, de acordo com a realização daqueles congressos na zona surgiam coisas que melhoravam mais a relação do patrão e do empregado, entre Estado e produtor ... quer dizer, eu acho que se não surgisse o golpe, a situação não só do estado de Goiás como do Brasil. Especialmente nós no estado, o estado de Goiás é um estado importante na questão agrícola, aqui produz coisas que estão sendo exportadas, tudo ... e nosso estado seria uma potência maior, talvez menos ingrato para quem produz, né? E por isso então surgiu a federação ... Nós tinha criado uma federação com quase todos os representantes do sindicato, né? (BAILÃO, 1991, p. 30-31).

Em Trombas e Formoso a preocupação com a formação de sindicatos data do momento posterior ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e se insere em um contexto de mudanças internas assumidas pelo Partido Comunista Brasileiro em 1958.

Lá para gente não mudou nada muito, não ... mudou muito assim o relacionamento do próprio partido ... né? Mudou mais dentro do próprio partido... Então a gente mudava a linguagem, lutava pela verda dos sindicatos rurais, mesmo na linha do 4º congresso, nós batalhava pelos sindicatos rurais...Mas, depois, passamos a criar de fato, a briga de fato, pela organização do sindicato.....né? Então, não houve problemas no meio no meio da massa. O que houve foi um arrefecimento, foi quase que a mesma coisa que um golpe que deram, na mentalidade dos comunistas ... na mentalidade dos comunistas ... O Stalin era quase um Deus e ficou um bandido, não é isso? Eu estava em São Paulo era presidente do Ultab, veio o próprio Ramiro ?, o partido entrou em crise deixou de ser um quadro do partido para ser um militanteEntão acho que o negócio foi mais aí, não na atuação, na atuação em relação a massa, isso até ajudou porque clareou mais, o tornou mais

acessível...Então a gente passou a trabalhar na organização ... ampliou ?
..... os sindicatos, passou a trabalhar na organização, abriu grentes na
região ...Foi por isso que o golpe foi assim ... mais interno ... no partido, do que na
atuação ...(TIBÚRCIO, 1990, p. 04-05)

Esse contexto, sobretudo a estabilidade com a posse da terra, reorientava as demandas dos revoltosos para a temporalidade da “terra para cercar” característica das frentes pioneiras e a sua assimilação dentro da lógica capitalista de produção. Os camponeses lutaram contra a cobrança do arrendo que pretendia continuar a acumulação de capital a partir de relações não-capitalistas de produção. Depois enfrentaram às tentativas de expropriação através da qual seriam jogados na proletarização e as terras se consolidariam no mercado especulativo instaurando relações propriamente capitalistas de produção. Entretanto a situação, entre 1958-1964, tendia a deteriorar a posse camponesa da terra com sua inserção na lógica capitalista de produção. O camponês poderia dar continuidade a sua existência, entretanto, subordinado aos interesses dos grandes centros industriais que se formavam no sudeste e nas demais partes do Brasil. Esgotava-se a temporalidade camponesa da terra com sua “economia de excedentes” e vislumbrava-se a produção no campo subordinada aos interesses do capital.

Tanto o latifúndio como a pequena propriedade, diante das necessidades de acumulação capitalista, tendem a ser submetidos a essa lógica onde imperar os interesses do capital na propriedade da terra. Em Trombas e Formoso essa pode ser verificada na mudança de comportamento quanto aos momentos mais intensos da revolta. Onde a posse da terra passou a significar uma acomodação, a partir da qual, foram secundarizadas as instâncias de participação política como Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores.

Agora é que entre nós surgiu uns companheiros em Formoso que a gente sentia muito lento as mudanças de uns tempos para outros, que foi o caso do Geraldão ... ele começou assim ... se sossegar mais. E quando partia desses companheiros era querendo ter uma autoridade muito grande ... Um médio ... um pequeno empresário, que tinha uma fábrica de pinga, tudo organizadinho, né, o Armando (?) foi outro também que ele começou a arrumar uma vidinha ... a gente sentia que ele não estava uma pessoa assim ... como começou, sabe. Mas, nunca deixaram assim [de] ter uma participação. E o que dava para fazer era isso mesmo, porque a gente não tinha vencimento, a gente não tinha nada, a gente tinha que cuidar da vida pessoal e cuidar da vida política. A gente aprendeu que tinha que ligar as duas coisas, a teoria com a prática, sabe ... então ... eu nunca senti assim tanta mudança nessas direções que no caso você falou ... pequenas mudanças (BARTHO, 1995, p.20).

No depoimento de Bartho podemos confirmar a existência dessas mudanças e como elas eram sentidas como um processo natural diante das situações que circunscreviam os acontecimentos de Trombas e Formoso. Entretanto, por mais que essas não fossem tratadas com a importância que mereceriam pelos revoltosos, elas fazem parte de um momento em que a frente pioneira ainda

convive em certa medida com a propriedade dos meios de produção pelos produtores. Em Trombas e Formoso isso significava a abertura da possibilidade de se subordinar a propriedade camponesa da terra ao mercado capitalista sem expropriar os camponeses. Entretanto a tendência da frente pioneira a criação de relações propriamente capitalistas de produção, separando meios de produção e força de trabalho, se consolidaria com o golpe de 1964 e a expropriação camponesa daí decorrente;

É necessário que esta aparência [de autonomia da propriedade camponesa, por exemplo] seja supra-sumida (aufgehoben), que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça como a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda a coloração política; que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza à relação nacional-econômica de explorador e explorado; que toda a relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e esta se torne, ela mesma, apenas riqueza material coisal; que no lugar do casamento de honra com a terra se instale o casamento por interesse, e a terra, tal como o homem, baixe do mesmo modo a valor de regateio. É necessário que aquilo que é a raiz da propriedade fundiária, o sórdido interesse pessoal, apareça também na sua cínica figura. É necessário que o monopólio inerte se transmute em monopólio em movimento e inquieto- a concorrência; [que] a fruição ociosa do suor e do sangue alheios se transmute num comércio multi-ativo com os mesmos. Finalmente, é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinem ou promovam. Assim, entra no lugar do provérbio medieval: *nenhuma terra sem senhor (nulle terre sans seigneur)*, o provérbio moderno: *o dinheiro não tem dono (l'argent n'a pas de maître)*, no qual é exprimida a completa dominação da matéria morta sobre o homem (MARX, 2004, p.75).

Essa situação, de assimilação da propriedade camponesa a lógica capitalista, pode ser evidenciada em Trombas e Formoso pelas novas prioridades que os “camponeses-proprietários” agora tomavam como suas. No depoimento de Bartho, citado acima, podemos verificar essas mudanças pelas quais passaram os pecebistas camponeses e os demais revoltosos em Trombas e Formoso.

A divisão da posse fundiária nega o grande monopólio da propriedade fundiária, o supra-sume, mas apenas porque universaliza esse monopólio. Não supra-sume o fundamento do monopólio, a propriedade privada. Ela ataca a existência, mas não a essência do monopólio. A consequência disso é que ela cai vítima das leis da propriedade privada. A divisão da posse fundiária corresponde precisamente ao movimento da concorrência na esfera industrial... Assim como a grande propriedade fundiária pode devolver a acusação de monopólio que a divisão da posse fundiária lhe faz, da mesma forma- já que a divisão se baseia no monopólio da propriedade privada- a divisão da posse fundiária pode devolver à grande posse fundiária a acusação de divisão, pois também aqui domina a divisão, mas numa forma rígida, congelada, a propriedade privada repousa, de um modo geral, sobre o fato de ser dividida (geteiltsein)... Ela [a grande propriedade fundiária] engendra e aumenta, portanto, o poder de seu inimigo, do capital, da indústria, na medida em que lança braços e uma completa e total atividade do país para o outro lado. Torna

industrial a maior parte do país, portanto, [torna-a] adversária da grande propriedade fundiária (MARX, 2004, p.77).

Historicamente há, ainda, outros exemplos em que a propriedade da terra conquistada pelo camponês engendra os motivos da sua derrota ou as mudanças de postura dos agentes na luta social. No caso francês a ruína do camponês se dá através da pequena propriedade, a divisão da terra, a forma de propriedade que Napoleão consolidou na França transformando o camponês feudal em “camponês-proprietário” e ele em imperador. Desse modo, várias gerações puderam ver arruinada progressivamente a agricultura e o endividamento progressivo do agricultor, assim como em Trombas e Formoso isso se dará com a secundarização da forma de organização que levou o camponês a posse da terra. “A forma “napoleônica” de propriedade, que no princípio do século dezenove constituía a condição para a libertação e enriquecimento do camponês francês, desenvolveu-se no decorrer desse século na lei do seu escravizamento e pauperização” (MARX, 1977, p.118).

O desenvolvimento econômico da pequena propriedade modificou radicalmente a relação dos camponeses para com as demais classes da sociedade... A pequena propriedade do camponês é agora o único pretexto que permite ao capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, ao mesmo tempo que deixa ao próprio lavrador o cuidado de obter o próprio salário como puder... A pequena propriedade, nesse escravizamento ao capital a que seu desenvolvimento inevitavelmente conduz, transformou a massa da nação francesa em trogloditas... A ordem burguesa, que no princípio do século [XIX] pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-o no caldeirão alquimista do capital (MARX, 1977, p.119).

Na realidade àquela altura os interesses dos camponeses no tempo de Napoleão estavam em consonância com os interesses da burguesia e do capital. Todavia somente quando se colocava o campesinato contra esses interesses, o que acontecia exatamente na segunda metade do século XIX e é identificado por Marx na França, essa classe se tornava aliada do proletariado que seria sua vanguarda (MARX, 1977, p.120). Em Trombas e Formoso o que ocorria era exatamente o contrário, ou seja, o campesinato na sua luta contra o arrendo e a expropriação apresentava-se como sujeito histórico transformador (1950-1957) mas diante das conquistas que obtivera era agora “arrastado” ao movimento do capital.

A forma de atuação política descentralizada em conselhos, favorecendo a participação direta no atendimento das necessidades, era a mais apropriada para o período da revolta e durou enquanto não haviam condições estáveis para uma centralização da ação política. Desse modo os posseiros desenvolveram uma espécie de “autogestão da região libertada” (PESSOA, 1999, p.59). Essa situação não oferecia condições para que os conselhos fossem reduzidos a organizações de massas

instrumentalizadas pelo partido que daria a eles sua “força propulsora”. Temos que considerar a existência de Conselhos de Córregos onde não haviam pessoas do partido, como nos testemunhou Nenzico acima, assim como também a disseminação desses sem a intervenção direta do PCB.

Muitos casos lá no Conselho tomou posição, as vezes um rapaz tirava uma moça, ficava vacilando ... o conselho tomava posição, fazia o casamento ... teve muitos casos lá Eu morei um ano lá no Sapato, depois um ano eu morei lá na ...? Paulista, tirei a minha posse lá na mata de Formoso, fiz roça por lá ... Não tinha estrada, então quando tinha uma folga eu trabalhava lá na semana inteira e quando ia embora da casa levava um cargueiro para levar milho no cavalo ... que estava já começando a criar uns pouquinhos ... porque tinha que me alicerçar economicamente mesmo para manutenção. Aí chegava com o cargueiro de arroz, mantimentos, milho ... daí que meu sogro veio de mudança para cá também ... para Formoso, eu arrumei uma posse lá para ele ... aí que nós juntamos e fizemos a estrada e levamos a mudança dele para lá. ... E um conselho surgiu espontaneamente, o conselho do Córrego Cafundó (?), viu ... que o conselho do Morro de Campo dava assistência. Outra hora era o Bonito, e era longe, estava um pouco difícil para eles ... Eu já tinha um plano de criar um conselho lá, mas aí chegaram uns moradores de fora, pessoal da Colonia, um tal de Ramiro, outro que eu esqueço o nome ... Pimenta ... uns mineiros assim bem evoluídos e eles falaram – por que nós não vamos criar um conselho aqui, formar uma diretoria aqui? - , e eles reuniram por conta própria, e formaram um conselho lá. Depois mandou avisar que eu fosse lá para legalizar o conselho, aí eu fui lá, reuni com eles – não, eu já tinha essa intenção, e vocês anteciparam a nossa ... o nosso trabalho -, aí foi aprovado, posição deles ... E um conselho muito bom, funcionou muito bem ... Não, não tinha ninguém do Partido. Não tinha ninguém do Partido no Morro de Campo, nem nesse que surgiu espontaneamente, nem no...? Paulista, não tinha nenhum membro do Partido (RIBEIRO, 1995, p. 36-37)

Na realidade a base sobre a qual foram constituídas essas organizações, a sociabilidade camponesa de uma frente de expansão, não favorecia a utilização de medidas centralizadoras que trouxessem à memória o tempo dos padrões. Afinal, buscava-se um norte sem padrões, como atestam José Godoy Garcia e Carlos Leandro da Silva Esteves. O Partido Comunista Brasileiro sequer gozava de tal legitimidade, já que, tratava-se de uma população explicitamente “anticomunista”. Teve que se adaptar para poder atuar entre esses e foram bem sucedidos por aliarem suas estratégias ao conhecimento disponibilizado por sua origem social camponesa. No entanto, posteriormente, essas condições *sui generis* de governabilidade surgidas em Trombas e Formoso nesse encontro entre camponeses e partido político foram secundarizadas diante dessa nova condição dada a posse da terra.

2-O impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética no Partido Comunista Brasileiro e as mudanças em Trombas e Formoso

Paulo Ribeiro da Cunha no artigo *Redescobrimo a História: A República de Trombas e Formoso* atribui a possibilidade do governo local, chamado por Abreu de “os posseiros no poder”, a

aliança com o prefeito do município vizinho de Amaro Leite e a eleição de dois vereadores no Formoso. Esse autor destaca a construção da idéia da república camponesa pelos setores conservadores:

Eu tenho muito cuidado em me referir àquele movimento como República, na medida em que esta foi uma tese construída por setores conservadores para forçar a intervenção do Exército na região. Chegaram, inclusive, a forjar uma Constituição com esse objetivo e muita gente foi presa e torturada por isso. O curioso é que esta leitura também ganhou o imaginário de setores de esquerda, mas não partilho dessa tese. Costumo dizer que o conceito de comuna poderia ser melhor operacionalizado face a influência da Revolução Chinesa junto aos comunistas à época e a proposta de intervenção decorrente (CUNHA, 2009, entrevista).

Impasses e tensões foram resultado da quebra do isolamento e a integração político-institucional do movimento. Situação em que o Partido Comunista Brasileiro através do seu Comitê Central redefine suas posições enquanto os membros do PCB em Trombas e Formoso definem-se pela aproximação ao governo Mauro Borges. Essas mudanças a nível nacional redundavam da crise provocada pelo XX Congresso do PCUS que levou à redefinição da sua aliança com o campesinato. Sua tarefa fundamental passa a ser a “eleição” sob influência da Declaração de Março de 1958 (CUNHA, 1997, p.96).

Na historiografia de Maria Esperança Fernandes Carneiro verificamos as mudanças após a conquista da posse da terra e o recuo do governo em invadir militarmente a região. No trabalho de Paulo Ribeiro da Cunha a participação do Partido Comunista Brasileiro na região e a obediência às determinações do seu Comitê Central levando o movimento à sindicalização e às novas preocupações de inserção no mercado capitalista. Diante dessas a potencialidade das práticas organizativas surgidas na revolta, Associação de Lavradores e Conselhos de Córregos, foram secundarizadas na luta camponesa de Trombas e Formoso em vista de objetivos privilegiados pela via institucional.

Entretanto para os membros do Partido Comunista Brasileiro essa volta às instituições proto-estatais, onde o sindicato é a continuidade natural do que surgira como conselho e a prefeitura do que surgira como associação, não implicava em mudanças significativas que desestruturassem as organizações com que haviam caminhado até aquele momento. O que era garantido para eles com a separação entre o que era o partido, “organização política”, e as instâncias como associação e conselhos, “organização de massa”;

Não, continuava a mesma harmonia ... porque a organização do partido era organização política, a associação organização de massa ... Tinha o território do PMDB, do PSD, que hoje é PMDB, naquele tempo era PSD, o presidente do diretório do PSD naquela época, era membro do comitê de zona, participava das decisões do comitê de zona ... quer dizer, o partido dirigia até o diretório do PSD aqui dentro viu? Apresentava lá como elemento do PSD, mas aqui dentro era elemento do partido ... A orientação política da associação era a orientação do

partido, todo o comando aqui era do partido ... e não era do Geraldão, do Zé Porfírio, não ..., era direção coletiva ... , não tinha um dono do partido aqui, um mandão do partido, stalinista, não, viu ... Apesar das arbitrariedades do Geraldão, mas era submetido as decisões do partido....Não, absolutamente ... o próprio Bartha era elemento do comitê estadual... , participava das reuniões do secretariado, era membro do comitê estadual ... , do comitê da zona ... , não tinha divergência nenhuma... Era membro do diretório do PSD ...(ri) (RIBEIRO, 1991, p. 11-12).

No entanto, essa volta às demandas “superiores” da política-partidária mensurável na sindicalização que até ali era colocada em segundo plano em vista das necessidades locais, atribuía ao Partido Comunista Brasileiro uma nova função como agente de mediação que passava a criação de condições gerais de produção apropriadas à inserção da região no mercado capitalista diante da temporalidade de “terra para cercar” que se impunha. É assim que podemos compreender através dos acontecimentos de Trombas e Formoso o que José de Souza Martins caracterizou como a ação de mediadores para impedir uma revolução camponesa no Brasil. Enquanto para outros autores a estabilidade advinda após os momentos mais intensos do conflito e organização via institucional representava um novo patamar na revolta de Trombas e Formoso, assim como compreendia o Partido Comunista Brasileiro, para nós trata-se da derrota do movimento camponês que se volta completamente para o seio do Estado.

O golpe militar foi emblemático na desintegração do movimento e das suas formas de organização, ou seja, constituiria a derrota definitiva da frente de expansão camponesa devido a frente pioneira não admitir mais a continuidade da acumulação capitalista a partir de relações não capitalistas de produção. Todavia antes mesmo desse se concretizar os compromissos do Partido Comunista no local, a nível estadual e nacional secundarizava organizações típicas dos momentos mais intensos da revolta camponesa. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética foi indispensável para que em 1958 o Partido Comunista Brasileiro promovesse mudanças que paulatinamente teriam suas implicações em Trombas e Formoso. Essa região, por sua vez, tinha instaurada uma nova condição do camponês, que com a diminuição dos conflitos mais intensos, assumia a condição social de “camponês-proprietário”, entre 1958-1964.

Nos idos de 1963, a tentativa de se organizar os camponeses em cooperativas de produção não conseguirá encontrar bases reais para a sua sustentação, e não se conseguirá institucionalizar essa forma de organização que para o partido resolveria as novas contradições da luta social diante das condições em que se apresentava a posse da terra. No depoimento de Bartha, que nos últimos anos da revolta de Trombas e Formoso foi vereador em Amaro Leite e depois prefeito do recém criado município de Formoso, se descreve a formação da cooperativa.

Olha essa cooperativa foi criada, inclusive nós com muita dificuldade de uma pessoa que tivesse a contabilidade, que fizesse a contabilidade da cooperativa. O

partido me mandou lá em Itauçu, e eu trouxe uma pessoa de lá, indicado pelo Bailão, um velho que era formado em contabilidade, e aí veio para aí. E a gente fez umas contas pequenas ... e com isso ... colocamos Joaquim Rosa junto com ele lá e tal ... e essa cooperativa, não sei por que, ela ... não teve vida, sabe ... foi criada, registrada, arrumada, mas não tivemos assim condição de dar uma vida a ela que assim ... que ela chegasse ao ponto de ser um órgão que atraísse as massas, o povo, sabe. Inclusive isso já foi ... já ... parece que quase 63 ... 62 ... 64 É ... então nós não tivemos condição assim ... ela estava criada e houve várias ... assim ... já planejando tudo, mas nós não tivemos condições de dar ... consolidar ela ... que era uma tarefa do Partido, que substituísse a luta da terra, sabe. Agora, ela não teve uma vida assim ... uma coisa atraente, porque nós não tivemos condição de montar o armazém ... (BARTHO, 1995, p. 42- 43).

A modernização capitalista criava novas demandas ao campesinato, instaurando a propriedade camponesa capitalista da terra, e dando continuidade a frente pioneira no norte do estado onde a fronteira agrícola se abria enquanto fechava-se ao sul. Cunha caracteriza essa fase como o momento dos “refluxos e impasses” que eclodiam, em 1960, e duraria até 1964. Foi o apoio do Partido Comunista Brasileiro a candidatura de Mauro Borges, em um contexto de crescimento da luta camponesa pelo esgotamento do pacto populista, um acontecimento sintomático da integração político institucional e a criação de condições gerais de produção capitalistas. Entretanto o apoio do Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso a Mauro Borges, levando a um grande empenho eleitoral na região, ainda criava conflitos entre esses pecebistas e o Comitê Estadual. Demonstrando que a integração político institucional de Trombas e Formoso se deu pelo caminho que não era o preferido pelo Comitê Estadual; o apoio a candidatura de Mauro Borges que não era o que esperava o Comitê Estadual.

...Então nós achávamos, sabíamos, tínhamos quase certeza que o Mauro Borges ia ser eleito, porque o PSD, com a liderança do Dr Pedro aqui em Goiás ... não perdia eleição. Salvo um exemplo, a vez do Coimbra Bueno (?) .. Então, nós encaminhamos esses entendimentos, nesse sentido ... E nesse tempo preparava-se um congresso do partido, que ia haver uma conferência antes das eleições. E o comitê estadual, numa reunião, inclusive com participação de elementos daqui, elementos assim de pouca experiência política, aprovaram uma resolução lá de apoiar o candidato da UDN, outra vez, né? Que naquele tempo seria o próprio Juca Ludovico que passou para a UDN. Diz que fizeram um ofício, um para o Mauro Borges, outro para o Juca, o Juca respondeu, aceitou o apoioe o Mauro Borges nem respondeu o comitê estadual, né? E nessas circunstâncias, foi distritado Formoso, e já avisando esses entendimentos, a associação fez um ofício ao Mauro Borges, foi entregue pessoalmente, convidando ele para assistir a festa de inauguração do distrito e também para o entendimento político. E talvez, conforme os entendimentos, um conchavo político de apoio a candidatura dele ... E ele ... , ele prometeu, assumiu o compromisso de ... como de fato veio e nós preparamos uma festa muito bem ... uma multidão de gente, foi uma boa recepção a ele ... e aí foi fechado o compromisso ... inclusive sem consultar o comitê estadual ... de apoio a candidatura dele, se ele assumisse o compromisso, se eleito fosse, resolver os problemas do Formoso, que em primeiro lugar, era o problema das terras, da legalização das terras ... de toda a região na área das associações que hoje entende, que hoje são 4 municípios, e naquela época não era nem no

município, que é Formoso, hoje é cidade, Trombas, Campina Azul e Mina Azul e ele assumiu o compromisso. Se eleito fosse, nós confiasse e votasse nele, ou não que ele assumiu o compromisso de resolver os problemas da terra. E outras reivindicações que nós apresentamos, como emancipação de Formoso ... e construção de estrada, escola, e uma série de outras reivindicações... Aí quando foi na ... na reunião que foi a delegação de Formoso, para a conferencia estadual, para a preparação do congresso, inclusive tirar os delegados para ir ao congresso nacional do Partido Comunista, aí foi o debate sério, lá na conferencia ... a cúpula e os elementos da direção estadual, levantou a tese que foi aprovado, era uma decisão soberana, que o comitê estadual era superior ao comitê de zona, e que nós fomos indisciplinados, inclusive tem a decisão tomada com a presença de elementos representando o comitê de zona. Aí nós protestamos, que nós não fomos consultados, apenas um elemento daqui que participou da reunião. E que o interesses de Formoso talvez estivessem até acima do próprio comitê estadual ... e aí foi uma divergência muito grande ... e a delegação de Formoso era muito grande .. também, toda ela contestou a decisão do comitê estadual, que essa decisão deveria ter sido tomada na conferencia, que a conferencia é soberana ... (RIBEIRO, 1991, p.01-02)

Esse embate entre o Comitê Estadual e os pecebistas de Trombas e Formoso tinha por um lado como pano de fundo a atuação autônoma característica dos pecebistas de Trombas e Formoso quanto ao Comitê Estadual, mas ao mesmo tempo atualizava suas demandas políticas locais às mudanças pelas quais vinha passando o Comitê Central após o XX CPCUS e sua aproximação cada vez maior com os populistas.

Entre os resultados dessa aproximação com Mauro Borges, após sua eleição, está o processo de sindicalização corporativista efetuado pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social, liderada pelo petebista Érides Guimarães, com o claro interesse de cooptar e dar limites à luta do campesinato.

Eu na secretaria do trabalho eu tinha a Maria Salas Dibb, que era uma comunista terrível, e a Armênia Nerstesian, irmã desse Nerstesian, Estepan Nerstesian artista... era artista da Globo... agora le tá sumido.... Foi vereador no Rio ou é.... Estepan Nerstesian, o pai dele, a mão dele, as irmãs... Então a minha secretaria era uma agitação terrível, criava caso com o Mané dos Reis, Altamiro [de Moura Pacheco] dono dessas fazendas aí, até daquela lá pero do aeroporto de Goiânia. E a agitação em Anápolis cresceu muito era uma cidade operária, né!.... [Entrevistador: qual a política como secretário você pensou para os posseiros] Sindicalizá-los... eu fiz 400 sindicatos, fiz sindicato em Uruaçu, em Trombas, em Formoso, em Pora...Porangatu, em Itaberaí... Eu fiz sindicato aí pelo meu estado, aí é que eu entendi a mensagem, disse que eu tava agitando. Catalão era uma agitação: a família Neto. João Neto de Campos, Jacy Neto era secretário do Mauro, comuna também... [Entrevistador: qual o motivo da escolha por sindicatos ao invés de associação, cooperativa?] Porque o sindicato unia mais, cooperativa envolve renda né, precisa de dinheiro. E a sindicalização era só a carteirinha que precisava fazer. E fazia, ia lá a Maria Salas, a Armênia, passava lá um dia fazendo só carteira, sindicalizando (GUIMARÃES, 2009).

A importância do Partido Comunista Brasileiro na formação de sindicatos e criação de condições de modernização no estado de Goiás é atestada não só pelo secretário de governo mas

também pelo próprio governador;

Bom ... eu achava que era uma forma ... muito própria para movimentar ... mas devido a dificuldade ... ao próprio atraso do nosso povo ... a revolução camponesa só seria viável se esse fosse o propósito dos comunistas, depois de um ampla politização do povo ... Veja bem, o Prestes não era comunista quando fez aquela primeira marcha da coluna ... não era ... tornou-se depois. Mas naquele tempo mesmo, até a despolitização do povo era tão grande, que eles não ? nem cavalo, raramente ... Todo mundo corria ... eles andaram por esse Brasil mais de 30.000 Km a cavalo, tiveram que fugir para a Bolívia por falta de participação da população. Quer dizer, e com uma idéia digamos assim ... comunista de resolver o problema, se é necessário até mesmo pela ... pelas armas seria muito difícil ... Todas as guerrilhas que tiveram elas foram fracassadas pelo pavor do homem da nossa terra, completamente despolitizado. A gente vê que as guerrilhas urbanas, sobre certo aspectos elas tiveram muito mais sucesso que as guerrilhas rurais... Você sabe que na verdade ... eu não fiz isso [acordo com o PCB] assim ... de uma forma clara ... específica, não ... eu sabia que eles estavam sendo orientados, já, de muito tempo por elementos do Partido Comunista ... mas eu nunca fiz uma negociação assim de ... que se traduzisse de forma explícita, essa ligação, não ... E eu quis do governo fazer um governo bem democrático, porque a condição essencial para trabalhar comigo era justamente o idealismo, a capacidade profissional, a competência e um bom caráter ... Assim que realmente tinha uma porção de gente de esquerda ... e comunistas ... Embora naquele tempo , por razões óbvias, ninguém gostasse de se declarar comunista. Mas ... o Dr Jaci (?) Neto (?)... Um grande companheiro de governo, era médico ... tinha o Rodolfo Cosifa (?), nenhum deles dizia que era comunista. Mas a gente ... e o pessoal mais conservador os taxava de comunistas, continuamente ... Mas nunca tive uma negociação assim ... direta com o Partido Comunista, e não os demiti ... mesmo já depois da revolução de 64, que eles triunfaram ... eles ficaram no governo (BORGES, 1991, p.4-5).

Entre os maiores problemas de Trombas e Formoso, nesse período, estava a chegada na região de novos camponeses, logo, esses não tinham participado da intensa luta deflagrada. Nesse contexto os pecebistas de Trombas e Formoso promoviam a candidatura de José Porfírio, em 1962, sofrendo a resistência de setores do Comitê Estadual. Enquanto o Comitê Central no seu V Congresso Nacional (1960) elegeu o pecebista camponês José Ribeiro, de Formoso, membro suplente do Comitê Central. Essa medida demonstra a aproximação das instâncias superiores do partido do campesinato, com a inclusão dessa classe social nos seus quadros diretivos. Entretanto diante da atuação ímpar dos pecebistas de Trombas e Formoso, caracterizada pela autonomia dos seus membros, essa poderia significar uma tentativa do Comitê Central de influenciar as decisões da política local adotada pelos pecebistas.

Foi a diferenciação social que se passava a verificar na região, em ebulição com identidades conflituosas, um aspecto importante para fazer ruir cada vez mais a autonomia construída pelo governo local. Já que os interesses do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro e dos pecebistas de Trombas e Formoso passavam a coincidir na adoção da sindicalização. Enquanto desde sua fundação, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro ia se aproximando até 1964, cada vez

mais de proposições reformistas e se deixando cooptar por governos populistas como o de Juscelino Kubitschek e João Goulart, o movimento camponês se encontrava em um nível ascendente de reivindicação e luta. Se por um lado esses movimentos estavam relacionados a participação de agentes externos como a Igreja e o Partido Comunista, por outro, os camponeses superavam essas lideranças e incorporavam a sua luta bandeiras que eram contrárias ao dirigismo institucional. Os conflitos agrários não se restringiam a Trombas e Formoso em Goiás, ao contrário, se espalhavam por Gurupi, Amaro Leite, Porangatu (Cativara, Alvorada, Amargosa, Monte Alto, Rio Santa Tereza), Jussara, Britânia, Novo Brasil, Goianésia etc. Essas várias tentativas de grilagem representavam o estopim para a revolta dos camponeses, que se organizavam e resistiam a ação empreendida pelos grandes proprietários de terras.

Era exatamente a sociabilidade camponesa de homens e mulheres que procuravam escapar ao arrendo e depois a expropriação que constituía o poder político das suas manifestações. Foram essas formas de organização secundarizadas com a sindicalização resultante da aproximação dos pecebistas de Trombas e Formoso do populismo de Mauro Borges e pela transformação do “camponês-possuidor” em “camponês-proprietário”. Foi devido ao impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética que ocorreram mudanças profundas no Partido Comunista Brasileiro. Entre 1956-1958, entre os pecebistas de Goiás, foram verificadas vários afastamentos de membros do Comitê Estadual das fileiras do partido. Entre esses estavam, Alberto Xavier de Almeida, Moacir Belchior, José Moraes e outros do organismo intermediário. Essas mudanças teriam reiniciado os debates com as bases (SOBRINHO, 1997, p. 159). Sobrinho esclarece que o Comitê Central e o seu Comitê de Zona, entre outros, e os membros do PCB em Trombas e Formoso teriam estado muito próximos de um rompimento devido o Comitê Central não ter apoiado a luta dos posseiros. Somente em 1958, o Comitê Central, fez sua autocrítica quanto às práticas do partido até aquele momento, com a publicação do texto de Luiz Carlos Prestes (SOBRINHO, 1997, p.159). Foram essas mudanças saudadas por José Sobrinho como renovadoras da vida partidária na região.

Em Março de 1958 houve uma total mudança na linha política do Partido, esta nova linha tinha como meta principal sustentar que o processo brasileiro seria a revolução democrática via pacífica. Foi o que levou entre outras coisas a pressionar em favor da legalidade do PCB, na esperança que o seu registro fosse aceito pelo superior tribunal eleitoral; em 1960, mudou o seu nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, os estatutos foram modificados. A nova tática aumentou ainda mais as divergências internas que culminou com a fundação do PC do B em 1962 liderado por João Amazonas, Arruda, Pedro Pomar e outros (SOBRINHO, 1988, p.17).

Essa situação trouxe novos desafios ao partido e provocou a ausência diretiva do Comitê

Central dando mais autonomia para as direções locais e regionais conduzir os processos. O que explica, em 1958, enquanto o partido havia recuado nacionalmente na sua política “esquerdista”, em Trombas e Formoso as formas de organização política se intensificavam, no que ficou conhecido e utilizamos como expressão síntese: a “República de Formoso e Trombas”. Explicitando o descompasso entre as diretivas nacionais e a atuação dos membros em Trombas e Formoso. O que não demorou a deixar de existir com a aproximação dos pecebistas dessa luta camponesa com o governo populista de Mauro Borges e suas conseqüências. O impacto do relatório advindo da União Soviética apontou para a coexistência pacífica no plano internacional e a via pacífica para o socialismo. Porém, isso não incidiu imediatamente nos acontecimentos em Trombas e Formoso.

As vezes tinha reunião que dava muita briga, mas as brigas sempre mais era entre as pessoas ... as pessoas mesmo ... os que eram ... as pessoas mais cultas sempre debatiam. As pessoas que eram assim de formação de operários, era ... com exceção do Bailão ... que o Bailão era uma pessoa que as vezes defendia alguma coisa. Mas na maioria eram pessoas que acreditavam ainda naqueles elementos. E as mudanças não vinham, as vezes o camarada se elegia ... e ia para frente. Agora, aqui ou ali ... muitos saiam ... sabe ... saiam. Mas ... no nosso movimento nunca teve assim uma luta acirrada dentro do Partido, não ... O culto à personalidade andou meio abalando a tal ... mas não foi tanto não, o pessoal acreditou muito na linha mais moderada da União Soviética ... e que acho que foi a derrota ... que se tivesse segurado o negócio com cuidado, a gente ainda estava por lá, com poderio ajudando o resto do mundo, influenciando o resto do mundo (BARTHO, 1995, p. 18-19)

Entre os motivos para isso está a autonomia dos pecebistas na revolta diante do Comitê Central e o Comitê Estadual, mas as implicações não deixaram de ocorrer posteriormente. Inclusive, mesmo as demandas que se colocavam com a estabilidade da posse da terra após os conflitos mais intensos vinha favorecer a adoção da linha manifesta nas resoluções políticas de 1958. Em pouco tempo as discussões em Trombas e Formoso passaram a privilegiar questões como a sindicalização, formação de cooperativa, a eleição de José Porfírio e outras demandas de integração político institucional identificada ao programa apresentado pelo Comitê Central.

Essa adaptação às formas de lutas específicas já era uma característica dos membros do PCB de Trombas e Formoso desde os primeiros passos da sua atuação na região. No contexto de centralização das ações exercido pelo Comitê Central, entre 1950-1956, muitos pecebistas reagiam com indisciplina quanto as diretrizes traçadas pelas instâncias superiores do partido. Enquanto, a partir de 1956, com a crise interna, criaria-se uma situação de descentralização quanto ao comando oferecido pelo Comitê Central ou Comitê Estadual (CUNHA, 2007). Durante alguns anos isso deu a autonomia necessária para os membros do Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso dar continuidade a sua política de demandas locais no período em que os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores foram o governo efetivo da região.

O “partidão” buscando dar resposta a crise provocada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética no Manifesto de Março de 1958 abandonaria a linha caracterizada como sectária e à esquerda do Manifesto de Agosto de 1950 e das Resoluções Políticas de 1954. Destacando a seguinte análise da realidade brasileira dentro do partido;

Surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional. Embora mais lentamente também na agricultura vem se desenvolvendo o capitalismo, que se traduz no crescimento do número de assalariados e semi-assalariados, bem como na multiplicação da quantidade de máquinas e instrumentos agrários. Ampliou-se de modo acentuado o mercado interno, sendo que o volume do comércio de cabotagem entre 1921 e 1955 aumentou de cinco vezes (RESOLUÇÃO DE 1958 DO PCB In: CHACON, 1998, p.372).

Em Trombas e Formoso, situado no interior dessas transformações dentro do partido, a sindicalização constituía-se como a possibilidade de defesa dos interesses do “camponês proprietário” pela via institucional. Entretanto essa era uma necessidade da reprodução do capital a partir de relações não capitalistas de produção, que não separavam completamente meios de produção e força de trabalho, que posteriormente teria de ser superada pela absorção absoluta da terra diante da demanda de expropriação completa do camponês pela aliança entre capital e latifúndio no Brasil.

Eram as resoluções de 1958, no Partido Comunista Brasileiro, apropriadas a transformação da indisciplina criativa dos pecebistas de Trombas e Formoso nos primeiros anos da revolta em uma disciplina conivente com os novos rumos tomados pelo partido. Já que como camponeses proprietários suas demandas eram agora outras e não precisavam mais se embater contra o partido para consegui-las. “Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista” (RESOLUÇÃO DE 1958 DO PCB In: CHACON, 1998, p.382). Novamente o leque de alianças se alargava e essas possibilitavam com que em Trombas e Formoso ocorresse a integração ao mercado capitalista. Tanto que facilitava-se conquistas como as estradas de rodagens e demais peças de infra-estrutura para escoamento da produção desses novos “camponeses proprietários”. Então essas questões foram facilmente adaptadas a Trombas e Formoso devido às novas condições colocadas pela posse da terra e a adesão nacional do Partido Comunista Brasileiro ao populismo petebista.

Na trajetória institucional dos pecebistas em Trombas e Formoso temos que nos primeiros anos se resistia a atuação junto aos colonos e assalariados do campo, tanto na CANG como na Companhia Cafeeira de Goiás, posteriormente a bandeira da luta pela posse da terra seria

substituída pela sindicalização e a formação de cooperativa. O que se deve as posses conquistadas durante o governo populista de Mauro Borges em Goiás. A luta pela posse da terra, para alguns, era uma demanda limitada que desde o início tendia à concepção de proprietários de terras desenvolvida em Trombas e Formoso. A demanda do camponês era mesmo a luta pela posse da terra. Essa que geralmente é caracterizada pelo partido político como pré-política e economicista. Porém, os membros do partido que estiveram em Trombas e Formoso também atuaram tendo essa perspectiva. Foi aderindo à bandeira do campesinato que se inseriram na luta. Inclusive, cabe nos perguntarmos se em algum momento o partido teria chegado a superar essa luta pela posse da terra tendo em vista a destruição do latifúndio ou se acomodado a condição político institucional oferecida pelo governo Mauro Borges.

Não. A luta se restringiu, acabou com a conquista do pedaço de chão por cada camponês. Mas o nosso sonho inicial era o de transformar a luta dos posseiros do Formoso no início da luta armada pela libertação nacional. Se em relação ao nível de consciência nós não tenhamos conseguido dar um passo à frente, do ponto de vista da influência tivemos um trabalho importante. No Formoso existia o problema da posse da terra e da luta contra os policiais e jagunços. Mas a luta contra o latifúndio como um todo, acabou por não ser tocada. O surgimento da luta e a vitória dos camponeses de Formoso, a conformação da associação praticamente como o órgão dirigente do município, tudo isso repercutiu em todas as cidades do estado. Em outras cidades foi mais fácil criar uma associação porque eles sabiam da vitória do Formoso se estabeleceu um clima amistoso (WALADARES, 2009).

Entre 1957-1958 se começou a implantar mudanças e redefinir-se politicamente o partido⁹⁸. A nova situação em que se inseria os pecebistas os constrangeram quanto as ações que despontaram animadas pelos documentos “sectários” anteriores. Experiências como as de Trombas e Formoso, para muitos devida as empolgações geradas pelo Manifesto de Agosto de 1950 e as Resoluções Políticas de 1954, seriam jogadas caracterizadas como “stalinismo”, “sectarismo”, “principismo” e demais adjetivos pejorativos. Esse período de reestruturação do partido veio no início da década de 1960 coincidir com as mudanças que os pecebistas faziam diante da estabilidade política e a posse da terra.

No Manifesto de Março de 1958 continuava-se a endossar a revolução em duas etapas: antiimperialista-antifeudal e posteriormente socialista. Esse na realidade não era um ponto de discordância quanto aos documentos do início desta década. O que chama a atenção é a reedição da luta por “Reformas de Estruturas” e “Reformas de Base”. Endossadas pelo V Congresso do PCB (1960) (CUNHA, 2007, 103-107). Levando ao crescimento do partido e sua maior inserção na classe operária (CUNHA, 2007, p. 103). Foi a sindicalização a “estratégia de organização e

98 João Amazonas, Diógenes Arruda e Maurício Grabois foram “neutralizados” e prevaleceu as determinações de Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias e sua proposta de redemocratização do partido (CUNHA, 2007, p. 97-98). Os textos de fundação do PC do B posteriormente externariam a concepção dos que foram derrotados.

mobilização” a se priorizar em situações como as de Trombas e Formoso onde acomodavam-se os conflitos (CUNHA, 2007, p.103).

O Partido Comunista Brasileiro diante desse processo de mudanças, a partir de 1958, atuava predominantemente na reprodução das condições gerais de produção capitalista. Enquanto a vitória dos camponeses instaurava uma nova temporalidade onde a propriedade da terra se vincula a lógica capitalista, que se não se reproduz por meio de relações não capitalistas subordina a propriedade da terra às suas demandas, o partido agia tanto quanto o campesinato na reprodução dessa subordinação sob condições de estabilização da propriedade. Na integração político institucional pretendia-se também conquistar um maior espaço para os membros de origem social camponesa e as demandas do campo através das disputas políticas no interior do partido. Entretanto o que diferencia a atuação do membro do Partido Comunista Brasileiro da atuação do camponês, na criação dessas condições gerais de produção capitalistas, é que o primeiro é o principal agente de mediação da revolta e o que liga esses ao “mundo externo”. Chegando a participar das disputas internas do partido em nome da representação do campesinato;

dentro de Goiânia, o que nós sonhávamos lá... o sonho de todo mundo da direção , que eu conheci, e que eu lembro era nós organizar um partido forte, preparado politicamente e ideologicamente... para assumir a direção do partido em Goiás que era camponês... e que nós estava com isso dentro da nossa cabeça (SOBRINHO, 1991, p.14).

O partido no seu Comitê Estadual discutiu a expulsão de Geraldo Marques alegando sectarismo stalinista, no entanto, foi enfática a manifestação contrária dos pecebistas em Trombas e Formoso. Esse pecebista esclarece que os “comunistas”, no local, diante das “ordens que vinham de cima” as contestavam “uma vez que somente a vivência com a gente e o conhecimento pode dizer quem é quem numa luta”, as ordens de cima pretendiam expulsar determinadas pessoas da “condução da luta”. Como não foi feito esse reordenamento determinado pelo Comitê Estadual, muito provavelmente pela rejeição à ingerência política e devido a “indisciplina” dos pecebistas camponeses, cogitou-se a expulsão de Geraldo Marques, para quem

o partido sempre se apresentou para nós como ditador, a direção desejava impor condições sem debater, por medo de descer às base. Eles não iam a região por medo e nós não acatávamos essas ordens quando não baseada na nossa realidade (GERALDO MARQUES In: CARNEIRO, 1988, p.153).

Segundo ele, foram os membros do PCB em Trombas e Formoso que decidiram pela sua permanência e obrigaram o partido a ignorar “o ato arbitrário”, desferindo golpes contra a situação de no partido se valorizar mais a influência da personalidade do intelectual e desprezar o camponês e o operário. Para ele o partido de Goiás deveria ser desconsiderado já que não dava

assistência nas horas fundamentais e não ia até as bases (GERALDO MARQUES In: CARNEIRO, 1988, p. 153).

Definimos por derrota do movimento a secundarização das relações sociais de gestão da vida política camponesa, sem a mediação representativa, que possibilitaram as histórias acerca de uma “república camponesa”. Essa história da expansão capitalista ao campo no caso de Trombas e Formoso é caracterizada por um primeiro momento em que o camponês luta para ter direito a posse da terra como meio do seu trabalho e sustento. Seu objetivo é se fazer um proprietário individual que estaria livre das relações de parceria, peonagem, camaradagem e demais formas possíveis de submissão a um outro proprietário. Essa luta contra a aferição de uma determinada renda da terra por aqueles que queriam instituir ali a terra como mercadoria, os grileiros, é nesse momento um entrave ao capitalismo. Em um segundo momento o capitalismo poderia conseguir a inserção da propriedade individual camponesa na lógica capitalista a partir do momento em que os camponeses subordinassem sua produção às determinações do mercado capitalista e sua inserção político-institucional. Temos nesse momento o que consideramos uma primeira derrota da temporalidade da “terra para trabalhar” diante da “terra para cercar”.

Nesse momento o caráter expansivo e universalizante do capitalismo faz predominar seus imperativos a região e os integra ao processo de modernização capitalista no Brasil. Essa possibilidade do capitalismo se reproduzir através de relações não capitalistas de produção ou propriamente capitalistas foi impedido pela resistência imposta a cobrança do arrendo ou a expropriação. Mas, posteriormente o processo de expansão capitalista submete a propriedade individual camponesa às demandas do capital. Essa expansão em Goiás se consolida na década de 1960, segundo o historiador Barsanufio Gomides Borges, que se concretiza contando com a colaboração dos agentes mediadores e suas demandas nacional-desenvolvimentistas na criação das condições gerais de produção capitalista. Foram as novas necessidades do capital somadas a condição do Partido Comunista Brasileiro como um partido cada vez mais da ordem que incluíram os pecebistas de Trombas e Formoso no bojo das mudanças documentadas pelo partido no Manifesto de Março de 1958. Tratava-se da adequação às expectativas de uma transição para o socialismo passando pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil ao invés do “sectarismo” do Manifesto de Agosto de 1950.

Nas análises dualistas se atribui ao camponês incapacidade política e esquece-se das suas atuações criativas na construção de prática política específica a partir da própria sociabilidade. Os acontecimentos de Trombas e Formoso são expressão das possibilidades de atuação do campesinato nas lutas sociais da modernidade. Os limites da luta pela posse da terra em um contexto de expansão capitalista e a existência de uma base social favorável ao refluxo do movimento foram

determinantes. Porém, o papel do partido como agente de mediação que criava as condições de reprodução do capitalismo também teve sua importância na derrota do movimento. Todavia essas mudanças não resultaram de uma decisão unilateral do partido. Esse continuou adaptando-se às necessidades que surgiam na vida cotidiana camponesa. Entretanto sua condição de agente mediador, agora seria instrumentalizada pelas necessidades de mudança do caráter da propriedade camponesa, afinal impunha-se a temporalidade da “terra para cercar” sobre a que fundamentava a luta camponesa e suas práticas organizativas, a da “terra para trabalhar”.

Foi decisivo na campanha eleitoral de 1960, o apoio do PCB de Trombas e Formoso, a candidatura de Mauro Borges. Essa disputa eleitoral foi entre esse Major (PSD-PTB) e José Ludovico de Almeida (PSP-UDN) que era um dissidente do PSD e o primeiro foi eleito em outubro de 1960 (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.43).

Bom, quando a gente verificou a impossibilidade da luta via movimento armado, na medida que não teve uma resposta, nós vimos que era uma coisa para o futuro ainda, a longo prazo. Então o partido destacou um pessoal para fazer..., tudo isso, prá pode alistar, fazer alistamento. Fizemos alistamento de ... 1000 e poucos eleitores em toda região. Formoso, Uruaçu, Porangatu e região de Ceres. Então quando nós fizemos a ... houve o processo que o Mauro foi... e a gente coligou com ele. Então nó tinha montado mais ou menos... da eleição. Então com a influência que nós tínhamos em Uruaçu, em Porangatu, a seção eleitoral... Nós, o partido discutiu as diversas seções... a melhor estratégia... e botamos a seção de Formoso, de Trombas, de Cristalina, em Campinaçu, em Rodovalho. Onde o partido era mais forte também politicamente dentro daquele mundo de gente que tinha lá. Então a luta era onde o Partido era forte na região toda, mas tinha lugar que o Partido era mais forte e nós escolhemos para montar a seção lá. Então a gente fazia aqueles comícios, o pessoal discutia tal eleição, o candidato tal é fulano e fulano. No dia da eleição quando chega o material todo, a seção, as atas já vem... quase... quem se elege. Na ata, bonitinha... A gente já acostumado com aquilo tudo... compareceu tantos eleitores... tava fechado tudo aquilo. Então tanto eleitores lá dentro, que representou... então era fácil. Quando se apurou não houve de maneira nenhuma, por mais que eles quisessem anulá;o Partido tava ali observando e organizando, o eleitor não deixou e outros... Então aí o homem que foi ... 99,9% dos votos e lá da região toda. E com isso ficou muito satisfeito. Foi assim, o povo abriu as urnas, começaram do primeiro ao último, todo mundo votou nele [Mauro Borges]. Então foi isso aí!... Não, nós... nós... todo cuidado, discutia com o Partido... Você vão pro outro lado e nós vamos com o Mauro... e o povo sabia. Porque a gente pensava que o candidato do Pedro Ludovico poderia ganhar, nós tinha compromisso com... de retirar as forças de lá que tava quase massacrando a gente. (SOBRINHO, 1990, p.39-41).

Foram os debates acerca do apoio a eleição de Mauro Borges diante da promessa de regularização de títulos que tomou a cena e ocupou o espaço de demandas que aprofundariam a necessidade de uma nova forma de se organizar a vida política. De um passo dado rumo a uma experiência de governabilidade *sui generis* recuou-se aos limites permitidos a consciência costumeira dos partidos políticos, a ideologia da representação e o policlassismo.

O relacionamento entre os revoltosos e o governo Mauro Borges, ignorado o processo de modernização capitalista que se desdobrava, pode ser apreciado a-criticamente. Então no governo de Mauro Borges os posseiros teriam conseguido sua maior vitória política: a conquista dos títulos de posse, como afirma Esteves (2009, p.11). Onde o título de posse foi uma conquista após dez anos de luta e dotou de significado a construção da resistência (ESTEVES, 2009, p.12). Tendo consolidado a figura do posseiro como categoria de trabalhador rural que inseriu nas disputas políticas a posse direta da terra e do trabalho como critério para o apossamento (ESTEVES, 2009, p.12). Já que o governo goiano através do IDAGO diferenciaria o “posseiro” do “invasor” indicando uma mudança de concepção do governo goiano no início dos anos 1960 (ESTEVES, 2009, p.12). Esse procedimento nos leva mesmo a considerar vitorioso o movimento camponês de Trombas e Formoso. Entretanto o desvincula do movimento que o circunscreve ignorando as determinações do governo populista de Mauro Borges.

Em 1961 a Associação havia designado uma comissão de posseiros que tinha a frente seu presidente, José Porfírio, para audiência com o governador Mauro Borges com o objetivo de estabelecer um acordo para que fosse entregue pelo estado os títulos aos posseiros reconhecidos pela associação (ESTEVES, 2009, p.11-12). Em 1962, foram entregues cerca de 200 títulos, em 1963 assinadas 154 escrituras. “Nesse momento, a mobilização camponesa havia transposto as fronteiras da região convertendo Formoso e Trombas num exemplo para outras organizações camponesas em todo o estado e José Porfírio como seu legítimo representante” (ESTEVES, 2009, p.12). Sem dúvida, porém, que sentido tinha agora a posse da terra e a instrumentalização da imagem de José Porfírio para o processo de sindicalização que se desdobrava em Goiás? Tanto a posse da terra como José Porfírio não desempenhavam agora o mesmo papel com a instauração de relações sociais diferenciadas daquelas hegemônicas nos períodos mais intensos da luta.

O contexto da eleição de Mauro Borges era a garantia do pacto populista e resultado da necessidade de inserção mais dinâmica de Goiás na economia nacional (CARNEIRO, 1988, p.85). Era uma vitória, que se mostrou temporária, do modelo de desenvolvimento do capitalismo preconizado nos documentos políticos do Partido Comunista Brasileiro. Tratava-se de um governo que assumia a bandeira da reforma agrária como medida para ganhar tempo e consolidar o avanço do capitalismo em Goiás (CARNEIRO, 1988, p.89).

...o governo Mauro Borges foi marcado pelo cooperativismo, pela contenção da reivindicação do acesso à terra e pelo aumento da produtividade, o que define sua vinculação ao projeto de modernização e consolidação capitalista da agricultura... (PESSOA, 1999, p.65).

O objetivo com a formação de cooperativas e outras formas de organização no governo Mauro Borges era cooptar para tutelar a luta dos trabalhadores no campo (CARNEIRO, 1988, p.88).

Então ao invés de dizer que o Partido Comunista Brasileiro se deu conta da impossibilidade de “elear” o movimento e sua reivindicação “economicista” a uma “etapa superior” de vinculação a política nacional. É possível reconhecer a eficácia, do ponto de vista da nova temporalidade que se impunha, da transposição dessas demandas do pacto populista ao contexto de Trombas e Formoso através do partido como agente de mediação. Essa foi uma decisão consciente dos membros do partido na região e coerente com a perspectiva de integração mais dinâmica ao capitalismo preconizada nas suas diretrizes nacionais.

O V Congresso do PCB (1960) por um lado endossou essas questões e as demandas concomitantes do Manifesto de Março de 1958 e do modelo de desenvolvimento do capitalismo sob bases nacionalistas. Neste foi eleito também José Ribeiro, pecebista de Trombas e Formoso, para suplente do Comitê Central do partido. Paulo Ribeiro da Cunha recorda a inexplicável ausência do nome de José Ribeiro na relação historiográfica de suplentes (CUNHA, 2007, p.103) e discute a sindicalização como nova estratégia;

Decorrente dessa reflexão, observam-se como ponto central de linha de ação a mobilização e a organização dos trabalhadores rurais, mediante uma tática que procurava ocupar espaços, principalmente pela sindicalização a partir das reivindicações imediatas, como a baixa das taxas de arrendo, a prorrogação dos contratos, a garantia contra despejos, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses (CUNHA, 2007, p.104).

Foi nesse período que se iniciou a guerrilha de Porangatu que tinha como objetivo a manutenção da posse da terra nas mãos de camponeses. A posição do Partido Comunista Brasileiro, tanto os membros em Trombas e Formoso como o Comitê Estadual, era de se reunir com Mauro Borges e discutir sem colocar em questão a repressão que o governo deste exercia em Porangatu (MAIA, 2008).

José de Souza Martins afirma que os agentes de mediação trataram de impedir uma revolução camponesa no Brasil devido a luta pela terra e contra a expropriação da renda fundiária ter passado ao largo desses grupos políticos que pretendiam representar o campesinato (CUNHA, 2007, 26-29). Segundo Paulo Ribeiro da Cunha essa condição não deve ser apresentada como ação deliberada e premeditada para obstaculizar o movimento revolucionário no campo e se haviam condições objetivas e subjetivas para uma outra prática dos agentes de mediação elas eram somente localizadas (CUNHA, 2007, p.53). Nossa posição é que as ações dos agentes de mediação só podem ser compreendidas no conjunto das relações sociais. Então cabe considerar que em Trombas e Formoso, ao contrário da afirmação de José de Souza Martins, as demandas camponesas e entre elas a luta pela terra recebeu consideração por parte do principal agente de mediação. Entretanto posteriormente essa demanda, que havia sido um entrave a modernização capitalista a partir de

relações não-capitalistas ou da expropriação, foi conformada às necessidades de reprodução do capital. Todavia isso não exime o partido político de ter sido instrumentalizado por essa temporalidade da “terra para cercar” que se impunha, como deseja Paulo Ribeiro da Cunha.

No ano de 1961, o governo Mauro Borges, começou a distribuir os títulos legais de propriedade (AMADO, s/d, p.12). Esse acontecimento e as diferenciações sociais que surgiram entre aqueles que tinham títulos e os que não tinham, entre os que tinham mais e os que tinham menos, entre os que chegaram antes e os que chegavam depois, levou a novos debates na região. Entre estes esteve a conturbada indicação de José Porfírio para candidato a deputado estadual (CUNHA, 1997, p. 96). Foi a ênfase na ideologia da representação um dos complicadores das relações entre os camponeses. Essas pretendiam criar condições facilitadoras para o atendimento de demandas específicas do movimento. Entre elas estava a emancipação e criação do município de Formoso. O que reproduziria instituições representativas que eram secundarizadoras dos Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores. Tendo em vista esses objetivos, o partido consolidou alianças apropriadas à temporalidade da “terra para cercar”, através do prefeito de Amaro Leite.

E daí a pouco chega lá o prefeito Zé Maurício, chegou lá e diz que foi avisar nós que ia um oficial do exército para lá, viu, para pegar nós de surpresa, foi lá nos avisar. Porque o prefeito Zé Maurício já era um aliado nosso... era um elemento... diz que foi grileiro também, latifundiário... mas nós fizemos aliança com ele... (RIBEIRO, 1995, p.50).

Nesse contexto o camponês teria então se tornado passivo e se restringiu a ser base social favorável a inserção da propriedade na lógica capitalista? Essa pergunta pode ser respondida se tomarmos como síntese dessa revolta camponesa que faz o movimento de negação-assimilação a lógica do capital, a trajetória de José Porfírio de Sousa. Esse não foi um instrumento passivo nas mãos do partido e manteve certa autonomia, irreverente até, que levava à irritação os pecebistas. Houve situações em que seu “individualismo” e o descumprimento de acordos representaram o embate entre a disciplina pecebista e o “irracionalismo” camponês.

O Porfírio era um camponês liberal. Ele era... Depois ele passou a militar no partido. Era um bom companheiro. Só era indisciplinado, traçava uma na reunião, na reunião ele concordava e tudo, saía lá fora ele fazia totalmente diferente. Depois ele se envolveu com o Pe. Alípio, o Julião e foi a perda dele. Ele deixou se perder aí, se não fosse isso ele podia estar vivo, a POLOP ele envolveu depois com esse grupo, mas, ele era um bom companheiro. Ele passou pro lado deles. E quando a turma saiu daqui (de Formoso) na época da ditadura eles saíram um grupo, e de lá ele desmembrou da turma, saiu do contato da direção e acabou sendo preso (MACHADO, 2006).

Na realidade essa autonomia, negada pela memória dos pecebistas acerca de José Porfírio, foi responsável por conflitos entre o camponês e o partido político. Esse não aderiu ingenuamente ao

partido e era simplesmente manipulado por este. Ele manteve idéias próprias e gerava conflitos dentro do partido.

Diante das novas circunstâncias de transformação do “camponês-posseiro” em “camponês-proprietário” o próprio José Porfírio tornou-se um agente de mediação na reprodução de condições que derrotaram o movimento. Tornou-se símbolo das demandas representativas que se contrapõem a organização da política local sem a mediação representativa e atuou diretamente no projeto de sindicalização do governo Mauro Borges. O próprio Bailão atesta como o nome de José Porfírio começou a constar a frente da sindicalização promovida por esse governo e as situações de conflitos com o partido no que diz respeito a esse assunto;

E quando nós começou a organizar essas associações, esses sindicatos de produtores autônomos, que realizavam um congresso aqui, trouxemos camponês aqui, 5.000 camponês e fomos pro congresso em B. Horizonte ... Então, o Porfírio, ele muitas das vezes, ele vacilava ... porque o Porfírio foi um camponês criado na mata, produtor, mas não era um homem de consciência política como nós ... que até hoje estamos aprendendo, cada dia precisando de aprender mais ... e ele era bastante individualista. Isso é do camponês ... que mais ninguém tem espírito individualista como o camponês ... né? Eu não estou dizendo pra você que o cara trabalhava na roça, via um cabra bom de serviço ... e dizia que queria como empregado dele, né?, então, o Zé Porfírio já estava vacilando ... nossa comissão de campo ... nós tinha uma frente única com a Supra (?), através do Jango (?) aqui ... tudo ... inclusive o representante da Supra aqui era o ... ?.... que nós tínhamos que fazer uma política coerente com a realidade do Estado, do município E a gente marcava uma reunião para criar um sindicato, todo mundo queria conhecer o Zé Porfírio.... e o Zé Porfírio simplesmente não ia porque não estava de acordo daquele dia sair para criar uma associação daquela e tal ... Ele estava mais de acordo ... o seguinte: que existia uma equipe também, parlamentar ali, que ao invés de ajudar nós a ir pro campo, criar organizações, queria trazer o Porfírio como líder para servir de testa de ferro deles algumas vezes em algumas coisas que eram estranhas a resolução do partido. E então o Porfírio deixava de cumprir muitas resoluções do partido ... que ele ... como dizer ... foi feito através do partido, não foi criado assim ... gerado assim como um elemento, como era o meu caso, que eu deixei, eu entrei para o partido não pra fazer mal a ninguém, é para conhecer justamente quando é que nós íamos conquistar uma sociedade melhor, então eu acho que a gente tem que aprender com os outros. E o Porfírio como membro do nosso conselho de campo ali, ele nos decepcionou muitas vezes ... A gente chegava numa cidade, descia muitas vezes de avião, ou de carro ... quando eu chegava lá o cara vinha me abraçar pensando que eu era o Zé Porfírio ... quando eu falava que o Porfírio não ia, a reunião esvaziava a metade ... o pessoal ia até embora. E eu estava com a ilusão ali, que ele falava para mim muitas vezes, que o partido estava utilizando nós que estava no movimento de massa para crescer, que nós podia ter sociedade ali, com gente rico para ganhar dinheiro e o partido não deixava as vezes a gente passava perto de uma casa boa, nós andava mais de a pé, né?, quando ele chegou aqui ele alugou uma casa lá no meio do mato ... até tem um negócio interessante ali, de a pé ele ia lá na Assembléia quando nós o elegemos deputado, ele ia lá ... Mas depois, um dia um deputado foi passear de carro na casa dele, e ele errou, não deu pra ir com o deputado lá ... Até no jornal a notícia deu: - o deputado se perde dentro de Goiânia -, né?, que ele era um caboclo assim ... de andar no mato, de andar nas trilhas, mas para levar o deputado, de carro, na casa dele ... (ri) ... ele não foi capaz ... Então era um elemento, que todos nós precisamos de um

coletivo, nós não somos nada, nem os dedos fora da mão não é nada ... mas o Porfírio era um caboclo que era o seguinte: o que ele queria ele tinha aquele espírito ... ?, o que ele queria não queria nem discutir, então ele passava numa casa ... tinha um carro mas nós estávamos andando de a pé, né? então, no fundo, ele tinha uma certa ilusão, que no fundo ele pensava que o que acontecia talvez como comitê de zona lá de Formoso ..., que eles tinham que tirar proveito para subir ... Então, deixava de cumprir muitas resoluções do partido ali, era bastante individualista, né?, nas coisas e estava prejudicando porque nós já tinha que construir esses conselhos para que tudo quanto é lado ... Então a gente não podia chegar a dizer: - tem que fazer de acordo comigo, que sou deputado, sou dirigente do partido - , nós não podia chegar lá porque isso prejudicava ... isso não é a hierarquia do partido ... Era pra justamente ganhar mais tempo, aplicar as coisas como elas realmente era as coisas quer dizer, um membro do partido ? de organização, ele não podia individualizar, ele tem que ser dentro de um todo...Então isso estava surgindo já, estava discutindo isso dentro do partido, que tinha que corrigir as tendências do partido do Porfírio ... Mas aconteceu o seguinte: sempre tem as coisas que leva as coisas mais além do que é, né?, então já se falava as vezes de expulsar ele do partido ... e inclusive já dentro do partido já tinha elementos ganhos ... pra fazer com Porfírio ... Ele foi um elemento forjado pelo partido e na hora de por ele em prática ele não estava aplicando o centralismo nosso, o centralismo nosso, o centralismo democrático, do partido Então o que estava acontecendo com ele era isso mesmo(BAILÃO, 1991, p. 22 e 23).

Teve, inclusive, sua candidatura saudada pelas lideranças da política populista em Goiás.

José Porfírio era um posseiro. O senhor sabe disso?! E os comunas eles criou um caso lá com família de Uruaçu que tinha um comércio lá em Trombas. Trombas era para fazer uma divisão de terras e acabou o Porfírio invadiu lá também bastante. E nós candidatamos ele deputado estadual e aquela agitação que fez (GUIMARÃES, 2009).

Esse camponês personificando a vitória que para muitos representara Trombas e Formoso, com a posse da terra, esteve a frente da defesa do modelo populista e integrado ao capitalismo de reforma agrária. Contribuir na derrota do movimento que com seus companheiros iniciara, certamente, não era uma decisão consciente de José Porfírio ou dos pecebistas de Trombas e Formoso. Só o tempo possibilitaria identificar o antagonismo entre as práticas organizativas criadas pelos Conselhos de Córregos, Associação de Lavradores e o processo de sindicalização resultante da aliança com o governo populista de Mauro Borges.

Na trajetória política de José Porfírio, após o golpe de 1964, o ex-deputado camponês passou a considerar os problemas da luta dentro da legalidade pela Reforma Agrária. Foi a representatividade de José Porfírio e sua legitimidade entre os camponeses um dos fatores que favoreceram a presença pecebista na região. Esse camponês esteve entre a foice e o martelo e o projeto de reforma agrária do campesinato vinculado às Ligas Camponesas. No Congresso Camponês de Belo Horizonte (1961) esse conflito é facilmente identificado. As disputas entre o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas incidem diretamente na revolta camponesa de

Trombas e Formoso, enquanto os primeiros eram cada vez mais adeptos da sindicalização os segundos assumiam posturas cada vez mais radicais quanto a necessidade da reforma agrária. Ao que se assistia no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas convocado pela ULTAB e realizado em Belo Horizonte em 1961. Os grupos se dividiam entre adeptos da “reforma agrária gradual” ou da “reforma agrária radical”.

Enquanto o PC, a partir principalmente de [19]58, considerava viável a reforma agrária gradual e pacífica sob o patrocínio do Estado, a direção de um setor das Ligas orientava-se para a passagem do confronto político ao militar, entendendo que as transformações sociais no campo só poderiam ocorrer através da reforma agrária radical (GUIMARÃES, 1988, p.105).

José Porfírio de Sousa àquela altura sendo um símbolo da luta pela terra defendia a tese do PCB de aproximação aos setores oficiais, à burguesia e a revolução democrática-burguesa. Numa posição que era sintomática da nova temporalidade acerca da terra que se impunha entre camponeses que acabavam de receber do governo Mauro Borges alguns títulos de propriedade da terra.

Após o congresso, “A Declaração de Belo Horizonte” assumia como meta a reforma agrária radical e a defesa do fim do monopólio da terra. Para isso se propunha a mudança do artigo 141 da constituição que previa indenização prévia e em dinheiro. Neste Congresso a delegação de Goiás divergiu da tese defendida pelas Ligas Camponesas, e ao invés de propor uma reforma agrária radical defendeu o projeto pecebista, de uma reforma agrária gradual e dentro dos limites institucionais (GUIMARÃES, 1988). Como era do interesse do Estado, conforme testemunho de Érides Guimarães, então, secretário do governo Mauro Borges: “Goiás teve destacada atuação no Congresso... Adotando posições comedidas diante dos debates, embora deles participando ativamente... Porfírio fez um discurso sensato e equilibrado... Sempre falava com a maior isenção nunca dando às suas palavras sentido revolucionário” (FOLHA DE GOIÁS, 11/1961).

O Congresso de Belo Horizonte (1961) nos coloca diante da contradição e dessa condição de agente de modernização capitalista assumida por José Porfírio. Ele representava um movimento camponês que agora estava inserido institucionalmente no governo e em breve iria se tornar deputado estadual. Sua adesão a tese da reforma agrária gradual e dentro da lei, controlada pelo Estado, se contrapunha a tendência que vinha em uma crescente no campesinato brasileiro que pressupunha uma reforma agrária radical e feita na lei ou na marra. Entretanto o mais interessante é que essa defesa impetrada por José Porfírio se inseria em um contexto em que o Partido Comunista Brasileiro negava seu passado recente de lutas armadas pela posse da terra e o camponês a iniciativa espontânea e armada que garantiu-lhe a posse da terra. Essas posturas dos agentes de mediação, Partido Comunista Brasileiro e José Porfírio, estavam circunscritas às novas demandas apresentadas

pela política local de Trombas e Formoso que era agora vinculada à política absoluta. Somente diante do Golpe Militar o camponês feito ex-deputado resolveria a ambigüidade que vivia: deixava o partido e vinculava-se a tese da reforma agrária na lei ou na marra, mas agora era tarde.

José Porfírio ainda teria declarado a imprensa num jornal publicado em Goiânia, aproximadamente um mês antes do golpe, a necessidade de se ocupar toda e qualquer terra não aproveitada economicamente (PESSOA, 1999, p. 87). Se afastando, o então deputado, de toda a tutela, inclusive da assessoria parlamentar organizada pelo PCB. O golpe militar representara um importante impasse dentro do movimento, se encontrando mais uma vez os marcos da cisão e do isolamento político imposto pelo partido à José Porfírio, enquanto o camponês desejava ficar e resistir a inevitável ofensiva militar as forças do partido decidiam pela fuga e o não enfrentamento aos golpistas. A invasão da região por parte dos golpistas representa o fim do movimento de Trombas e Formoso.

3- O governo Mauro Borges

As transformações na revolta camponesa de Trombas e Formoso, entre elas a atuação dos camponeses e pecebistas, são compreendidas se relacionadas ao significado que assumira o governo de Mauro Borges na modernização capitalista de Goiás. “Foi nesse período (1950/1960) que os conflitos entre posseiros e grileiros eclodiram e novos grupos sociais (estudantes, operários e trabalhadores rurais) entraram na luta política ou começaram a ser aliciados por lideranças mais novas” (RABELO In: SOUZA, 2004, p.50).

Logo após a Segunda Guerra Mundial o mercado tendeu a se recuperar e reativou a produção açucareira levando os grandes proprietários rurais nordestinos a expulsar os foreiros e os parceiros (camponeses) das suas terras e o capitalismo recriava o campesinato a partir de relações não capitalistas e depois o destrói novamente acarretando em conflitos. Entre as expressões de resistência a esse processo tivemos as Ligas Camponesas (SILVA, 2003, p.31). O campo tornou-se tereno fértil a ação do sindicalismo católico e dos pecebistas na criação desses e seu funcionamento referenciava-se na concepção leninista (no caso do PCB) e da cristandade (os católicos) de que as massas populares necessitavam de alguém que interprete a realidade corretamente e lhe dê consciência clara da sua condição e papel histórico (SILVA, 2003, p.61). Entre as saídas encontradas para a crise na sociedade da época temos o populismo como resposta aos levantes dos camponeses.

Nas análises sobre o populismo pode-se incorrer em considerá-lo incompleto, ou seja, uma deficiência daqueles que ainda não chegaram a democracia representativa. Tomando essa como o

paradigma no qual se referenciar (IANNI, 1989, p.8). Na realidade o populismo corresponde a um momento específico na contradição entre a sociedade nacional e a economia dependente e busca uma combinação entre as tendências dos sistema social e a de determinação da dependência econômica (IANNI, 1989, p.9). Na América Latina tem a tarefa de completar o processo de dissociação entre trabalhadores e meios de produção (IANNI, 1989, p.9). Na modernização capitalista esse processo corresponde ao período em que ao invés de relações não-capitalistas de produção instaura-se relações capitalistas.

Em primeiro lugar devemos considerar que em todos os países o populismo está relacionado ao contexto de mudanças econômicas, sociais e políticas provocadas pela industrialização e urbanização⁹⁹. O populismo situa-se na transição da hegemonia oligárquica à hegemonia propriamente burguesa (IANNI, 1989, p.33). Nesse a combinação Estado-partido-sindicato é produto e sustentáculo do governo populista (IANNI, 1989, p.34) e o antiimperialismo populista ao invés de radical e conseqüente é mais ideológico do que efetivo (IANNI, 1989, p.36). O populismo brasileiro, segundo Weffort, teve como traços fundamentais: a política de alianças, a mobilização social, a importância dada ao Estado, e a ideologia do líder (RABELO In: SOUZA, 2004, p.52).

Em Goiás sua maior expressão foi o governo Mauro Borges (1961-1964) que adota como medidas que o caracteriza um Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás que dava continuidade a mudanças que já estavam em gestação nos governos anteriores. Fazendo desse governo inovador na busca da racionalidade administrativa e implantação de um plano de metas (CAMPOS In: SOUZA, 2004, p.44). Entretanto essa face do governo criava a aparência de tratar-se da instauração de relações contratuais racionais, enquanto na realidade dava-se continuidade a truculência tão característica do governo goiano de repressão ao campesinato. O Governo de Mauro Borges se deu em um momento de esgotamento do populismo, no qual, já não era mais possível a mobilização da classe média e das classes populares que estavam nos partidos (RABELO In: SOUZA, 2004, p.52).

No entanto isso não anula o fato de que o processo de expansão do capitalismo em Goiás, entre 1950-1960, é demonstração de que vinham acontecendo mudanças importantes no estado que antecederam o governo Mauro Borges (RABELO In: SOUZA, 2004, p.49). Foi fundamental para isso a criação de uma infra-estrutura rudimentar de rodovias que possibilitou o desenvolvimento da

⁹⁹ Octávio Ianni acrescenta que em segundo lugar deveria-se considerar que em todos os países procura-se preservar e valorizar a vida social e economia de base agrária e o princípio de que o valor de uso se sobrepõe ao valor de troca continua valendo (IANNI, 1989, p.16). Porém, essa característica apresentada pelo autor se fundamenta em experiências históricas de populismo que antecederam a modernização capitalista nos moldes do governo João Goulart na presidência do Brasil ou Mauro Borges no governo do estado de Goiás. Nesses o valor de troca já predomina sobre o valor de uso e a pequena propriedade camponesa se referenda na industrialização nacional na sua produção.

produção agropecuária, facilitou a imigração, promoveu urbanização e desencadeou uma industrialização (RABELO In: SOUZA, 2004, p.50). Essas iniciativas demonstram o caráter modernizador do populismo e a manutenção do status quo estabelecido com o atendimento das tradicionais classes dominantes. Entretanto alguns autores consideram esse governo o ponto alto de ruptura, iniciado em 1930, quanto a dominação política oligárquica. Concomitantemente a esse processo progressista por um lado e estacionário por outro ocorria a expansão do capitalismo periférico brasileiro que em Goiás através da “Marcha para o Oeste”, a construção de Brasília e de uma rede de rodovias interligavam Goiás a outros centros mais dinâmicos (RABELO In: SOUZA, 2004, p.50).

Na realidade a contradição desse autor, Francisco Rabelo, está em identificar esses acontecimentos a ruptura com a dominação oligárquica. Enquanto na realidade a estrutura agrária permanecia intacta e essas condições só favoreciam aqueles que pudessem dar continuidade a acumulação capitalista a partir de relações não-capitalistas ou capitalistas, propriamente ditas. Enquanto na realidade é esse autor mesmo que reconhece que Mauro Borges foi eleito, entre outros motivos, por ser filho de Pedro Ludovico que manipulava a seu bel-prazer a agremiação do PSD que detinha a força política hegemônica desse momento composta de elementos ao seu redor que não podem ser definidos como progressistas. Tanto que quando seu governo tentou implantar uma administração planejada e estabelecer o que se conhece como processo de modernização do Estado em Goiás acabou entrando em choque com os representantes mais tradicionais do partido (RABELO In: SOUZA, 2004, p.51).

Já que o governador não podia contar com a classe média que não lhe apoiava e com um operariado incipiente, então, procurou mobilizar os trabalhadores rurais. Tendo sido eleito com o apoio dos fazendeiros, chefes políticos locais, encontrava-se em embaraços para levar adiante qualquer objetivo de modernização. Então, procurou fazê-lo através das alianças políticas (principalmente o PTB), o apoio do movimento estudantil controlado pela União Estadual dos Estudantes (UEE-GO) e a Secretaria do Trabalho com a criação de associações e sindicato através da atuação de Érides Guimarães que buscava aliciar os trabalhadores rurais (RABELO In: SOUZA, 2004, p.54). Entretanto, podemos verificar em Trombas e Formoso, como os pecebistas também se tornaram parte dessas forças mobilizadas pelo governador na criação de condições gerais de produção capitalistas.

No entanto posteriormente a ruptura do acordo PSD/PTB fará com que Mauro Borges dispute o aliciamento das massas não só com as esquerdas, mas também com esse antigo aliado e a Igreja (RABELO In: SOUZA, 2004, p.55). Em Trombas e Formoso a aliança política estabelecida possibilitava a manutenção do relacionamento com ambos os setores. Essa estratégia mostrou-se

eficaz na conquistas das novas demandas apresentadas pelo campesinato com a nova temporalidade de “terra para cercar” que se impunha. Tanto que Mauro Borges no Encontro de Trabalhadores Rurais (outubro/1963), promovido pela Superintendência de Planejamento e Reforma Agrária (Supra), viu criadas as condições para se impor aos camponeses como líder conseqüente (RABELO In: SOUZA, 2004, p.55).

A mobilização era necessária como base de apoio para um governo progressista, mas tinha de se colocar dentro dos limites permitidos pela vinculação deste governo com a força política tradicional que o elegeu. A radicalização do processo significava, por conseguinte, a inviabilidade do acordo, mas podia fornecer as bases para tomadas de posição mais agressivas, como as constantes intervenções do Estado na economia, desde que não se ultrapassassem os limites constitucionais (RABELO In: SOUZA, 2004, p.56).

O I Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás objetivava criar uma infraestrutura necessária ao desenvolvimento do setor agrícola e nesse não se faz referência a industrialização (RABELO In: SOUZA, 2004, p.60). O que significa que essa não era a referência do governo a nível estadual, ou seja, a necessidade de implantar a industrialização no estado não era uma prioridade do estado de Goiás. Porém, a política destinada ao campo atenderia à inserção desse na industrialização do sudeste do Brasil. O governo Mauro Borges tinha como lema o nacionalismo e o desenvolvimentismo e esse nacionalismo significava a intervenção do Estado na sociedade civil e um posicionamento moderado em relação ao capital estrangeiro (RABELO In: SOUZA, 2004, p.65-66). Qualquer ruptura mais incisiva dessa moderação levaria a ruptura do PSD com o PTB, assim como de Mauro Borges com o grupo de Brizola e João Goulart. Foi exatamente o que ocorreu em junho de 1963. Esse continuaria sua defesa do nacional-desenvolvimentismo, mas a partir dos quadros de referência do cristianismo (RABELO In: SOUZA, 2004, p.68).

Diante dessas situações o sindicalismo corporativo que era adotado em Trombas e Formoso é um indicador da diferenciação social que se intensificara com a mudança do “camponês posseiro” para o “camponês proprietário”, que começa a nascer dentro do próprio governo da Associação e Conselhos de Córregos. Nessas condições, como historicamente tem sido sobretudo após a Segunda Guerra Mundial,

quer sob o capitalismo privado, quer sob o capitalismo de Estado, o sindicato exerce a mesma função do partido: contribuir para a reprodução do sistema, pois a luta por reivindicações salariais acaba beneficiando o setor II da economia (bens de consumo). É um sindicato atrelado ao Estado cuja preocupação consiste em controlar a massa operária, falar e negociar às suas costas (TRAGTENBERG, 1989, p.74).

Enquanto por sua vez a cooperativa, criada em Trombas e Formoso, também deveria se submeter às leis gerais do capitalismo (TRAGTENBERG, 1989, p.27-28). Já que essa cooperativa

também correspondia em Trombas e Formoso ao atendimento das necessidades de inserção no mercado capitalista. Tanto que iniciativas como essas foram incentivadas pelo governo de Mauro Borges na contenção de conflitos pela posse da terra.

Essa relação entre a sindicalização e o governo Mauro Borges tendia a esvaziar as reivindicações dos posseiros e a inseri-los nessa modernização capitalista em que a propriedade da terra é arrastada para o interior dos interesses do capital;

Com esse secretariado ele resolveu em tempo hábil as lutas dos posseiros, fundando um combinado agropecuário de Trombas e Formoso, entregando a direção para a associação, que nesta altura tinha bons assessores, como Farid Helou e outros. Na região de Alvorada no nordeste de Goiás, os camponeses estavam organizados e armados liderado pelo líder camponez Cristovam Pereira o famoso Pereirão, o governo fundou o agrourbano de Arraias, e entregou a direção para a associação, depois de ser discriminadas todas as terras devolutas; o golpe de 1964 acabou com todas [...] (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979).

Essas iniciativas do governador foram fundamentais para que fosse aclamado pelos camponeses como um herói. Foi a partir daí que se intensificou a confiança no governador a ponto do Partido Comunista Brasileiro continuar se reunindo com o governador mesmo após ter colaborado no Golpe de 1964, como atesta José Sobrinho;

Durante o mês de agosto [,] antes da sua deposição [,] tivemos uma conferência com o major Mauro, ele estava certo de sua queda: fizemos uma proposta para que armasse o povo que estava com ele para uma resistência ao golpe e ele estava esperando um aviso de São Paulo do raposa Ademar de Barros e não aceitou pensando que podia ainda costurar uma situação com os golpistas, ledoo engano (SOBRINHO, 1988, p. 18).

Na realidade a compreensão do populismo como força progressista na superação do atraso das forças produtivas do país, que aproximavam a visão de mundo populista e pecebistas, já ganhavam sua formulação intelectual antes mesmo do Golpe de 1964. Em autores vinculados ao Partido Comunista Brasileiro, como por exemplo: Nelson Werneck Sodré. Esse retoma o suicídio de Vargas como resultado das denúncias desse contra o imperialismo. Deixando o caminho aberto aos elementos ligados ao atraso que logo assumiriam o poder através de Café Filho que fez grandes concessões ao capital estrangeiro (SODRÉ, 1976).

No entanto a comoção provocada pelo suicídio de Vargas deixou claro que somente em um regime não democrático seria possível continuar aquele governo. Levando a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek devido a sua defesa da democracia e do desenvolvimento. Foi fundamental a intervenção do general Henrique Teixeira Lott para garantir o governo que foi uma grande vitória da burguesia, mas que por consequência veio a favorecer o imperialismo. Na sucessão de Juscelino venceria o candidato que explicitamente apoiava o latifúndio e o

imperialismo; Jânio Quadros. Esse que fora candidato de oposição iria caminhar no mesmo rumo do seu antecessor. Enquanto o candidato governista neste pleito, derrotado, era um nacionalista. Porém, não conseguiu atender as reivindicações populares e da burguesia que pretendia ampliar a área de comércio exterior, com os países socialistas, por exemplo. Foi-se construindo condições que o obrigaram à renúncia após sofrer campanha de oposição parecida com a de Vargas (SODRÉ, 1976).

Depois, em 1961, os setores atrasados tentaram mais um golpe e a esse a burguesia respondeu apresentando a saída parlamentarista. Utilizando João Goulart um dirigente político burguês que contava com o apoio das classes populares. Porém, as contradições se tornaram cada vez mais agudas e essa política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio seriam insustentáveis (SODRÉ, 1976). Naquele momento, segundo Nelson Werneck Sodré, o desenvolvimento da burguesia requeria a liquidação do latifúndio e a burguesia que tinha o controle do Estado do qual esse dependia só não o teria feito devido a ter contradições com outros, como o imperialismo e o proletariado, por exemplo. Entretanto a burguesia e o proletariado teriam interesse em liquidar o latifúndio. Em um contexto em que os conflitos nas frentes pioneiras se davam entre as relações feudais e as capitalistas que começavam a se infiltrar. A manutenção da economia de exportação quando a necessidade de uma economia de mercado interno era reclamada pela população teria se dado graças a instrumentalização do Estado pelos latifundiários (SODRÉ, 1976).

Era a partir dessas considerações que o populismo era considerado uma força progressista a irromper em um contexto em que o atraso estava relacionado a latifúndio e acanhamento das forças produtivas. Então a aliança com João Goulart a nível nacional e com Mauro Borges a nível estadual apareciam ao Partido Comunista Brasileiro em todas as suas instâncias como favoráveis a destruição do latifúndio. Naquele contexto não se considerava a possibilidade da acumulação capitalista a partir de relações não-capitalistas de produção e o atrelamento entre “burguesia nacional” e latifúndio com o imperialismo. Essa adesão pecebista ao governo Mauro Borges pode ser mapeada inclusive com alguns dos nomes dos seus secretários;

O governo de Mauro Borges é que inovou Goiás, porque chegou com um plano administrativo extraordinário e com abertura política nunca vista no Estado. Convidou para seu governo grandes quadros identificados com as lutas do povo brasileiro como por exemplo: Ari Demóstenes de Almeida, (Walteus ?) Cunha Barbosa, Rodolfo da Costa e Silva, *Jacy de Campos Neto*, João Batista Zacariotti, *Tarzan de Castro*, Mario Roriz, Erides Guimarães, Eleusa Machado, *Maria Sales*. Assim com staf desses , Mauro Borges só poderia passar, como de fato passou, como o melhor governo de toda nossa história politico administrativa (SOBRINHO, Diário Pessoal, 15/05/1979, grifados os principais pecebistas citados).

Em Trombas e Formoso ignorar a condição de subordinação da propriedade privada ao processo de modernização capitalista, sobretudo entre 1958-1964, pode nos levar a incorrer em

considerarmos indistintos os diversos momentos da revolta camponesa. Segundo Carlos Leandro da Silva Esteves

Nela [a luta pela terra em Formoso e Trombas] encontramos um riquíssimo e diversificado repertório de práticas e elementos que conjugados no processo de construção e condução das lutas ressaltam o caráter dinâmico e extremamente vigoroso que emerge das experiências de lutas populares quando estes resolvem, mesmo que por um breve instante, ignorar o estado de submissão ao qual estão secularmente condenados e emergem como protagonistas históricos de experiências autônomas de luta (ESTEVES, 2009, p.12).

No entanto esse “diversificado repertório de práticas e elementos” está circunscrito a uma sociedade onde ocorreu a revolta de Trombas e Formoso. Desse modo, há distinções profundas na luta contra o arrendo, pela posse da terra e por condições que insiram a produção no mercado capitalista. Esse último momento torna-se um dos motivos da derrota do movimento através da inserção da propriedade camponesa em uma nova temporalidade de “terras para cercar” e com a expropriação e reconstrução do latifúndio após o golpe de 1964 ocorre a derrota definitiva. Daí a necessidade de considerarmos especificamente cada momento da revolta camponesa e sua relação com a sociedade circundante.

Nas eleições de 1958, em Goiás, o PTB estava rompido com o PSD desde o governo de José Ludovico de Almeida. Declarando seu apoio ao candidato udenista César da Cunha Bastos (UDN-PTB-PSP) e Abelardo Coimbra Bueno como candidato a senador nesta chapa. Enquanto o PSD tinha como candidato a governador, José Feliciano Ferreira e para o senado Taciano Gomes de Melo. O PSD enfraquecido, com a ausência de um de seus tradicionais aliados, ainda sairia vencedor tanto na vaga para o senado como para o governo estadual (O Anápolis 11/05/1958 n° 3192 p.3 e 12/10/1958 n° 3234 p.1). José Feliciano Ferreira (1959-1961) governaria indiferente quanto ao campesinato de Trombas e Formoso. É desse isolamento político-institucional, começado no governo anterior, que surge a efetivação da Associação e dos Conselhos de Córregos como o governo efetivo da região. Esse governo acabava de assumir, mas já se preocupava com a sua sucessão devido ao seu caráter “tampão”. O partido pretendia que seu candidato fosse mesmo Pedro Ludovico, no entanto, o candidato desejado pelo ex-governador era seu filho: Mauro Borges. Na realidade os Ludovico haviam se apropriado do Estado desde 1930. Tendo dado poucas oportunidades para a oposição governar. Enquanto outra parte do partido negociava a indicação de José Ludovico de Almeida, ex-governador da mesma família, mas com certas discordâncias quanto aos mandatários maior do PSD. Em torno de uma única família concentrava-se toda atenção e poder de um partido (O Anápolis 23/10/1958 n° 3237 p.4). Esses conflitos intra-partidários levaram, posteriormente, José Ludovico de Almeida a romper com o PSD e a disputar a eleição contra Mauro Borges, pela coligação UDN-PSP.

Mauro Borges venceu a eleição após uma coalizão de três grupos principais: o PSD comprometido com os fazendeiros do interior, o PTB que começou a canalizar as demandas das classes subalternas e o PSB. Nas eleições de 1960 conseguiram num acordo firmado com os camponeses de Trombas e Formoso, diante da promessa de garantir títulos de propriedade, muitos votos e ainda em 1962 seria eleito José Porfírio pela coligação (PSB/PTB). Esse governo delineou uma política agrária para Goiás, já que seu projeto de "modernização", dependia de sustentação sócio-política sobre o trabalhador rural. Na pretensão de acelerar o desenvolvimento do capitalismo esse governo criou o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDAGO) que pretendia “humanizar” as instituições agrárias e buscar soluções para os problemas dos camponeses. São as declarações do presidente da SUPRA, Superintendência de Reforma Agrária, que se instalou em Goiás em 1963, Cristóvam do Espírito Santo, sintomáticas desse tipo corporativista do Estado: “O camponês sempre foi um marginal da comunidade a que pertence e a reforma agrária virá reintegrá-lo, humanizá-lo... Por isso, a reforma deve ser feita dentro da lei, pois, do contrário, ela será feita pelas mãos calosas do camponês" (O POPULAR apud GUIMARÃES, p. 1988).

4- O golpe de 1964

Na região a presença dos pecebistas teria sido o motivo para a grande repressão após o golpe de 1964. Em *Nunila*, Antonino é obrigado a fugir para Goiânia e rotulado como um comunista subversivo, enquanto a “força” caminha para Coqueiro de Galha para definitivamente arrancar os posseiros de lá (BERNARDES, 1984, p.176). Essa representação literária da revolta camponesa de Trombas e Formoso é encerrada com uma discussão onde os sonhos de Antonino foram destruídos com a repressão e teve de se conformar em não realizá-los no campo. Então viveria definitivamente na cidade e longe de Nunila.

Estou aqui na vila São José, com Olimpão. Estudo com ele o modo de fazer uns negocinhos, espero assentar a cabeça, tomar um destino de vida que preste. Agora tenho que sossegar, me acostumar a viver na cidade, tirar do sentido os planos que sempre tive de possuir um sítio, plantar, criar um gadinho, uns porcos, tomar estado, ser chefe de família. Bem que pejejei, mas não tive condições. (BERNARDES, 1984, p.177).

Diante desse movimento em que a propriedade camponesa é arrastada a lógica do capital, sobretudo, com as mudanças iniciadas em 1958 qual seria o motivo para a repressão violenta a Trombas e Formoso com o golpe de 1964? No governo golpista poderia se alegar a defesa da soberania nacional ao preservar o território da formação de uma ditadura soviética separatista ou a garantia da Segurança Nacional. No entanto, no período da Guerra-Fria o espectro do comunismo serviu à defesa do Estado dos interesses das classes dominantes. O grande motivador para tal

repressão foi o que aquela revolta representou ao despertar os camponeses para a possibilidade de se organizar em Conselhos de Córregos e Associações de Lavradores. Na repressão ao campesinato, em 1964, a situação na região já estava “pacificada” com a secundarização das relações sociais que haviam se estabelecido em Trombas e Formoso no período mais intenso da revolta camponesa. Essas ficaram subordinadas a construção da representatividade do deputado José Porfírio, da sindicalização dos camponeses, da aliança com a burguesia “progressista” brasileira e da negação ao “sectarismo” e “principismo” do Manifesto de Agosto de 1950. Enquanto os militares na expectativa de empreender a modernização autoritária escolhida pela burguesia brasileira destruiriam a divisão das propriedades e afastariam o risco de Trombas e Formoso se tornar lugar de recrutamento de guerrilheiros.

Diante dos acontecimentos de Trombas e Formoso e o papel do Partido Comunista Brasileiro no desenvolvimento do capitalismo sob bases nacionais que motivos haveriam para o golpe militar de 1964 e a perseguição aos seus membros? Um aspecto fundamental da modernização capitalista, considerada nesse trabalho, é que a reprodução do capitalismo que destacamos no primeiro capítulo se dá através de relações não-capitalistas que podem ou não durar indefinidamente. Quando falamos em “modernização” não nos referimos a um processo linear orientado para a racionalização nas formas de exploração ou a contratualidade das relações sociais. Nessas circunstâncias a democracia não é um pressuposto indispensável a reprodução do capitalismo. O golpe militar de 1964 representa a possibilidade de que isso ocorra sob o incentivo de relações explicitamente autoritárias. Contrapondo os pecebistas, por exemplo, ao modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Havia uma disputa entre o modelo “democrático” de desenvolvimento do capitalismo baseando-se em reformas modernizadoras, personificado nos setores “progressistas”, contrapondo-se a modernização autoritária e conservadora empreendida com a manutenção da estrutura agrária, retórica nacionalista e vinculação ao capital internacional. Essa disputa interna no campo pleiteava o desenvolvimento do capitalismo como transição para o socialismo ou etapa definitiva e tornava-se motivo suficiente para a repressão aos derrotados. Em Trombas e Formoso queria José Porfírio resistir ao golpe militar, mas na realidade já haviam sido criadas as condições que levaram primeira derrota do movimento com a integração político institucional e o golpe de 1964 representou a derrota definitiva.

Entretanto precede em importância à repressão a essas formas de organização vivenciadas em Trombas e Formoso a situação em que a frente pioneira que até ali havia convivido com relações não capitalistas de produção procede a eliminação da pequena propriedade na região. O modelo agro-industrial que venceu com o golpe de 1964 incluía a exploração de trabalho extensivo

em grandes propriedades. Essa situação absorvia a propriedade da terra não somente como fornecedor de força de trabalho e matérias primas mas também como mercado consumidor de mercadorias voltadas para o campo. No desenvolvimento capitalista no Brasil a pequena propriedade é funcional em algumas circunstâncias. Entretanto dificulta a plena subsunção da terra ao capital já que baseia-se em baixo nível de desenvolvimento tecnológico e parte da produção é consumida no ciclo familiar. Criando uma situação em que grande parte do capital fica imobilizado e compromete a reprodução desse e sua concentração nas mãos dos capitalistas. O que em Trombas e Formoso implicou na destruição do modelo baseado na pequena propriedade da terra por mais que essa já estivesse absorvida pela lógica capitalista.

Então o episódio em que a integração político institucional e secundarização de organizações como a Associação de Lavradores e Conselhos de Córregos aparece como uma derrota, trata-se de uma derrota parcial. Essa só se consolidou definitivamente com o golpe de 1964 que coloca diante de si vários motivos para a repressão a região. Todavia foi fundamental que se consolidasse a vitória da temporalidade da “terra para cercar” em detrimento até mesmo da pequena propriedade absorvida pela lógica capitalista. Naqueles anos, ainda, Trombas e Formoso se juntou ao repertório de tradicionais revoltas camponesas no Brasil. Esse mau exemplo, da perspectiva do governo autoritário que se instaurara, precisava ser extirpado mesmo após a integração político institucional da região.

Todavia a atuação do Partido Comunista Brasileiro deixou marcada na memória dos camponeses a sua contribuição na resolução dos problemas que tinham na luta pela posse da terra. Entretanto na revolta camponesa de Trombas e Formoso não tivemos a atuação do partido como aquele que leva a consciência ao campesinato. Enquanto o campesinato crescia em todo o Brasil nas demandas que apresentavam e começava a comprometer o governo populista apresentando demandas a frente dos partidos políticos, o Partido Comunista Brasileiro caminhava para o governo, contrapondo-se a onda crescente do campesinato. Foi nesse contexto que ocorreu o golpe militar de 1964 e a destruição definitiva das práticas que os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores haviam estabelecido. Após o golpe, poucos dias depois, tropas federais e estaduais invadiram a região (AMADO, s/d, p.12). Formoso e Trombas, como pretendia a frente de pioneira a qual os camponeses resistiram, se transformou em uma região de grandes e médias propriedade (AMADO, s/d, p.13). Nessas circunstâncias ocorreu a derrota definitiva da revolta camponesa de Trombas e Formoso e criou-se as condições em que se reproduziria o latifúndio com a abertura de novas frentes pioneiras na região. Em visita a Trombas, quando pedindo indicações sobre os moradores mais antigos que permanecem na região, nos deparamos com pessoas que chegaram ali na década de 1970 com as mesmas expectativas dos revoltosos.

Considerações Finais

Em Goiás é no campo, como em outras regiões do país, que temos as raízes das nossas maiores lutas sociais. Foi na beira de córregos que nossos antepassados buscavam água, lavavam suas roupas, erguiam seus ranchos e serviam-se dos recursos naturais para o atendimento das suas necessidades. Esse contexto foi também fomentador de práticas políticas contestatórias da sociedade existente. Em Trombas e Formoso, através dos Conselhos de Córregos e Associação de Lavradores, foi isso que tivemos. Onde o campesinato se constituiu como sujeito político, ao invés, de ter sido um agente pré-político e secundário na revolta. Foi em meio a essas circunstâncias que os camponeses decidiram “escrever” sua própria história e resistir a expulsão das suas “posses”. Nos dando um novo capítulo nas lutas sociais em que a posse da terra era o objetivo principal. Tendo sido antecedidos por experiências como *Canudos* (1896-1897) na Bahia, *Contestado* (1912-1916) entre Santa Catarina e Paraná, e tantos outros.

Na revolta camponesa de Trombas e Formoso, entre os anos de 1950-1964, a organização do campesinato surpreendeu o país em um tempo em que se dizia: “Deus escreve certo por linhas tortas”. Porém em condições adversas os camponeses demonstraram que são os homens e mulheres que fazem a história e a partir da vida cotidiana e dificuldades enfrentadas na roça se organizaram para a luta. Mutirões e “traições”, aspectos da cultura camponesa, foram fundamentais na construção de soluções para os problemas que enfrentavam. Eram imigrantes que tomaram o caminho de Trombas e Formoso sonhando conquistar “terra para trabalhar”. Chegaram a região após ser explorados, expulsos de outras propriedades ou não ter encontrado lugar na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Tinham a expectativa de não viver “mais do mesmo” e construir uma vida livre da exploração promovida pelos grandes proprietários rurais. Defenderam seu direito às “terras livres” contrariando quem pretendia cobrar-lhes o arrendo e viver do suor do camponês. Portanto não se sujeitaram a vontade dos fazendeiros que decidiram expulsá-los e com isso ter “terra para cercar” estendendo o tamanho da sua propriedade para explorar outros ou vender terras.

O sonho de se livrar da exploração que os grandes proprietários de terras lhes impunham com a cobrança do arrendo e a expectativa de dar continuidade a existência da sua vida no campo fez com que procurassem todas as formas para se manter camponeses, o que quer dizer, ter acesso a terra, poder trabalhar com sua família, produzir para o atendimento das suas necessidades e ter autonomia para gerir seu tempo de trabalho no campo. Em todo o Brasil, temos terras devolutas que os camponeses ocuparam, ergueram seus ranchos, começaram a cultivar e colher. Dando-lhes importância por seu valor de uso, ou seja, a possibilidade de se retirar dela o produto necessário para o atendimento das suas necessidades. Os levando a pegar no “pau furado” para defender a

possibilidade de dar continuidade a sua existência no campo. Uma situação de conflitos em que a realização do objetivo dos camponeses entrava em contradição com os interesses dos fazendeiros que davam importância a terra por seu valor de troca, no caso, sua utilização como mercadoria que possibilitasse acumular renda e concentrar a propriedade da terra.

Esse trabalho pretendeu sobretudo situar-se criticamente diante da razão dualista geradora de uma concepção que chamamos de burocrático-autoritária, esses termos, designam uma tendência que define as lutas camponesas a partir das organizações modernizadoras que são adotadas como o padrão ideal a partir do qual entende-se que deveriam agir os camponeses. Em contraposição apresentamos uma interpretação, fundamentada nas diversas fontes aqui apresentadas, que buscou compreender a importância da resistência espontânea nas condições de modernização capitalista que despontavam. Entretanto tratava-se de não submeter os camponeses ao partido, construindo uma historiografia em que não há tensões entre os agentes que aparentemente estão na mesma trincheira, como por exemplo, partido e camponeses versus grileiros. Foi através da crítica a razão dualista que procuramos superar o realismo político, então, pragmático no apego a idéia de que as ações fora da convencionalidade são exóticas ou irracionais. Tomando o agente de mediação, quem sabe o Partido Comunista Brasileiro, como o único capaz de levá-los à luta política e a racionalidade.

Esse procedimento incluiu considerarmos as condições sociais de intervenção do Partido Comunista Brasileiro como agente de mediação na revolta camponesa de Trombas e Formoso em um contexto de resistência a expropriação da posse da terra (1954-1957). Sendo que antes da chegada desse entre os camponeses já era essa revolta caracterizada pela *resistência espontânea contra a cobrança do arrendo e a luta pela posse da terra* (1950-1954). Tanto que José Firmino (Formoso) e José Porfírio (Trombas) foram respectivamente a Goiânia e ao Rio de Janeiro buscar garantias legais para que eles e os outros pudessem continuar nas suas posses. O segundo momento (1954-1957) se iniciou com *a atuação do Partido Comunista Brasileiro na revolta armada iniciada pelos camponeses contra os fazendeiros*. Nesse período ocorreu a Batalha do Tataíra, uma tentativa de invasão da polícia e dos jagunços na região, que pretendia expulsar os camponeses. Porém, esses saíram vencedores e se espalhou a notícia de que estavam organizados e não pretendiam abandonar suas posses. Foi a luta armada produto dessas circunstâncias “tortas” em que se encontraram e “escreveram” sua própria história.

Foi sua teimosia em não abandonar a terra fundamental para em um terceiro momento exercerem *o governo da região através da Associação de Lavradores e dos Conselhos de Córregos*. Quando tomavam as decisões políticas acerca dos caminhos para atender suas necessidades na vida cotidiana no território que conquistaram. Esse período ficou conhecido como a “*república*

camponesa de Formoso e Trombas” e durou aproximadamente de 1958-1964. Representou a vitória sobre esses grandes proprietários rurais de Porangatu, Uruaçu, e advogados que tomavam parte na trama contra os camponeses. No período em que governaram a região também ocorreram conflitos entre os camponeses e entre esses e o Partido Comunista Brasileiro. Houve aqueles que com a garantia da propriedade da terra após a luta armada passaram a agir como fazendeiros que buscavam “terra para cercar”. Cooperativas, exploração do trabalho de outros, produzir para atender os interesses do mercado, ter mais terras e a aproximação com o governo Mauro Borges (1961-1964) que reprimiu violentamente a luta de outros camponeses pela posse da terra, são alguns exemplos das mudanças pelas quais passou Trombas e Formoso. Foram colocadas em segundo plano as práticas de participação direta nas decisões sobre a vida social desenvolvida pelos Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores. Contribuindo na derrota do campesinato de Trombas e Formoso que foi complementada definitivamente pela vitória do autoritarismo militar com o golpe de 1964. Levando a expulsão de camponeses e um novo momento de concentração da terra nas mãos de grandes proprietários.

Esse trabalho tendo dialogado com a profícua produção acerca de Trombas e Formoso pretendeu esclarecer acerca do que foi o governo camponês da região e os motivos da derrota do movimento. Entre seus diferenciais está a utilização da literatura, o aprofundamento das discussões acerca da importância da sociabilidade camponesa na construção de organizações como Conselhos de Córregos e Associação de Lavradores e a consideração do Partido Comunista Brasileiro e José Porfírio como agentes de mediação que com a integração político-institucional e a criação de condições gerais de produção capitalistas contribuíram na derrota do movimento antes do golpe de 1964. Entretanto destaca-se como a frente pioneira que adotava relações não-capitalistas de produção na acumulação capitalista, finalmente, em 1964 tornou imperativo a necessidade da adoção de relações capitalistas de produção. Essa situação levou a superação da propriedade camponesa da terra, mesmo que inserida em uma lógica capitalista, e a adoção da estrutura agrária concentracionista e de completa expropriação do campesinato.

Entretanto o que ouvimos em algumas das entrevistas que fizemos, ao perguntarmos aos envolvidos nos acontecimentos se haviam se arrependido, foi muitas vezes um “não” convicto de que teria valido a pena toda a luta deflagrada naqueles anos. Daí no título nos apropriarmos da afirmação de Nego Carreiro a Janaína Amado; “Fazia tudo de novo”. Essa afirmação de um dos iniciadores da resistência armada nos orientou no caminho em que pensávamos a atuação de camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950-1964). Todavia apesar da derrota do movimento, naquilo que apresentava de mais específico, essa constatação a que chegara Nego Carreiro ainda hoje anima envolvidos como Arão, Carmina e Dirce Machado. Esses que

enfrentaram desafios tão grandes, ainda, nutrem a certeza de que se necessário fariam tudo novamente.

Referências bibliográficas

- ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas - A Guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília, Goethe, 1985.
- AMADO, Janaína. *Eu Quero Ser Uma pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil*. Mimeografado s/d.
- _____. *O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral*. In: Revista História, Unesp, 1995 p125-136.
- AVED, Bernadete Wrubleski. *A Vitória dos Vencidos- Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Ligas Camponesas 1955-1964*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1986.
- BATISTA, Paulo Nunes. *Cordel*. São Paulo: Hedra, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *O Autor como Produtor*. In: Obras escolhidas: Mágia e técnica, arte e política. 7º edição, São Paulo: Brasiliense, 1994 [Obras escolhidas v.1]
- _____. *O Narrador*. In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- BERNARDES, Carmo. *Nunila- A Mestiça mais Bonita do Sertão Brasileiro*. Rio de Janeiro: 2º edição, Record, 1984.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional 1930-1960*. Goiânia, editora UFG, 2000.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *O Despertar dos Dormentes; Estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu Papel nas Transformações das Estruturas Regionais: 1909-1922*. Goiânia, Cegraf, 1990.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1987.
- _____. *Questão Agrária: Bases Sociais da Política Goiana (1930-1964)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 2º Edição, São Paulo; Livraria Duas Cidades, 1971.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História- Ensaios de Teoria e Metodologia*. RJ. Ed. Campus. 1997.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, UFG, 1988.
- CARONE, Edgard. *O P.C.B- 1943 a 1964*. São Paulo; DIFEL, 1982 v. 2 [Corpo e Alma do Brasil].
- CARVALHO, Maria Meire de. *Em Goiás como em Canudos: Santa Dica- A Conselheira de Saia*. In: Estudos-Revista da Universidade Católica de Goiás, v.30. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.
- CHACON, Vamirech. *História dos Partidos Brasileiros*. 3º Edição, Brasília, Editora UnB, 1998.

- CHEVITARESE, André Leonardo (org). *O Campesinato na História*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu Longe Demais- A Luta Pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- _____. *Formoso e Trombas: A luta do Partido e dos Posseiros*. Revista *Princípios* nº36. 2009. Site www.vermelho.org.br/museu/principios.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*. Unicamp, Cadernos AEL, nº 7, 1997, Conflitos no Campo.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- ÉLIS, Bernardo. *Obra Reunida de Bernardo Élis*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987 v.2.
- ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Nas Trincheiras: Luta pela Terra dos Posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) Uma Resistência Ampliada*. Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense, 2007 [dissertação de mestrado].
- _____. *“No Norte não tem Patrão”: Resistência e Conquista da Terra em Trombas e Formoso 1950-1964*. In: Revista *História e Luta de Classes*. Edição nº 8, Novembro/2009.
- FERNANDES, Rubem César. *Dilemas do Socialismo- A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janáina (org). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- FROMM, Erich. *Meu Encontro com Marx e Freud*. 7ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1979.
- GARCIA, José Godoy. *O Caminho de Trombas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- GRAMSCI, Antônio. *A Questão Meridional*. Brasil, Paz e Terra, 1987.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de Organização Camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia, Cegraf-UFG, 1988. [Teses Universitárias nº 47]
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla e MOLINA, *Sobre a evolução do Conceito de Campesinato*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- HOBSBAWM, E.J. *Rebeldes Primitivos- Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- IANNI, Octávio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 2ª Edição, São Paulo, Editora Ática, 1989.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Portugal, Afrontamento, 1966.
- LEFEBVRE, Henri. *A Irrupção- A Revolta dos Jovens na Sociedade Industrial: Causas e Efeitos*.

- São Paulo: L'homme et la société, 1968.
- LÊNIN, V. I. *Que Fazer?* Santos/SP, Estampa, 1970. [Biblioteca do Socialismo Científico]
- LIMA, Luiz Costa. *A Aguarrás do Tempo: Estudos Sobre a Narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- _____. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.
- LIMA, Raimundo et al. *Psicanálise, Capitalismo e Cotidiano*. Goiânia, Germinal, 2002.
- LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos . *Terra Prometida- Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1999.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. *O Aspecto Educativo da Prática Política*. Goiânia, Cegraf-UFG, 1988.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe- Estudos sobre a Dialética Marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia (1933-1963): Estado e Capital na Produção da Cidade*. Niterói: Tese (Doutorado em História), PPGH, UFF, 1996. 3 vols.
- MAIA, Cláudio Lopes. *Os Donos da Terra: A Disputa pela Propriedade e Pelo Destino da Fronteira- A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2008 [Tese de Doutorado]
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 6º Edição, Petrópolis/RJ, Vozes, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *A Aparição do Demônio na Fábrica-Origens Sociais do Eu Dividido no Subúrbio Operário*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- _____. *Fronteira- A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo. Editora HUCITEC, 1997.
- _____. *O Cativo da Terra*. 6º Ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- _____. *O poder do atraso- Ensaio de Sociologia Lenta*. 2º Edição. São Paulo. Editora HUCITEC, 1999.
- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4º Edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 1990.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Martin Claret, 2003.
- _____. *A Sagrada Família*. São Paulo. Boitempo Editorial. 2003.
- MARX, Karl. *A Origem do Capital- A Acumulação Primitiva*. 6º Edição. São Paulo, Global Editora, 1989. [Bases]

- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- _____. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. *O Capital v. II*. São Paulo, Nova Cultural, 1988 [Os Economistas].
- _____. *Para à Crítica da Economia Política: Salário, Preço e Lucro, O Rendimento e suas Fontes*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada- A Política dos Comunistas no Brasil*. Marília-SP, Boitempo, 1999.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Um Confronto entre Juazeiro, Camudos e Contestado*. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano- Sociedade e Instituições (1889-1930)* 2º volume, Tomo III. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1977.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo, Editora Ática, 1986.
- NOVAES, Regina Reyes. *De Corpo e Alma- Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- PESSOA, Jadir de Moraes. *A Revanche Camponesa*. Goiânia, Editora UFG, 1999.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- PRIORI, Angelo Aparecido. *A Revolta Camponesa de Porecatú: A Luta pela Defesa da Terra Camponesa e a Atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Campo (1942-1952)*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Assis-SP, 2000.
- RUDÉ, George. *A Multidão na História- Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SADER, Emir (org). *Gramsci- Poder, Política e Partido*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Camponeses e Política no Pré-64*. In: Revista Estudos/Sociedade e Agricultura. 1997, nº 8.
- SILVA, José Santana. *A CPT Regional Goiás e a Questão Sociopolítica no Campo*. Goiânia, 2003 [Tese de Mestrado].
- SIMONSEN, Roberto. *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo; FIESP, 1943.
- SOBRINHO, José Fernandes. *Vivências no Agreste*. Goiânia. Editora Bandeirante. 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SOUZA, Dalva Borges de.(org). *Goiás, Sociedade e Estado*. Cênone Editorial. 2004.

- SOUZA, Maristela Batista de. *História de Vida: Geraldo Tibúrcio*. Anápolis, 1999. [Monografia].
- STEDILE, João Pedro (org). *A Questão Agrária no Brasil I- O Debate Tradicional: 1500-1960*. 2ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Costumes em Comum-Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. 3ª Edição, São Paulo, Moderna, 1989.
- VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica: Encantamento do Mundo ou Coisa do Povo*. Goiânia; CEGRAF/UFG, 1991.
- VIANA, Nildo. *Cultura, Tradição e Memória- A Juventude entre a Permanência e a Ruptura*. In: www.casadajuventude.org.br/artigos. 2008.
- _____. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia, Germinal, 1998.
- _____. *Estado, Democracia e Cidadania- A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- _____. *Marx e o Modo de Produção Camponês* In Revista Pesquisa e Práxis, nº1, Jul/Dez de 2003.
- _____. *Memória e Sociedade: Uma Breve Discussão Teórica sobre Memória Social*. In: Espaço Plural, ano VI, nº 14, 2006.
- WOLF, Eric R. *Guerras Camponesas do Século XX*. São Paulo, Global Editora, 1984.
- WOOD, Ellen Meiksing. *Democracia Contra Capitalismo- A Renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 1995.

Alguns jornais e outras fontes

Documentos do Partido Comunista Brasileiro.

FOLHA DE GOIÁS, Goiânia, 1955-1956.

JORNAL DE NOTÍCIAS, Goiânia, 1959 (Acervo do IPEHBC- Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central- UCG/ Goiânia).

NOVOS RUMOS, 1963

O ANÁPOLIS, Anápolis, 1950-1960 (Acervo do Museu Histórico de Anápolis).

O POPULAR, Goiânia, 1954-1957.

SOBRINHO, José. Diário Pessoal (1978-1982) e seus manuscritos. (Acervo da Universidade

Estadual de Goiás-Uruaçu/GO).

Entrevistas

BAILÃO, Sebastião. Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, 1991.

BARBOSA, Maria. Entrevista realizada pelo autor, 2009.

BARTHO. Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, 1995.

BATISTA, Paulo Nunes. Entrevista realizada pelo autor, 2009.

BORGES, Mauro. Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, 1991.

CARMINA. Entrevista realizada pelo autor, 2009.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Entrevista ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em www.mda.gov.br . Acessado em 2010.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Entrevista realizada pelo Portal Vermelho. Disponível em www.vermelho.org.br . Acessado em 2009.

DIBB. Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, 1990.

GIL, Arão de Sousa. Entrevista realizada pelo autor, 2009.

GIL, Arão de Sousa. Entrevista realizada por Cláudio Lopes Maia, 2006.

GUIMARÃES, Érides. Entrevista realizada pelo autor, 2009.

MACHADO, Dirce. Entrevista realizada pelo autor, 2006.

MACHADO, Dirce. Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, s/d.

NENZICO. Entrevista realizada pelo autor, 2009.

RIBEIRO, José. Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, 1995.

RIBEIRO, José. Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, 1991.

SOBRINHO, José. Entrevista a UNICAMP, 1988.

SOBRINHO, José. Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, 1991.

SOBRINHO, José. Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, 1990.

TIBÚRCIO, Entrevista realizada por Paulo Ribeiro da Cunha, 1990.

WALADARES, Walter. Entrevista realizada por Ana Lúcia Nunes. Disponível em www.anovademocracia.com.br . Acessado em 2009.